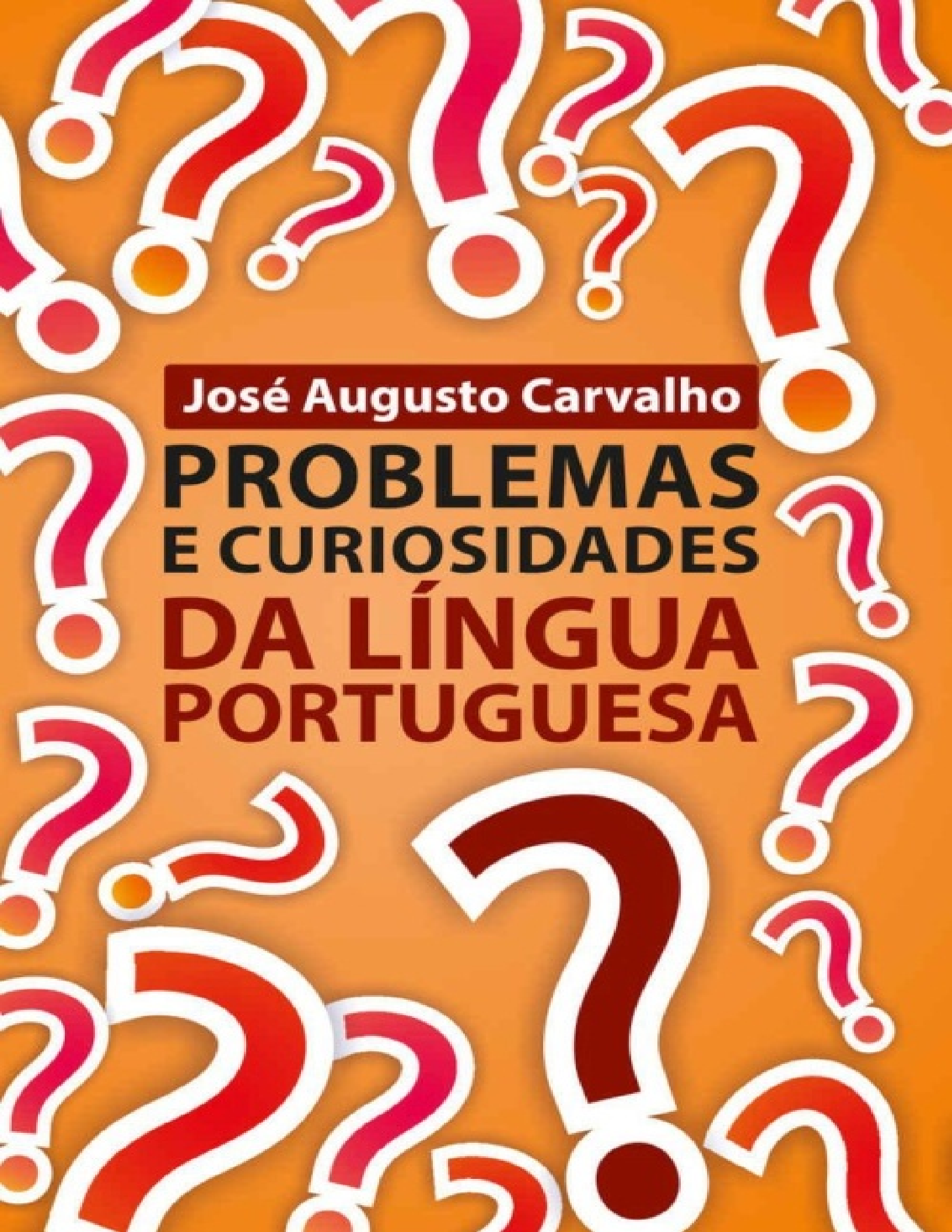




José Augusto Carvalho

**PROBLEMAS
E CURIOSIDADES
DA LÍNGUA
PORTUGUESA**



PROBLEMAS E CURIOSIDADES
DA LÍNGUA PORTUGUESA

JOSÉ AUGUSTO CARVALHO

PROBLEMAS E CURIOSIDADES
DA LÍNGUA PORTUGUESA

© by José Augusto Carvalho, 2018.

FICHA TÉCNICA

Revisão e Composição
O Autor

Programação Visual
Jhobert Douglas

Finalização
Ana Salles

Arte da Capa
Thiago Sarandy

Supervisão
Victor Tagore

C324g Carvalho, José Augusto
 Problemas e curiosidades da língua
 portuguesa / José Augusto Carvalho – Brasília:
 Trampolim, 2018.
 384 p.

1. Língua portuguesa - Gramática. I. Título.

CDU 811.134.3'35

CDD 469.1

TRAMPOLIM é uma marca da TAGORE EDITORA

Todos os direitos reservados de acordo com a lei.
Composto e impresso no Brasil. *Printed in Brazil.*

TAGORE EDITORA
SRTVS Quadra 701, Bloco O, Edifício Novo Centro Multiempresarial, sala 203.
CEP: 70.340-000, Brasília, DF.

Dedicatória

*Para
Josina Nunes Drumond,
Jorge Elias Neto e
Cláudia S. Coelho,
pelo incentivo e pela amizade.*

PALAVRAS PRÉVIAS

O que se vai ler são artigos que publiquei em revistas especializadas ou, em sua maioria, numa coluna semanal sobre língua portuguesa, que mantive por cerca de três anos (de 2006 a 2009) no jornal *A Gazeta*, de Vitória, ES.

Dos 144 artigos que publiquei no citado jornal, alguns foram adicionados a outros do mesmo tema ou assunto, e outros foram suprimidos ou condensados, por apresentarem repetições de doutrina, mas, algumas vezes, mantive umas poucas redundâncias para manter a linha de raciocínio pela pertinência do assunto.

Este livro destina-se basicamente a um público heterogêneo (leigo ou não) como o que é habituado à leitura de jornais ou de revistas informativas. Não cito bibliografia no final, porque toda vez que faço referência a alguma obra, no próprio corpo do texto faço a indicação da fonte consultada segundo as normas da ABNT.

Como se trata de opiniões pessoais, em alguns casos, como o do “descer redondo” de certa propaganda de *cerveja*, o leitor poderá discordar, apesar de meu cuidado em basear-me em fatos da língua, quase sempre respaldado em estudiosos que conseguiram respeito nos meios acadêmicos.

Boa leitura e bom proveito.

Sumário

PALAVRAS PRÉVIAS

A LÍNGUA CULTA COMO INSTRUMENTO DE ASCENSÃO SOCIAL

LÍNGUA E CULTURA

UM PADRÃO IDEAL DA LÍNGUA

O EMPREGO DOS DEMONSTRATIVOS

VÍRGULA E PONTO E VÍRGULA

SIGLAS E ACRÔNIMOS

ESTRANGEIRISMOS E EMPRÉSTIMOS

UMA PALAVRA NO LUGAR DE OUTRA – A HIPÁLAGE

PLURAL DOS NOMES EM –ÃO

ERROS GENERALIZADOS

ABUSO DO GERÚNDIO

COLONIALISMO CULTURAL – PRIVANÇA OU PRIVACIDADE

DICAS PARA QUEM ESCREVE

NEOLOGISMOS

CONCORDÂNCIA DO VERBO SER

OS VÁRIOS PORQUÊS

CÂMPUS, PLURAL: CÂMPUS?

CRASE

PLURAL DOS NOMES PRÓPRIOS

EQUÍVOCOS VOCABULARES

O INVENTOR DE VERDADES

DESCER REDONDO

PÁTRIOS E GENTÍLICOS

ERROS MAIS COMUNS

ANÁLISE DE TRÊS EXPRESSÕES
PARTICULARIDADES DA LÍNGUA
BOM DIA OU BOM-DIA
PROBLEMAS DE PRONÚNCIA
POR QUE ODEIO E COPIO
PLEONASMOS OU REDUNDÂNCIAS
PARALELISMO
A TROCA DE SONS
PEGO OU PEGADO?
NORMAS EM DOCUMENTOS
NOMES EM “-ZINHO”
DISTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR
ERROS GENERALIZADOS
COLOCAÇÃO PRONOMINAL
VERBOS EM -IZAR
COCHILOS DE QUEM ESCREVE
GRAMÁTICA DE ERROS
LATERAL ESQUERDO, PONTA-DIREITA
PRECONCEITO CONTRA A LÍNGUA
FALAR E ESCREVER BEM
CURIOSIDADES LINGUÍSTICAS
VERBO VICÁRIO
O VERBO ADEQUAR
A ELIPSE
CHEFE, FEMININO: CHEFA
POR QUE “CUSPIDO E ESCARRADO”?
DOIS PROBLEMAS DE CONCORDÂNCIA
HIPERCARACTERIZAÇÃO

EMPREGO DO INFINITIVO (Resumo prático)

O ANACOLUTO

ERRO METODOLÓGICO

AS MUITAS VOZES VERBAIS

O ARTIGO – GÊNERO E CONCORDÂNCIA

CONFIAR DESCONFIANDO

O GERÚNDIO EXPULSO

DOIS DESAFIOS DA LÍNGUA

PALAVRAS CASADAS

O PAPEL DOS GRAMÁTICOS

A ORIGEM DE FORROBODÓ

FALSAS ETIMOLOGIAS

A REDUPLICAÇÃO

O “LINGUISTA” TRAPALHÃO OU A MÁ SELEÇÃO LEXICAL

REDAÇÃO NO VESTIBULAR

ALGUNS PROBLEMAS

CORREÇÃO EQUIVOCADA

A ORIGEM DO GERUNDISMO

FALAMOS A MESMA LÍNGUA

A NOITE, O INFINITO E ALGUNS ÉTIMOS

ORIGEM DOS NOMES DOS MESES

A ORIGEM DA PALAVRA BURRO

MEDITANDO SOBRE A LÍNGUA

O PAPEL DAS GRAMÁTICAS

PALAVRAS DE VESTIBULANDOS

TEMPO DE BRINCAR: O IMPERFEITO DO INDICATIVO

DUAS QUESTÕES DE LÍNGUA

DEMAGOGOS DO ENSINO

ETIMOLOGIAS IMPROVÁVEIS
A NOVA ORTOGRAFIA
POSTO QUE
JOVENS ALUNOS COM A PALAVRA
COMBINAÇÃO DE PRONOMES
ERROS INTERESSANTES
O PROBLEMA DO LHE
A GRAMÁTICA ESQUECIDA
ATAQUES À GRAMÁTICA
SELEÇÃO LEXICAL
PÉROLAS IBÉRICAS
ALUNOS EM EXAMES
COMPLEMENTO E ADJUNTO
EMPREGO DO CARDINAL
HONESTÍSSIMO EXISTE?
A SINESTESIA
A NÍVEL DE, FRENTE A, TV A CORES
REDAÇÃO ESCOLAR
POR QUE ALMANAQUE ?
NEGATIVAS E DUPLA NEGAÇÃO
ESTÓRIA OU HISTÓRIA
POR QUE SE USA M ANTES DE P E B ?
ETIMOLOGIAS POPULARES

A LÍNGUA CULTA COMO INSTRUMENTO DE ASCENSÃO SOCIAL

A norma culta é uma variedade linguística que se caracteriza como um padrão ideal de comportamento linguístico, a que todos aspiram em situações de formalidade, mas que, pelo menos oralmente, ninguém consegue atingir plenamente, porque é impossível manter um registro consistente de fala durante todo tempo. Em outras palavras, nem sempre é possível a um falante manter o estilo padrão de fala por um período mais ou menos longo.

Na escrita, contudo, em que é possível corrigir, apagar e repensar o que se escreve, o padrão ideal da língua pode ser atingido de forma consistente.

Como se trata de uma variedade linguística ideal, a norma culta funciona como uma espécie de língua artificial a que recorrem falantes de bom nível cultural em situações de formalidade.

O que um professor de português ensina em sala de aula são padrões ideais de linguagem, ainda que para isso ele recorra — como de fato o faz — a padrões reais de comportamento linguístico. Assim, um professor de português deve ensinar que o verbo *assistir* se constrói com a preposição **a** quando tem o sentido de ver, como na frase “Ele assistiu ao filme”. Mas esse mesmo professor, contudo, poderá dizer, terminada a lição, que “vai assistir um filme”, sem a preposição. Afinal, manter a regência canônica é manter uma forma de precisar o pensamento. Basta lembrar a frase de Victor Hugo, que aqui traduzo, citando de memória: “Quem assiste ao crime assiste o crime” — uma sutileza de linguagem que a inobservância da regência do verbo *assistir* elimina em português e que uma aluna do curso superior, terminando o mestrado sob minha orientação,

considerou tautológica por não tê-la entendido. Ensinar a norma culta não significa ter de usá-la sempre. Afinal, dificilmente um professor usará, por exemplo, a mesóclise, no trato com seus familiares. Ser-lhe-ia ridículo dizer à própria esposa “Querida, dar-lhe-ei um beijo”. Nem significa que se deva impor o dialeto prestigioso aos alunos. O objetivo do ensino da norma culta é fornecer aos educandos um instrumento ideal de ascensão social, uma forma ideal de expressão do pensamento preciso e claro.

Os linguistas acham que o ensino da norma culta significa sobrepor o dialeto prestigioso ao(s) dialeto(s) do(s) aluno(s). Na verdade, nunca foi essa a intenção dos professores de português. A má interpretação dos objetivos do ensino da norma culta se deve ao pressuposto de que, se o aluno já sabe falar o português quando entra na escola, por que se deve dar-lhe aulas de português? Qualquer pessoa já entra na escola respirando, obviamente. Mas, numa aula de natação, ele vai aprender técnicas respiratórias para tirar melhor proveito de sua capacidade física. Em nenhum momento ele será obrigado a utilizar essas técnicas respiratórias em todas as situações do cotidiano. Da mesma forma, uma pessoa que entra na escola consegue ouvir o que lhe dizem. Mas, numa aula de música, essa pessoa vai educar o ouvido, a fim de poder distinguir um dó de um ré. Isso não significa que a pessoa que aprende música seja obrigada a reconhecer todas as notas de todos os sons que ouve no seu cotidiano, vinte e quatro horas por dia. O mesmo acontece com o ensino da norma culta: o aluno que entra na escola já sabe obviamente falar a língua, mas o que ele vai aprender é como exprimir-se melhor, exatamente como o nadador que aprende a respirar melhor ou como o aprendiz de músico que aprende a diferença entre um dó natural e um dó sustenido. O aluno que estuda a norma culta não vai fazer uso dela vinte e quatro horas por dia. O objetivo do professor de português é fazer o que diz Evanildo Bechara: levar o aluno a ser poliglota em sua própria língua... Assim como a aprendizagem de técnicas respiratórias ajuda a performance física de um atleta, da mesma forma o conhecimento da norma culta ajuda o aluno em sua performance cultural. Ele não vai apenas dizer as coisas: ele vai dizê-las com mais desenvoltura, com mais precisão, com mais adequação e com mais firmeza. E o mais importante: ele terá seus horizontes abertos para o que de melhor se escreveu e se publicou em sua língua. Negar o ensino da norma culta ou privilegiar as formas populares da língua é evitar que o aluno cresça intelectualmente, porque certamente ele nunca lerá um bom livro, científico ou

ficcional, escrito no dialeto caipira ou baseado em sua fala distensa, despreocupada, num registro informal.

O registro é uma variedade linguística que constitui o maior ou menor grau de atenção que um falante dá à própria fala. Quanto mais formal for a situação, mais atenção o falante prestará ao que vai dizer.

A norma culta escrita é, portanto, o registro mais formal da língua, própria para situações que requerem a máxima atenção do escritor para o que vai escrever. Um trabalho científico exige um registro linguístico formal. Usar formas populares de um registro informal num trabalho científico não é apenas demagogia ou forma de escamotear a falta de competência linguística formal do autor a que Vitor Manuel de Aguiar e Silva chama de “competência literária”. É, sobretudo, desmerecer o próprio trabalho, nivelando-o por baixo.

Não poucos linguistas atuais utilizam registros informais em seus trabalhos acadêmicos, numa clara demonstração de que não se levam a sério ou de que não levam a sério o público para o qual escrevem, impedindo-o de ter acesso à norma culta, mantendo-o na ignorância de padrões ideais da língua ou de formas mais precisas de expressão das ideias, sob a ilusão de que o falar popular é que é mais adequado ou mais brasileiro.

Alguns gramáticos “modernos” sugerem, por exemplo, que se não deva ensinar a mesóclise sob a alegação de que se trata de forma arcaica e lusitana. Esses gramáticos (entre os quais se inclui, desgraçadamente, Celso Pedro Luft) sugerem que formas como *fi-lo*, *pu-lo* ou a combinação de pronomes (*lho*, *no-lo*, *etc*), além do pronome *vós* também são lusitanismos e arcaísmos que devem ser evitados no ensino da língua. Um estudioso (cuja tese de doutorado sobre um ponto da sintaxe portuguesa, defendida nos Estados Unidos, só foi aprovada porque seus examinadores não eram falantes do português) publicou para falantes do inglês uma “gramática de português” em que à conjugação verbal faltam as duas segundas pessoas e, conseqüentemente, os dois pronomes de tratamento direto: *tu* e *vós*, transformando em defectivos todos os verbos da língua.

A ideia parece-me duplamente antipedagógica, primeiro por preconizar a sonegação de informações úteis a quem queira aprimorar-se na língua ou a quem queira ler escritores contemporâneos portugueses (como Saramago, por exemplo), em cujas obras se encontram aquelas formas; em segundo lugar, há

escritores brasileiros contemporâneos que utilizam com adequação a mesóclise, a colocação pronominal “à moda lusitana” e o pronome vós.

Vejam, por exemplo, o saudoso Rubem Braga, que escreve, como cronista, em estilo coloquial bem brasileiro. No livro *Um pé de milho* (3.ed.Rio de Janeiro: Sabiá, 1970), há pelo menos três crônicas inteiramente escritas com o uso do pronome vós: “Conversa de abril”, “Sobre o vento noroeste”, e o cap. II da “História de São Silvestre”; a crônica “De bicicleta” tem, na sua segunda metade, uma série de ocorrências do “lusitânico” pronome-lo enclítico a vários infinitivos.

Achei que outro cronista e poeta brasileiro pudesse contradizer também a ingênua desinformação desses gramáticos. Em *Andorinha, Andorinha*, de Manuel Bandeira (Rio de Janeiro: José Olympio, 1966), há os seguintes lusitanismos que descobri numa leitura em diagonal:

1. fá-lo (p. 222, crônica “O romance de Carlos Eduardo”);
2. agradeço-lhas (p. 39, crônica “Direito por linhas tortas”);
3. oferecer-lha (p. 304, crônica “Grande Rachel” e p. 361, crônica “De Cacareco”);
4. dê-lha (p. 361, crônica “De Cacareco”);
5. recompõe-nas (p. 320, parte III, de “Rosa em três tempos”);
6. pode-se-lhe (p. 141, crônica “Documentário de escritores”);
7. dir-se-ia (p. 132, “Entre quatro paredes”, e 356, crônica “De nudez na praia”);
8. dir-lhe-ia (p. 146, crônica “Conselhos ao candidato”);
9. acarretar-vos-á (p. 163, “Conversa de professor”);
10. tomar-me-ia (p. 217, crônica “Poesia para a infância”).

Mas esses brasileiros são muito cheios de “lusitanismos”. Resolvi então recorrer a outro cronista: Humberto de Campos, exatamente na série em que ele é mais popular, mais coloquial e mais descontraído, a do Conselheiro XX. Vejam, em *Alcova e salão* (Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1945), os seguintes “lusitanismos arcaizantes e antiquados”:

1. fê-la (p. 13, “Napoleão galante”);
2. fê-lo (p. 145, “O vestido de Francisca”);
3. dar-lhe-ei (p. 28, “Constância inconstante”);
4. Vós compreendeis (...) o que eles vos dizem, quando vos fazem propostas (p. 28, “Língua universal”);
5. mandar-te-ei (p. 87, “A beata”);
6. divertimo-nos (p. 136, “O sonho”);
7. sentaram-no (p. 161, “A escola de noivos”);
8. encontraram-no (p. 274, “As alegrias da paternidade”).

Mas vejamos outro livro, *A funda de Davi*, também do Conselheiro XX (Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1945):

1. supor-se-ia (p. 11, “Comodidade”);
2. haviam-no (p. 11, “Comodidade”);
3. dar-lhe-iam (p. 17, “Diógenes e Cleonice”);
4. dar-lhe-ei (p. 226, “O sal”);
5. custar-lhe-á (p. 293, “O castigo de Fausto”, parte III).

Quando traduzi o romance de Jean Lévi, *O imperador chinês* (título original: *Le grand empereur et ses automates*), usei o *tu* e o *vós*, e todas as combinações pronominais indicadoras de um estilo elevado no trato com reis e príncipes, numa corte imperial. O romance saiu publicado pela Record em 1989. Felizmente, a editora reconheceu a necessidade desses “lusitanismos arcaizantes”. Infelizmente, o mesmo não aconteceu com a minha tradução do romance de Catherine Clément, *A valsa inacabada* (título original: *La valse inachevée*), editada também pela Record em 1990, em que o revisor trocou o tratamento direto *vós* de majestade pelos pronomes *o senhor*, *a senhora*, em desrespeito à tradição do tratamento pronominal português das cortes imperiais. A cor local do romance simplesmente desapareceu, porque a cerimônia e o respeito, sugeridos pelo pronome *vós*, foram suprimidos por formas como *o senhor*, *a senhora* que, embora respeitosas, nem de longe fazem pensar nos majestosos salões vienenses das valsas de Strauss (o romance em questão é sobre

a vida de Sissi, a última imperatriz da Áustria).

O fato de vós estar restrito, no Brasil, à função mágica da linguagem e às páginas da Bíblia não o elimina da língua portuguesa. Mas o fato de vós não ser ensinado adequadamente nas escolas leva o falante brasileiro, ainda que escritor tarimbado, a tropeçar na gramática quando tenta usar esse pronome.

A *Revista AG* nº 109, ano II, de 20 de junho de 2010, apresenta uma crônica de Paulo Coelho intitulada “A oração que eu esqueci”, em que ele reproduz uma oração publicada na década de 80 (ou seja: a oração foi republicada mais de 20 anos depois, mantendo os mesmos deslizes de então). Leiamos alguns trechos: “Senhor, protegi as nossas dúvidas (...), proteja os nossos sonhos (...). Senhor, protegi-nos porque a Vida é a única maneira que temos para manifestar o Teu milagre. (...) Dai-nos sempre a tua companhia e a companhia de homens e mulheres que têm dúvidas, agem, sonham, se entusiasmam, e vivem como se cada dia fosse totalmente dedicado a Tua glória.”

Nos classificados de um jornal do dia 20 de junho de 2011, há uma série de orações que os fiéis publicaram na crença de terem alcançado alguma graça por obra de sua devoção. Em nenhuma delas há o emprego adequado do pronome vós. Leiamos a “Oração a Jesus”, por exemplo: “Oh! Meu Jesus! Em vós depositei toda a minha confiança. Vós sabeis de tudo, meu Pai. És o Senhor do Universo. (...). Ilumine meus passos, assim como o Sol ilumina todos os dias o amanhecer.”

Outro exemplo (Oração às almas poderosas e injustiçadas): “Minhas almas santas que neste mundo foram injustiçadas, rogo a vós que atendei ao meu pedido. Almas benditas que tendem sede de justiça, atendei ao meu pedido (...).”

Novena em louvor ao Menino Jesus de Praga: “Ó! Jesus que dissestes: Pede e recebereis, procurai e achareis e a porta se abrirá (...).”

Evitar o ensino do pronome vós, da mesóclise e das combinações pronominais, em suma, evitar o ensino da boa norma significa sonegar informações necessárias à compreensão de obras científicas e literárias em língua portuguesa de todas as épocas, e não apenas as clássicas. Significa vedar ao falante o acesso integral aos melhores autores da língua portuguesa e aumentar a falta de cultura e de discernimento dos falantes de português. Não quero dizer que se deva exigir que o aluno empregue o vós ou a mesóclise em

suas redações, mas é necessário que ele saiba que essas formas existem para que ele não se surpreenda quando as vir empregadas em algum texto. Existe até mesmo uma corrente de professores que preconiza a edição da Bíblia em linguagem acessível às massas, sem o vós, sem as combinações pronominais. Em lugar de trazer o povo à cultura, preconiza-se mantê-lo na ignorância; em lugar de incentivá-lo a ler a Bíblia como ela é, preconiza-se descer o nível da linguagem bíblica para manter-lhe o emburrecimento ou a falta de cultura. Os ditadores adoram essa atitude, porque, quanto menos culto for um povo, mais fácil será manipulá-lo.

LÍNGUA E CULTURA

A língua que a gente fala influi na visão que a gente tem do mundo? Em outras palavras, o nazismo surgiu na Alemanha porque a língua alemã leva ao preconceito e à guerra? Será, como disse Voltaire criticando Kant, que só mesmo um alemão poderia escrever um livro como a *Crítica da razão pura*? O comunismo nasceu na Rússia porque a língua russa seria a única a favorecer a ideia da ditadura do proletariado?

Essa em linhas gerais era a opinião que Nicholas Marr divulgou na URSS e que só não prejudicou mais o avanço da linguística moderna ou do Círculo Linguístico de Praga por causa da intervenção direta de Stálin, no *Pravda*.

O marrismo, *grosso modo*, pode ser mais ou menos exemplificado na comparação que Robert Lado fez entre duas culturas diferentes: a de um americano, falante monolingue do inglês, e a de um mexicano, falante monolingue do espanhol (LADO, Robert. *Introdução à linguística aplicada*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 153 e ss.). Um americano não vê maldade numa pescaria, mas vê crueldade numa tourada. Em ambos os casos, temos um homem armado lutando contra um animal desarmado. Mas o mexicano tem uma visão diferente da tourada. Em inglês, os termos que designam as partes do corpo humano são os mesmos que designam as partes do touro: legs (pernas), back (costas), neck (pescoço), por exemplo, embora precedidos do adjetivo *animal* ou *human* (animal legs, human neck...). Isso levaria o americano a ver algo de humano no touro. Lado cita a existência de um personagem de histórias americano chamado Ferdinando, que é um touro com sentimentos humanos. Em espanhol, os termos que designam as partes do animal são diferentes dos que designam partes humanas: patas (piernas), lomo (espalda), pescuezo (cuello). Assim, um mexicano não vê “nada de humano” no touro, e não vê a tourada como algo “desumano”. Em contrapartida, um peixe tem no corpo guelras,

escamas, nadadeiras, termos diferentes dos que designam partes do corpo humano. Dessa forma, para um americano, o peixe não suscitaria o mesmo sentimento “humanitário” que o touro. Isto é, ele condenaria a tourada, mas não a pescaria, mais por causa da língua que fala do que pelo que possa haver de racional nesse sentimento. É claro que essa conclusão é equivocada, já que em toda a América do Sul as touradas são proibidas por cruéis, apesar de mantidas as diferenças de nomes das partes do touro e do homem, em português e em espanhol.

A *Folha de São Paulo* (quinta-feira, 19-03-1999, p. 16), na reportagem intitulada “Linguagem afeta a percepção das cores”, de Marcelo Leite, fala na língua dos berinmos, de Papua-Nova Guiné, na Oceania, que tem uma palavra “nol” para designar verde, azul e até uma parte do roxo, e a palavra “wor” para amarelo e branco. Os danis, também de Nova Guiné, têm apenas duas palavras para cores: as equivalentes a escuro e claro, em português. Britânicos e berinmos foram testados: os britânicos tiveram maior número de acertos quando as cores que deviam lembrar caíam ao longo de uma fronteira verde-azul, consagrada em sua língua. Os berinmos eram mais precisos na memorização nol-wor. É claro que britânicos e danis percebem física e objetivamente as cores. As palavras são diferentes, não a percepção.

H.A.Gleason (*Introduction à la linguistique*. Paris: Larousse, 1969, p. 9-10), ensina que a língua bassa, da Libéria, divide as cores do espectro em apenas duas: hui (que vai do violeta ao verde) e ziza (que vai do amarelo ao vermelho). E lembra que os botânicos consideram que, nas flores, o amarelo, o laranja e o vermelho constituem uma série, e que o verde, o azul, o anil e o violeta formam outra série. As duas séries apresentam diferenças fundamentais que devem ser consideradas essenciais em qualquer descrição botânica. Para descrever os fatos de maneira econômica, os botânicos forjaram dois neologismos genéricos: o xântico e o ciânico, que correspondem àquelas duas séries. Os falantes da língua bassa não precisaram estabelecer essas duas séries, porque elas já existem naturalmente em sua língua como hui e ziza.

Não se pode dizer, como fez crer o autor da reportagem, com base no biólogo Davidoff, que os resultados da experiência com cores indiquem que a percepção de categorias ocorre somente para falantes da língua que marca a distinção de categorias, ou que “os resultados nos experimentos são consistentes

com um considerável grau de influência linguística na categorização das cores”. Podemos não saber nomear a cor, mas é óbvio que percebemos sua diferença. Quem vai de Vitória a Guarapari pela orla marítima verá no mar tonalidades bastante diferentes de verde, ainda que não seja capaz de dar-lhes nomes, ausentes no seu vocabulário ou talvez até mesmo no dicionário de língua. Podemos ignorar os muitos nomes que designam diferentes tonalidades de branco nas amostragens de cores de uma loja de tintas, mas reconhecemos (ainda que sem saber denominar) quando um branco é gelo, algodão, neve, acinzentado, fosco, brilhante...

A divisão do espectro em duas cores, como na língua bassa, ou em seis, como na língua francesa, não provém, segundo Gleason (O.c. p. 9) “da diferença na percepção visual das cores, mas representa somente uma diferença na maneira com que a língua classifica ou estrutura as cores”.

Em outras palavras, a língua é um veículo de cultura, que não influi na visão do mundo. É antes a cultura que influi na língua, já que a esta cabe nomear os avanços que aquela registra.

UM PADRÃO IDEAL DA LÍNGUA

Existem na língua padrões reais e padrões ideais de linguagem. Padrão ideal é o que se espera que o falante diga numa situação de formalidade. Padrão real é o que o falante diz em situações informais ou em situações em que o falante recusa ou ignora a formalidade. O que se ensina na escola, nas aulas de português, são padrões ideais, basicamente num estilo refletido, isto é, num certo grau de formalismo em que o falante policia a linguagem, prestando atenção à própria fala.

Quando alguém, com exagero, afirma que determinado orador “assassina” o português, o que ele está dizendo é que esse orador não aprendeu ou não respeita os padrões ideais de um registro adequado à situação de formalidade em que o discurso se realiza.

Segundo alguns linguistas, seria tão absurdo acusar alguém de não saber falar a sua própria língua materna quanto acusá-lo de não saber “usar” corretamente a visão. Se esses linguistas fossem os pesquisadores que acreditam ser, saberiam que é possível aprender a ver. É uma visão educada que permite apreciar detalhes de uma tela de Renoir ou de Gauguin. É educando o ouvido que se aprende a distinguir os tons e semitons de uma escala musical. É aprendendo a respirar que se pode praticar um esporte adequadamente.

Embora uma pessoa entre na escola respirando, ouvindo ou enxergando, não é exagero dizer que ela ainda não sabe respirar, ouvir ou enxergar adequadamente em certas situações. O mesmo ocorre com a língua. Entra-se na escola falando-se o português. Mas é aprendendo a falar a própria língua que um falante consegue mudar os registros linguísticos de acordo com a situação da fala. A língua não tem apenas uma função social.

O sistema linguístico é uma rede de relações constitutiva de um estágio cronológico da língua, que se subdivide em outros sistemas. Dessa forma, existe

um sistema de demonstrativos e um sistema de sons vocálicos, por exemplo. Até o final da Idade Média, o sistema dos demonstrativos era constituído por uma dúzia de pronomes, como *esto*, *esso*, *aquelo*, *aqueste*, *aqueste*, *este*, *esse*, *aquela*, *isto*, *isso*, *aquilo*. Alguns desses demonstrativos caíram em desuso. O sistema é outro, hoje, porque se alterou a rede de relações entre os demonstrativos, com a eliminação de alguns deles, mas a língua permanece a mesma. A norma é que restringiu o sistema.

Norma é o que é usual, normal, habitual na fala de uma comunidade. A norma restringe o sistema e varia de acordo com a região, com o dialeto (cada dialeto tem suas normas linguísticas próprias). Assim, o sistema permite que o pretérito perfeito de *fazer* seja *fazi*, como o de *correr* é *corri*. Mas a norma exige que o pretérito perfeito de *fazer* seja *fiz* e rejeita a forma *fazi*.

O que caracteriza uma língua são os instrumentos gramaticais e não o léxico, isto é, é a gramática e não o dicionário o que caracteriza uma língua. A frase seguinte é legitimamente portuguesa, embora as palavras reais que a constituem sejam todas estrangeiras: “O Office-boy flertou com a garçonete da pizzeria.”

Essa frase é portuguesa porque seus instrumentos gramaticais são portugueses: o artigo, a preposição, a flexão verbal –ou, o sufixo –aria. Não é pelo fato de se usarem alguns termos em Portugal desconhecidos no Brasil (e vice-versa) que se pode considerar que a língua falada lá seja diferente da falada aqui, porque o dicionário não faz a língua. Se fizesse, o inglês seria língua latina (há maior número de palavras de origem latina do que de origem anglo-germânica usadas no inglês diário) e o romeno seria língua eslava (grande parte do vocabulário ativo do romeno, que é língua latina, é de origem eslava).

Alegam os linguistas que é necessário um dicionário português-brasileiro (como o de Eno Teodoro Wanke, o de Mauro Villar, ou o de Roldão Simas Filho) para entender o português de Portugal. Está certo. Mas não é o vocabulário que caracteriza a língua. Duvido muito que um carioca do asfalto entenda o português de um morador da favela. E a língua é a mesma. Basta ler o livro *Desabrigo e outros trechos*, de Antônio Fraga (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999) para ver o porquê do glossário brasileiro-brasileiro, nas páginas 55-63, quase no final do volume.

O fato de não entendermos certas palavras usuais em Lisboa e

desconhecidas no Rio de Janeiro (e vice-versa) não significa que estejamos diante de línguas diferentes. Afinal, também é possível dizer uma frase no português do Brasil sem que nenhum brasileiro de cultura média a entenda, como, por exemplo: “Pouco se me dá que claudique a onagra. O que me apraz é acicatar.” *Traduzida* para um registro mais informal, essa frase significa: “Pouco importa que a mula manque. O que eu quero é rosetar.” São Línguas diferentes?

Os linguistas que privilegiam a fala popular em detrimento da norma culta, sob a alegação de que o português falado no Brasil é outra língua diferente do português falado em Portugal, confundem norma com sistema e adotam, como critério de definição de língua, apenas pronúncias regionais e o léxico, e não os instrumentos gramaticais, como se fossem diferentes no Brasil o feminino, o plural, a flexão verbal ou os demonstrativos que se ouvem em Portugal.

Falta-lhes, a esses linguistas, um pouco mais de estudo e de reflexão sobre a língua...

O EMPREGO DOS DEMONSTRATIVOS

As gramáticas apresentam excesso de regras para o uso dos pronomes demonstrativos, muitas das quais redundantes e até confusas. Na verdade, o pronome demonstrativo tem duas funções ou dois empregos distintos. O ideal é conhecer a única regra básica para cada demonstrativo em cada uma dessas funções.

A primeira função é chamada pragmática ou situacional, porque o pronome se refere à situação, ao contexto em que a fala ocorre, e seu emprego é paralelo e equivalente ao dos advérbios pronominais **aqui** (para a 1ª pessoa), **aí** (para a 2ª pessoa) e **ali** (para a 3ª pessoa). Assim, o emprego de **este** equivale, situacionalmente, ao de **aqui**; o emprego de **esse**, ao de **aí**; e o emprego de **aquele**, ao de **ali**. Ex.: “Quem é **aquele** homem (**ali**)?”, “**Este** rapaz que você vê (**aqui**) é meu amigo”, “**Esse** relógio (**aí**) é muito bonito”. Os pronomes demonstrativos, em seu emprego situacional, primitivamente representam, na escrita, gestos que acompanham a fala.

Nesse emprego situacional, **este** se refere ao universo espaçotemporal do falante: **este** relógio (aqui) é o que estou usando ou tenho em mão; **esta** sala (aqui) é a sala em que me encontro; **este** livro (aqui) é o que estou lendo ou segurando; “**este** momento” significa “agora”, etc. **Esse** se refere ao universo distante do falante, mas não necessariamente próximo ao do ouvinte. Ao referir-me, por exemplo, a “esses políticos de Brasília”, não estou necessariamente apontando para o universo espaçotemporal do meu interlocutor. Mas, ao referir-me a “**essa** camisa (**aí**) que **você** está usando”, obviamente aponto para o universo do ouvinte. **Aquele**, por sua vez, só se refere a algo distante do falante e do ouvinte: “Quem é **aquele** homem que vai **ali**?”

A segunda função do demonstrativo é chamada textual ou sintática. O pronome demonstrativo, na função sintática, refere-se ao que já foi dito ou ao que ainda vai ser dito num texto.

Este quando empregado sozinho, sem oposição, se refere ao que ainda vai ser dito no texto: “O lema da nossa bandeira é **este**: Ordem e progresso.” **Esse** é sempre empregado sozinho, sem oposição, e refere-se sempre ao que já foi dito no texto: “Fé, esperança e caridade – **essas** são as virtudes teológicas.”

Aquele é empregado unicamente em oposição a **este** e sempre em referência ao que já foi dito no texto. Ex.: “Pedro estuda e Maria se diverte. **Aquele** passará no vestibular, mas **esta** ficará reprovada.” Repare-se que nunca se deve dizer **esse** em oposição a **aquele**.

Essas regras têm exceção: delas se excluem as formas cristalizadas na língua e, portanto, inalteráveis, como **isto é** (nunca “**isso é**”), **por isso** (nunca “**por isto**”), **posto isso** (nunca “**posto isto**” e, menos ainda, “**isto posto**”), etc.

Posto isso (apesar do que diz Evanildo Bechara, em suas *Lições de português pela análise sintática*, é melhor evitar **isso posto**, porque é categórica a regra segundo a qual o sujeito é posposto ao verbo nas reduzidas de particípio), espero que o leitor não tenha mais dúvidas sobre o emprego de **este** e de **esse**.

VÍRGULA E PONTO E VÍRGULA

A configuração da nossa língua é SVO, isto é, sujeito-verbo-objeto(s). Em outras palavras, a frase em português segue basicamente essa ordem, e qualquer outra ordem, ainda que possível, pode causar estranheza ou incompreensão. Por essa razão, um falante de pouca escolaridade será capaz de considerar que, na frase “*Chegou o trem*”, “o trem” é objeto e não sujeito de “chegou”, ou que seja indeterminado o sujeito da frase “*Matou-se o presidente*” (na verdade, aí, o sujeito é “o presidente”, podendo o pronome SE ser ou partícula apassivadora – com o sentido de “o presidente foi morto” –, ou objeto direto – com o sentido de “o presidente matou-se a si mesmo”).

No caso da vírgula, que é um problema de sintaxe e não de pausa na leitura, se o leitor se lembrar da configuração do português, só porá vírgulas onde houver alguma palavra encaixada na sequência SVO, ainda que invertida. Por exemplo: na frase “*O rapaz deu um anel à namorada*” não existe vírgula, porque a sequência SVO não apresenta encaixes. Qualquer termo que se encaixar nessa frase terá, forçosamente, de ser virgulado. Assim: “**O rapaz**, *filho de um médico*, **deu**, *anteontem*, **um anel**, *possivelmente de grande valor*, **à namorada**, *uma bela moça, filha de uma viúva.*” Repare-se que todos os encaixes estão isolados por vírgulas. A inversão da sequência SVO não obriga a usar a vírgula; o encaixe, sim. Ex.: “*Dinheiro o Pedro eu sei que não tem*” (= Eu sei que o Pedro não tem dinheiro.) “*Muito viaja quem muito lê.*” Em síntese: não se separa o sujeito do verbo, nem o verbo dos seus objetos, nem o nome do seu complemento, nem o adjetivo do substantivo, etc. Qualquer elemento que se encaixe entre esses termos deve ser isolado por vírgula.

Também se isolam por vírgula: os elementos coordenados; os adjuntos adverbiais deslocados, quando longos; as expressões explicativas, como *isto é*, *ou seja*, *ou melhor*, etc.; o vocativo; os termos pleonásticos. Ex.: Dinheiro, eu

não o tenho em quantidade, mas posso ajudar você. (Aqui, usou-se a vírgula depois de “dinheiro”, que se repete pleonasticamente sob a forma do pronome “o”, e antes da conjunção “mas”, a fim de separar as orações.)

Usa-se ainda a vírgula para mostrar a elipse verbal e entre o local e a data, em correspondência particular ou oficial. Usa-se ainda a vírgula antes da conjunção “e”, quando o sujeito é diferente ou, facultativamente, quando a conjunção “e” se repete (polissíndeto). Ex.: “*Pedro saiu cedo, e Maria está preocupada.*” “*Comprei uma camisa; e ele, um terno.*” “*A ventania levou árvores, e telhados, e pontes, e animais.*”

Nota: não se deve separar por vírgula a conjunção da oração que ela introduz, a menos que esteja deslocada. Ex.: “*Pedro saiu, porém não voltou.*” “*Pedro saiu; não voltou, porém.*” “*Mário estudou muito, portanto passou no vestibular.*”

O ponto e vírgula usa-se basicamente em duas situações: para separar elementos coordenados em que já exista vírgula internamente e para separar orações coordenadas que se opõem, de certa forma, quanto ao sentido. Ex.: “*Eram tristes, insatisfeitas; e, além do mais, desatentas.*” “*Um dia é da caça; outro, do caçador.*” “*Ele é bom; mas é avarento demais.*”

SIGLAS E ACRÔNIMOS

Acrossemia é o nome que se dá à redução de palavras às suas sílabas iniciais ou aos seus fonemas iniciais. Assim, é acrossêmica a palavra **Ifes**, formada pelos fonemas iniciais das palavras “Instituição Federal de Ensino Superior”, assim como a palavra **Contran**, formada com as sílabas iniciais de “Conselho de Trânsito”. A acrossemia forma siglas, siglônimos e acrônimos. Qual é a diferença entre esses três conceitos?

Sigla é o nome que se dá à reunião das letras iniciais de vários vocábulos, sem articulação prosódica. Isto é: a sigla constitui mera abreviatura. Ex: PMDB, PT, IBGE, BCG, IPTU, etc. A sigla, portanto, mesmo nos derivados, como *petista* (de PT), por exemplo, continua sendo realizada letra por letra.

O acrônimo ou siglema (que Silveira Bueno, no seu *Tratado de semântica brasileira*, chama também de acrograma), constitui uma palavra da língua. Embora a acrossemia forme siglas e acrônimos, o acrônimo constitui uma palavra nova. Enquanto a sigla é sempre lida letra por letra, o acrônimo se lê como vocábulo independente, como *Varig*, *Vasp*, *Ufes*, *sonar* (palavra formada pelas iniciais da expressão inglesa *sound navigation and ranging*), etc.

Na ortografia, a diferença entre esses dois conceitos (sigla e acrônimo) é fundamental: a sigla é sempre grafada com letras maiúsculas, sem exceção: IPVA, IPTU, INSS, OEA, CPMF, UFRJ, etc. O acrônimo se escreve com letras minúsculas, exceto a inicial, se se tratar de nome próprio: **laser** (*light amplification by stimulating emission of radiation*), **radar** (*radio detecting and ranging*), **aids** (*acquired immunological deficiency syndrome*), Detran, Bradesco (Banco Brasileiro de Descontos), etc. Se o acrônimo, contudo, tiver menos de quatro letras, deverá escrever-se com todas elas em versal: LER (lesão por esforço repetido), ONU, PIB, ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), ECA (Escola de Comunicação e Artes), etc.

O Dicionário do Aurélio, 2ª edição, erra ao grafar **aids** com todas as letras maiúsculas (**AIDS**), já que é um acrônimo e não uma sigla, e não constitui nome próprio. O Dicionário dos “herdeiros” do Aurélio acerta ao grafar **aids** com minúsculas, mas erra não só ao grafar **sida** (equivalente em português de **aids**) com todas as letras maiúsculas (**SIDA**), mas também ao dizer que **sida** (s.v.) é uma sigla, e não um acrônimo, apesar de, nos verbetes próprios (**sigla**, item 4, e **acrônimo**), ocorrer definição adequada.

Às vezes são as sílabas e não apenas as letras iniciais que formam o acrônimo. É o caso de Petrobrás (que significa “petróleo brasileiro”; estranhamente, é acrônimo oxítono, mas é grafado sem o acento agudo em desrespeito à ortografia oficial), Banestes, Detran (Departamento de Trânsito), Arena (Aliança Renovadora Nacional), etc. Quando uma sigla se escreve como se pronuncia, com os nomes das letras por extenso, diz-se que se trata de um siglônimo, ou de um sigloide, como tevê (TV), cedê (CD), elepê (LP, isto é, “*long playing*”), etc.

A diferença, portanto, entre sigla e acrônimo, que as gramáticas geralmente não fazem, é fundamental não apenas para a ortografia, mas também (e sobretudo) para a compreensão do fenômeno e da formação adequada da abreviatura, do siglônimo e da acrossemia. Quando muito, para corrigir uma impropriedade gráfica do Aurélio...

ESTRANGEIRISMOS E EMPRÉSTIMOS

Há duas forças na língua que, segundo Saussure, se opõem simultaneamente: o espírito de campanário (*esprit de clocher*) e o espírito de intercuro. O primeiro visa a assegurar a estabilidade da língua diante de influências estrangeiras; o segundo opera de forma a permitir a entrada na língua de empréstimos e estrangeirismos.

O empréstimo é uma forma ou expressão linguística que uma língua aceita e adota de outra. O que distingue o empréstimo do estrangeirismo é que este ainda não se integrou à língua, enquanto aquele já é do domínio de seus usuários. Assim, palavras como *habitat* (latim), *menu* (francês), *flashback* (inglês), *Blitz* (alemão) são estrangeirismos. Mas palavras como *balé* (fr. “ballet”), *chofer* (fr. “chauffeur”), *futebol* (ing. “foot-ball”), *chutar* (ing. “shoot”) são empréstimos, porque já estão incorporados à língua, com roupagem vernácula integral. O empréstimo pode ser externo, quando proveniente de outra língua (como *mantilha*, de origem castelhana) ou interno, quando proveniente de um dialeto, de um registro ou de um falar típico dentro da mesma língua (como *mixar* ou *mixaria*, da gíria dos ladrões; ou *boia*, que designa comida, na gíria militar).

Nem sempre o estrangeirismo adotado numa língua tem o mesmo sentido na língua de origem. Assim, a expressão *outdoor*, usada por falantes do português para designar o quadro em que se fazem anúncios em via pública, não tem esse sentido em inglês, em que *outdoor* significa “ao ar livre”. O que nós denominamos *outdoor* chama-se em inglês *billboard*. O francês *rendez-vous* significa “encontro”, sem a conotação pejorativa de seu uso em português. A expressão *bi Gott* (que significa “por Deus”) do médio alto alemão, usada como

invocação empregada para reforçar uma afirmativa, no séc. XV, entrou na língua francesa como *bigot*, com o sentido de “carola”, pessoa muito devota. O termo alemão *Blitz*, que usamos para designar uma batida policial de surpresa, se origina da expressão *Blitzkrieg* (“guerra relâmpago”), que designava os ataques rápidos e inesperados dos alemães na II Guerra, mas, na língua de origem, *Blitz* significa “relâmpago”, e não batida policial.

O empréstimo, muitas vezes, faz “turismo”: passa de uma língua A para uma língua B, e volta à língua A com modificações. O português *feitiço* deu origem ao francês *fétiche* que voltou ao português com outro sentido. O substantivo *boeuf*, que, em francês, significa “boi”, foi emprestado ao inglês que o adotou como *beef* na palavra *beefsteak* (“fatia de boi”), que voltou ao francês como *bifteck* (em português, “bife”).

Um tipo especial de empréstimo é o decalque, termo com que se designa a tradução literal, na língua A, de uma palavra ou expressão de uma língua B, às vezes com a subversão do significado tradicional na língua A dos elementos que constituem a tradução. Por exemplo, *cachorro quente* é decalque do inglês *hot dog*; *salvar*, com o sentido de “guardar num arquivo do computador”, é decalque do inglês *save*; *realizar*, com o sentido de “entender, perceber”, é decalque do inglês *realize*. A utilização de *gênero* como sinônimo de “sexo” é decalque do inglês *gender*, numa confusão condenável, porque gênero nunca existiu em português como sinônimo de sexo (sexo é distinção semântica, e gênero é distinção gramatical, isto é, uma palavra sempre do gênero feminino, como “criança”, por exemplo, pode designar pessoa do sexo masculino; e vice-versa: uma palavra do gênero masculino, como “mulherão”, designa pessoa do sexo feminino). A expressão *luta de classes*, que designa, no marxismo, o conflito entre classes sociais ou entre o proletariado e a burguesia, é um decalque do alemão *Klassenkampf*. Outros decalques: *quebra-luz* (do fr. “abat-jour”), arranha-céu (do ing. “sky-scraper”), *balípedo* ou *ludopédio* (neologismos de Castro Lopes para substituir o ing. “foot-ball”), *autoestrada* (do fr. “auto-route”), *caminho de ferro* (do fr. “chemin de fer”), etc.

Às vezes o decalque nasce de uma tradução inadequada. Na expressão *Rutschbahn* ou *Rutschberg*, que significa “montanha” (Berg) “de escorregamento” (Rutsch), designando uma atração de origem alemã em parque de diversões, o nome *Rutsch* foi indevidamente traduzido para o francês como se

fosse o adjetivo *russe*, e a atração ficou conhecida como *montagne russe*, isto é, “montanha russa”.

Um estrangeirismo de uso no Brasil, apenas parcialmente adaptado ao vernáculo, é a palavra *gol*. Alguns gramáticos e o dicionário Houaiss, equivocadamente, postularam a existência de um plural *gois*, apenas virtual e hipotético. Na verdade, *gol* é apenas a adaptação gráfica do inglês *goal*, já que todas as palavras oxítonas terminadas em –ol, em português, têm a vogal tônica aberta, como lençol, terçol, futebol, rol, etc; se gol mantém a vogal fechada é porque não é palavra portuguesa, e o plural *gols* é legitimado. Repare-se que o fr. *rôle* (com a vogal fechada) deu origem ao português *rol* (com a vogal aberta), o que mostra sua perfeita adaptação ao nosso léxico. *Gois*, portanto, com a vogal fechada não é palavra portuguesa e nunca poderá ser o plural de *gol*.

Neologismo é uma palavra inventada (ou com sentido novo). Para reforçar o espírito de campanário, os campeões de neologismos no Brasil são Castro Lopes e Oduvaldo Cozzi. Poucos neologismos de Castro Lopes conseguiram alguma aceitação, como *protofonia* (“ouverture”) ou *convescote* (“piquenique”). A maioria foi rejeitada: *cinesíforo* (“chofer”), *festimana* (“matinée”), *demostasia* ou *operinsurreição* (“greve”), *ludâmbulo* (“turista”), *lucivelo* (“abajur”), etc. Mas, no futebol, Oduvaldo Cozzi foi mais feliz com seus neologismos: *escanteio* (“corner”), *zagueiro* (“back”), *impedimento* (“off side”), *falta* (“foul”), *penalidade máxima* (“penalty”)... Pena que *tento* (“goal”) e *arqueiro* (“goal keeper”) tenham tido pouca aceitação.

UMA PALAVRA NO LUGAR DE OUTRA – A HIPÁLAGE

Os dicionários definem a hipálage como um expediente retórico segundo o qual uma palavra ocupa numa frase o lugar que convém logicamente a outra que com ela mantém um vínculo semântico e gramatical. Por exemplo: ao falar, em Os *Lus*. X, 2, em “abundantes mesas de altos manjares”, Camões quer dizer, retoricamente, “abundantes manjares de altas mesas”. Quando fala em “apetite necrófago da mosca”, Augusto dos Anjos, no poema “Cismas do destino”, parte II, quer dizer que a mosca é que é necrófaga, e não o apetite.

A hipálage é um processo psíquico, como a sinestesia. A sinestesia é a correspondência entre sentidos ou sensações diferentes, como “música doce”, por exemplo, em que a sensação acústica – música – se associa a uma sensação gustativa – doce. É por sinestesia que falamos em “voz grossa” ou que atribuímos ideia de coisa “gorda” a uma palavra como “maluma”, ou damos cores (verbocromia) a determinados sons, como o negrume ao u (fúnebre, túmulo, catacumba, urubu), e a clareza ao a (claro, raro, preclaro...) A hipálage, no entanto, é mais complexa que a correspondência sinestésica de sensações, e não raro diz respeito à sintaxe e não apenas à semântica. É por hipálage que dizemos que o sapato não entra no pé (na verdade, é o pé que não entra no sapato). Também por hipálage, a moça que engordou diz que determinado vestido não cabe mais nela (na verdade, é ela que não cabe mais no vestido).

Não é apenas o deslocamento de um nome ou de um verbo que produz a hipálage; a permuta de casos e de funções sintáticas também pode caracterizá-la. Assim, uma expressão aparentemente errada, como “dar a luz a uma criança” (por “dar à luz uma criança”) pode ser adequadamente justificada como uma hipálage popular. Tanto faz, portanto, dizer que o bebê foi dado à luz, quanto

dizer que a luz foi dada ao bebê... A preferência que as gramáticas dão a uma das expressões (“dar à luz um bebê”) não justifica a condenação da outra (“dar a luz a um bebê”).

Há exemplos “carnavalescos” de hipálage na sintaxe popular, observáveis até mesmo na fala de pessoas cultas. Quando diz que “meu carro furou o pneu”, o falante não quer dizer que seu carro tenha realmente furado o próprio pneu... Quando dizemos que “Pedro quebrou o braço ao cair”, não estamos querendo dizer que Pedro foi o autor da própria fratura... Quando se diz que “o tanque vazou o óleo todo”, não se quer dizer que foi o tanque o autor da façanha... Outros exemplos: Cafu fez três cirurgias (foi o médico quem as fez). O jogador operou o septo nasal (foi o médico dele que operou).

Embora já se tenha falado nessas construções sintáticas em trabalhos linguísticos sobre topicalização (como o livro de Eunice Pontes, *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática/INL, 1986) não me consta que exista algum estudo específico de psicolinguística exclusivamente sobre a hipálage.

É pena.

PLURAL DOS NOMES EM –ÃO

O plural dos nomes em –ão é problemático, não só porque há três possibilidades de pluralização (em –ões, –ães e –ãos), mas também porque, graças ao hábito de se copiarem uns aos outros, sem a necessária análise crítica, gramáticos chegaram a inventar formas fantasma, conforme denúncia de Mattoso Câmara, nas últimas linhas do cap. XI do seu livro *Estrutura da Língua Portuguesa*.

Numa tentativa de sistematização, podemos inicialmente apresentar algumas regras categóricas, isto é, sem exceção: 1) As paroxítonas fazem o plural em –ãos: bênçãos, órgãos, sótãos. 2) Fazem o plural em –ões (oxítono): a) os aumentativos e falsos aumentativos (falso aumentativo é o que parece o aumentativo de um nome pela semelhança formal, como “botão” em relação a “bota”): torrões (torre), escovões, caixões, limões (lima), baiões (baio), anões (Ana); b) os nomes em que –ão designa origem, proveniência ou agente: saxões, bretões, comilões (que comem muito), babões, beberrões; c) todos os nomes femininos: visões, razões, estações, paixões; d) os nomes que têm forma igual à de verbos: porões (porão, v. pôr); serões (serão, v. ser), verões (verão, v. ver).

Regras dos COGNATOS: a) fazem o plural em –ãos os nomes que apresentam cognatos (palavras da mesma família) em que o –a do ditongo –ão permanece seguido de –n– e de qualquer vogal, exceto –i. Ex.: vilãos (vilanaço), artesãos (artesanato), irmãos (irmanar), verãos (veraneio), vilãos (vilanesco), anãos (anano); b) fazem o plural em –ães os nomes cujos cognatos conservam o –a seguido de –n– e da vogal –i: anães (nanico), escritvães (escrivaninha), capitães (capitania), vilães (vilania), charlatães (charlatanice); c) fazem o plural em –ões os nomes que mudam a vogal –a do ditongo em –o ou em –io, nos cognatos: leões (leonino), mamões (mamoeiro), ferrões (ferroada), frações (fracionar), funções (funcionário), feijões (feijoada), etc.

Repare-se que “vilão” e “anão” têm três plurais, que nossas regras justificam: “vilões” e “anões” (falsos aumentativos de “vila” e “Ana”), “vilães” e “anães” (por terem “vilania” e “nanico” como cognatos) e “vilãos” e “anãos” (por terem “vilanaço” e “anano” como cognatos). “Verão” faz “verões” (por causa da forma igual à do verbo “ver”) e “verãos” (por causa do cognato “veraneio”).

Essas são as regras principais. Os monossílabos tônicos quase sempre são exceções, mas as regrinhas dos cognatos se podem aplicar a alguns monossílabos: pães (cognato: “panificadora”); mãos (cognato: “manual”; “manicure” é adaptação gráfica do francês “manucure”); cães (cognato: “canino”); “são” (sinônimo de “sadio”), apesar da forma igual à do verbo “ser”, faz o plural “sãos”, mas há a forma cognata “sanatório”, por exemplo, que justifica o plural “sãos”. Felizmente, as exceções quase sempre são palavras de uso corrente, sem muito risco de levar o falante a dizer bobagem: cidadãos, cortesãos, cristãos (falsos aumentativos), alemães, etc.

A regra mais usual e mais frequente é a do plural em –ões, que se aplica também a nomes próprios não paroxítonos: Joões, Sebastões, Simões (Simão), etc. Mas: Cristóvãos (paroxítono).

(Este artigo é resumo de um trabalho longo que publiquei numa revista em 1979 e que serviu, para minha alegria, como base para a dissertação de mestrado de Marinalva Freire da Silva, defendida em 1982 e publicada pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Univ. Federal da Paraíba, em 1993.)

ERROS GENERALIZADOS

As pessoas habituem-se de tal forma com certas expressões errôneas, escritas ou orais, que as reproduzem, na crença de que são formas corretas, e estranham, quando veem as formas adequadas, acreditando-as erradas.

Exemplifico: o nome alternativo do queijo mozzarella aparece com tanta frequência escrito com SS em supermercados e restaurantes, que o leitor pensa que a forma *muçarella*, corretamente escrita com Ç, tem um erro de grafia.

Um erro generalizado, mesmo entre pessoas cultas, é o da leitura como Z do S de *subsídio* ou de *subsistência*. Sempre que a letra S ocorrer depois de uma consoante oral, seu som será sempre o de C de *cebola* (à exceção de *obséquio* e derivados, que analisaremos a seguir), como em: verso, falso, lapso, etc. À exceção de palavras com *trans-*, em que o S soa Z, como em *trânsito*, *transatlântico*, etc., em todas as outras o S soa C, como em *manso*, *tenso*, etc. Assim, a pronúncia do S em *subsídio* e *subsistência* é a mesma do S de *subsolo*, *subsequente*, etc.

A palavra *obséquio* se origina do neutro latino *obsequium* (=“serviço”), do verbo *obsequi* (=“ceder a”, “obedecer”), derivado de *sequi* (=“seguir”). Compare-se o latim *sequi* com o português *séquito*. O plural do neutro *obsequium* é *obsequia* (=“cortejo”), que deu *obsèque*, em francês, com o sentido de “serviço fúnebre”, correspondente ao nosso *exéquias*, do latim *exsequiae*, que significa “pompa fúnebre, funerais, restos mortais”. A forma plural feminina *obséquias*, em português, que os dicionários registram, é sinônimo de *exéquias*. O sentido de “complacência” ou “serviço” permaneceu na palavra *obséquio*, em português, com algumas nuances, o que não ocorreu com o francês, em que predominou o sentido fúnebre. Mas foi por contaminação com *exéquias*, de que *obséquias* é sinônimo, que *obséquio* tem o S soando Z.

Outro erro generalizado está na indicação dos minutos que antecedem

uma hora plena qualquer. Assim, é comum ouvir de pessoas cultas algo como “às dez para as oito” ou “às quinze para as duas”, por exemplo, em lugar de “aos dez para as oito” ou de “aos 15 para as duas”, já que a referência aí é a minutos (“aos quinze minutos para as duas”).

Sequer – Há uma tendência geral entre os bons usuários da língua a utilizar a partícula de exclusão ou o advérbio *sequer* com o sentido negativo, como na frase: “Ele sequer pagou o almoço, porque sequer tinha um real na carteira.” Os dicionários de língua de Cândido de Figueiredo, Moraes Silva, Aurélio Buarque de H. Ferreira, Caldas Aulete, Antenor Nascentes e Antônio Houaiss; e os dicionários etimológicos de J. T. da Silva Bastos e A. G. Cunha ensinam que *sequer* significa “ao menos”, “pelo menos”, tendo, portanto, valor afirmativo. O Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa, ensina: “Usa-se com valor enfático em contexto negativo ou em orações condicionais, sendo parafraseável por “nem que seja/fosse”, “(nem) ao menos”. *Não tem sequer um amigo. Não escreveu sequer a introdução do artigo. Não moveu sequer um dedo. Faria o trabalho, se me dessem sequer uma oportunidade.* **nem sequer**, loc. adv., serve para formar a negação de uma frase e apresenta valor enfático sendo parafraseável por “nem ao menos”, “nem mesmo”. *Nem sequer estava preocupado com isso.* Embora o Houaiss reconheça que *sequer* é “usado modernamente quase sempre na negativa”, bons autores ainda o usam com o valor positivo de “ao menos”, “pelo menos”. Eis o que diz o Pe. Lemos Barbosa a respeito da língua tupi, no primeiro parágrafo do prefácio ao seu *Curso de Tupi Antigo* (Rio de Janeiro: São José, 1956, p. 9): “Língua vulgar prevalente nos primeiros tempos da Colônia, falada na catequese e nas bandeiras, instrumento das conquistas espirituais e territoriais da nossa história, o seu conhecimento, sequer superficial, faz parte da cultura nacional”.

O uso de “sequer” negativo pode provocar ambiguidades, em confronto com o uso adequado, como em: “Há pacientes que sequer sabem o nome do médico”.

Que o leitor responda: segundo o texto, os pacientes sabem ou não o nome do médico?

Sigamos, pois, a orientação dos bons dicionários de língua...

ABUSO DO GERÚNDIO

No dia 09-03-05, a TV Globo, no seu programa “Bom-dia, Brasil”, fez uma reportagem sobre o uso do gerúndio, em frases como “Vou estar trabalhando”. O entrevistado concluiu, inadequadamente, que se trata de um decalque da sintaxe inglesa. Ele não usou o termo “decalque”, mas deu a entender que se tratava de um.

Em seu livro clássico *Estilística da língua portuguesa*, Rodrigues Lapa chama “endorreia” ao abuso do gerúndio, numa alusão à terminação **-ndo** dessa forma verbal.

Ora, tanto em inglês quanto em português, a forma dita “progressiva” indica o prolongamento da ação verbal, ou melhor, do processo verbal. Além do aspecto progressivo e, portanto, imperfectivo, o gerúndio indica também a simultaneidade de uma ação em relação a outra, como em “Ele viu o filme, *comendo* pipoca”.

Abstenho-me de comentar aqui o gerúndio usado como adjetivo (como em “Um livro *contendo* figuras”) ou como substantivo (em lugar do infinitivo, como em “A melhor maneira de achar uma vaga no centro é *comprando* um carro estacionado”, ou como em “Ouvi você *falando* de mim”), mas entendo que o gerúndio deva ter função basicamente adverbial, por oposição ao particípio (que deve ter basicamente função adjetiva) e ao infinitivo (que deve ter basicamente função substantiva).

É importante distinguir o gerúndio do gerundivo. O gerúndio é forma nominal de verbo e invariável. Mas o gerundivo é apenas nome deverbal, isto é, oriundo de verbo, e varia em gênero e número. O gerundivo latino tinha um sentido passivo. Literalmente, “o doutorando”, por exemplo, significa “o que vai ser doutorado”. Esse significado passivo não é mais observado pelo falante. Nomes como bacharelando, doutorando, professorando, diplomando, etc. são

formas de gerundivo, oriundas dos verbos bacharelar, doutorar, professorar, diplomar, etc. Há gramáticos radicais que recusam legitimidade ao nome “vestibulando”, porque “vestibular” não é verbo, mas o uso consagrou a forma, agora definitivamente incorporada ao léxico da língua.

Quando um falante diz “Vou estar estudando”, não há o que censurar ou objetar, se o processo de estudar se prolonga no futuro. Isto é: quando digo “Não me telefone entre as três e as sete horas, porque nesse período vou estar *estudando*”, estou querendo dizer que o meu tempo de estudo vai durar quatro horas (das 3h às 7h). É claro que, quando digo “Vou estar enviando um e-mail”, por exemplo, o meu erro está em indicar o prolongamento de uma ação que, na prática, é rápida, pontual, ou não se prolonga no tempo. Em outras palavras, se o falante disser “Vou estar ouvindo”, sem a intenção de indicar a imperfectividade ou a progressividade do processo, seu erro será de natureza semântica e não de natureza sintática.

O abuso do gerúndio na fala popular pode estar caracterizando (o gerúndio aí é adequado) um problema de informação, e não um problema gramatical, isto é, não existe erro gramatical (nem imitação da sintaxe inglesa) no abuso do gerúndio na fala popular, embora seja recomendável que o falante atente para a adequação do que diz com o sentido do que quer dizer.

Para mais informações, ver TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português*. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1981; e CAMPOS, Odette A. de Souza. *O gerúndio no português*. Rio de Janeiro: Presença – INL/MEC, 1980.

COLONIALISMO CULTURAL – PRIVANÇA OU PRIVACIDADE

Não sou purista, mas há certos vícios linguísticos que devem ser evitados, não por serem erros e ainda menos por serem vícios, mas por serem uma forma de subserviência à dominação cultural estrangeira, uma forma de colonialismo cultural.

É admissível e até necessário que a linguagem específica da tecnologia, da ciência ou de uma profissão, como a terminologia dos computadores, por exemplo, mantenha o uso de empréstimos (como *deletar*), de decalques (como *salvar*, em lugar de “guardar”) ou de estrangeirismos (como *e-mail*, *download*, *backspace*, *shift*, etc.), até porque sua universalidade os torna cômodos. Mas a existência de equivalentes semânticos no nosso léxico deveria inibir o uso ou o abuso desses recursos linguísticos ou metalinguísticos estranhos ao nosso idioma, sobretudo quando não se trata de linguagem técnica, nem específica de uma área do conhecimento humano.

O sufixo –ância ou –ança, legitimamente português, exprime ação, vigilância, e não raro forma substantivos a partir de verbos, como matança (matar), governança (governar), esquivaça (esquivar), usança (usar), criação (criar), poupança (poupar), gastança (gastar), esperança (esperar), confiança (confiar), ignorância (ignorar), observância (observar), constância (constar), distância (distar), militância (militar) instância (instar), predominância (predominar), etc. Também exprime porção, coletividade, como em: vizinhança (vizinho), molhança (molho); e aumento, como em: carrança (que designa pessoa presa às tradições), festança (festa), etc.

Privança é um substantivo de uso clássico na língua, formado a partir do

verbo *privar*. Leiamos, por exemplo, esta passagem de Rebelo da Silva do conto “A última corrida de touros em Salvaterra”, constante do livro *Trechos seletos*, de Sousa da Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935, pp. 209-220):

“Uma tourada real chamara a corte a Salvaterra. Os fidalgos respiravam nestas ocasiões menos oprimidos. Não os assombrava tão de perto a privança do ministro.” (O.c. p. 210)

Por uma questão de colonialismo cultural, o substantivo *privança* acabou sendo substituído por *privacidade*, neologismo recentemente incorporado à língua a partir do inglês *privacy*. Ora, os substantivos formados com o sufixo –(i)dade se originam basicamente de adjetivos, como realidade (real), elasticidade (elástico), agilidade (ágil), felicidade (feliz), humanidade (humano), crueldade (cruel), lealdade (leal), etc. Raramente um substantivo é a base da formação de outro substantivo em –dade, como irmão (irmandade). *Privacidade* teoricamente, se não fosse um anglicismo, deveria ter sido formado a partir de um hipotético adjetivo terminado em –z ou em –ico, à semelhança de vivaz (vivacidade) ou elétrico (eletricidade). Como esse adjetivo (privaz ou privaco) não existe, a má-formação do nome *privacidade* denuncia a bastardia do empréstimo. O ideal seria retomar a forma vernácula *privança* ou adotar o nome também já existente na língua, e mais adequado, formado a partir de privativo: *privatividade*, já adequadamente registrado em verbete próprio no Dicionário Houaiss e ignorado pelo Dicionário Aurélio.

Outro neologismo formado desnecessariamente a partir do inglês é o verbo *internalizar* e seu particípio *internalizado*, de uso generalizado na literatura linguística, sobretudo depois do advento da gramática transformacional. Ora, esse sufixo –izar forma verbos a partir de substantivos, como horrorizar (horror), atemorizar (temor), aromatizar (aroma), martirizar (mártir); ou de adjetivos, como realizar (real), suavizar (suave), vulgarizar (vulgar), finalizar (final), formalizar (formal), etc. Como não existe nenhum adjetivo “internal” em português, o verbo adequado, em lugar de *internalizar*, deveria ser *interiorizar* (de interior).

Também marca de subserviência cultural, parece-me, é a grafia híbrida do nome da maior cidade norte-americana: Nova York.

Hibridismo é o nome que se dá a uma palavra composta de formas de línguas diferentes. Assim, goleiro, por exemplo, é formado por elementos de

duas línguas distintas: do inglês *goal* mais o sufixo português *–eiro* (que aparece em *brasileiro*, *açucareiro*, *cajueiro*). Além desse hibridismo vocabular, há o hibridismo gráfico. A grafia preferida e divulgada pela mídia do nome dessa cidade americana é “Nova York”, em que se mistura a grafia portuguesa (Nova) com a grafia inglesa (York). Esse hibridismo é tão deplorável quanto “New Iorque”. Ou se escreva à americana “New York” ou se escreva à portuguesa “Nova Iorque”. Misturar as grafias é profundamente lastimável. Sobretudo porque quem nasce lá é *nova-iorquino*, com i, e não “nova-yorkino”, com y, apesar da absurda aceitação recente de “nova-yorkino” pelos “donos” da língua, os autores do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa...* A nova ortografia aceita o y para antropônimos e topônimos originários de outras línguas e em seus derivados, mas a forma *nova-iorquino* é legitimamente vernácula. A forma *nova-yorkino* não existe em nenhum dicionário anterior ao recente acordo ortográfico inútil, burro e inoportuno.

Como disse, não sou purista. Mas parece-me de mau gosto usar estrangeirismos desnecessários, em detrimento de expressões ou de grafias legitimamente vernáculas.

DICAS PARA QUEM ESCREVE

Há certas regrinhas que muitos usuários da língua desrespeitam quando escrevem, por vício de oralidade. Vejamos algumas delas.

1. Em face de/em frente de – As locuções prepositivas formadas com um substantivo têm sempre duas preposições: uma antes e outra depois do substantivo. Ex.: fim / a fim de; atenção / em atenção a; função / em função de; respeito/ a respeito de /com respeito a; causa / por causa de; procura / à procura de, etc. Ora, como *frente* e *face* são substantivos, as locuções prepositivas correspondentes têm de ser formadas com duas preposições: à frente de/em frente a/em face de. Vale dizer: “frente a” e “face a” não existem, nem constam dos bons dicionários de língua.

As únicas locuções prepositivas com núcleo substantivo e apenas uma preposição no fim são, que eu saiba, “graças a” e “mercê de”, que são sinônimas. Esta última, com sentido de “ao capricho de”, tem também duas preposições ladeando o núcleo substantivo: “por mercê de”. A explicação para essas exceções, parece-me, se prende à mudança de sentido ao longo do tempo. A expressão “graças a” é exceção talvez por causa da alteração semântica do latim *gratia*, “agrado”, para “favor” e “reconhecimento” (“dar graças a Deus”), que se manteve no sinônimo “mercê”: “mercê de Deus” (“pela mercê de Deus”). Assim “graças a” vem de “graças a Deus”, uma parte da expressão “dar graças a Deus”. As formas *graça* e *mercê* (esta, em sua tradução francesa, *merci*, denota agradecimento) estão na origem das formas respeitosas de tratamento de 2ª pessoa: vossa mercê (port.), vuestra merced (esp.), Lei (=ela, italiano), Sie (=elas, alemão). Em alemão, a fórmula vossa *mercê* era traduzida no plural: *Eure* (por Euer) *Gnaden*, isto é, “vossas graças”.

2. Dentre – entre – de entre. *Dentre* é contração das preposições *de* e *entre*, e significa “do meio de”. Em outras palavras: se não há de, não há dentre.

Entre significa “no meio de”, “em meio a”. Ex.: “Bendita sois vós entre (não “dentre”) as mulheres.” MAS: “Dentre nós sairá o candidato ao cargo” (sair de). De *entre* se escreve em duas palavras, quando se quer manter a percepção diferenciada das unidades de um conjunto: “Ela tirou essa ideia de entre os vários livros e professores que consultou.”

3. Uso do apóstrofo – Segundo o *Formulário Ortográfico*, reproduzido nas partes pré-textuais do Aurélio (p. XX-XXV), usa-se o apóstrofo em apenas três situações: a) para indicar supressão de uma letra ou letras num verso: c’roa, ‘star; b) para reproduzir pronúncias populares: ‘tava, ‘teve; c) para indicar a supressão da vogal em palavras compostas por hífen: pau-d’água (bêbado), copo-d’água (planta, lanche). E observa o Formulário Ortográfico: “Restringindo-se o emprego do apóstrofo a esses casos, cumpre não se use dele em nenhuma outra hipótese.” Assim: dele, doutro, daqui, vivalma, etc.

4. Uso do trema – O uso do trema permanece em nomes estrangeiros, como Lübke, Göthe, Friedländer, Michaëlis, Anaïs Nin, etc.

5. Afro-afra – Certos adjetivos pátrios podem ser abreviados, como luso (lusitano), afro (africano), nipo (nipônico), franco (francês), etc. Outros têm equivalentes reduzidos bastante diferentes, como galo (francês), ebúrneo (costa-marfinense), sino (chinês), etc.

Em linguística, dizemos que uma “forma” é presa quando não tem existência isolada. “Forma” é o nome que se dá a um fonema ou a um conjunto de fonemas dotados de significação. Assim, o S final de “pratos” é uma forma que significa “mais de um”, característica do plural. E é uma forma presa, porque só pode aparecer anexada a um nome (substantivo ou adjetivo). A palavra “prato” é também uma forma, já que tem significação própria. Mas é uma forma livre, porque é capaz de, sozinha, constituir uma frase, como na resposta à pergunta: “O que você comprou? Prato ou panela?” Resposta: “Prato”.

Adjetivos pátrios, como nipo- ou sino-, aparecem nos dicionários com um hífen apostro à vogal final, para indicar que são formas presas, que só existem na composição de formas livres. Nipo- e sino- vêm sempre antepostos a outras formas, como sino-brasileiro ou nipo-americano. “Luso” e “afro”, contudo, são formas livres, isto é, são adjetivos que têm pronúncia independente de qualquer outra forma, como em “música lusa”, “dança afra”, embora possam aparecer como formas presas na composição de outras formas, como em “luso-brasileiro”

ou em “afrodescendente”.

Ocorre que adjetivos como nipo-, sino- e galo- são exclusivamente formas presas, isto é, só ocorrem como elementos de composição vocabular, como sino-coreano, nipo- africano, galo-romano. Não podemos dizer “música sina”, por exemplo, mas, como “afro” é forma que pode ser tanto livre quanto presa, podemos dizer “música afra”. O Volp e os dicionários brasileiros de língua não admitem **afro** como forma livre e variável em gênero e número. Mas o Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa registra **afro** como adjetivo flexionável e consequentemente como forma livre.

6. Ganho-ganhado – Quando um verbo tem dois participípios (verbo abundante), o regular tem sempre função verbal; e o irregular, função adjetiva. Por exemplo: O vento tinha secado a roupa (função verbal). A roupa está seca (função adjetiva). Os participípios regulares se constroem com “ter” ou “haver”; os irregulares, basicamente, com “ser” ou “estar”. Se o participípio regular puder ser usado também como adjetivo e não apenas como verbo, então os dois participípios poderão ter sentido diferente: homem omissa (irresponsável) / homem omitido (esquecido); garota enxuta (de corpo bonito / garota enxugada (livre de umidade); carro seguro (que dá segurança) / carro segurado (coberto por uma seguradora); trabalho correto (sem erro) / trabalho corrigido (que sofreu correções); amigo oculto (amigo X) / amigo ocultado (escondido); abstraído/abstrato; pervertido/perverso; torcido/torto; rompido/roto; corrompido/corrupto, etc.

Em contrapartida, há três verbos que perderam seus participípios regulares há pelo menos 200 anos, restando apenas os irregulares: ganhar (ganho), pagar (pago) e gastar (gasto). Não existem mais as formas “ganhado”, “pagado” e “gastado”, apesar de aparecer na imprensa, vez por outra, a forma “ganhado”. Seu uso é um anacronismo, um arcaísmo. Numa consulta ao Aurélio, no verbete “ganhar”, item 30, ler-se-á: “a forma regular ‘ganhado’ quase não é usada hoje, a não ser em certos provérbios e locuções, como, p. ex., vintém ganhado, vintém poupado, e viver do ganhado.” Basta conferir.

7. Mais bem/mais mal. – Os advérbios “bem” e “mal” formam com o participípio dos verbos um todo semântico indissociável. Por isso, todas as palavras formadas com “mal” ou “bem” e um participípio se escrevem como compostas ou derivadas, em que “mal” e “bem” funcionam como primeiros

elementos de composição ou como prefixos: mal- afortunado, mal-educado, mal-arrumado, mal-assombrado, malcriado, malconservado, malfadado, malformado, malferido, malfeito, malquerido, mal-intencionado, malsinado, malsucedido, malvisto, etc.; bem-ordenado, bem-sucedido, bem-vindo, bem-intencionado, bem-dotado, bem-visto, bem-querido, etc.

Ora, presumir que se possa dizer “melhor educado” ou “pior pago” significa admitir a quebra dessa unidade semântica e a possibilidade de se dizer “melhor vindo” ou “pior criado”, em lugar de “mais bem-vindo” ou “mais malcriado”.

Se algum escritor de renome usou “melhor” ou “pior” antes de particípio, quebrando essa unidade semântica, isso não é motivo para transformar em norma o que não é mais que feito de fala: ao escritor compete quebrar e não seguir as normas gramaticais do dialeto culto. É ilegítima, embora generalizada, a citação de escritores para abono de regras gramaticais: primeiro, porque não foi a linguagem dos escritores que sedimentou a norma culta portuguesa, mas a linguagem jurídica; e, segundo, porque o objetivo de um escritor é renovar a linguagem, ser original, ser diferente dos outros.

Portanto, apesar dos exemplos encontrados nas gramáticas e nos dicionários de língua e tirados de bons escritores, não se deve dizer “melhor” nem “pior” antes de particípio. O adequado é dizer “mais bem” e “mais mal” antes de particípio, ainda que o ouvido pouco treinado em norma culta estranhe essa prolação, quase sempre inusitada.

8. A nível de/em nível de – As gramáticas condenam indevidamente a locução prepositiva “a nível de”, porque se trata de um galicismo (ex.: “Il est à mon niveau”, isto é, “ele é do meu nível” ou “ele está no meu nível”), e ensinam que se deve dizer apenas “em nível de”. Ora, se formos condenar galicismos, temos de evitar dizer “abajur”, “avalanche”, “flamboaiã” (forma portuguesa de “flamboyant”, já dicionarizada) e muitas outras palavras. E teremos de condenar também, segundo Cláudio Brandão, em sua *Sintaxe Portuguesa* (Belo Horizonte: ed. do Autor, 1963, p. 559-60), certas expressões de uso corrente que também são galicismos, como “galinha ao molho pardo” (em vernáculo deveria ser “galinha em molho pardo”), ou “trabalho a fazer” (o ideal seria “trabalho para fazer”) ou “equação a duas incógnitas” (o mais recomendável seria “equação com duas incógnitas” ou “de duas incógnitas”), ou “solução à base de sal” (em

vernáculo diríamos “em base de sal” ou “com base em sal”). Portanto “em nível de” é construção preferível, por ser mais portuguesa, mas isso não significa que a expressão “a nível de” esteja errada. Em outras palavras: diga “em nível de”, mas evite condenar quem disser “a nível de”, que também é forma aceitável.

9. Ovo estalado/ovo estrelado – O Houaiss, no verbete “estalar”, registra, na acepção 6, o verbo “estalar” como sinônimo de “estrelar”, isto é, de fritar o ovo com a clara e a gema inteiriça. A primeira acepção de “estalar” é “partir, quebrar, espedaçar”, tanto no Houaiss quanto no Aurélio. Para os cozinheiros, ovo estrelado é o ovo frito inteiro, com clara e gema inteiras. E ovo estalado é o ovo frito aos pedaços, como o que se usa para fazer farofa ou recheio de frango. Portanto não existe erro nenhum em se dizer “ovo estalado”, ainda que se não queira fazer a distinção dos “chefs” de cozinha.

10. Fato real — Alguns gramáticos acham que é redundante a expressão “fato real”, na pressuposição de que todos os fatos são necessariamente reais. Leiamos o que dizem os melhores dicionários de língua, no Brasil. O Houaiss, no verbete “história”, acepção 11, define: “narração de eventos fictícios ou não”. No verbete “narrativa”, lemos: “exposição de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos encadeados, reais ou imaginários, por meio de palavras ou imagens”. No subverbo “conto de fadas”, do verbete “conto 1”, lê-se: “LIT. conto infantil que narra encantamentos e fatos maravilhosos com a intervenção de fadas (boas ou más)”. No verbete “romance”, na acepção 7, lê-se: “prosa, mais ou menos longa, na qual se narram fatos imaginários, às vezes inspirados em histórias reais, cujo centro de interesse pode estar no relato de aventuras, no estudo de costumes ou tipos psicológicos, na crítica social, etc.”. Finalmente, no verbete “novela”, na parte referente à etimologia do termo, lemos: “narração de um acontecimento real ou imaginário”.

O Aurélio, no verbete “novela”, diz: “narração, usualmente curta, ordenada e completa, de fatos humanos fictícios, mas, por via de regra, verossímeis”. E no verbete “romance”, do Aurélio, há a seguinte lição, na acepção 7: “fato ou episódio real, mas tão complicado que parece inacreditável”.

Em resumo: um fato, evento ou acontecimento pode ser real, fictício, maravilhoso, imaginário, verossímil e até inacreditável. Vale dizer: “fato real” não é pleonismo.

11. .A expressão “elas por elas”, variante de “ela por ela”, de curso em

Portugal, é uma locução adverbial, como a bem classifica o *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*, de Laudelino Freire. Isso significa que “elas por elas” não pode exercer função subjetiva, mas adverbial. O verbo não concorda com a expressão, como registra o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, de Hildebrando de Lima, que originou o Dicionário Aurélio que, aliás, repete o exemplo: “Se mexer comigo, terá o troco: é elas por elas.” – Repare-se o verbo ser (é) no singular.

NEOLOGISMOS

Na língua existem séries ou relações abertas e séries ou relações fechadas. Uma série é aberta quando se podem nela incluir novos itens; e é fechada, quando não há mais a possibilidade de aumentá-la. A flexão é uma série fechada. Não há a menor possibilidade de se inventar um feminino novo, uma desinência verbal nova ou um plural novo. Mas a derivação é uma série aberta: podemos inventar palavras novas (isto é, neologismos), com os recursos de que dispomos na língua. Os verbos em –ir e em –er são séries fechadas. Os verbos em –ar constituem uma série aberta. Podemos inventar um verbo novo, mas ele terá de ser da primeira conjugação e seguir o paradigma de verbos como *estudar*, por exemplo, a menos que se forme, por prefixação, de verbo já existente de qualquer conjugação. Por isso não é admissível a forma *pertine*, em curso nos textos em juridiquês (jargão de juristas). O infinitivo desse verbo inexistente teria de ser *pertinar*; mas seus “inventores” talvez tenham pensado em *pertiner*, por causa de *pertinente*, por analogia com reger/regente, escrever/escrevente. Os verbos em –ir formam adjetivos em –inte, como seguir/seguinte, constituir/constituente. Verbos em –ir com adjetivo em –ente são mais raros: fluir/fluyente, servir/servente. Um infinitivo *pertinir* também seria inaceitável, já que os verbos em –er- e –ir pertencem a séries fechadas. A forma conjugada no presente do indicativo teria de ser *pertina*. O erro do juridiquês é duplo, portanto: além de o verbo ser malformado, a conjugação também está incorreta. Em lugar de *pertine*, que não existe, diga-se: é *pertinente*.

A partir de –latria, que designa “culto” ou “adoração”, podemos formar, por exemplo, pedolatria, para denotar o adorador de crianças, ou podolatria, para indicar o fetichista que tem paixão por pés. Daí podemos formar outros substantivos, como pedólatra (que não tem a conotação pejorativa de pedófilo, mas não consta dos dicionários) ou podólatra (adorador de pés). Temos uma série de nomes assim, para designar pessoas que adoram ou cultuam alguma

coisa, como angelólatra (anjos), artólatra (pão), andrólatra (homem), xilólatra (ídolos de madeira), pirólatra (fogo), hidrólatra (água), iconólatra (ícones), demólatra (povo), astrólatra (astros), hagiólatra (santos), zoólatra (adorador de animais; zoólatra não tem a conotação pejorativa de zoófilo), etc. Um neologismo recente, *chocólatra*, pretende designar aquele que adora chocolate. Mas o nome chocólatra designaria o adorador de choco, um molusco cefalópode também chamado siba, do qual se faz uma tinta escura chamada sépia, muito usada em pintura. Na verdade, o adorador de chocolate deveria ser um *chocolatólatra*.

Recentemente, estão em uso vários neologismos formados a partir de um adjetivo a que se acrescenta o sufixo -izar, à semelhança de realizar (real), atualizar (atual), idealizar (ideal). Alguns desses neologismos são bem-formados, como “inicializar”, oriundo do adjetivo “inicial”. Outros são malformados, como “internalizar”, porque não existe o adjetivo “internal”. O correto é “interiorizar”. Não há razão para impedir ou condenar o livre curso dos neologismos bem-formados. O texto intitulado “Falabilizando”, de um articulista de *O Globo*, publicado em 05-04-05, contra esses neologismos em -izar, peca pela intransigência, pela ironia e pela utilização de formas inaceitáveis, como “quisibilizar” ou “impedibilizar”. O abuso não impede o uso. Não é por haver atualmente tantos neologismos em -izar que se vai lutar contra essa deriva da língua... Afinal, também condenaram o *imexível* do ex-ministro Magri, no governo Collor, que fez escola e cedo estará nos dicionários também, como o erudito *protofonia*, proposto por Castro Lopes...

CONCORDÂNCIA DO VERBO SER

Na concordância do verbo ser devemos considerar basicamente a seguinte hierarquia: a) o pronome pessoal prevalece sobre qualquer classe de palavra; b) o substantivo referente a pessoas, próprio ou comum, prevalece sobre os outros; c) o plural prevalece sobre o singular e sobre os seguintes pronomes sujeitos: quem, tudo, isto, isso, aquilo, o. Se, contudo, houver dois pronomes pessoais, o pronome sujeito predomina na concordância (Ex.: “Você não é eu, e eu não sou você”). Eis alguns exemplos que ilustram a hierarquia acima: Os donos da fazenda somos nós. Minha filha é os meus mimos. Esta menina é as esperanças da escola. Chico Anísio é os personagens dele. O Brasil são os brasileiros. O telhado eram palhas secas.

Obs.: Se o predicativo for parte do corpo, também é possível fazer a concordância com ele: *Maria é dois olhinhos azuis. Maria são dois olhinhos azuis.*

Se o sujeito for o pronome **quem**, a concordância se fará com o predicativo, conforme vimos: Quem são os *interessados* no negócio?

Se o predicativo forem as expressões *pouco*, *muito*, *bastante*, *demais*, dando ideia de quantidade, a concordância se fará no singular Ex: Um é pouco, dois é bom, três é *demais*. Dez reais é *pouco* para comprar uma casa. Cinquenta quilômetros é *muito* para uma maratona. Três colheres de sopa já é *bastante* para matar a fome dele.

Obs.: Com o adjetivo *suficiente* funcionando como predicativo, o verbo poderá ir para o singular ou para o plural, dependendo da flexão desse adjetivo. Ex: Cem reais é suficiente para o que ele quer comprar. Três livros são *suficientes* para meu lazer de uma semana.

O verbo *ser* relacionado a expressões ou a ideias de tempo, distância e

medida concorda com o numeral: É *uma* hora. Daqui até minha casa são *vinte* quilômetros.

Na aceção de tempo, aparecendo as expressões *perto de*, *cerca de*, pode-se usar o singular ou o plural. Ex.: *Era* perto de duas horas. *Eram* cerca de duas horas. Nas datas, a concordância deve fazer-se com o numeral se a palavra *dia* não estiver expressa (há um equívoco oriundo de uma lição do livro de 1961, *Manual de Expressão Oral e Escrita*, de Mattoso Câmara Júnior, renegada por ele mesmo, posteriormente, na segunda edição, mas generalizada entre gramáticos que pressupõem indevidamente a elipse da palavra *dia* e admitem a concordância tanto no singular quanto no plural): Hoje é dia 15. Hoje são 15. (É incorreto, portanto, dizer-se “Hoje é 15”. Cf. BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999, p. 558)

A expressão de realce *é que* é invariável se os elementos que a formam estão juntos; se estiverem separados, a concordância se fará normalmente, segundo as regras gramaticais. Ex.: “As rosas *é que* são belas./ Os espinhos *é que* picam. / Mas são as rosas *que* caem./ São os espinhos *que* ficam.”

Com títulos articulados ou nomes de países com artigo, a concordância do verbo *ser* se faz com o artigo. Admite-se, segundo Evanildo Bechara (*Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p. 564-5), a concordância do verbo *ser* com o predicativo no singular, só com títulos. Ex.: *Os Lusíadas* são (é) um belo poema. Os Estados Unidos são um país poderoso. Se o verbo do predicado não for o verbo *ser*, a concordância se fará obrigatoriamente com o artigo dos títulos: *Os Sertões* contam (plural) o episódio histórico de Canudos.

OS VÁRIOS PORQUÊS

O problema dos vários porquês tem perturbado escritores e estudiosos. Antes de entrar diretamente na explicação do seu emprego, gostaria de tecer algumas considerações técnicas sobre os diversos tipos de perguntas. Se o leitor estiver interessado apenas nos porquês, leia em diagonal os três parágrafos seguintes, para não se aborrecer com explicações que não dizem respeito diretamente aos porquês, mas são importantes para melhor entender a necessidade da distinção entre os seus vários usos.

Há quatro tipos de pergunta, dois dos quais propostos pelo linguista Tesnière (*Esquisse d'une syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1953, p. 3) que levou em conta a sintaxe da pergunta e a forma da resposta. Assim, Tesnière chama de pergunta *nuclear* aquela que apresenta um núcleo sintático substituído, na resposta, por outro. Por exemplo, em “Quem saiu?”, ou em “Como vai?”, o núcleo da pergunta (*quem* e *como*, respectivamente) é substituído na resposta por outro núcleo (sujeito e adjunto adverbial de modo, respectivamente). O segundo tipo de pergunta é o *conexional*, que só admite *sim* ou *não* como resposta. *Conexão*, para ele, *grosso modo*, é uma relação de dependência que se estabelece entre duas unidades que se articulam. Em “Você vai?” e em “Ela quer sair?”, a resposta só pode ser *sim* ou *não*. Em outras palavras: para Tesnière, a pergunta nuclear não admite *sim* ou *não* como resposta; a pergunta conexional, sim.

Os outros dois tipos de perguntas são: a *dupla* e a *de pressuposto*. A pergunta é dupla quando apresenta dois postos, como em “Você está ganhando dinheiro com seu negócio desonesto?” – Se o interrogado responder *não*, poderá estar negando o ganho de dinheiro, mas confirmando a desonestidade do negócio. Há, portanto, duas perguntas numa só: “Você ganha dinheiro?” e “Seu negócio é desonesto?”

O último tipo de pergunta é a pergunta do pressuposto, como em “Você

ainda bate em sua mulher?” – Seja qual for a resposta – sim ou não –, há o pressuposto de que o interrogado batia na mulher.

No estudo do porquê, os gramáticos nem sempre levam em conta esses quatro tipos de perguntas, quando afirmam que *porque* (numa palavra só) se usa apenas para respostas. É verdade que *porque* (numa palavra, sem acento) se usa para respostas, ou melhor, para indicar causa: “Ele trabalha porque precisa de dinheiro” (Resposta à pergunta possível: “Por que ele trabalha?”). Mas pode ser usado para perguntas conexionais (as que admitem sim ou não como resposta): “Ele trabalha porque precisa de dinheiro?”

Assim, temos o uso de *porque* (numa palavra, sem acento) para perguntas conexionais, para respostas a perguntas nucleares e para indicação de causa: “Ele saiu porque quis.” – *Por que* (em duas palavras, sem acento) se usa no início de orações interrogativas nucleares (que exigem *porque* como resposta: “Por que você saiu?”) ou no caso em que o *que* é pronome relativo (“As causas *por que / pelas quais* luto são nobres”). O *por que* (separado, sem acento) equivale a “por qual” ou “a razão pela qual”: – “Não sei *por que* motivo você saiu – *por que* você saiu.” O *porquê* (junto, com acento) é substantivo; significa “causa”, “motivo”, e é sempre precedido de um determinante (normalmente o artigo): “Não sei o *porquê* (= o motivo) da renúncia do Jânio”, “Com tantos *porquês*, a criança enlouquece os pais”. Finalmente, o *por quê* (separado, com acento) é a pergunta nuclear em final de oração: “Ele saiu *por quê*?” (Uma “dica”: se você puder dizer “qui” na pronúncia do “que”, o “que” é sem acento; se não puder dizer “qui”, mas apenas “quê”, o “que” é acentuado. Ex.: na frase “Por que é que você fez isso? Por quê?”, a pronúncia é “Pur qui é qui você fez isso? Pur quê?” Só o último “que” é acentuado.)

Acho que, com essa orientação, o leitor já sabe *por que* se usa o *porquê*. Sabe *por quê*? É *porque* aprendeu.

Essas distinções gráficas, exceto a que diz respeito ao pronome relativo *que* precedido da preposição *por* e ao substantivo *porquê*, parecem-me desnecessárias e um arremedo de outras línguas, como o francês, o inglês ou o alemão. Mas a tradição gramatical que estipula essas distinções é forte demais para que se despreze ela. A rigor, portanto, o *por que* separado das perguntas nucleares equivale ao inglês *why*, ao alemão *warum* e ao francês *pourquoi*. O *porque* junto, em resposta às perguntas conexionais, equivale ao inglês *because*

(*for*), ao alemão *darum* (*weil*) e ao francês *parce que* (*car*).

CÂMPUS, PLURAL: CÂMPUS?

Há palavras latinas que se incorporaram ao léxico português, seguindo as regras ortográficas da nossa acentuação, como *superávit* (do pretérito perfeito do verbo *superare*, “sobrar”), *déficit* (do presente do indicativo do verbo *deficere*, “faltar”), *hábitat* (do presente do indicativo do verbo *habitare*, “morar”), *habeas* (de *habeas corpus*, isto é, “que tenhas o corpo”), *fórum* (do neutro latino *forum*, i, “praça pública”), *quórum* (do genitivo plural do pronome relativo *qui* ou *quod*, “o qual”), etc.

Está certo que expressões ou partes de expressões latinas, como *ad hoc*, *curriculum vitae*, *in limine*, *statu quo*, etc. se submetam (ainda que com restrições), às normas gramaticais do latim, uma vez que, embora partes de expressões, mantêm sua coesão sintática. Estranhamente, o Aurélio registra *status quo*, desrespeitando a lição de Paulo Rónai, no livro *Não perca o seu latim*, editado pela Nova Fronteira, a mesma do Dicionário, e feito com a colaboração do próprio dicionarista! *Statu quo* é parte da expressão “in statu quo ante” (no estado em que estava antes). Dizer ou escrever “status quo” é uma impropriedade gramatical: a preposição latina *in*, no caso, exige o ablativo *statu* e não o nominativo *status*.

Os defensores do plural *campi* (nominativo) para *campus*, no entanto, incorrem em duas contradições: 1) aí, o respeito à gramática do latim deveria implicar respeito à declinação toda; dever-se-ia, pois, dizer “vou ao *campum*” (acusativo singular), “estou no *campo*” (ablativo singular), “o governo deu verba extra aos vários *campis*” (dativo plural); não há razão para que apenas no nominativo se respeite a norma; 2) quem diz *campi* não deveria dizer “o quórum”, uma vez que *quorum* significa “dos quais”, genitivo plural. Por que respeitar a gramática latina por um lado (e parcialmente) e desrespeitá-la por outro?

Se a ideia é respeitar a gramática latina, então o plural de *hábitat* teria de ser *habitant*; e o de *superávit*, *superavérunt*. O leitor poderá contestar que aí se trata de verbo substantivado. Concordemos. Mas, se o escrúpulo é grande assim, por que o acento agudo, que não havia em latim? Será que expressões latinas obedecem realmente à sintaxe latina? A expressão de *cujus* não tem sentido em latim, pois significa literalmente “de cuja”, que também não quer dizer nada em português. *De cuius* é parte da frase *Is de cuius successione agitur* (“aquele de cuja sucessão se trata”). Em português, “de cuius” designa o defunto, o falecido, algo distante de sua origem latina.

Ora, se escrevemos *quórum* e *fórum*, com acento, por que não aportuguesamos também *campus* e não escrevemos com acento: câmpus? Se o plural de *campus* é *campi*, por que o plural de *bônus* não é *boni*, o de *ônus* não é *ônera*, o de *fórum* não é *fora*, de acordo com o latim? Aliás, foi por oposição a *domus* (casa) que o plural *fora* passou a ter o sentido atual: quem não estava em casa deveria estar “nas praças públicas”.

O ideal seria aportuguesar também o substantivo *campus* e torná-lo invariável em número, exatamente como outros nomes terminados em s em sílaba átona, como *lápiz*, *pires*, *ônus*, *bônus*, *simples*, *reles*, por exemplo. Seria uma solução melhor que o pretensioso e erudito *campi*, que, na verdade, não respeita a gramática latina. Antes serve para esnobação de novos ricos, ou, para sermos mais exatos, dos rastaqueras que Molière satirizou na figura do seu personagem, o Sr. Jourdain, na sua comédia em prosa *Le bourgeois gentilhomme*. Por que aportuguesar *campus*, como invariável, no plural, se se pode esnobar e complicar dizendo eruditamente *campi*? Os rábulas adoram.

CRASE

Alguns deputados, na falta do que fazer, resolvem meter a colher na sopa alheia sem nada saber do tempero. E o resultado é desastroso. Primeiro foi o Aldo Rebelo, querendo até mesmo multar quem usasse estrangeirismos na língua. Recentemente, João Hermann Neto apresentou o projeto de lei 5.154/2005, querendo acabar com o acento grave da crase. Esse projeto, no entanto, ignora que o acento grave nem sempre indica a existência de crase, o que vai aumentar a confusão dos falantes.

A palavra **crase** significa “fusão”, “mistura”, e designa um fenômeno fonético que consiste exatamente na fusão de duas vogais iguais. Quando diz *seríssimo* por *seriíssimo* ou *viceleito* por *vice eleito*, o falante está fundindo numa só duas vogais iguais.

Também é **crase** um fato de fonética sintática: a fusão de um **a** preposição com um outro **a** – artigo, pronome demonstrativo ou vogal viúva dos pronomes *aquele/aquilo*. Vogal viúva é a que forma sílaba sozinha, sem estar associada a uma consoante ou a uma semivogal, como as vogais inicial e final da palavra *apoio*.

Só poderá haver essa crase se houver dois **as** em sequência imediata. Assim, em “Dou à mulher a flor” o **a** acentuado indica a ocorrência da fusão de um **a** preposição com um **a** artigo. Como esse **à** significa **a + a**, o leitor poderá saber quando há crase da preposição **a** com o artigo **a** (ou com o demonstrativo **a**) se, ao trocar por nomes masculinos os substantivos da frase, encontrar a ocorrência de **ao**. Exemplo: “Vejo ali duas moças. Dei a flor à que está sentada.” (Vejo ali dois moços. Dei o livro **ao** que está sentado.)

Se o leitor puder omitir o artigo **o** diante de algum item masculino, então o artigo feminino também poderá ser omitido: “Dei o livro a (ao) meu pai — Dei o livro a (à) minha mãe”. Por isso se diz que é facultativa a crase, diante de

possessivo.

Repare-se que eu digo “estou em casa”, “saio de casa” (sem artigo), por isso devo dizer “vou a casa”, sem artigo. Mas digo: “estou na casa de Pedro”, “saio da casa de Pedro” (com artigo). Por isso devo dizer “vou à casa de Pedro”. Dizemos “O marinheiro pisou terra firme”, sem artigo. Em oposição a “bordo de navio”, “terra” não admite artigo. Não há crase, portanto, em: “Os marujos saíram do barco e foram a terra festejar.” Mas: “Depois de uma semana no espaço, o brasileiro voltou à Terra.”(Com maiúscula, porque designa o planeta.) “Ele foi à terra natal visitar os pais.”

A crase antes de nome masculino só ocorre quando se subentende a locução prepositiva “à moda de”: “Cabelo à (moda de) Príncipe Danilo”.

Atente-se para o fato de que o acento grave no **a** deve existir nas locuções adverbiais, prepositivas ou conjuntivas no feminino, mesmo que não haja crase. Por exemplo: em “pagamento à vista”, o acento grave não indica crase, porque, no masculino, temos “pagamento a prazo”, e não “ao prazo”. Assim, há acento no **a** em expressões como: matar à bala, à faca; escrever à mão (locuções adverbiais); à medida que, à proporção que (locuções conjuntivas); à frente de, à mercê de (locuções prepositivas). Portanto a expressão **à distância**, locução adverbial feminina, tem sempre o acento no **a**, ainda que a distância não esteja determinada: ensino **à distância**. Tal é a lição de Adriano da Gama Kury respaldada em excelentes usuários da língua (Ver: KURY, A. da Gama. *Ortografia, pontuação, crase*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 110-111).

O acento grave no **a**, mesmo quando não há crase, pode ser usado para evitar ambiguidades. Por exemplo: 1) Ela cheira a gasolina de avião (= ela aspira o odor da gasolina). / Ela cheira à gasolina de avião (= ela exala o odor de gasolina). 2) O homem pinta a máquina (= a máquina é pintada). / O homem pinta à máquina (= ele pinta com a máquina). 3) Quando ele comprou o apartamento, comprou a vista (= ele comprou a paisagem que se descortina do ap., quando o comprou) / Quando ele comprou o apartamento, comprou à vista (= ele pagou de uma só vez o preço do ap.). 4) José bateu a porta (= José fechou a porta com força). / José bateu à porta (= José deu golpes na porta, pelo lado de fora, para chamar a atenção das pessoas que estão dentro de casa).

Como a crase se usa antes de nome feminino (exceto quando, antes de

masculino, se subentende a expressão **a moda** de), convém que se não acentue o **a** nos seguintes casos: antes de verbo conjugado ou antes de infinitivos; antes de uma (exceto quando há indicação de hora: à uma hora, por exemplo); antes de pronomes de tratamento formados com um possessivo seguido de substantivo abstrato, como Sua Santidade, Vossa Excelência (mas usa-se antes de a Senhora, a Senhorita, que são pronomes de tratamento formados com o artigo definido); antes de indefinidos, como: algum(a), nenhum(a), ninguém, cada, certa, pouca(s), quanta(s), toda(s), etc.; antes de cuja; antes de expressões formadas de substantivos iguais, como: face a face, frente a frente, etc.; antes de Nossa Senhora e de nomes próprios femininos precedidos da palavra *Santa*, e antes da palavra *terra*, quando se opõe a bordo de navio.

Para saber se o demonstrativo aquele/aquela/aquilo tem acento grave na primeira sílaba, basta substituí-lo por este/esta/isto. Se houver um A antes de este/esta/isto, haverá acento grave em aquele/aquela/aquilo: “Ele deu valor àquilo” – Cf. “Ele deu valor a isto.” “Ela deu àquele homem um livro.” – Cf. “Ela deu a esse homem um livro.”

Alguns dicionários registram marcha **a ré**, sem o acento, porque se trata da preposição simples (“marcha de ré”). Normalmente, o substantivo **ré** se usa sem artigo, como “lanterna de ré”, “o carro bateu de ré no poste”, “ele entra de ré na garagem”. Mas o uso do artigo também é possível: “a ré desse carro fica em cima da quarta”, “ele quis passar a ré sem embrear”. Como se trata de locução feminina, é recomendável o acento grave no a, ainda que se possa escrever sem o acento.

Há certas expressões ou locuções femininas que se devem usar apenas no singular, como as seguintes: em mão, à custa de (mas: a expensas de, às expensas de), à vista de, pedir vista, dar na vista, com vista a.

Atente-se para o seguinte: escrevemos *frango à passarinho*, porque o frango é cortado em pedaços pequenos, como se fossem passarinhos fritos, isto é: é um frango à moda de passarinho. Mas escrevemos *bife a cavalo* (sem acento), porque não se trata de um bife à moda de cavalo...

Há uma quadrinha que ensina: “Quando venho e venho DA,/ quando vou, craseio o A;/ quando venho e venho DE,/ quando vou, crase pra quê?” A regra é boa quando se trata de verbos intransitivos (Vou à Bahia / venho da Bahia; chego a Vitória / chego de Vitória). Mas com verbos transitivos diretos a

regra pode atrapalhar: Vou visitar a Bahia (sem acento, embora se diga “venho da Bahia”, porque o a é aí apenas artigo, pois digo “Vou visitar o – não ao – Estado da Bahia”).

Dois bons livros sobre a crase: *Decifrando a crase*, de Celso Pedro Luft (São Paulo: Globo, 2005) e *A crase nos bons escritores*, de Augusto Gotardelo (Rio de Janeiro: Editora E. Dois Irmãos, 1959)

PLURAL DOS NOMES PRÓPRIOS

Nome próprio de pessoa tem plural? As gramáticas que tratam do assunto recomendam que se pluralize normalmente o nome de pessoa, mesmo o de família. Rocha Lima, em sua *Gramática Normativa*, depois de anunciar a regra, cita, entre outros exemplos, o título do romance *Os Maias*, de Eça de Queirós, como prova de que nome de família também tem plural.

Ocorre, no entanto, que a prática entre usuários conceituados da língua tem demonstrado que a regra não é tão simples assim. Se se pluralizam os nomes de batismo (isto é, os prenomes), os de família oferecem na fala certa resistência à pluralização, sobretudo os nomes estrangeiros. Gramaticalmente, parece que existe uma regra dupla: os nomes de família da mesma genealogia não iriam para o plural; as famílias homônimas, de raízes ou linhagens distintas, teriam seus nomes pluralizados. Assim, os Oliveira, sem flexão de plural, designariam todos os membros da mesma estirpe. Os Oliveiras, com flexão, por outro lado, designariam as famílias que tivessem o mesmo nome, mas não tivessem nenhum parentesco entre si.

Um livro que é um imenso corpus para esse tipo de pesquisa é *Como você se chama? – Estudo sociopsicológico dos prenomes e cognomes brasileiros* (Rio de Janeiro: Documentário, 1974), de autoria de R. Magalhães Júnior, não só por tratar exclusivamente de nomes de pessoas, pluralizados ou não, mas também por citar textualmente trechos de outros autores que abordaram o mesmo tema ou forneceram matéria de análise para o Autor, como Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava, por exemplo.

Assim, na p. 36, Magalhães Júnior fala nos Belém, nos Potengi; na p. 54, nos Cavalcanti, nos Wanderley, nos de Holanda; na p. 61, nos Amoretti, nos Barandier, nos Bardy, nos Chambelland; na p. 62, nos Gudin, nos Supplicity, nos Gouthier, nos Frontin; na p. 105, nos Jurema, nos Bocaiúva, nos Timbaúba; na p.

114, nos Portugal, nos Holanda; na p. 115-6, nos Potiguara; na p. 117, citando Oliveira Lima, nos Oiticica, nos Sucupira, nos Ge Acaiaba de Montezuma.

Se a referência é a mais de uma família, ocorre a pluralização: os Cordeiros, os Cabritos, os Bezerras (p. 139); os Leões, os Falcões (p.140); os Aranhas (p. 149); os Paccas (p. 150). Uma nuance nessa regra: na p. 148, Magalhães Júnior fala nos Barata (sem s), ao referir-se à família; e nos Baratas (com s), ao referir-se a cada membro da família a projetar-se social ou profissionalmente. Às vezes, contudo, mas raramente, ocorre um singular entre plurais na mesma linha: os Bezerras e os Bezerril (p. 139); os Pombos, os Pombal (p. 147); ou o mesmo nome ora pluralizado, ora invariável: os Pintos, os Pinto (p. 144); os Camelo, os Camellos (p. 150). Mas é bem possível que se trate de cochilo ou do Autor ou da revisão, já que, nos outros casos, existe coerência na pluralização.

Os prenomes, contudo, são invariavelmente pluralizados: Paulos, Franciscos, Beneditos (p. 58), Estelas, Virgínias (p. 76, rodapé), Marcelos, Cláudias, Sofias, Vitórias, Elizabeths, Omares (p. 97), Simones, Cristianos (p.98). Até mesmo os prenomes duplos se pluralizam: Isabéis Cristinas (p. 97). Em sua *Moderna gramática portuguesa* (37.ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999, p.125, apresenta, citando Camilo Castelo Branco, um nome próprio composto com ambos os componentes no plural: Vitos Alarcões.

Parece-me que é hora de os estudiosos examinarem com mais cuidado esse capítulo das nossas gramáticas. É possível que Magalhães Júnior, um bom usuário da língua, como Rachel de Queirós ou Oliveira Lima, tenha mostrado, intuitivamente, uma deriva de nossa língua, um sentido na sua evolução brasileira. Apesar de Eça de Queirós. (Aliás, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (acima citada, p. 125), Evanildo Bechara admite o uso do singular em nomes próprios determinados por artigo plural: “Os Correia de Sá”.)

EQUÍVOCOS VOCABULARES

O maior problema dos que lidam profissionalmente com a língua está menos nos erros sintáticos ou gramaticais dos outros do que no emprego inadequado de palavras de uso frequente. Não me refiro aos parônimos, palavras ou expressões que se parecem formalmente, mas têm significados distintos e até opostos, como tráfico/tráfego, ir de encontro a/ir ao encontro de, etc. Refiro-me a algo muito mais simples...

A Lei de Diretrizes e Bases, por exemplo, além da redação ruim, apresenta uma distorção dos significados das palavras “jovens” e “adultos”, porque opõe uma à outra, como se um jovem não pudesse ser adulto, e um adulto não pudesse ser jovem. O legislador poderia ter escolhido uma oposição mais adequada, como *menores* e *adultos*, por exemplo. A tolice, por força da Lei, difundiu-se, aumentando e piorando as consequências da calinada.

Um político, tentando defender os trabalhadores, disse que eles recebiam “pingues salários” e, por isso, mereciam aumento. O político pretendeu dizer que eles recebiam salários magros, mas disse exatamente o contrário. *Pingue* significa gorduroso, gordo. Um cronista, comentando um filme, disse que ele era “*rastaquera* em filosofia”. Queria dizer “rasteiro” ou “pobre”. O nome *rastaquera* deve ser usado apenas para pessoas, porque designa o indivíduo que exhibe riqueza e luxo.

Existem festas juninas, realizadas em junho. Mas as festas realizadas em julho são julianas, apesar do uso generalizado do adjetivo *julinas*, cunhado por analogia com *juninas*.

Nos textos jurídicos, é frequente o uso da locução conjuntiva *posto que* com sentido causal (= porque) e não com o sentido concessivo (= embora). Vinícius de Moraes escreveu, *posto que* ou com o sentido de “porque” ou com o sentido de “embora”, ambigualmente, no final do seu “Soneto da Felicidade”:

“Que não seja imortal posto que é chama, / Mas que seja infinito enquanto dure.” A interpretação tanto pode ser “Que não seja imortal, embora seja chama...” (seguindo a tradição normativa, registrada nos dicionários), quanto “Que não seja imortal, porque é chama” (seguindo a tradição do uso generalizado no Brasil). O final desse soneto, aliás, foi inspirado em Henri de Régnier, poeta e romancista francês (1864-1936), que escreveu algo semelhante, registrado por Paulo Rónai em seu *Dicionário de citações*, no verbete “amor”: “O amor é eterno enquanto dura”. Voltaremos a este assunto em outro estudo.

Também entre os juristas é frequente o uso da expressão *eis que*, denotativa de surpresa ou de designação, como locução conjuntiva, equivalente a *porque*. Ora, *eis que* exerce função adverbial e não introduz orações subordinadas, pois equivale a “de repente”, “de surpresa”, como na frase: “*Eis que* o Anjo do Senhor anunciou à Maria, e ela concebeu do Espírito Santo.” Aliás, a linguagem jurídica utiliza inadequadamente verbos (como *pertine*) e locuções (como *a teor de*) que simplesmente não existem nem têm por que serem inventados. O pior é que foi a linguagem jurídica que sedimentou a norma culta, e não a linguagem dos escritores, já que as primeiras cartilhas, no séc. XVI, eram textos de leis, versados em linguagem supradialetal, ao alcance de todos. Mas os juristas não souberam manter essa tradição... A partícula de designação *eis*, em *eis que*, pode ser interpretada apenas como um verboide com objeto direto (outro verboide é a expressão *Oxalá* ou a 3ª pessoa do verbo *tomar*, no pretérito mais-que-perfeito: tomara). Em “ei-lo que chega”, o “lo” é objeto direto. Assim, em “eis que ele chega”, o termo “que ele chega” também pode ser interpretado como objeto direto. Se *eis que* é analisado como locução, então não é uma locução conjuntiva, mas uma locução adverbial, que significa “de repente”, “repentinamente” indicando surpresa, imprevisto: “Súbito, eis que uma onda os envolve.” Repare-se que, no exemplos dado, como *eis que* é analisado com locução, não existem orações subordinadas, e *eis que* introduz períodos simples, orações absolutas. Domingos Paschoal Cegalla, em *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, s.v. *eis que*), alerta para o uso indevido de *eis que* com o sentido de “porque”, erro frequente na linguagem jurídica.

É bem possível que o tempo se encarregue de transformar em regras do dialeto culto algumas dessas tendências ou derivas da língua. A expressão *puesto que* já é causal em espanhol e não há razão para que, cedo ou tarde, *posto que*

não o seja, em português. Quem sabe — por alguma infelicidade — *eis que*, um dia, também não se transforme numa locução conjuntiva?

O INVENTOR DE VERDADES

Num dos melhores momentos de Mário Quintana, nosso poeta universal do Sul, a poesia é definida como uma verdade inventada. Nessa invenção da verdade, o poeta ultrapassa o cientista, o mundo se explica, e a realidade se abre na transparência do sonho. O que era difícil de explicar a intuição do poeta torna claro e cristalino.

Já um século antes de Cristo, o *vates* latino, que designava o profeta e o oráculo, é sinônimo de poeta, porque as profecias eram geralmente ritmadas, e talvez já houvesse entre os antigos a intuição de que a poesia era não só a invenção da verdade, mas a premonição da ciência. Afinal, vaticinar, ou fazer profecias, deriva de *vate*, “adivinho”, mais *canere*, “cantar”. Vaticinar, pois, é o cantar do vate. E o poeta é um cantor, em prosa ou em versos, o *vate* e profeta, o inventor de verdades.

Este artigo pretende mostrar a descoberta científica de um poeta, ou a invenção de verdades, ou suas lições de sabedoria intuitiva. Talvez a verdade do poeta mereça reparos. Mas a física de Newton, ciência e verdade que explica o voo dos aeronautas e a atração dos astros, não foi toda ela reexplicada pelo gênio de Einstein? Até que ponto se pode duvidar da verdade do poeta? Curiosidade de diletante ou cultura de almanaque, tudo este artigo pode ser. Mas que seja também o testemunho da admiração de um professor de província pela sensibilidade de um grande homem, de um grande pensador e de um grande poeta.

As aventuras de Alice (no país das maravilhas e através do espelho) oferecem ao leitor mais atento algumas sugestões para a explicação de importantes problemas linguísticos, psicológicos e até biológicos. A maioria dos que se dedicam ao estudo da obra de Lewis Carroll detém-se nas questões de lógica simbólica (que é uma disciplina paralinguística, mais chegada à

matemática e à filosofia do que à ciência da linguagem) ou em trocadilhos, jogos de palavras, inversão de sentenças e do *non sense*, que também são mais problemas de lógica do que de semântica ou de sintaxe. Até mesmo os famosos *doublets* de Lewis Carroll não se prendem à noção de pares mínimos, isto é, não são de natureza fonêmica, mas de natureza ortográfica. O *doublet* é uma sucessão de trocas de letras, uma de cada vez, numa palavra escrita, com o objetivo de formar outra, às vezes de significação antonímica. Por exemplo, *head* transforma-se em *tail* através da seguinte cadeia: *heal, teal, tell, tall*. Para converter *terra* em *mar*, teremos a sequência *terra, torra, torta, morta, morte, mar*. As letras se modificam sem acréscimo e sem supressões, sempre com palavras da língua. Mas entre *torra* e *torta*, se o número de letras se conservou o mesmo, o número de fonemas se modificou. Às vezes, o processo se faz por pares mínimos, e é mais interessante, como na transformação de *tudo* em *nada*: *tudo, todo, lodo, lado, nado, nada*. Mas Lewis Carroll não era um especialista da linguagem. Por isso, o que me chamou a atenção foram duas verdades inventadas por ele, ambas de interesse para o estudioso da linguística ou da semiótica.

A primeira delas é a atribuição a uma questão “linguística” do eterno desentendimento entre gatos e cachorros. O gato de Cheshire (aquele que fica invisível, deixando o sorriso no ar) explica a Alice por que ele era louco e um cachorro, não:

“ — Para começar — disse o Gato —, um cachorro não é louco. Você concorda?

— Acho que sim — disse Alice.

— Bem, então — continuou o Gato — sabe, um cachorro rosna quando está zangado, e abana a cauda quando está contente. Mas eu rosno quando estou contente, e abano a cauda quando estou zangado. Portanto sou louco.” (CARROLL, Lewis. *Pig and Pepper*. In: ---. *Alice’s adventures in Wonderland and through the looking glass*. Harmondsworth, Middlesex, Puffin Books, 1976, p. 88. “To begin with, said the Cat, a dog’s not mad. You grant that?”/ “I suppose so”, said Alice. / “Well, then, the Cat went on, you see, a dog growls when it’s angry, and wags its tail when it’s pleased. Now I growl when I’m pleased, and wag my tail when I’m angry. Therefore I’m mad.” — Tradução de responsabilidade minha.)

Isto é, se um cão vir um gato “rosnar” (ou “ronronar”) de satisfação (Quando Alice diz para o Gato que ele ronrona, em lugar de rosna, o Gato replica: “call it what you like”, isto é, “Chame-o como você gostar”), acreditará que está diante de um animal zangado. Se, por outro lado, um gato vir o cachorro agitar a cauda, certamente interpretará esse gesto como zanga, de acordo com o seu próprio “sistema” de signos. Em outras palavras. Lewis Carroll inventou

uma belíssima explicação para a eterna briga entre cães e gatos: o “sim” em gatês equivale a um “não” em cachorrês, e vice-versa! Si non è vero...

Lewis Carroll – e aqui vai sua segunda invenção da verdade! – também questiona, com sutileza, o conceito tradicional do pronome como substituto do nome. Quando o Mosquito dentro do espelho pergunta a Alice se ela não gostaria de perder o próprio nome, ela responde que não. E o Mosquito prossegue:

“— (...) pense só em como seria conveniente se você pudesse voltar para casa sem ele! Por exemplo, se a governanta quisesse chamar você para as lições, ela gritaria: ‘Venha cá’, e então ela teria de desistir, porque não haveria nome nenhum para ela chamar, e você não teria de ir, entende?”

— Tenho a certeza de que isso nunca ocorreria – disse Alice. A governanta nunca me dispensaria das lições por causa disso. Se ela não pudesse lembrar-se do meu nome, ela me chamaria assim: ‘Menina!’, como costumam fazer as governantas.” (CARROLL, L. Looking-glass insects. In: ---. Op. cit. p. 228-9: “(...) only think how convenient it would be if you could manage to go home without it! For instance, if the governess wanted to call you to your lessons she would call out ‘Come here – ‘and there she would have to leave off, because there wouldn’t be any name for her to call and of course you wouldn’t have to go, you know!’ ‘That would never do, I’m sure’, said Alice: ‘the governess would never think of excusing me lessons for that. If she couldn’t remember my name, she’d call me ‘Miss!’, as the servants do’.” Há, a seguir, uma confusão deliberada entre miss (“faltar”) e miss (“senhorita”).

Nesse trecho, há aí um questionamento a respeito do conceito de pronome. De início, Alice contradiz a definição tradicional de pronome como substituto do nome: se ela não tem nome, pode ser chamada pelo hiperônimo “menina”. Isso significa que “menina” também é um substituto do nome, e não se constitui num pronome. Mais adiante, Alice, sozinha, esquece o nome das coisas e o seu próprio nome e procura sombra para descansar:

“— Bem, de qualquer forma é muito confortável – disse ela enquanto andava sob as árvores —, depois de tanto calor, ficar dentro de ... dentro... dentro de quê? – perguntou espantada por não ser capaz de lembrar-se da palavra. — Eu quero dizer ficar debaixo de... debaixo de... debaixo disto, ora! – continuou ela, colocando sua mão no tronco da árvore. (...) É possível que não tenha nome nenhum... vai ver, não tem mesmo.” (Id. Ib. p. 230): “Well, at any rate it’s a great comfort’ she said as she stepped under the trees —, ‘after being so hot, to get into the – into the – into what?, she went on, rather surprised at not being able to think of the word. ‘I mean to get under the – under the – under this, you know!’ putting her hand on the trunk of the tree. (...) I do believe it’s got no name – why, to be sure it hasn’t!”

Se o pronome fosse substituto do nome, Alice não poderia usar os pronomes *quê* (*dentro de quê*) nem *isto* (*debaixo disto, ora!*) para substituir um nome que não existe! (*É bem possível que não tenha nome nenhum.*)

Isso significa que, intuitivamente, Lewis Carroll inventou a verdade de que o pronome deve ser historicamente anterior ao nome, já que se pode usar o pronome para coisas que ainda não têm nome ou para coisas cujo nome se ignora. Se não conheço uma pessoa, pergunto a quem a conhece: “Quem é essa pessoa?” Uso dois pronomes que se tornarão desnecessários no momento em que eu aprender o nome dessa pessoa. Vale dizer: o nome é que substitui o pronome, e não o contrário!

Muitos outros escritores, além de Lewis Carroll, incursionando às escuras pelas áreas múltiplas de conhecimento, chegaram a conclusões espantosamente próximas da verdade, graças à intuição e ao gênio de sua pena mágica! Foi o que fez, por exemplo, Ortega y Gasset, ao “inventar” o étimo de *snob*, como oriundo do acrograma formado pela expressão latina *sine nobilitate*. (A explicação de Ortega y Gasset, textualmente, é a seguinte: “Na Inglaterra as listas de residências indicavam junto a cada nome o ofício e classe da pessoa. Por isso, junto ao nome dos simples burgueses aparecia a brevíatura s.nob., quer dizer, sem nobreza. Esta é a origem da palavra snob.” (ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas* – tradução de Herrera Filho. Rio de Janeiro: Livro Ibero- Americano, 1971, p. 26, nota 5.)

A lição de moral, se é que alguma lição tenha moral, é que não basta o acaso de uma maçã para dar ao Homem o fogo de Prometeu, a descoberta da lei das atrações ou a felicidade da perda do paraíso da ignorância. O progresso da humanidade nasce mesmo é da intuição mágica das grandes sensibilidades, que faz a fama do gênio e a conquista das ciências.

DESCER REDONDO

Uma propaganda de bebida informa que se trata de “uma cerveja que desce redondo”. Não poucos estudiosos se debruçaram sobre essa frase, para concluir que *redondo* está aí como advérbio e que, portanto, não há concordância com *cerveja*, já que os advérbios são palavras normalmente invariáveis (os casos de flexão com advérbio são raros, mas existem, como, por exemplo, em “ela estava toda nua”, em que *toda*, embora advérbio, com o sentido de *totalmente*, se flexiona no feminino; compare-se “toda nua” com “todo-poderosa”, em que *todo* não varia).

Embora a conclusão dos estudiosos *que* admitem a não concordância de redondo na frase da propaganda de *cerveja* seja defensável, é melhor refletirmos um pouco sobre a distinção básica entre adjetivo e advérbio, a partir das definições clássicas dessas duas classes de palavras. O adjetivo é a palavra variável que determina ou caracteriza um substantivo ou pronome; o advérbio é a palavra quase sempre invariável que caracteriza ou determina um adjetivo, um verbo ou outro advérbio. Por terem funções qualificadoras, confundem-se às vezes, e não raro um adjetivo se usa em lugar de um advérbio, naturalmente sem flexão.

A partir das definições acima, contudo, é possível explicar por que são consideradas erradas as frases abaixo (o asterisco indica a agramaticalidade da frase):

1. *A chuva caía barulhento (isto é, barulhentemente).
2. *Ela desceu apressado as escadas (isto é, apressadamente).
3. *Maria fuma desesperado (isto é, desesperadamente).
4. *Ela aguarda ansioso o resultado do exame (isto é, ansiosamente).

5. *Ela reagiu bravo à provocação (isto é, bravamente).

É também possível, pelas definições acima, explicar por que são corretas as seguintes frases:

6. Ela anda rápido (isto é, rapidamente).

7. Eles batem forte (isto é, fortemente).

8. Ela discursou bonito (isto é, de maneira bonita).

Ocorre que o adjetivo, quando usado em função adverbial, se associa ao verbo, como nos três últimos exemplos: se digo que Maria fala **bonito**, o **bonito** não se associa ao sujeito Maria, mas ao modo de falar, uma vez que uma pessoa feia pode falar de jeito bonito. Uma pessoa não precisa ser forte para bater com força. Portanto, em “Eles batem forte”, a ação é que é exercida fortemente.

Nos primeiros exemplos, “*A chuva caía barulhento” ou “*Ela desceu apressado”, *barulhento* e *apressado* não podem ser advérbios, porque se referem especificamente a qualidades do sujeito. São adjetivos e, por isso, variam: Ela é que é apressada ao descer; a chuva é que faz barulho ao cair. Portanto somos obrigados a fazer a concordância:

1. A chuva caía barulhenta.

2. Ela desceu apressada as escadas.

3. Maria fuma desesperada.

4. Ela aguarda ansiosa o resultado do exame.

5. Ela reagiu brava à provocação.

Quando dizemos “A Lua vai alta no céu”, alta é adjetivo referente a Lua, não pode ser um advérbio e não se refere ao verbo ir.

Em alguns casos, o uso do adjetivo pelo advérbio leva a interpretações dúbias. Na frase “Eles fizeram o trabalho *independente* de orientação”, o independente pode ser interpretado como adjetivo (e, nesse caso, se refere a trabalho) ou como advérbio (e, nesse caso se refere ao ato de fazer).

Com relação à frase da propaganda de cerveja, é óbvio que *redondo* não se refere ao verbo *descer*, mas à qualidade da cerveja. Não existe uma ação redonda. A redondeza é a da cerveja que, por ser líquida, se adapta ao recipiente

que a contém e acompanha a anatomia circular da garganta.

Observe-se que as restrições aqui expostas dizem respeito ao uso do adjetivo em função adverbial, e não ao uso do advérbio, como se pode perceber pelos exemplos precedidos de asterisco: são frases agramaticais quando apresentam o adjetivo em função adverbial, mas são frases perfeitamente aceitáveis quando se substitui o adjetivo adverbializado pelo advérbio ou pela locução adverbial (que aparece entre parênteses no final de cada exemplo). Tornemos mais claro este ponto.

Observemos as duas frases seguintes:

9. Ela anda rápido.

10. *Ela anda esfomeado.

Na primeira frase - Ela anda *rápido* -, eu posso dizer *rápido* em lugar de *rápida*, porque a referência à ação é óbvia. É a ação de andar que é rápida. Mas também posso fazer a concordância no feminino para indicar que ela é rápida quando anda. No segundo exemplo — *Ela anda esfomeado —, seria tolice pensar que o ato de andar é que é esfomeado. Por isso a concordância tem de ser feita exclusivamente no feminino: “Ela anda esfomeada”. Quando vemos uma bola rolar no campo, devemos dizer que “Ela corre redonda”, pois a referência é à bola e não ao ato de correr. Portanto o mais adequado é dizer que “A cerveja desce redonda”, e não “redondo”. Com todo o respeito que tenho pelas opiniões em contrário.

Se o leitor estiver interessado em maiores explicações, recomendo a leitura do eruditíssimo estudo “Adjetivo e advérbio”, de Harri Meier, incluído nas páginas 61-127, do livro *Ensaio de filologia românica* I (3. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1974).

Mas, seja como for, a frase da propaganda atingiu em cheio o seu objetivo em termos de marketing: provocou celeuma e fez a festa da cerveja.

PÁTRIOS E GENTÍLICOS

Os gramáticos costumam usar os termos pátrio e gentílico como sinônimos. Celso Cunha e Lindley Cintra, em sua *Nova gramática do português contemporâneo*, estabelecem uma distinção que alguns dicionários registram: os adjetivos que se referem a continentes, países, estados, cidades, municípios ou regiões são os pátrios. Os que se referem a raças e povos são os gentílicos. Os pátrios opõem-se aos ádvenas, isto é, aos não nativos. Infelizmente, aqueles autores não dão exemplos de gentílicos, mas apenas de pátrios.

Antes de prosseguirmos, convém-nos explicar o que significa a palavra *hiperônimo*. Hiperônimo é um nome mais genérico que se opõe a outro mais específico, chamado hipônimo. Por exemplo: cereal é um hiperônimo em relação a trigo ou a centeio; assento é hiperônimo em relação a cadeira, banco, poltrona, sofá, etc. Já gato, por exemplo, é hipônimo em relação a felino, mamífero e animal; flor é hipônimo em relação a vegetal ou a planta, mas é hiperônimo em relação a rosa ou a lírio.

Podemos dizer, portanto, que o gentílico atua como hiperônimo de adjetivos pátrios, como *mesopotâmico*, por exemplo, que compreende diversas nacionalidades: assírios, caldeus, sumérios e babilônios. *Semita* é um gentílico que engloba vários nomes pátrios, como hebreus, assírios, aramaicos, fenícios, palestinos e árabes. *Ameríndio*, *amerícola* e *amerígena* são hiperônimos de *brasilíndio*, que é hiperônimo de tupi, xavante, goitacá ou tememinó. *Ameríndio* é um gentílico, um hiperônimo, cujo significado abrange tanto os maias, os incas e os astecas quanto os sioux ou os navajos americanos e os tupinambás brasileiros.

Judeu, originalmente designativo do adepto do judaísmo (religião de Jesus Cristo), por força da tradição endogâmica, acabou por constituir um gentílico, o que nos permite falar em judeu brasileiro, judeu americano ou judeu

húngaro. Assim, *judeu israelita* não constitui redundância, já que o primeiro elemento é gentílico, e o segundo é pátrio.

Malê é um gentílico que designa o escravo muçulmano procedente do Noroeste da África ou o seu descendente brasileiro. O nome malês, sinônimo de maliano ou malinês, é o pátrio que designa o nativo de Mali, república da África Ocidental, antigo Sudão. Assim, o plural *malês* (de malê, o gentílico) é igual ao singular *malês* (o pátrio que designa o nativo de Mali).

A propósito, o nome da cidade de Campos, deveria ser Campos dos Goitacás e não dos Goytacazes. O Aurélio registra o singular “goitacá”, embora o Houaiss registre o singular “goitacaz”, com base parcialmente na grafia registrada por Theodoro Sampaio, no livro *O tupi na geographia nacional*. Theodoro Sampaio, contudo, deve ter-se equivocado ao grafar “goytacaz”, porque dá como étimo a expressão “guay-atacá” (o indivíduo veloz, a gente andeja), e registra também a forma “Guaytacá”, no mesmo verbete. O –z final, certamente, é fruto de equívoco. Cf. Goiá, plural: Goiás.

Eis, por curiosidade, alguns pátrios reduzidos: luso, afro, anglo, sino (chinês), euro, franco, ítalo, nipo (japonês), teuto (alemão), austro, indo (indiano) e hispano (espanhol). Eis alguns pátrios interessantes: avaricense (Bourges), bagdali (Bagdá), bonaerense, buenairense (Buenos Aires), cairota (Cairo), bracarense (Braga), cingalês (Ceilão), congolês (Congo), ebúrneo, marfinense (Costa do Marfim), curdo (Curdistão), olisiponense, lisboeta, lisbonense, lisboano (Lisboa), soteropolitano (Salvador)... Além, é claro, dos capixabas e dos canelas-verdes (os nascidos em Vila Velha-ES).

Atente-se para o fato de que os pátrios em sua forma reduzida podem ser formas presas (isto é, não existem sozinhas e formam adjetivos compostos) ou formas livres (isto é, têm existência independente). Assim, “nipo”, “euro” e “sino”, por exemplo, são adjetivos presos: só se usam em nomes compostos: nipo-brasileiro, euro-asiático, sino- americano. Não se pode dizer “revolução sina”, mas apenas “revolução chinesa”, já que “sino” não tem existência independente. Mas é possível dizer “música afra”, “bandeira lusa”, porque “afro” e “luso” são formas livres que também podem ser usadas como formas presas: acordo luso-brasileiro, canção afro-portuguesa. Os bons dicionários normalmente registram as formas exclusivamente presas, nos verbetes próprios, com um tracinho depois: sino-, euro-, nipo-. As formas livres não têm esse hífen

depois: afro, luso.

ERROS MAIS COMUNS

Há alguns poucos erros que se cometem no dia a dia e que, por não soarem mal, são encontradiços até mesmo em textos de bons usuários da língua.

1. Um óculos – As lentes que se usam diante dos olhos para corrigir defeitos visuais ou proteger o usuário da luz forte se chamam óculos, sempre no plural: meus óculos se quebraram, comprei outros óculos, etc. Não se deve usar nunca o determinante de óculos no singular. Não se diga, pois, “o meu óculos” ou “comprei um óculos”, por exemplo, mas “os meus óculos”, “comprei óculos”. A unidade se traduz com a expressão “um par de”: comprei um par de óculos.

2. Voz passiva com objeto direto - Ele foi perguntado se daria entrevista – A frase é duplamente incorreta. Não existe objeto direto na voz passiva em português, porque o objeto direto da voz ativa se transforma em sujeito da voz passiva. Por exemplo: a) Ele viu a rosa (voz ativa) – b) A rosa foi vista por ele (voz passiva). O objeto direto “a rosa”, da oração a) passou a sujeito da oração b). A oração começada pelo SE, no exemplo inicial, é objeto direto de “daria”, mas “perguntado” está na voz passiva, o que não é aceitável. Corrija-se: Ele foi inquirido sobre se daria entrevista. Note-se que “perguntado” foi substituído por “inquirido”, porque “perguntar” é transitivo direto de coisas e indireto de pessoas: perguntar alguma coisa a alguém. O objeto direto da ativa se transforma em sujeito da passiva, como vimos, mas o objeto indireto permanece objeto indireto quando se faz a transformação da ativa em passiva: “Dei um emprego a ele” – “Um emprego foi dado a ele” (A *ele*, objeto indireto, permanece inalterado, na mesma função.) Coisas, portanto, podem ser perguntadas, não pessoas. Como na voz passiva o objeto indireto permanece nessa função, os verbos transitivos indiretos, a rigor, não podem ser usados na voz passiva. Muitos gramáticos condenam adequadamente frases como “a pergunta foi respondida”, “o filme foi assistido”, “a ordem foi obedecida”, porque os verbos

perguntar, assistir (com o sentido de ver) e obedecer não têm objeto direto, mas apenas objeto indireto. Verbos transitivos indiretos, intransitivos e reflexivos estão no que se chama “voz medial”, e a única voz verbal que pode ser transformada em voz passiva é a voz ativa. (Falaremos oportunamente na voz depoente, em que verbos passivos têm significado ativo, como em “Ele é um homem lido”, isto é, um homem que lê, e não um homem que é lido... Também falaremos, oportunamente, em verbos antidepoentes, formalmente ativos, mas semanticamente passivos, como em “Ele levou um soco”, “Ela pegou gripe”).

3. Preferir mais do que – O verbo preferir é transitivo direto e indireto, isto é, tem dois complementos: preferir alguma coisa ou pessoa a outra coisa ou pessoa. Ex.: Prefiro o Vasco ao Flamengo, as loiras às morenas, o sorvete ao refrigerante. Também é possível usar o verbo preferir apenas como transitivo indireto, com o sentido de ser preferível: “Um livro prefere ao filme”. Não se deve, portanto, dizer “Prefiro mais uma coisa que outra”, pois preferir, obviamente, indica preferência, numa comparação implícita que descarta o emprego de “mais... do que”.

4. Infinitivo sem sujeito expresso — “A você, amigo José, ao assumir essa importante missão, fazemos uma homenagem pelo seu sucesso.” (Texto extraído de jornal).

– Essa frase não tem erros gramaticais, mas apresenta erros semânticos, isto é, erros de significação e de sentido. O texto pretendia dizer que José assume uma importante missão e é, portanto, digno da homenagem que nós lhe fazemos. No entanto, o que o texto diz é que, quando assumimos essa importante missão, fazemos uma homenagem ao José pelo seu sucesso. Se o sucesso é de José, por que nós é que assumimos a missão importante?

O problema reside numa regra simples que nem sempre é respeitada: se o sujeito do infinitivo ou do gerúndio não está expresso na frase, então ele será o mesmo da oração principal. No texto citado, o sujeito de “assumir”, que não está explícito, é o mesmo de “fazemos”, nós: “ao assumir(mos)... fazemos uma homenagem”. Para que a frase fique adequada à ideia que a originou, ou acrescentamos o sujeito de “assumir”, ou — melhor ainda — alteramos a construção, suprimindo o infinitivo: “A você, amigo José, ao assumir você essa importante missão, fazemos uma homenagem...” OU: “A você, amigo José, que assume essa importante missão, fazemos uma homenagem...”

O mesmo problema ocorre com o gerúndio: se o gerúndio não tem seu sujeito expresso, o leitor entenderá que o sujeito do gerúndio é o mesmo da oração principal. Na frase “Saindo (ao sair) da fábrica, o cão mordeu o operário”, o que se pretendeu dizer é que o operário saía da fábrica, mas o que efetivamente se disse é que o cão é que saía da fábrica. Para assinalar que o operário saía, temos de dizer: “Saindo da fábrica, o operário foi mordido pelo cão”. Ou evitamos o gerúndio: “O cão mordeu o operário que saía da fábrica” OU: “O operário que saía da fábrica foi mordido pelo cão”.

5. Se apassivador — *Aluga-se* casas. — Sempre que, numa oração, houver o pronome SE, o sujeito dessa oração será sempre o primeiro substantivo ou pronome que aparecer SEM preposição. Vejamos as seguintes frases: a) Precisa-se de empregados. b) Vive-se bem aqui. c) Nunca se é feliz em terra estranha. d) Aluga-se esta casa. Nesses quatro exemplos, todos com o pronome SE, o único que tem um substantivo sem preposição é o último: esta casa, que é o sujeito simples. Nos outros exemplos, o sujeito é indeterminado (isto é, não tem núcleo): o verbo fica sempre no singular. Na última frase, em que o sujeito é simples (esta casa), se o substantivo (sujeito) for pluralizado, o verbo terá de ir para o plural: alugam-se estas casas. Como o sujeito pronominal de 3ª pessoa é ele/ela, se substituirmos “estas casas” por um pronome pessoal, teremos: “Alugam-se elas”. Isso pode parecer estranho, mas é o correto.

6. Emprego de *qualquer* — Ele não tinha qualquer dúvida. — O pronome indefinido *qualquer* só deve ser usado em frases afirmativas. Se a frase for negativa, use *nenhum/nenhuma*. No exemplo acima, não ter qualquer dúvida significa ter uma dúvida especial, não uma qualquer. Vale dizer: *Qualquer* não tem valor negativo.

ANÁLISE DE TRÊS EXPRESSÕES

Horrer atrás do prejuízo – Não poucos gramáticos se têm dedicado a atacar essa expressão, acreditando que “correr atrás do prejuízo” só pode significar a intenção de alcançar o prejuízo ou almejá-lo.

“Ir ao encalço de” ou “ir à procura de”, com o objetivo de alcançar, é apenas um dos sentidos da expressão “correr atrás de”, como está no Aurélio, no verbete atrás. Esse é o sentido usual, digamos “normativo”, da expressão.

O *Dicionário de expressões populares portuguesas*, de Guilherme Augusto Simões (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993), o *Novo Dicionário da gíria brasileira*, de Manuel Viotti (3.ed. Rio de Janeiro, Tupã, 1957), e o *Tesouro da fraseologia brasileira*, de Antenor Nascentes (3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986), são omissos, porque a expressão é recente e se teria originado da gíria esportiva.

Se uma pessoa que está em segundo lugar pretende vencer uma corrida, tem de correr atrás de quem está em primeiro lugar, não para alcançá-lo, mas para ultrapassá-lo. Da mesma forma, quem corre atrás de um prejuízo não pretende alcançá-lo, por já estar em desvantagem, mas ultrapassá-lo ou vencê-lo.

As gírias, frequentemente, expressam até mesmo o contrário do que dizem seus termos, numa leitura normativa. Assim, “entrar bem” significa “sair-se mal”; “entrar pelo cano” não significa “ficar dentro de uma tubulação”; “dar um tapa”, na gíria do futebol, não significa “dar uma bofetada na bola”, mas chutá-la com pouca força, como se fosse um tapinha e não um pontapé. Analisar a gíria com visão denotativa ou normativa é desconhecer o fato de que a gíria é uma linguagem especial. Basta ler o glossário do maravilhoso livro *Desabrigo e outros trechos*, de Antônio Fraga (3.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999), para verificar que a gíria tem sua lógica própria.

Se o leitor disser “correr atrás do prejuízo”, estará usando acertadamente uma expressão da gíria brasileira. A gíria não tem a obrigação de seguir padrões normativos.

2. Risco de vida / risco de morte – Muita gente pensa que é incorreto dizer “risco de vida”, uma vez que o risco é que leva ou pode levar à morte.

O raciocínio é unilateral. Não leva em conta um fato sintático: em “risco de vida”, o termo “de vida” é complemento nominal de “risco”, isto é, se “risco” fosse verbo, “de vida” seria objeto. “Arrisco a vida” significa “ponho a vida em risco”, “assumo risco de vida”.

A expressão “risco de morte” também é correta, e leva em conta outro fato sintático: em “risco de morte”, “de morte” é uma locução adjetiva que aí exerce função de adjunto adnominal, isto é, “de morte” significa “mortal”. “Risco de morte” é sinônimo de “risco mortal”.

Portanto ambas as expressões são absolutamente corretas: risco de vida (“de vida” é complemento nominal de “risco”) e risco de morte (“de morte” é adjunto adnominal de “risco”).

Um reforço no estudo da análise sintática seria importante para um melhor entendimento de questões como essas.

3. A olhos vistos – Construção clássica da língua que se explica pela voz depoente: o particípio parece indicar que o verbo está na voz passiva, mas o significado é ativo: a olhos que veem. Ex.: “O menino crescia a olhos vistos.” O mesmo caso de voz depoente ocorre em “homem lido” (que lê), “Ele chegou aqui almoçado” (ele almoçou), etc. Falta um estudo mais profundo da diátese (vozes verbais) nas nossas gramáticas...

PARTICULARIDADES DA LÍNGUA

Algumas locuções às vezes são confundidas por quem escreve. Vamos ver algumas delas.

1. Em vez de/em lugar de/ao invés de – As três locuções significam “em lugar de”, mas a última só deve ser usada para indicar oposição (antonímia): “O Brasil importa sal, ao invés de exportar.” Não existe restrição para o emprego das locuções “em vez de” e “em lugar de”, que podem ser usadas em qualquer situação, mesmo que haja oposição: “Em lugar de criticar o adversário, ele o elogiou.”

2. Há cerca de, acerca de, a cerca de, cerca – “Há cerca de” dá ideia de tempo ou de quantidade aproximada (o verbo haver pode variar em tempo): “Há cerca de dez anos, havia cerca de 10 escolas naquela cidade.” “Acerca de” significa “sobre”, “a respeito de”: “Ele falou acerca da reeleição do candidato.” “A cerca de” indica proximidade, significa “a uma distância de”: “Minha casa fica a cerca de cinco quilômetros do mar.”

“Cerca” é substantivo comum: “A cerca da minha casa foi derrubada pelo vendaval.”

3. Ao encontro de, de encontro a. – “Ao encontro de” significa “a favor de”, “de acordo com”; “de encontro a” significa “contra”, dá ideia de oposição. Ex.: “O namorado ia ao encontro da namorada, mas o seu carro foi de encontro ao poste.”

4. A par de, ao par de – A segunda expressão se usa exclusivamente para indicar paridade cambial: “O dólar estava ao par do real quando este foi lançado.” “A par de” significa “ciente de”: “Estou a par do que está acontecendo em Brasília.”

5. A fim de, afim – “A fim de” é locução prepositiva. Significa: “para”,

“com a finalidade de”, “com a intenção de”: “Ela saiu com o menino a fim de comprar-lhe livros.” “Afim” é adjetivo e significa “com afinidade”: “O marido da minha tia é meu tio afim.” “Medicina e odontologia são profissões afins.”

6. Através de, por meio de – Apesar da abonação de alguns escritores e de alguns dicionários, deve-se evitar o uso de “através de” quando o sentido não é o de “atravessar”, como em “Ele viajou através do Brasil.” - “A luz passa através do vidro.” Se a ideia não for de “atravessar”, use “por meio de”, “por intermédio de”, “graças a”: “Conheci minha esposa por intermédio de um amigo, graças a um amigo, por meio de um amigo.”

7. À custa de – Embora muitos digam essa expressão no plural, ela deve dizer-se no singular: “O filho vive à custa do pai.” (A expressão “a expensas de” é usada sempre no plural: “Ele vive a expensas do pai.”)

8. Na medida em que, à medida que – A primeira locução conjuntiva é condenada sem razão pelos gramáticos. Significa, basicamente, “porque”: “Os juros poderão baixar na medida em que os preços também caírem.” A locução “à medida que” é sinônima de “à proporção que”: “À medida que ele ganha dinheiro, ele vai gastando com bobagens.”

9. Se não - senão – “Se não”, em duas palavras, vem sempre seguido de verbo ou pode ter o sujeito intercalado, e indica sempre condição (ou, às vezes, incerteza, quando há alternativa): “Se não estudarmos, não passaremos. Se você não estudar, não passará.” “Vou para a França, se não para os Estados Unidos. (Isto é: “Vou para a França, se não for para os Estados Unidos”)” — “Senão”, junto, é usado nos outros casos, com o sentido de “ou”, “porém ou mas”, “somente”: “Pare de fumar, senão (ou) você morre.” “Era não só inteligente, senão (mas) também bondoso.” “Ele não ganhou nada, senão (somente) aplausos.” “Senão”, como substantivo, varia em número, senão vejamos: “Ele concordou com a ideia, mas apresentou alguns senões.” Repare-se que, no primeiro exemplo, é possível também usar “se não”, em duas palavras, porque se pode pensar no verbo subentendido, alterando a pontuação: “Pare de fumar; se não (isto é, “se não parar”), você morre.”

10. Tampouco – tão pouco – “Tampouco” significa “também não”: “Não conheço a Europa; tampouco conheço a África ou a Ásia.” “Tão pouco” significa “muito pouco”: “Ganhei tão pouco dinheiro com aquele serviço que nem pude ir ao cinema.”

11. Quer seja – As conjunções alternativas são: ou...ou, quer...quer, ora...ora, seja...seja. Essas conjunções, à exceção, em certos casos, de OU, se repetem sempre antes de cada oração ou termo coordenado: “Quer chova, quer faça sol, sempre vou à praia.” “Vou divertir-me hoje, seja no cinema, seja no teatro.” “O humor dele é variável: ora está triste, ora está alegre.” “Chove ou não chove?”

Uma regra nem sempre respeitada ensina que a escolha da conjunção alternativa é livre, mas a conjunção escolhida deve ser a mesma até o final do período. Assim, se eu escolho “seja”, por exemplo, devo usar “seja” e não outra conjunção, no mesmo período. Por exemplo: “Ele vai fazer a viagem, seja de navio, seja de avião.” Não é recomendável que se diga: “Ele vai fazer a viagem seja de navio ou de avião.” Para manter esse paralelismo sintático, evitem-se construções como: “Pedro está sempre contente, seja brincando na escola, quer trabalhando com o pai, ou fazendo seus deveres.” Diga-se: “Pedro está sempre contente, seja brincando..., seja trabalhando..., seja fazendo...” OU: “Pedro está sempre contente, quer brincando..., quer trabalhando..., quer fazendo...” OU: “Pedro está sempre contente ou brincando..., ou trabalhando..., ou fazendo...” Evite-se, também, colocar duas conjunções alternativas em sequência imediata, como em: “Ele trabalha bem quer seja com o martelo, quer seja com a marreta.” Uma só conjunção é bastante: ou “quer” ou “seja”. A expressão “ou seja” é sinônima de “isto é” ou de “a saber” e vem sempre entre vírgulas. Não se trata de conjunção, mas de uma partícula denotativa: “Ele se saiu muito bem, ou seja, tirou o primeiro lugar.” “O arroz e o feijão, ou seja, os dois pratos mais consumidos no Brasil, se chamam ‘baião de dois’ quando misturados.”

12. SEJA nem sempre é verbo – Quando se pode substituir “seja” por “quer” ou por outra conjunção alternativa, ele obviamente não varia, porque também é conjunção. Ex.: “A ideia de viajar era seja um sonho, seja um projeto, seja ambos ao mesmo tempo.” “Todos deverão ficar em fila, seja homens, seja mulheres, seja crianças.”

13. Vez que – A locução conjuntiva é “uma vez que”. A expressão “vez que”, encontrada em textos jurídicos, simplesmente não existe. Evite-se uma construção como: “Os corruptos não serão punidos, vez que a CPI desistiu de processá-los.” Diga-se: “Os corruptos não serão punidos, uma vez que a CPI desistiu de processá-los.”

14. Preposição antes de sujeito de infinitivo — Dele sair — A preposição não deve contrair-se com o pronome sujeito de uma oração reduzida de infinitivo, nem com o termo que determina o sujeito dessa oração infinitiva. Assim, em lugar de escrever “Há possibilidade dele sair”, escreva-se: “Há possibilidade de ele sair.” A preposição não domina o sujeito, mas a oração subordinada toda. Eis um exemplo que mostra que a preposição domina a subordinada toda e não apenas o sujeito do infinitivo: “Chegou o momento de esses rapazes todos saírem”. Se alterarmos a ordem dos termos da oração infinitiva, veremos que a preposição continua “solta”, dominando a subordinada: “Chegou o momento de todos esses rapazes saírem”, “Chegou o momento de saírem todos esses rapazes”. É claro que, na oralidade, essa contração da preposição com o sujeito ocorre naturalmente, por força da lei do menor esforço: “Está na hora dele sair.” É por força da tradição oral que alguns gramáticos admitem a contração da preposição com o sujeito do infinitivo apenas na expressão popular “Está na hora da onça beber água”. Mas o recomendável é que essa contração não se escreva: “Está na hora de a onça beber água”.

15. Posto que — Use “posto que” apenas com o sentido de “embora”, “apesar de que”: “Ele não foi ao cinema, posto que já havia (já houvesse) comprado ingresso.” Os textos jurídicos, contrariando a norma, costumam apresentar exemplos de “posto que” com o sentido de “porque”, prática que deve ser evitada.

16. Tal...qual — Na correlação “tal...qual”, como se trata de dois pronomes adjetivos indefinidos, “tal” determina o nome que vem antes, concordando com ele, e “qual” determina o nome que vem depois, concordando com ele: Maria é tal quais as irmãs. Minhas tias são tais qual a minha mãe. Os filhos são tais quais os pais.

17. Um dos que — A concordância verbal pode ser no singular ou no plural. Numa frase como “Pelé foi um dos jogadores que mais gols fez pela Seleção”, o que se pretende dizer é que “Dos jogadores Pelé foi um que mais gols fez pela Seleção”, em que o antecedente do pronome relativo é “um”. No plural, o antecedente do “que” é “jogadores”: “Pelé foi um dos jogadores que mais gols fizeram...” A concordância no singular é preferível, porque há casos em que a concordância no plural não poderia ser feita: “Jorge Amado foi um dos escritores brasileiros contemporâneos que escreveu *Mar Morto*.” O plural seria

inaceitável, porque o autor de *Mar Morto* é uma pessoa só. Outro exemplo em que apenas o singular é possível: “O Sol é uma das estrelas de quinta grandeza que ilumina a Terra.” O plural seria inadmissível, porque o Sol é a única estrela que ilumina a Terra.

18. Implicar – Há uma tendência a repetir-se na regência verbal o prefixo ou a sílaba inicial do verbo sob a forma de preposição: contentar-se com, desfazer-se de, desdizer de, perguntar por, assistir a, etc. Por essa razão, é usual o emprego de “implicar” com a preposição “em”, mas é construção condenada pelos gramáticos. “Implicar” deve usar-se sem preposição, quando significa “ter por consequência”, “originar”: “Poupar implica sacrifícios.” “Implicar” é usado com a preposição “em” quando significa “envolver”, e constrói-se com objeto direto: “Implicaram o deputado em falcatruas.”

19. Supressão do SE reflexivo — O curso inicia amanhã – É comum, na linguagem oral do dia a dia, a supressão do SE reflexivo ou do SE partícula apassivadora, como em “ele levantou cedo”, “ela casou tarde” (por “ele levantou-se cedo”, “ela casou-se tarde”) ou como em “o vidro quebrou”, “a porta fechou” (por “o vidro quebrou-se”, “fechou-se a porta”). Por isso é comum a supressão do SE no uso do verbo “iniciar”, passivo: “o curso inicia amanhã” por “o curso se inicia amanhã”. O verbo “iniciar”, contudo, é transitivo direto.

20. Namorar com/pisar – O verbo namorar é transitivo direto, isto é, constrói-se com complemento SEM preposição. Apesar do exemplo do dicionário Houaiss, os gramáticos condenam o uso de “namorar” com a preposição “com”. Devemos dizer “namorar alguém” e não “namorar com alguém”. O verbo “pisar” também é transitivo direto (ou intransitivo): é usado SEM preposição, apesar do exemplo do Aurélio, que admite “pisar na bola”. Diz-se “pisar uma pessoa”, “pisar a grama”, “pisar firme”, sempre sem preposição.

21. A princípio/em princípio – “A princípio” significa “de início”, “em primeiro lugar”, “inicialmente”, “no começo”. Ex.: “A princípio, Nero foi um imperador bondoso. Depois, o poder subiu-lhe à cabeça.” “Em princípio” significa “teoricamente”, “em tese”, “em teoria”. Ex.: “Em princípio, os pobres são os que mais sofrem com a inflação.”

22. Abaixo/ a baixo – “Abaixo” significa “sob”, “embaixo”, “no chão”, “para (em) a parte inferior”. Ex.: “As notas dele estão abaixo da média.” “Jogou

abaixo os livros da estante.” “O prédio veio abaixo.” “Confira a lista abaixo.” Como interjeição, “abaixo” significa um grito de protesto: “Abaixo a ditadura!” – “A baixo”, em duas palavras, significa “para baixo”, opondo-se a “alto” ou “para cima”: “Ele me fixou de alto a baixo.”

23. Próximo a/ próximo de – “Próximo” varia em gênero e número quando vem com os verbos “ser” ou “estar” (isto é, com verbos de ligação) ou junto de substantivo. Fora isso, é invariável. Ex.: “Eles estavam próximos do rio.” “Meus parentes próximos moram aqui.” “Eles permaneceram próximos do doente.” Mas: “Eles moravam próximo do (ao) rio.” “As motos estavam estacionadas próximo de um lago.” “Próximo” se emprega sem preposição ou, indiferentemente, com a preposição “a” ou “de”: “Quem estava próximo viu o acidente.” “Próximo à mina havia uma gruta.”

24 Um uso do hífen —. Sócio-gerente/ socioeconômico – “Sócio” se usa com hífen e com acento agudo quando a referência é ao membro de uma sociedade ou de um clube. Quando a referência é direta ou indiretamente à sociologia, é um elemento de composição que se usa sem acento, ligado ao nome seguinte sem hífen: socioeconômico, sociolinguista, sociorreligioso, sociopolítica (subst.). Mas: sócio-atleta, sócio-diretor, sócio-gerente. O *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* registra com hífen apenas sócio-gerente (substantivo). Os dicionários só registram com hífen “sócio-gerente”. Os outros substantivos, como “sócio-atleta”, “sócio-diretor” não estão registrados nos dicionários, o que faz presumir a inexistência do hífen e mais uma incoerência gráfica. O livro *O uso do hífen*, de Eduardo Martins (Barueri: Manole, 2006), embora defasado por causa do novo acordo ortográfico, registra acertadamente “sócio-proprietário”, “sócio-fundador”, “sócio-diretor”, “sócio-presidente”, etc., embora sejam expressões não registradas nos dicionários de língua.

25. Emprestar deve ser usado com o sentido de “dar como empréstimo”, e não com o de “receber por empréstimo”. Este segundo sentido é um brasileirismo que tende a consolidar-se e está até dicionarizado, mas ainda é recusado pelos normativistas: “Ele emprestou dinheiro aos pobres/ele tomou emprestado do banco o dinheiro para pagar as prestações.” Acredito que o brasileirismo é um recurso para evitar a perífrase “tomar emprestado”. Em francês e em inglês, há dois verbos distintos para emprestar e tomar emprestado

(fr. prêter/emprunter; ing. to lend / to borrow).

BOM DIA OU BOM-DIA

Bom-dia/bom dia – A expressão de saudação deveria ser “Bom dia!”, em duas palavras, por subentender o verbo “desejar” ou “ter”: Tenha um bom dia!” “Desejo-lhe uma boa tarde”. Só a referência à saudação deveria ser considerada substantivo composto: “O ‘bom-dia’ que ele me deu soou falso.” Fulana saiu sem me dar nem um ‘boa-tarde’.” Os dicionários registram “bom-dia”, “boas-festas”, “boas-entradas”, “boas-vindas”, com hífen, tanto como saudação quanto como referência à saudação. Ora, se tivermos de hifenizar “bom dia” sempre, teremos de hifenizar também todas as saudações expressas por frases nominais desiderativas, como “Boa Páscoa!”, “Bom aniversário!”, “Bom ano!”, “Boa prova”, “Boa sorte!” “Bons sonhos!”, “Bom Natal!”, “Boa viagem!”, “Bom trabalho!”, “Bom apetite!”, “Bom proveito!”, “Boa leitura!”, “Bom fim de semana!”, etc. Vittorio Bergo, no livro *Erros e dúvidas de linguagem* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986), registra o verbete “Boas tardes” em duas palavras, naturalmente sem hífen. Se hifenizarmos “bom-dia”, então teremos de hifenizar “um ótimo-dia”, numa saudação como: “Um ótimo dia para todos!” No livro *Uso do hífen*, de Eduardo Martins (São Paulo: Manole, 2006), embora defasado, as saudações também são hifenizadas, mas o hífen dessas expressões parece inadequado. A frase (1) “Desejo-lhe que tenha um bom dia” é expressão sinônima de (2) “Desejo-lhe um dia bom” ou de (3) “Desejo-lhe bom-dia”. Não há razão para que só na frase 3 a saudação seja hifenizada. Os dicionários e gramáticas registram “bom dia” sem hífen apenas quando sinônimo de “dia bom”, como em “Está fazendo um bom dia hoje”. O uso do hífen é tão problemático que palavras de mesma formação aparecem hifenizadas e não hifenizadas sem critério nenhum: para-choque/paraquedas; pé-de-meia/pé de moleque; missa-show/comício monstro; cor-de-rosa/cor de vinho; perdeganha/vaivém; carro-forte (forte aí com sentido de fortaleza, como “forte de Copacabana”)/carro esporte; garoto-propaganda/funcionário fantasma;

cachorro-quente/ elefante branco; projeto-tipo (= projeto padronizado)/projeto padrão, palavra-ônibus/palavra cabide... etc.

2. Cada vez mais/cada vez menos – As expressões “cada vez mais” e “cada vez menos” devem ser empregadas depois de verbo e antes de nome: “Ele está cada vez mais forte.” “Esse menino tem cada vez menos interesse pelas coisas.” Evite-se uma frase como “Cada vez mais as pessoas tomam cuidados com a saúde.” Ou como “Cada vez mais ele come arroz.” É melhor dizer: “As pessoas tomam cada vez mais cuidados com a saúde.” - “Ele come cada vez mais arroz.” Por não saber — ou por ter esquecido — que a expressão “cada vez mais” é pós-verbal e pré-nominal, um aluno meu escreveu, numa redação, algo como: “Cada vez mais os ricos ficam mais ricos no Brasil de hoje.” Corrigi: “Os ricos ficam cada vez mais ricos no Brasil de hoje.” Usar “cada vez mais” antes de verbo é correr o risco de ser redundante e prolixo...

PROBLEMAS DE PRONÚNCIA

X érox/xerox – O Aurélio registra “xérox” de preferência a “xerox”, mas o Houaiss registra a forma oxítona em primeiro lugar, remetendo o consulente à forma paralela com acento tônico no E. O Houaiss, a meu ver, tem razão: a pronúncia mais adequada deve ser “xerox” e não “xérox”, embora ambas as pronúncias sejam aceitáveis. As palavras mais antigas na língua, terminadas por x, são paroxítonas, como tórax, fênix, cóccix, hálux, por exemplo. Mas as que se incorporaram mais recentemente ao nosso léxico são todas oxítonas: inox, botox, durex, eucatex, entre outras, referentes a produtos ou marcas industriais, exatamente como “xerox”. Portanto a pronúncia preferível, dentro das normas da língua, é “xerox” e não “xérox”. Argumentar que em inglês a palavra é paroxítona (pronuncia-se, aproximadamente, como “zírocs”), para justificar a pronúncia “xérox”, é mostrar desconhecimento do fato de que não é raro o hiperbibismo, isto é, a deslocação do acento tônico, na passagem de uma palavra de uma língua para outra. “Futebol” é oxítono em português, mas é paroxítono (por só ter duas sílabas), em inglês (Foot ball) e em espanhol (fútbol), exatamente como “xerox”, que é paroxítono em inglês. O inverso também é verdadeiro: palavras de origem latina também mudam o acento tônico ao serem transpostas para o inglês. Assim, o inglês “garden” é vocábulo paroxítono que se origina do romance *gardino (com pronúncia forte no i), por intermédio do francês (embora a protoforma seja possivelmente germânica), em que a pronúncia é oxítona: jardin. Quanto ao gênero, a palavra “xerox” é masculina. Dizer que ela deva ser feminina porque subentende a palavra “cópia”, é dizer que “pirex” deve ser feminino, quando subentende a palavra “travessa”; ou masculino, quando subentende a palavra “prato”. Na verdade, em “cópia xerox”, “xerox” não é adjetivo, mas um aposto especificativo. Portanto “xerox” é masculino, mesmo que se pretenda subentender a palavra “cópia”, como “durex”, que é sempre masculino, ainda que se queira subentender a palavra

“fita”.

2. O plural de *troco* – Normalmente, quando temos uma palavra paroxítona do gênero masculino em que a vogal tônica é um O, devemos procurar uma palavra feminina formalmente equivalente: se esse feminino tem a vogal tônica aberta, há grande probabilidade de a vogal também ser aberta no plural; se esse feminino tem a vogal tônica fechada, possivelmente a vogal no plural também será fechada. Assim, têm o plural com a vogal fechada os seguintes vocábulos: bolso (uma bolsa), moço (moça), etc. Têm a vogal aberta no plural as seguintes palavras: posto (uma posta), troco (uma troca), ovo (uma ova), porto (uma porta), etc. Normalmente, se não há um feminino formal equivalente, a palavra tem a vogal aberta no plural: socorro, tijolo, etc. Em caso de dúvida, no entanto, o melhor é consultar o único dicionário do gênero, feito por um capixaba: *Vocabulário ortoépico do “E” e “O” tônicos inacentuados*, de Carlos Laet de Oliveira, Vitória: Edição do Autor, 2002. Afinal, não estamos dando aqui uma regra do português, mas uma “dica” que talvez possa ser útil...

3. Avô/ avós — A propósito de metafonía (mudança de timbre da vogal tônica por influência da vogal átona final), um aluno meu perguntou: “Se um *tio* e uma *tia* formam o plural *tios*, no masculino; se *pai* e *mãe* formam o plural *pais*, no masculino, por que *avô* e *avó* formam *avós*, no feminino?” Na verdade, *avô* e *avó* formam o plural *avós*, masculino (meus avós paternos, meus avós maternos). O problema é que, na metafonía, a forma plural acompanha a forma feminina, como acabamos de ver. A rigor, a metafonía ocorre no masculino: porcu- em latim tinha a vogal tônica aberta, mantida no feminino. Mas o fechamento da vogal átona final do masculino influenciou na mudança de timbre da vogal tônica. O latim *iste*- deveria ter dado *éste* com vogal aberta, mas deu *êste*, com a vogal fechada, por causa da vogal final (mas o feminino manteve a pronúncia aberta da vogal tônica: *esta*). O mesmo ocorreu com *ille*-> *ele* (que deveria ser *éle*, com vogal aberta; o feminino *ela* manteve a vogal aberta). Etc.

POR QUE ODEIO E COPIO

Há algum tempo, uma notícia de jornal disse que o “Ministério intermedia acordo”, em lugar de “intermedeia acordo”. Os verbos em –iar têm no infinitivo a mesma pronúncia dos verbos em –ear. Daí a confusão.

Os nomes terminados em –io ou –ia formam verbos em –iar, com –i: auxílio- auxiliar, cópia-copiar, desvio-desviar, distância-distanciar, domicílio-domiciliar, elogio- elogiar, estria-estriar, fantasia-fantasiar, fio-fiar ou afiar, glória-gloriar, guia-guiar, indústria-industriar, repúdio-repudiar, injúria-injuriar, óbvio-obviar, plágio-plagiar, polícia- policiar, prêmio-premiar, sítio-sitiar, suplício-supliciar, vadio-vadiar, etc. Portanto a conjugação é em –io: eu fantasio, eu fio, eu guio, eu repudio, eu sitio, etc.

Os nomes que terminam pelo ditongo –ão, por consoante ou pelas vogais a, e, o, com exceção de *breve*, *amplo* e *lume*, têm os verbos respectivos em –ear: capitão- capitanear, verão-veranear, voz-vozear, flor-florear, mar-marear, senhor-assenhorear, faca- esfaquear, folha-folhear, granja-granjear, banquete-banquetear, bronze-bronzear, haste- haster, nome-nomear, serpente-serpentear, macaco-macaquear, pleito-pleitear, salto- saltar, touro-tourear, etc. Portanto a conjugação é em –eio: veraneio, banqueteio, bronzeio, hasteio, nomeio, pleiteio, toureio, etc. As exceções (*breve*-abreviar, *amplo*-ampliar, *lume*- alumiar) dizem respeito à regra de formação e não à conjugação, isto é, são verbos regulares: eu abrevio, eu amplio, eu alumio.

As exceções à conjugação em –iar são os verbos do acrônimo “Mario”. Acrônimo é o nome que se dá à palavra formada pelas iniciais ou pelas primeiras sílabas de outras palavras diferentes, como Vasp (Viação Aérea São Paulo), radar (radio detecting and ranging), etc. Não se deve confundir acrônimo com sigla. O acrônimo é um substantivo novo, um neologismo da língua: só a primeira letra é maiúscula, se se trata de substantivo próprio, como Otan ou Nasa; mas todas são

minúsculas se se trata de substantivo comum, como *aids* ou sonar (sound navigating and ranging). Se o acrônimo tiver até três letras, todas serão maiúsculas, como ONU, LER, ECA, etc. Na **sigla**, cada letra de palavra diferente é lida em separado, sem formar palavra nova: PMDB, PT, STF, CPMF, etc. Nomes como peemedebista ou petista são formas derivadas em que as letras da sigla original continuam sendo ditas uma a uma, embora se escrevam por extenso, com o sufixo nominal adequado. Na sigla todas as letras são maiúsculas. O acrônimo “Mario” é formado pelas iniciais dos verbos mediar, ansiar, remediar, incendiar e odiar, que, embora terminem em –iar, fazem o presente do indicativo e seus tempos derivados, como o subjuntivo presente e as duas segundas pessoas do imperativo, em –eio: eu medeio, eu anseio, eu remedeio, eu incendeio, eu odeio.

Certos verbos em –iar têm parônimos correspondentes em –ear (parônimos são palavras parecidas, com significados diferentes, como tráfego/tráfico, por exemplo), como arriar (abaixar) e arrear (selar o cavalo); vadiar (andar à toa) e vadear (atravessar o rio a pé); enfiar (empurrar para dentro) e enfear (tornar feio), afiar (amolar faca) e afear (tornar feio); estiar (parar de chover) e estear (pôr esteio, escorar). Assim, a letra do velho samba, que diz “Não vadeia, Clementina,/ fui feita pra vadiar”, deveria ser “Não vadia, Clementina,/ fui feita pra vadiar”. No jogo de cartas, devo dizer “arrio o jogo sobre a mesa” e não “arreio”. Embora essas raridades não sejam suficientes para inibir o bom desempenho do falante estudioso, é importante ter cautela para não dizer barbaridades como “arreio as cartas” ou “vadeio à toa sem emprego”... Ou, pior ainda, dizer “eu pentio” ou “eu assobeio”, por “eu penteio” ou “eu assobio”...

PLEONASMOS OU REDUNDÂNCIAS

Pleonasmo é o nome que se dá à repetição de ideias ou à redundância, no âmbito do elemento que constitui a significação básica de uma palavra. Isso quer dizer que o pleonasmo, em princípio, diz respeito ao léxico, à significação externa das palavras, sem levar em conta as relações gramaticais. Seriam pleonásticas, originalmente, apenas as expressões como “entrar para dentro”, “sair para fora”, “subir para cima”, “gritar alto”, “sussurrar baixinho”, etc. Os linguistas e filólogos estenderam para a gramática o sentido da palavra “pleonasmo”, de maneira inadequada, pois, na sintaxe do português, a concordância é sempre redundante. Na frase “Os meninos estudiosos compraram os livros indicados”, há a marca do plural em todos os itens lexicais. Na tradução inglesa dessa frase, só os substantivos equivalentes a “meninos” e “livros” (“boys” e “books”, respectivamente) levariam a marca do plural, sem redundância nenhuma.

A variedade de expressões pleonásticas do tipo lexical levou os estudiosos a estabelecer uma distinção mais ou menos tênue (ainda) entre pleonasmo vicioso e pleonasmo aceitável. Aceitável, por força das regras da sintaxe, é todo pleonasmo gramatical: “A mim me parece que...”, “ao louco não lhe dou ouvidos...”, “as meninas estudiosas...” (pleonasmo de gênero e de número), etc.

Do ponto de vista lexical, aceitável é o pleonasmo em que se determina o núcleo da redundância com advérbios, com adjetivos, com locuções adverbiais, com locuções adjetivas ou com orações adjetivas. Em outras palavras, “sonhar um sonho” é expressão inadequada, mas “sonhar um sonho esquisito” é expressão que os falantes cultos não condenariam; “dormir um sono” é

pleonismo vicioso, mas “dormir o sono dos justos” é considerado aceitável. Assim, também seriam considerados aceitáveis pleonismos como “Vi claramente visto o lume vivo” (*Os Lusíadas*, V, 18); “Chovia uma triste chuva de resignação” (Manuel Bandeira); “E aí dançaram tanta dança / que a vizinhança toda despertou” (Chico Buarque e Vinícius de Moraes); “chorar um choro sentido”; “penar indignas penas”; “Eu canto um canto matinal” (Guilherme de Almeida),etc.

A distinção aqui é impressionista e orientada pela obediência meio cega à tradição dos clássicos da nossa literatura. Não há razão para que “gritar alto” seja menos vicioso do que “gritar alto e bom som” (= de modo inteligível), ainda que se pense numa gradação, em que a pessoa usa superlativamente toda a força de sua garganta, num grito a plenos pulmões.

Tecnicamente, o que caracteriza o pleonismo como não vicioso ou aceitável é apenas o modo inteligente com que ele é usado. “Vi com meus olhos” pode ser tão vicioso quanto esta frase de Ruth Guimarães, de “Água funda”: “Eu olhei bem, com estes olhos que a terra há de comer”. Se o escritor, no entanto, usar um pleonismo aparente, isto é, um pleonismo expressivo que sugira uma leitura diferente, então não é vicioso. Se “ver com os olhos” é trivial isoladamente, já não o será se o escritor sugerir a possibilidade de ver diferentemente. Saint-Exupéry dizia que é preciso “ver com o coração”. “Ver com os olhos”, no contexto ficcional de *O pequeno príncipe*, já significa “deixar de ver o essencial, que é invisível para os olhos”. A possibilidade de uma leitura diferente retira à expressão “ver com os olhos” o caráter trivial, óbvio, redundante ou tautológico do pleonismo vicioso. A frase “João anda com os próprios pés” deixa de ser pleonástica se o seu autor privilegia o uso que João esteja fazendo de sua capacidade de decidir por conta própria os caminhos a tomar na vida.

Repare-se que uma expressão aparentemente tautológica como “crianças são crianças” não é redundante: a primeira ocorrência de “crianças” está no sentido denotativo; a segunda ocorrência, no sentido conotativo. Mas são tautológicos os versos iniciais da letra de um samba carnavalesco que diz: “Branca é branca, / preta é preta, / mas a mulata é a tal...”

O pleonismo sintático, ao contrário do pleonismo de palavras reais, é diretamente proporcional à escolaridade do falante e inversamente proporcional

à classe social que ele ocupa. Em outras palavras, são incomuns, na boca do falante instruído ou socialmente bem situado, expressões como “descer para baixo” ou “entrar para dentro”. E seriam igualmente incomuns, na boca do falante pouco instruído, construções em que as concordâncias verbal e nominal se fizessem em todos os casos. Dificilmente uma pessoa culta diria uma frase como “os home saiu”, em que não existe redundância sintática. E dificilmente uma pessoa de pouca instrução diria apenas “entrar” ou “sair”, sem as indicações do lugar óbvio: “para dentro” e “para fora”, respectivamente.

O pleonismo sintático, em princípio, funciona não só para eliminar os ruídos na comunicação, mas também para dar coesão ao texto. Mas o pleonismo lexical nem sempre funciona de maneira positiva, e pode contribuir para aumentar o ruído na comunicação, como em “estou com dor na minha mão” (não é possível sentir dor em mão alheia); “muito suficiente” (se é suficiente, é o bastante; “muito suficiente” aí introduz um ruído na comunicação, ao admitir inadequadamente a possibilidade de gradação do adjetivo “suficiente”), etc.

É preciso cuidado na análise do pleonismo. Há expressões em que a redundância pode ter-se cristalizado por hipercaracterização ou estar em vias de cristalização. A hipercaracterização designa o reforço de uma ideia já existente e consiste num pleonismo que a tradição linguística deixou de reconhecer como redundância. Na expressão “meio ambiente”, tanto “meio” quanto “ambiente” designam a mesma ideia de hábitat. “Meio ambiente”, portanto, embora uma expressão tão tautológica quanto “neve fria” ou “morto sem vida”, é aceita pela tradição linguística, como “comigo”, pois a preposição “com” já existe em “migo” (“comigo” vem da expressão latina redundante “cum me cum”).

Quando um falante diz “Fulano irá trabalhar”, ele está sendo redundante, sem se dar conta disso. O futuro perifrástico (perífrase é um circunlóquio, isto é, é uma forma de dizer com muitas palavras algo que poderia ser dito com poucas palavras) é “vai trabalhar”. Se dizemos “irá trabalhar”, estamos dizendo no futuro algo que já estava caracterizado como futuro, isto é, “irá trabalhar” é futuro do futuro, uma hipercaracterização.

Também não se deve utilizar a etimologia na análise de um pleonismo. Em linguística, chama-se perissologia a redundância que consiste na repetição desnecessária de um mesmo pensamento, com palavras diferentes. Às vezes a perissologia não é sentida como redundância, porque o falante normal

desconhece a etimologia, como em “caligrafia bonita”. Aí não há redundância, porque o falante reconhece em “caligrafia” um sinônimo de “letra” e não apenas o seu significado etimológico de “escrita bonita” (do grego “cali”, bonita, e “grafia”, escrita). Ninguém pensa que é contraditória originalmente a expressão “falar pornografia”, já que a pornografia, por seu significado etimológico, deveria ser apenas escrita... Puristas chegaram a inventar o termo “pornofonia”, para designar a pornografia falada.

A tautologia é uma redundância lexical e consiste em dizer verdades lógicas óbvias, como “dois e dois são quatro”, “branco é branco”, “preto é preto”, etc. A tautologia diz respeito à lógica (“É vencer ou vencer” ou “É vencer e vencer” – em lógica, se considerarmos “vencer” como “p”, a disjunção “ou” como “v”, e a conjunção “e” como um ponto, teremos: p v p; p.p) e às vezes se confunde com o truísmo (do inglês true, “verdade”) que também designa o óbvio de maneira quase sutil: “Serão eleitos os candidatos que conquistarem mais votos”.

A redundância gramatical não é nunca viciosa em português, exceto se é realizada com redundância lexical, como o futuro do futuro, que acabamos de ver. Numa frase como “As meninas são bonitas”, temos dois tipos de redundância gramatical: a de gênero (das quatro palavras da frase, três repetem o gênero feminino: as, meninas e bonitas) e a de número (as quatro palavras da frase estão todas no plural). Em inglês, essa mesma frase não teria redundância de gênero, mas apenas de número: “The girls are beautiful” (há nessa frase uma única marca de feminino – a palavra “girls” que é do gênero feminino –, e duas marcas de plural: o –s de “girls” e a flexão verbal “are”). O inglês é menos redundante gramaticalmente do que o português.

Eis algumas redundâncias que o leitor poderá verificar que são viciosas: brisa matinal da manhã, biografia da vida de alguém, breve alocução, conviver junto com, decapitar a cabeça, descer para baixo, sair para fora, subir para cima, entrar para dentro, há anos atrás, partir em duas metades iguais, autobiografia própria, surpresa inesperada, esquecimento involuntário, produção de produtos produzidos pela indústria, mensagem celeste do céu, encarar de frente, ver com os olhos, chutar com o pé, unanimidade de todos, elo de ligação, cárie no dente, afta na boca, novidade inédita, superficialmente por alto, etc.

Circulou pela Internet um vídeo em que um humorista comenta uma lista

de expressões por ele consideradas pleonásticas ou redundantes. Eis a maioria delas: planos para o futuro, criar novos empregos, hábitat natural, prefeitura municipal, sua autobiografia, sorriso nos lábios, goteira no teto (“existe goteira no chão?” – ironiza o humorista), estrelas no céu, países do mundo, exultar de alegria, fato real.

Cada um dos pretensos exemplos de redundância condenados pelo humorista pode ser considerado não redundante e altamente informativo em contextos específicos.

Com relação à pretensa redundância “planos ou projetos para o futuro”, o humorista ironiza: “Você conhece alguém que faz planos para o passado?” Dizer “fazer projetos para o futuro” pode ser uma forma de indeterminar os projetos. Há projetos para um próximo livro, para o casamento, para a compra da casa própria. Indeterminam-se esses projetos dizendo-se “projetos para o futuro”. Também é possível fazer planos para o presente. Um professor que prepara exemplos para uma aula que vai dar dentro de alguns minutos está fazendo planos para o presente.

Com relação a “criar novos empregos”, o humorista ironiza: “Ora bolas, alguém consegue criar algo velho?” O que ele esqueceu é que “novo emprego” não é o mesmo que “emprego novo”. A informática também produz novos empregos a cada dia. *Novo*, aí, está não no sentido de oposto a velho, mas no sentido de “outro” (um novo livro de um autor é apenas outro livro e não um livro novo).

Com relação a “hábitat natural”, nenhum dicionário registra a obrigatoriedade de um hábitat ser natural, como afirma o humorista. Há algum tempo, um urso panda, rejeitado pela mãe, teve seu hábitat criado artificialmente para que ele pudesse sobreviver.

Quanto à prefeitura municipal, o humorista afirma: “No Brasil, só existem prefeituras nos municípios. Aliás, ainda bem!” Mas, se existe prefeitura universitária, então “prefeitura municipal” não é redundância.

Se posso dizer “minha autobiografia”, isto é, a biografia que eu escrevo sobre mim, por que não posso dizer “sua autobiografia”, referindo-me a, por exemplo, *Solo de clarineta*, que é a autobiografia de Érico Veríssimo?

Mona Lisa não sorri com os lábios: ela sorri com o olhar. Recorde-se a

letra da música “Carinhoso”, de Pixinguinha (pseudônimo de Alfredo da Rocha Viana Filho): “E os meus olhos ficam sorrindo / e pelas ruas vão te seguindo, / mas, mesmo assim, / foges de mim.”

Uma goteira não precisa ser necessariamente no teto. Pode ser na calha, numa telha, no beiral. E estrelas podem brilhar não apenas no céu, mas no universo artístico do cinema e da televisão (no sentido figurado). Quanto a “países do mundo”, pergunta o humorista: “E de onde mais podem ser os países?” Ora, imaginemos um diálogo em que X afirma que há países onde a pena de morte vai ser readmitida, e Y pergunta: Quais países? – A resposta pode ser “países da Ásia”, ou “países da África” ou, se não houver necessidade de indicar o continente, “países do mundo todo”. Porque seria redundância dizer “países do mundo” em oposição a “países da América”? Finalmente, com relação a exultar de alegria, se se pode exultar de felicidade, por que seria redundância dizer “exultar de alegria”?

Quanto a fato real, o dicionário Houaiss registra, no verbete “narrativa”: “exposição de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos encadeados, reais ou imaginários, por meio de palavras ou de imagens”. No verbete “conto”, subverbo “conto de fadas”, o Houaiss diz: “conto infantil que narra encantamentos e fatos maravilhosos com a intervenção de fadas”; no verbete “romance”, o dicionário ensina, na acepção 7: “prosa, mais ou menos longa, na qual se narram fatos imaginários, às vezes inspirados em histórias reais, cujo centro de interesse pode estar no relato de aventuras...” O Aurélio, no verbete “novela” registra: “narração, usualmente curta, ordenada e completa, de fatos humanos fictícios, mas por via de regra, verossímeis”. Onde está a redundância em “fatos reais” se os fatos podem ser imaginários, fictícios, maravilhosos?

Assim, é o contexto que dita se uma expressão é ou não redundante, e não a vontade de um humorista sem formação linguística adequada.

PARALELISMO

O paralelismo, como o nome indica, é uma construção em que segmentos de mesma função aparecem na frase com estruturas paralelas. Em outras palavras, o paralelismo é a identidade de estruturas numa sucessão de termos ou de frases. Há três tipos de paralelismo: o sintático, o semântico e o rítmico.

A base do paralelismo sintático está no princípio de que só se devem coordenar segmentos homólogos. Na frase seguinte, não se respeitou o paralelismo: “Trata-se de um problema sério e que nos preocupa.” Nela se coordenou um adjetivo (sério) a uma oração adjetiva (que nos preocupa). Para que a coordenação seja adequada, é necessário que os termos coordenados tenham estrutura paralela: ou ambos são adjetivos, ou ambos são orações adjetivas. Assim, há duas possibilidades de correção da frase acima, mantendo-se a coordenação: a) “Trata-se de um problema sério e preocupante para nós.” b) “Trata-se de um problema que é sério e que nos preocupa.” Outra possibilidade de correção consiste em eliminar a coordenação (o que também elimina a construção paralela): “Trata-se de um problema sério que nos preocupa.”

O paralelismo semântico consiste na coordenação de elementos de significados intimamente relacionados entre si. Na frase seguinte, não se respeitou o paralelismo semântico: “Este ano houve uma guerra entre Israel e os libaneses.” Ora, “Israel” é substantivo próprio, designativo de um país; “libaneses” é substantivo comum, designativo de um povo (substantivo pátrio). Para restabelecer o paralelismo semântico, devemos correlacionar os países entre si ou os povos entre si: “Este ano houve uma guerra entre Israel e o Líbano.” Ou: “Este ano houve uma guerra entre israelitas e libaneses.”

O paralelismo rítmico ou similitude consiste na simetria de construção, de forma que os elementos da frase tenham extensão igual ou quase igual. Na frase seguinte, desrespeitou-se o paralelismo rítmico: “O amor é

fundamental e essencial, o sexo é necessário, e a fé é importantíssima para o espírito.” Repare-se que os atributos do amor são dois; o do sexo, apenas um; o da fé, além de superlativo, contém um complemento (“para o espírito”), que não existe nos outros. Para restabelecer o paralelismo rítmico, uma correção possível (mantendo-se os complementos preposicionados) poderia ser a seguinte: “O amor é fundamental para as relações humanas; o sexo é necessário para a perpetuação da espécie; e a fé é importante para o espírito de todos nós.”

Numa universidade federal, recentemente, três questões de vestibular versaram sobre os três tipos de paralelismo. Reproduzo aqui duas frases de cada questão, colocando em primeiro lugar – com comentário – a que desrespeita o paralelismo.

1. Paralelismo sintático: a) A discriminação do uso de drogas é desaconselhável, por haver convenções internacionais em contrário e porque o exemplo da Holanda foi catastrófico.” (Coordenou-se uma oração iniciada pela preposição “por” seguida de infinitivo a uma oração começada pela conjunção “porque” seguida de verbo na forma finita.) b) A discriminação do uso de drogas é desaconselhável por haver convenções internacionais em contrário e (por) o exemplo da Holanda ter sido catastrófico.

2. Paralelismo semântico: a) O problema da droga é muito mais grave no Rio de Janeiro e em São Paulo do que em Belo Horizonte e Santa Catarina. (Santa Catarina é o nome de um estado entre nomes de cidades.) b) O problema da droga é muito mais grave no Rio de Janeiro e em São Paulo do que em Belo Horizonte e em Florianópolis.

3. Paralelismo rítmico: a) Solução para o problema das drogas: uma vontade política; uma eficiência da polícia; uma dedicação maior de todas as famílias na orientação dos seus filhos. (Cada um dos termos que constituem a solução para o problema das drogas tem uma extensão diferente.) b) Uma solução para o problema das drogas: para os cartéis, a vontade política; para os traficantes, a eficiência da polícia; para os viciados, a dedicação da família.

O paralelismo é um problema de estilo. Desrespeitá-lo nem sempre invalida a frase, nem sempre implica incorreção gramatical, mas é importante respeitá-lo em nome da elegância e da eufonia.

A TROCA DE SONS

Um homem chamado William A. Spooner (1844-1930) gostava de trocar os sons das palavras, como “You have tasted two worms” (Você provou duas minhocas) e “You have wasted two terms” (Você desperdiçou dois trimestres) ou “Queer Dean” (Estranho deão) por “Dear Queen” (Querida Rainha). É por causa de Spooner que esse fenômeno em inglês tem o nome de *spoonerism*, em homenagem ao seu cultor.

Em francês, o mesmo fenômeno tem o nome de *contrepèterie*, como em “Trompez sonnettes” (Enganai campainhas) por “Sonnez, trompettes” (Tocai, trombetas).

Não é necessário, contudo, que o spoonerism ou a contrepèterie tenham significado: “Pauvrice n’est pas vité” é frase “spoonerist” ou “contrepétée”, sem sentido, de “Pauvreté n’est pas vice” (Pobreza não é vício).

Em português, à falta de um nome popular, esse fenômeno é cientificamente chamado de *hipértese intervocabular*. A hipórtese é o nome que tem a metátese à distância. A metátese, ou a troca de sons no interior de um vocábulo, é comum na evolução do latim para o português e na linguagem coloquial, como o lat. *semper*, que deu *sempre*, em português, ou como a pronúncia popular *tauba* por *tábua*. É a metátese (ou a hipórtese) que explica prolações como *estrupe*, *largato*, *falcudade*, entre outras, corriqueiras na fala descontraída, por *estupro*, *lagarto* ou *faculdade*.

Esse fenômeno da hipórtese intervocabular ficaria restrito à gramática ou a uma ou outra frase esporadicamente encontrada na fala de algum brincalhão, como em “transmimento de pensassão” por “transmissão de pensamento”, não fosse o uso literário que dele fizeram autores como Millôr Fernandes e Paulo Leminski, por exemplo. Do primeiro é a fábula “A Raposa e o Bode”, publicada na revista *O Cruzeiro*, em 1961, e no livro *Fábulas fabulosas* (Rio de Janeiro:

José Álvaro, 1964, p. 133-4, com o título “A Baposa e o Rode”, e, mais tarde, em *Trinta anos de mim mesmo* (Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1972, p. 98), da qual reproduzimos as duas frases iniciais e a moral: “Por um asino do destar, uma rapiu caosa num pundo profoço do quir não consegual saiu. Um rode, passi por alando, algois tum detempo, vosa a rapendo, foi mordado pela curiosidido.” “Moral: Jamie confais em qua estade em dificuldém.”

De Paulo Leminski é o “Diversonagens suspensas”, que os estudiosos chamam de palavra-valise. A palavra-valise (ou palavra portmanteau, palavra entrecruzada ou palavra cabide) é a redução de uma sequência de palavras numa só ou a fusão de partes de palavras diferentes, como “bit” (oriunda da expressão inglesa “binary digit”), ou como, na brincadeira de crianças, “rinocerafa”, isto é, “filho de rinoceronte com girafa”, ou como uma palavra já existente, supostamente formada por outras, com dupla leitura, como “ex(orbita)nte”, que, em Cassiano Ricardo, no livro *Jeremias Sem-Chorar* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1964), significa “exorbitante” e “ex-orbitante” (que não está orbitando, que está fora de órbita), ou como “solpicado” (salpicado de sol). Além da hipértese intervocabular, Paulo Leminski utilizou também a metátese intravocabular, como no poema concreto do livro *Caprichos e relaxos*, em que joga, em 19 linossignos (isto é, signos em linha, neologismo inventado por Cassiano Ricardo, como oposição à ideia de verso), com os sons do vocábulo *metamorfose*, a partir de “materesmofo”, passando por “mesamorfeto”, “termosefoma” e “motormefase”, entre outros falsos lexemas, até chegar a “metamorfose” (*Melhores poemas*. São Paulo: Global, 1996, p. 100).

Esse jogo linguístico é encontradiço também em espanhol, segundo nos informa Marta G. de Torres Agüero, na tradução de *La stylistique*, de Pierre Guiraud (Buenos Aires: Editorial Nova, 1956, p. 25): “Cabizbundo y meditabajo” (por “Cabizbajo y meditabundo”).

Outro fenômeno de troca de sons tem o nome de heterofemia ou heterofasia, que consiste no uso de uma palavra por outra parecida: “mexa a porca” por “fecha a porta”.

Ainda que seja sempre interessante o efeito desse processo lúdico de troca de sons, é mais inteligente e surpreendente o seu uso, quando a versão hipertética mantém um sentido próprio, diferente do da frase original, como ocorria nas invenções do reverendo Spooner, merecidamente imortalizado em

dicionários de língua inglesa.

PEGO OU PEGADO?

A pesar da prolação generalizada *pego* (com o e fechado, de preferência) há razões para crer que o verbo *pegar* só admita *pegado* como particípio.

O *Vocabulário Ortográfico da língua portuguesa*, da ABL (3.ed. Rio de Janeiro: Corbã, 1999), registra *pego* e *pegado*, como particípios de *pegar*. O *Novo dicionário da língua portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999) registra *pego* como brasileirismo. No seu *Dicionário de dúvidas e dificuldades do idioma nacional* (2.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1944), Antenor Nascentes ensina que *pegado* é o único particípio de *pegar*; no *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*, de Macedo Soares (Rio de Janeiro: MEC/INL, 1984, vol. 1; e 1955, vol. 2), há o verbete *pegado*, mas não há *pego*; no *Manual de conjugações verbais* (Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961), Cândido Jucá (filho) considera *pego* forma ainda sem abonação dos mestres (p. 106) e não bem aceita (p. 182); Otelo Reis, mais categórico, condena (*Breviário da conjugação dos verbos da língua portuguesa*. 31.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1967, p. 90) como errônea a forma *pego*; Adriano da Gama Kury (*1000 perguntas: português*. Rio de Janeiro: Rio, 1983) admite *pego* como correto, embora considere de menos uso na língua culta (Pergunta 215); Celso Cunha e Rocha Lima, (*Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970, p. 306; *Gramática normativa da língua portuguesa*. 15.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. 150, respectivamente), admitem o verbo *pegar* na relação dos particípios duplos.

Nesse mar de opiniões, podemos destacar três linhas básicas:

1. a dos que aceitam *pego* como forma correta ao lado de *pegado*;
- 2 a dos que consideram *pegado* preferível a *pego*;
3. a dos que simplesmente consideram *pego* como incorreto e o rejeitam.

As razões que levam os autores a adotar uma dessas três lições não são explicitadas claramente, mas parecem prender-se à baixa frequência do uso escrito de *pego*, nos escritores consultados como fonte de seus exemplos.

Sempre que ocorre um particípio irregular na língua, esse particípio pode exercer a função de adjetivo. Se há dois particípios, é normalmente o irregular – e não o outro – que exerce a função adjetiva. Vejamos: livro *impresso* (por “imprimido”), sapato *roto* (por “rompido”), leite *seco* (por “secado”), presente *aceito* (por “aceitado”), encomenda *entregue* (por “entregada”), aluno *expulso* (por “expulsado”), etc. Se o verbo tem dois particípios, e o particípio regular também exerce a função adjetiva, como o irregular, então o sentido se altera: carro *segurado* (coberto por uma seguradora) / carro *seguro* (que oferece segurança); garota *enxugada* (sem umidade)/garota *enxuta* (de corpo bonito); homem *omitido* (esquecido) / homem *omisso* (irresponsável); pessoas *juntadas* (amasiadas)/ pessoas *juntas* (reunidas), etc.

Em síntese, o particípio irregular pode exercer sempre uma função de adjetivo; o particípio regular, nem sempre. Ora, fosse o particípio irregular *pego* admissível na gramática do dialeto culto, como padrão ideal, teríamos frases como:

1. *Moro numa casa *pega* com a prefeitura (em lugar de “*pegada* com a prefeitura”).
2. *Comprei dois apartamentos *pegos* um com ou outro (por “*pegados*”).
3. ?Aqui estão os escravos *pegos* de volta (em lugar de “*pegados*”).

Ora, se as sentenças acima são agramaticais ou inaceitáveis, é porque *pego* não pode ser considerado particípio irregular, no dialeto culto, ainda que o possa ser em outro nível de língua ou em outro dialeto que ainda está por ser descrito. Mas isso é outro problema.

NORMAS EM DOCUMENTOS

Quando se faz um requerimento, estabelece-se uma relação de dependência de quem requer para a autoridade que detém o poder de deferir ou não. Por esse motivo, o requerente é compulsoriamente modesto: deve referir-se a si mesmo como objeto do diálogo e não como parte dele, abolindo o *eu* e usando as formas pronominais da não pessoa, isto é, da 3ª pessoa.

Gramaticalmente, a explicação reside na hierarquia dos pronomes pessoais, em que o *eu* predomina, nas regras de concordância, a 2ª pessoa. Tratar-se a si mesmo por *eu*, num requerimento, implica pôr-se acima da autoridade a quem a petição é dirigida. A solução cerimonial encontrada para esse impasse e adotada pela tradição burocrática foi obrigar o peticionário a eliminar, em sua redação, todas as marcas de subjetividade.

Ora, se o requerente se anula, é natural que a autoridade a quem a petição é dirigida seja contemplada com a deferência linguística.

O *Manual de Redação da Presidência da República*, editado em 1992, no Governo Collor, recomenda, na p. 24: “Acrescente-se que *doutor* não é forma de tratamento, e sim título acadêmico. Evite usá-lo indiscriminadamente. Empregue-o apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham tal grau por terem concluído curso universitário de doutorado. Nos demais casos, o tratamento *Senhor* confere a desejada formalidade às comunicações.”

O fato de ser título acadêmico não exclui a possibilidade de *Doutor* ser também uma forma de tratamento indireto (ex.: “O doutor vai sair?” – pergunta um empregado ao patrão, sem se importar se o patrão tem ou não seu curso de doutoramento.)

Ainda bem que esse *Manual* não aboliu nem modificou a estrutura ou a fôrma da correspondência oficial que sempre vigeu. Lá não constam referências

ou indicações a requerimentos, cartas comerciais, convites, cartas de apresentação, atas, procurações, atestados, certidões, abaixo-assinados, etc. Trata-se, certamente, de um *manual* exclusivamente destinado aos órgãos e às entidades da Administração Pública Federal, à redação dos atos normativos do Poder Executivo e à comunicação oficial entre e intrapoderes.

Posto isso, podemos assegurar que as fórmulas “Respeitosamente” e “Atenciosamente” que, naquele *Manual*, são as únicas a fechar secamente um ofício, por exemplo, não constituem as únicas possíveis fora da Administração de Brasília. Ainda vigoram as fórmulas corteses e cerimoniosas dos “protestos de elevada consideração e subido respeito”.

Quer-nos parecer, contudo, que as normas do *Manual* são desrespeitadas, de alguma forma, na própria esfera federal, porque a comissão que a organizou não levou em conta a tradição brasileira de chamar *Doutor* a todo cidadão que concluiu apenas seu curso universitário de graduação. Ulisses Guimarães, por exemplo, era conhecido em todo o país como “Doutor Ulisses”. E era apenas bacharel em Direito. A maioria dos juízes e desembargadores não têm doutoramento e, a rigor, pelo *Manual de Redação*, não deveriam ser chamados de *Doutor*.

Acrescente-se ainda o problema da vaidade humana: chamar *Doutor* a quem não o é soa-lhe como um agrado respeitoso que pode decidir a favor de quem redigiu o documento oficial ou está interessado em seu despacho ou em seu deferimento. Mas chame-se *Senhor* a quem merece ser chamado de *Doutor*, que a reação pode ser brava.

Quando ensino correspondência oficial aos meus alunos, costumo dizer-lhes que é melhor pecar por excesso de medidas e de zelo do que por apego à exatidão. Pelo menos nos requerimentos, o remetente depende do humor do destinatário. E é bom que esse humor seja bom.

NOMES EM “-ZINHO”

Algumas gramáticas ensinam que *-zinho* é alomorfe, isto é, uma forma diferente do sufixo *-inho*, formador de diminutivos. Veremos mais à frente um conceito melhor de alomorfe. Outras gramáticas ensinam que *-zinho* é apenas o sufixo *-inho* com uma consoante de *ligação*. Chama-se consoante de ligação a consoante que se apõe entre a palavra primitiva e o sufixo, para facilitar a pronúncia. Por exemplo: ao lado de *licor* temos *licoreira* (acrescento o sufixo *-eira* a *licor*). Mas, para acrescentar o sufixo *-eira* a *chá*, preciso pôr uma consoante entre ambos: *cha-l-eira* = *chaleira*. Esse *-l-* é uma consoante de ligação. Mas o *-z* de *-zinho* não é consoante de ligação, porque, ao lado de *devagarzinho*, *florzinha*, *papelzinho*, *colherzinha* e *anelzinho*, por exemplo, temos *devagarinho*, *florinha*, *papelinho*, *colherinha* e *anelinho*, sem o *-z*. E não temos *chaeira* ao lado de *chaleira*. Ao formarmos o plural de *florinha* ou de *papelinho*, basta-nos acrescentar um *-s* ao sufixo: *florinhas*, *papelinhos*. Mas, para formar o plural de *florzinha* ou de *papelzinho*, somos forçados a flexionar também a palavra primitiva: *florezinhas*, *papeizinhos*. Acrescente-se que uma lição unânime entre os linguistas ensina que uma palavra flexionada no plural não pode receber sufixos, o que vai ao encontro da ideia de que *-zinho* não é um sufixo.

Se considerarmos *-zinho* um alomorfe de *-inho* ou o *z* uma consoante de ligação, teremos de considerar que existe flexão interna de plural. Em português, a flexão interna só ocorre por alternância vocálica, como em: *pôde/pode*, *sogra/sogra*, *ovo/ovos*. O caso de *quaisquer* não é exceção: *quaisquer* é plural normal de *qualquer*, formado de *qual*, pronome, e *quer*, verbo. *Qualquer* parece exceção porque se escreve numa palavra só. Por isso, ou consideramos *-zinho* um *adjetivo* preso ao substantivo (em *flores-zinhas* e *papeis-zinhos*, o *-s* do primeiro elemento, em posição de neutralização, soa também como *z*), ou consideramos *-zinho* um sufixoide, de acordo com a lição do linguista português

Herculano de Carvalho, no seu livro *Teoria da linguagem* (Coimbra: Atlântida, 1974, vol. II, p. 549-50). Para ele, sufixoides são os elementos que, embora análogos aos sufixos, “por alguma ou algumas das suas propriedades não cabem inteiramente dentro dessa categoria” (p. 554). Essa, aliás, é a lição adotada por Celso Cunha e Lindley Cintra em sua *Nova gramática do português contemporâneo* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 91, rodapé). Dessa forma, *-zinho*, que só não pode ser usado com palavras terminadas por *-s* ou *-z*, como em *lápis-lapisinho*, *país-paisinho*, *luz-luzinha*, *cruz-cruzinha*, em que se usa apenas *-inho*, não é um alomorfe de *-inho*. Chama-se *alomorfe* uma forma que se apresenta em uma palavra diferentemente de como se apresenta em outra palavra, mas com a mesma significação, como *strel*, em *estrela*, diante de *stel* em *constelação*, ou *i-*, em *ilegal*, diante de *in-* em *indizível*. Portanto *-zinho* não é sufixo, mas sufixoide. Na lição de Herculano de Carvalho, as formas *-mente* e *-zito* também são consideradas sufixoides. E formas como *mini-*, *maxi-*, ou *micro-* são consideradas prefixoides.

Mário Barreto, no livro *Através do dicionário e da gramática* (Rio de Janeiro, Livraria Quaresma, 1927, p. 225-6) apresenta exemplos de Manuel Bernardes, coligidos por Antônio Feliciano de Castilho, em que o substantivo no plural aparece com *-s* antes do sufixoide *-zinho* como em *ladrõeszinhos* e *murmuraçõeszinhas*, e acrescenta exemplo de Garcia de Resende: *gibõeszinhos*, o que comprova a lição de que *-zinho* não é sufixo. Assim, o plural dos nomes em *-zinho* se forma como se *-zinho* fosse um adjetivo preso, suprimindo-se o *-s* da palavra à qual se acrescenta *-zinho*: animal – animais – animai(s)zinhos; flor – flores – flore(s)zinhas. Erram, portanto, os falantes que dizem “mulherzinhas” ou “barzinhos” por “mulherezinhas” e “barezinhos”, por exemplo.

A propósito, alguns dicionários e gramáticas “ensinam” que a consoante de ligação é um infixo, isto é, um afixo no interior da palavra. O que caracteriza um afixo é o fato de que tem significação: o *-a* de *menina* significa “feminino”; o *-s* de *prato* significa “mais de um”; o *in-* de *indizível* significa negação, etc. Nas línguas em que o infixo existe, o infixo tem significação, como na língua iana, em que o infixo *-ru-* indica “mais de um” (infixo indicativo de plural): *kuwi* (curandeiro) – *kuruwi* (curandeiros). Como diz Zélio dos Santos Jota em seu *Dicionário de linguística* (Rio de Janeiro: Presença, 1976, s.v. infixo): “A vogal de ligação, a consoante de ligação e a vogal intercalada por anaptixe não constituem infixo, por isso não têm função gramatical, mas apenas fonética.”

Mattoso Câmara Júnior, no seu *Dicionário de filologia e gramática* referente à língua portuguesa (6.ed. Rio de Janeiro: J.Ozon, 1974, s.v. infixos), afirma: “Na língua portuguesa não há infixos como mecanismo gramatical.”

DISTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR

A melhor maneira de se aprender o português é tentar ensiná-lo a um falante aloglota, isto é, a um falante que só saiba sua língua nativa e ignore a nossa. Certa vez, um francês perguntou-me por que temos duas negações em português: “num” e “não”. No momento, não atinei com nenhuma resposta, mas prometi verificar e cheguei à conclusão de que o francês tinha razão.

Quando uma forma X se encontra sempre num ambiente linguístico em que uma forma Y não se encontra nunca, dizemos que X e Y estão em distribuição complementar, isto é, o ambiente em que uma delas se distribui se completa com o ambiente em que a outra se distribui. “Distribuir” em linguística, significa o modo como um elemento incide num determinado contexto ou ambiente, em sua relação com outros elementos.

Duas formas em distribuição complementar constituem, na verdade, aspectos diferentes de um único e mesmo elemento. Em outras palavras, duas formas estão em distribuição complementar, quando não se encontram nunca num mesmo ambiente, isto é, uma é complemento da outra, na medida em que o ambiente em que uma se distribui se complementa com o ambiente em que a outra se distribui. O advérbio *não* tem duas formas, efetivamente, em distribuição complementar: *num* (átona, antes de verbo, como em “num vou”) e *não* (tônica, sozinha ou depois de verbo, como em “Falo não. Não. Claro que não!”) O francês, portanto, tinha razão: nossa língua tem duas negações.

Há cerca de quarenta formas diferentes do antigo tratamento *Vossa Mercê*, já desusado em sua articulação integral, todas elas ainda em uso nas mais diversas regiões de língua portuguesa, dentro e fora do Brasil: amecê, bacê, bancê, bassamacê, mincê, mecê, ocê, oncê, você, vainicê, vancê, vosmicê, vossuncê, voncê, vosmoncê, vosmincê, vocei, voncê, vomecê, vomecia, vomecei, vossemecea, vossemecê, vossuncê, sucê, suncê, ucê, etc. Duas dessas

formas são as mais usadas no português do Brasil: *cê* e *você* (ou *ocê*).

O pronome *você* tem essas duas formas, *cê* e *você/ocê*, em distribuição complementar. *Cê* e *você/ocê* estão em "variação condicionada", isto é, existem condições para o uso de uma ou de outra forma: *Cê* é usado, como forma átona, antes de verbo: "*Cê vai?*"; e *ocê* ou *você* é forma tônica, usada sozinha ou depois de verbo: "*Você/Ôcê! Vá você/ocê!*" Observe-se que, em alguns dialetos, como em Minas Gerais, *ocê* e *você* se usam um pelo outro indiferentemente. Dizemos então que *ocê* e *você* estão em variação livre (por oposição a "variação condicionada"): não é o ambiente que impõe o uso. O falante é que decide qual das formas usar.

Santo e sua forma apocopada *são* deveriam estar sempre em distribuição complementar (apócope é a supressão de sons no final de vocábulos; e forma apocopada é a forma resultante dessa supressão, como *grã*, *mui*, *cem*, *recém*, etc., de *grande*, *muito*, *cento*, *recente*, etc., respectivamente). *São* é forma usada sempre antes de consoante, como em "*São Pedro*", "*São José*", "*São Lucas*", etc. E *santo* é forma que deveria ser usada sempre antes de vogal, como em "*Santo Antônio*", "*Santo Ambrósio*", "*Santo André*", "*Santo Iago*", etc. Aliás, de Santo Iago é que surgiu o nome Tiago, e, em consequência, o topônimo Santiago. Iago provém de Jacob, com vocalização da primeira consoante, sonorização da segunda e apócope da terceira. A pronúncia de *Santo Iago* é que teria dado origem ao nome São *Tiago* e, consequentemente, a *Santiago*. O nome *Iago*, da tragédia *Otelo*, de Shakespeare, talvez tenha vindo não de *Jacob*, mas de *Iaco*, nome místico do deus do vinho, Baco (donde as formas portuguesas "bacante" e "bacanal", por exemplo).

Acontece que a tradição já consagrou formas como "*Santo Cristo*", "*Santo Tomás de Aquino*", "*Santo Tirso*", "*Santo Sepulcro*", etc. A regra, portanto, deixa de valer para *Santo*, que, como se vê, se usa tanto antes de vogal quanto antes de consoante, mas continua valendo para *São*, que se usa apenas antes de consoante, nunca antes de vogal. Além do mais, *São* nunca se usa isoladamente. Tem de vir obrigatoriamente antes de nome, ao contrário de *Santo*, que pode ser forma livre. Assim, dizemos que "*São Pedro é um grande santo*", mas não podemos dizer que "*São Pedro é um grande são*".

ERROS GENERALIZADOS

1. Gênero e sexo — Recebi há algum tempo de uma secretaria um questionário a preencher. Além dos espaços reservados ao nome, endereço, etc., havia um para “gênero”. Não hesitei e escrevi: humano. Afinal, pertencço ao gênero humano, e o formulário não falava nada sobre sexo. Ainda aguardo a resposta da secretaria a respeito do preenchimento do meu formulário.

O jornal *A Gazeta*, do ES, no dia 24-08-10, p. 16, ostenta, numa reportagem sobre provas de um concurso público, a fotografia de um grupo de mulheres segurando um cartaz que dizia: “Mulheres X TAF PM/ES 2010 – Contra discriminação de gênero”. Descobri que TAF significa “Teste de aptidão física”, mas demorei a perceber que não se tratava de um protesto feminino contra a discriminação de gêneros textuais, ou literários ou gramaticais. Cheguei a pensar que se tratava de meninas intelectuais que se revoltavam contra a separação entre o lírico e o dramático, numa tentativa de inovar a teoria literária. Só depois de ter lido metade da reportagem é que me dei conta de que as moças da fotografia estavam confundindo gênero com sexo, numa subserviência cultural ao inglês, que diz “gender” significando tanto gênero quanto sexo, segundo o *Webster’s Dicionário Inglês-Português*, de Antônio Houaiss (s.v.), editado pela Record.

Os bons dicionários de língua (Houaiss, Aurélio, Aulete, por exemplo) não registram gênero como sinônimo de sexo. Os dicionários de sinônimos, como o de Francisco Fernandes, registram gênero como sinônimo possível de: casta, espécie, raça, família, ordem, classe, variedade; qualidade, sorte, espécie; modo, maneira, jeito. Nunca como sinônimo de sexo.

Não se trata de gramatiquice, mas de clareza e precisão de linguagem.

Gênero é distinção gramatical; sexo é distinção semântica. Um nome do gênero masculino pode designar alguém do sexo feminino, como, por exemplo,

mulherão (que, aliás, embora masculino, designa mulher extremamente feminina). Há nomes (“sobrecomuns”) do gênero masculino que designam pessoas tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino (como, por exemplo, o cônjuge, o apóstolo, o algoz). Também há nomes (“sobrecomuns”) do gênero feminino que designam pessoas tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino (como, por exemplo, a vítima, a testemunha, a pessoa). Há nomes de seres que têm um gênero único (“epícenos”): Cobra e águia, por exemplo, são sempre do gênero feminino; jacaré e besouro são sempre do gênero masculino. Independentemente de sexo. Se quisermos designar o sexo desses animais, usamos a expressão “fêmea” ou “macho”, mas o nome continuará com um gênero único: a cobra-macho, a águia-macho, o jacaré fêmea, o besouro-fêmea. O gênero existe mesmo quando não há motivação sexual, como o gênero das coisas (mesa, casa, algodão, álcool...). Será que é tão difícil assim utilizar adequadamente as palavras “gênero” e “sexo” sem confundi-las?

2. *Frei* – formas apocopada de *freire* — Outro erro generalizado encontrei numa manchete de jornal: “Frei completa 50 anos de sacerdócio”. A palavra *frei* é forma apocopada de *freire*. Apócope é o nome que se dá à supressão de sons no final de um vocábulo, como *são* (santo), *grã/grão* (grande), *mui* (muito), *recém* (recente), etc. Muitos nomes que sofreram apócope só se usam diante de outros nomes, nunca isoladamente. Assim, dizemos que “São Pedro é um grande santo” e não que “São Pedro é um grande são”. Dizemos *grão-duque*, *grã-fino*, *Grã-Bretanha*. Mas não podemos dizer que “O Brasil é grã”. O feminino de *freire* é *freira*. Como *freire* não se usa mais em sua articulação integral, *freira* passou a ser o feminino vicário (substituto) de *frade*. E *frade* passou a ser usado em lugar de *freire*. A forma *frei* só se usa antes de nome, nunca isoladamente. Dizemos que “Frei Pedro Palácios foi um bom frade” e não “um bom frei”.

3. Má segmentação de palavra — Erro maior, contudo, e mais grave, é o que existe em vários dicionários brasileiros de renome: o que segmenta indevidamente a palavra *parapsicologia*. Embora a divisão silábica obedeça à soletração, uma de suas regras recomenda que, no interior do vocábulo, **sempre** se conserve na sílaba que a precede a consoante não seguida de vogal: ab-di-car, ac-ne, ap-to, drac-ma, ét-ni-co, op-ção, sub-so-lo, lap-so, pro-lep-se, etc. Consequentemente, como *parapsicologia* não tem hífen, a divisão silábica é a seguinte: **pa-rap-si-co-lo-gi-a**. Exatamente como lap-so ou si-lep-se, em que o p

se separa do s, segundo a regra supracitada. No entanto, bons dicionários de língua, sobretudo os minidicionários para uso escolar, segmentam *parapsicologia* como se a palavra fosse hifenizada: **pa-ra-psi-co-lo-gi-a**. Infelizmente, o erro se mantém nas edições sucessivas desses dicionários, até mesmo nos que pretensamente seguem a nova ortografia...

Uma pena.

COLOCAÇÃO PRONOMINAL

Há palavras em português que têm acentuação própria, como *pálido*, *série*, *café*; mas não é necessário que o acento seja marcado graficamente, como *nuvem*, *parar*, *comer*, etc. E há palavras que não têm acentuação própria, que são as palavras átonas, como, por exemplo, *para* (preposição), *do* (preposição mais artigo), *com* (preposição), etc. Palavras sem acentuação própria são chamadas clíticos. Uma palavra sem acentuação própria depende, para ser dita, de outra palavra. Assim, muitas preposições, como *a*, *de*, *em*, *por*, etc., são palavras dependentes de outras, isto é, só se pronunciam apoiadas em outras palavras. São, portanto, elementos clíticos. Na frase “Hei de vencer”, a preposição *de* se junta ao verbo *hei*, formando um único vocábulo: *heide*

O pronome pessoal átono ou clítico é uma forma dependente do verbo e pode situar-se antes, depois ou no meio dele. Quando o pronome átono se situa antes do verbo, ocorre a próclise, como em “Ele se matou”. Quando o pronome átono se encontra depois do verbo, ocorre a ênclise, como em “Ele matou-se”. Em Portugal, a nossa ênclise é conhecida como “apóclise”. Quando o pronome átono aparece no meio do verbo, ocorre a mesóclise, encontrada apenas no futuro do presente e do pretérito, como em: “Ele matar-se-á; ele matar-se-ia.”

Há uma tendência atual de usar a ênclise em orações subordinadas, quando há pausa entre o elemento subordinante e o verbo.

Essa prática se teria originado da possibilidade de haver ênclise mesmo após um item que exigiria a próclise, quando existe pausa entre o termo que atrai o pronome e o verbo da oração, como em “Nada, que eu saiba, aborreceu-o tanto.” Mas essa regra só se aplica a períodos simples, a orações subordinantes não subordinadas, ou a orações coordenadas em que a coordenação não se faça entre subordinadas. É o que ensinam Celso Cunha e Lindley Cintra, em sua *Nova gramática do português contemporâneo* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira,

1985, p. 304): “Observe-se por fim que, sempre que houver pausa entre o verbo e um elemento capaz de provocar a PRÓCLISE, pode ocorrer a ÊNCLISE: Pouco depois, detiveram-se de novo (Ferreira de Castro).”

Ao referirem-se às orações subordinadas, com um verbo só ou com locução verbal, esses dois autores são taxativos, quando dizem que se usa obrigatoriamente a próclise “nas orações subordinadas desenvolvidas, inclusive quando a conjunção está oculta: O sufrágio que me vai dar será para mim uma consagração (E. da Cunha)” (Id. Ib. p. 306).

Quando expõe o critério de que “não se pospõe, em geral, o pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada”, Evanildo Bechara observa que, às vezes, pode ocorrer a ênclise quando há pausa antes do verbo, mas esclarece que são “esporádicos e não dignos de imitação os exemplos que dele [do critério exposto] se afastam” (BECHARA: *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999, p. 588-589).

Há uma construção que atesta a obrigatoriedade da próclise em oração subordinada, mesmo que haja pausa entre o termo subordinante e o verbo: é o caso de toda construção com futuro do subjuntivo. Vejamos a seguinte frase: “O homem que, apesar de honesto, se calar diante de um crime será coautor desse crime.” Não se deve usar a ênclise aí, isto é, não se deve dizer “O homem que, apesar de honesto, calar-se...”, porque *calar*, aí, é futuro. Outro exemplo: “Esse troféu, quando você, por ventura, o conquistar, será colocado num pedestal.” Seria inadequado dizer *conquistá-lo*, no exemplo acima, mesmo com a pausa, pela simples razão de que uma regra, unanimemente acolhida por todos os professores e gramáticos da língua, assegura que não se admite ênclise com futuro, no português contemporâneo. *Calar e conquistar*, nos exemplos dados, estão no futuro do subjuntivo, e não no infinitivo.

Desviam-se, portanto, da norma culta atual os que usam a ênclise em oração subordinada, mesmo que haja pausa entre o verbo e o elemento subordinante.

VERBOS EM –IZAR

Uma crônica bem-humorada sobre verbos em –izar, de autoria de Ricardo Freire, circulou na Internet. O Autor revela sua indignação contra esses verbos, não só contra os que parecem inúteis por terem equivalentes de mesma raiz já consagrados, como *inicializar* (iniciar), *operacionalizar* (operar), por exemplo, mas também contra os que, ainda que sem equivalentes de mesma origem, são utilizados há longos anos, mesmo antes do advento do computador, como *agilizar*, *viabilizar* e *utilizar*.

Ora, a derivação é uma série aberta, isto é, os falantes podem inventar palavras reais, como adjetivos, substantivos, verbos e advérbios, com os recursos e apenas com os recursos que o sistema linguístico oferece, a menos que não queiram ser entendidos ou pretendam criar uma nova língua. O que eles não podem nem devem é inventar instrumentos gramaticais, como preposições, conjunções, pronomes, artigos e numerais, embora advogados maus utentes da língua inventem locuções prepositivas (como a *teor de*) ou conjunções e locuções conjuntivas (como *vez que*, em lugar de *uma vez que*; e *eis que*, que não é conjunção, mas partícula denotativa de surpresa), que certamente farão parte do juridiquês, deplorável jargão pretensamente técnico dos que deveriam zelar pela língua, mas têm formação acadêmica linguisticamente inadequada ou deficitária. Até verbos sem infinitivo e sem conjugação “existe” deploravelmente em textos jurídicos, como *pertine*, por exemplo. Curiosamente até uma conjunção alternativa foi “inventada” em juridiquês: *vez... vez*, como no exemplo “Ele será julgado vez como autor de um crime, vez como mandante de outro”, em que as duas ocorrências de *vez* estão no lugar de *quer* ou de *seja*. Os verbos em –izar formam-se basicamente a partir de adjetivos em –l, como: *real-realizar*, *útil-utilizar*, *fóssil-fossilizar*, *final-finalizar*, *viável-viabilizar*, *formal-formalizar*, *central-centralizar*, *legal-legalizar*, etc. É claro que, excepcionalmente, se podem formar verbos em –izar a partir de adjetivos não

terminados em -l, como *suavizar* (suave), *martirizar* (mártir) e, mais raramente ainda, a partir de nomes, como *aromatizar* (aroma), *agonizar* (agonia), *atemorizar* (temor), *horrorizar* (horror).

Dessa forma, verbos recentes, como *operacionalizar* e *inicializar*, estão perfeitamente bem-formados, enriquecendo a língua como sinônimos adequados de *operar* e *iniciar*. É por isso que, por estarem ambas bem-formadas, são aceitáveis formas como *televisionar* (a partir de visão) e *televisar* (a partir de visar).

É perfeitamente possível, pelo sistema, formar verbos em -izar a partir de quaisquer adjetivos em -l, como *possibilizar* (de possível), *variabilizar* (de variável), *lealizar* (de leal), *maleabilizar* (de maleável), *durabilizar* (de durável), etc. Ainda que tais verbos não sejam usados, eles existem em virtualidade e podem ser “inventados” a qualquer momento, como o adjetivo “imexível” do ex-ministro Magri. Malformado está o verbo *internalizar*, frequente nos textos de linguistas e gramáticos, porque não existe em português o adjetivo *internal*. Em lugar de *internalizar* seria melhor usar o verbo *interiorizar* (de interior).

O grande problema da crônica de Ricardo Freire foi ter rejeitado todos os verbos em -izar, como *utilizar* e *viabilizar*, por exemplo, e o de ter exagerado ao pressupor a impossível formação de verbos como *quilibilizar*” ou *impedibilizar*, que não atendem aos princípios morfológicos de derivação do sistema. Afinal, o abuso não tolhe o uso. Não é pelo fato de se abusar da formação de verbos em -izar que se deve condená-la.

COCHILOS DE QUEM ESCREVE

Alberto Dines, na década de 70, quando era *ombuds-man* da *Folha de São Paulo*, assinava uma coluna dominical chamada “Jornal dos jornais”, em que comentava deslizos linguísticos da mídia, não para criticar ou menosprezar, mas para orientar e reclamar mais atenção de seus colegas jornalistas.

Um jornalista local pediu-me que publicasse um artigo, pelo menos, nos mesmos moldes. Atualmente, a coluna “Entre aspas”, publica em *A Gazeta* uma seleção de frases alheias, mas evita comentá-las porque, normalmente, são frases que qualquer um que tenha bom senso endossaria. Como Alberto Dines, não pretendo fazer pouco de ninguém, mas alertar os que escrevem, a fim de que tenham mais cuidado e releiam sempre seus textos antes de dá-los à estampa. Eis uma pequena lista de cochilos encontrados em textos alheios:

1.As vítimas do assassinato estavam indo embora da feira que acontece na região, dentro de uma Kombi. (A frase sugere que a feira acontece dentro de uma Kombi.)

2. Em pleno desespero, a dona de casa pulou com o filho de 1 ano e 2 meses nos braços do seu apartamento que fica no segundo andar. (A frase sugere que um apartamento tenha braços...)

3. Três suspeitos de intimidar testemunhas de crimes foram presos, a mando de presos. (Na verdade, os três eram suspeitos de intimidar testemunhas a mando de presos... Não foram os presos que mandaram prendê-los, como sugere a frase.)

4. “...cumpriram, ontem, mandado de busca e apreensão na residência onde mora um casal de técnicos...” (Melhor dizer: “na residência de um casal de técnicos”. Afinal, toda residência é lugar onde se mora...)

5. Se você tem interesse em abrir uma loja no Hortomercado, entre em

contato com a empresa que irá administrar o local pelo telefone 9982... (O texto dá a impressão de que a empresa vai administrar por telefone...)

6. Avisos paroquiais ambíguos (colaboração dos leitores Roldão Simas Filho e José Lemos Sobrinho): a) Para quem tem filhos e não o saiba, temos na paróquia um espaço preparado para as crianças. b) O custo da participação na reunião sobre “Oração e Jejum” inclui refeições. c) Sexta-feira, às sete da tarde, as crianças da catequese representarão o *Hamlet* de Shakespeare no salão paroquial. A comunidade está convidada a participar dessa tragédia. d) Estimadas paroquianas: não esqueçais a venda de beneficência! É uma boa altura para vos livrardes de coisas inúteis que tendes em casa. Trazei vossos maridos. e) Quinta-feira que vem, às 5h da tarde, haverá uma reunião do grupo de mães. Todas as paroquianas que desejem fazer parte do grupo das mães devem dirigir-se ao escritório do pároco. f) As reuniões do grupo de recuperação da autoconfiança são às sextas-feiras, às 8h da noite. Por favor, entrem pela porta traseira. g) Assunto da catequese de hoje: “Jesus caminha sobre as águas.” Assunto da catequese de amanhã: “À procura de Jesus.” h) O coro dos maiores de 60 anos vai ser suspenso durante o verão, com o agradecimento de toda a paróquia. i) Lembrem em suas orações todos os desesperados e cansados da nossa paróquia. j) O mês de novembro finalizará com uma missa cantada por todos os defuntos da paróquia. l) O torneio de basquete das paróquias vai continuar com o jogo da próxima quarta-feira. Venham nos aplaudir. Vamos tentar derrotar o Cristo Rei. m) Lembrem-se de que quinta-feira começará a catequese para meninos e meninas de ambos os sexos.

7. Esse livro divertiu meu avô, meu pai e eu. (O pronome “eu” é reto; não se usa como objeto direto. Correção: “Esse livro divertiu meu avô, meu pai e a mim.”)

GRAMÁTICA DE ERROS

Um aluno perguntou-me uma vez se existe algum livro que ensine a prever e a normatizar a ocorrência de desvios gramaticais. Por razões alheias à minha vontade, só conheço um único livro a respeito: *La Grammaire des Fautes*, de Henri Frei, publicado em 1971 pela Slatkine Reprints, de Genebra. Um artigo de Milton Azevedo, intitulado “O papel da análise de erros no ensino de idiomas”, publicado no número 779-80, do *Suplemento Literário de Minas Gerais*, edição de 5 a 12 de setembro de 1981, trata exclusivamente da regularidade dos erros cometidos por falantes de português na aprendizagem do inglês segunda língua, por força da competência transitória na língua estrangeira. A base de uma gramática de erros está exatamente na analogia. Quando diz “eu trusse”, por “eu trouxe”, o falante do português se baseia numa quarta proporcional: “foi” está para “fui”, assim como “trouxe” (pronúncia: trosse), 3ª pessoa, está para... “trusse” (1ª pessoa). De fato, são vários os exemplos em que a vogal média tônica (e,o) de um verbo, na 3ª pessoa, corresponde a uma vogal alta (i,u) na 1ª pessoa, no pretérito perfeito: teve/tive; esteve/estive; fez/fiz; pôs/pus, foi/fui, pôde/pude. No presente do indicativo, a vogal alta da 1ª pessoa corresponde a uma vogal média na 3ª pessoa, isto é: i > é; u > ó: tusso/tosse; sente/sinto, etc. Na conjugação popular: vivo/veve (cf. sirvo/serve, firo/fere, sigo/segue, etc.).

A hipercorreção também pode ser causa da regularidade de um erro. Hipercorreção é o erro proveniente da tentativa de se atingir a norma culta urbana. Daí o nome “hiperurbanismo” por que também é conhecida a hipercorreção. Por ouvir um falante culto pronunciar –lh– onde ele diz –i–, como *trabalha*, que ele pronuncia *trabaia*, um falante pouco escolarizado, acreditando que está “errado” dizer *teia de aranha* ou *pia de cozinha*, tentando falar “bonito”, poderá dizer *telha de aranha* ou *pilha de cozinha*.

O difícil, às vezes, é descobrir a analogia que levou à hipercorreção. Um aluno escreveu, num trabalho, que “o rapase era amigo de infância”. Ele queria dizer *rapaz*. Muitas vezes, a hipercorreção resulta numa forma linguística que não existe nem no dialeto culto, nem no dialeto do falante que comete a hipercorreção. Só por acaso descobri a razão desse *rapase*, que certamente não retratava a pronúncia do aluno nem a de ninguém de sua sala. O aluno pronunciava *quase* como *quais* (“Eu estava quais caindo...”). Como ele escreve *quase*, mas pronuncia *quais*, achou que deveria escrever *rapase*, porque pronunciava *rapais*.

Ao dizer *rúbrica* em lugar de *rubrica* (subst.), o falante se baseia no fato de que muitas vezes a forma nominal se distingue da forma verbal pelo deslocamento para trás do acento tônico, como em: tráfico/trafico; trânsito/transito; cálculo/calculo; fábrica/fabrica; comércio/comercio; confiança/confidencia; crédito/credito; mágoa/magoa, etc. Ao dizer *magérrimo*, por *macérrimo* (superlativo de magro), o falante também comete uma hipercorreção já abonada pelos dicionários (analogia com negro/nigérrimo). O melhor seria dizer *magríssimo* que, além de correto, é menos “esnobe”.

No processo de aprendizagem da língua materna, a criança recorre frequentemente à quarta proporcional, na utilização intuitiva de sua gramática interiorizada: “correr” está para “corri”, assim como “fazer” está para... “fazi”, que é forma que a criança diz, apesar de não ouvi-la nem mesmo de um adulto pouco escolarizado, o que levou os linguistas a excluir a simples imitação como forma de aprendizagem da língua materna.

Acho que temos necessidade de uma boa gramática de erros em português...

LATERAL ESQUERDO, PONTA-DIREITA

Há dois substantivos compostos na linguagem do futebol que aparentemente não seguem um mesmo tipo de formação: *lateral direito* e *ponta-esquerda*.

Por que se diz *lateral direito*, com o adjetivo formador no masculino, e *ponta-esquerda*, com o adjetivo no feminino, se *lateral* é também um substantivo feminino, como *ponta*? Quanto ao gênero, ambos os substantivos compostos são masculinos, é claro, mas o que causa estranheza é que é raro ouvir alguém dizer “lateral direita”, apesar de se dizer exclusivamente “ponta-esquerda”, e nunca “ponta-esquerdo”. Três são as causas externas das mudanças que uma língua sofre no decorrer do tempo: a área geográfica, o meio social e o próprio falante. Há causas psicológicas que influem no falante e favorecem a mudança linguística, como as criações analógicas, por exemplo, e os cruzamentos sintáticos ou semânticos.

Como exemplo de cruzamento sintático, costuma-se citar a regência do verbo *esquecer*: do ponto de vista normativo, o verbo *esquecer* admite a preposição **de**, se estiver acompanhado do pronome reflexivo, como em “Ele se esqueceu do livro”. Suprimindo-se o pronome, a preposição também é suprimida: “Ele esqueceu o livro”. Das duas construções resultou uma terceira, por “cruzamento” sintático, ainda condenada pelos gramáticos: “Ele esqueceu do livro”. A rigor, portanto, o título de um certo filme humorístico, estrelado por um menino, deveria ser *Esqueceram-me* ou *Esqueceram-se de mim*, e não *Esqueceram de mim*.

Othon Garcia, no seu livro já clássico *Comunicação em prosa moderna* (Rio de Janeiro: FGV, 1967, p. 27), pioneiro no Brasil em Análise do Discurso,

apresenta um exemplo de contaminação sintática, em função da qual, de duas correlações, “não só... mas também” e “não tanto... quanto”, surgiu uma terceira, igualmente condenada pelos gramáticos: “não tanto... mas também”.

No caso de *lateral direito*, o que ocorreu foi, parece-me, uma contaminação de natureza semântica.

Um exemplo de contaminação semântica é a expressão *dar baixa na enfermaria* que determina a internação do paciente. Na verdade, *ter alta*, na linguagem médica, se origina da ordem militar *alto*, do alemão *halten*, que significa “pare”. Por oposição a *ter alta no hospital* está o *dar baixa*. Foi da contaminação semântica da ordem militar de parar a marcha, estendida à ordem médica de parar o tratamento, que resultou um contrassenso: *dar baixa no hospital*, com o sentido de “entrar”, opondo-se a *dar baixa no exército*, com o sentido de “sair”. A expressão “dar baixa no hospital” se formou posteriormente na língua por analogia com *alta*, de origem alemã (*halten*), na ignorância do significado original, por confusão com a forma vernácula, *alta*, de origem latina.

É por contaminação semântica ou cruzamento semântico que se diz *lateral direito*. *Lateral* é feminino quando se refere ao lado do campo, mas é masculino quando se refere à saída da bola pelo lado do campo e ao consequente lançamento manual da bola de volta ao jogo. A confusão de gêneros levou à adoção do masculino *direito* para o substantivo *lateral direito*, reforçada pelo fato de ser masculino também o jogador. *Ponta-esquerda* não sofreu o mesmo processo porque não existe *ponta* masculino, na metalinguagem futebolística.

Acho que essa é uma boa explicação, à falta de outra melhor

PRECONCEITO CONTRA A LÍNGUA

A revista *Mátria*, publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, no seu número de 8 de março de 2005, nas páginas 38-39, traz um artigo intitulado “Feminismo e o preconceito na língua portuguesa”, de autoria da profa. Raquel Felau Guisoni, que merece algumas reflexões por causa da afirmação de que a língua portuguesa é machista. A autora baseia-se no fato de que, havendo numa sala um maior número de mulheres do que de homens, a concordância nominal se faz no masculino plural, como se as mulheres fossem deixadas em segundo plano pela gramática. A autora conclui sua análise aconselhando os profissionais da linguística a estudar e a modificar as regras gramaticais “machistas”.

Em primeiro lugar, a autora parece confundir gênero com sexo. O sexo é uma distinção semântica, biológica. O gênero é uma distinção gramatical, linguística, e, portanto, relativamente arbitrária. Em português, se eu disser que Vera Fischer é um mulherão, estarei usando o masculino para fazer um elogio à exuberante feminilidade da atriz. Em português, normalmente, o aumentativo em –ão é do gênero masculino, mesmo que a palavra base seja feminina: casa – casarão, panela – panelão (o sentido da palavra base se alterou), flor – florão (o sentido da palavra base se alterou), voz – vozeirão, etc. Em alemão, uma regra gramatical ensina que os diminutivos são neutros. Ora, a palavra *Fräulein* significa “senhorita”, mas, como é um diminutivo, é do gênero neutro. Não se pode dizer que os alemães desprezam as moças solteiras...

Em português, o plural é marcado com um afixo –s (-es). Por isso eu sei que a palavra *pratos* está no plural. Mas não existe marca para o singular. Sei que *prato* é singular porque não tem o –s de plural. O mesmo fenômeno ocorre com o gênero. Sei que *deusa* é feminino porque tem a marca de feminino, isto é, o afixo –a. Mas eu sei que *Deus* é masculino porque não tem a marca de

feminino, isto é, o masculino em português é um gênero não marcado assim como o singular é um número não marcado.

Palavras como *pente*, *ouro* e *mantra*, por exemplo, são arbitrariamente masculinas. Repare-se que *linotipo* ou *libido* por exemplo, são palavras femininas, embora terminem em –o, e que *poema* é masculino, embora termine em –a. As terminações –e, –o –a, chamadas vogais temáticas, são apenas classificatórias. Assim *samba* é masculino (em francês, é “la samba”, feminino), mas *casa* é feminino, porque o –a aí não designa gênero. O –o de *menino* também não designa gênero; é apenas vogal temática. O masculino NÃO é marcado em português. *Mar*, cuja vogal temática só aparece no plural (marEs), era feminino em português antigo, como atestam expressões atuais como *preamar*, *baixa-mar* (em francês, *mer*, “mar”, é feminino). Assim, não é por machismo que se faz a concordância no masculino quando há muitas mulheres numa sala e apenas poucos homens, antes, pelo contrário, por deferência: como o masculino é gênero não marcado, usa-se o masculino para não ofender os brios de ninguém. Por isso, pronomes como *isso*, *aquilo*, *quem*, *tudo*, *nada* etc. exigem a concordância no masculino: Nada (tudo) é “perfeito”, isso é “bom”, quem é “sério”, etc.

Em segundo lugar, o que os linguistas e gramáticos deveriam fazer, para evitar a ideia de machismo da língua, não é mudar regras, porque as regras estão interiorizadas em cada falante, e ninguém é dono da língua. O que eles deveriam fazer é mudar a terminologia: em lugar de gênero masculino e feminino, deveríamos dizer gênero não marcado e gênero marcado.

Com relação a nomes que são elogios para o homem e ofensas para a mulher, como pistoleiro/pistoleira, homem público/mulher pública, touro/vaca, aventureiro/aventureira, cão (melhor amigo do homem)/cadela (prostituta), etc., não há nada que permita concluir que a língua seja machista, porque se trata de vocábulos, de itens lexicais, de palavras de livre escolha do falante, sem imposição da língua. Se o falante tem o direito de inventar uma palavra (falso lexema), como fez Guimarães Rosa com o seu “hiputréllico”, ele não tem o direito de inventar um gênero novo, um plural diferente ou uma flexão verbal própria. Os instrumentos gramaticais são impostos ao falante, mas o vocabulário, não. Assim, não é a língua que é machista, mas o falante, quando usa nomes elogiativos para o homem e ofensivos para a mulher.

Nenhuma língua é preconceituosa. Os falantes, sim...

FALAR E ESCREVER BEM

Os dicionários de língua ainda não aportuguesaram algumas palavras estrangeiras de uso corrente, contrariando ou ignorando as normas ortográficas em vigor. Nomes que em inglês se escrevem com <sh> no início, por exemplo, devem escrever-se com <x>, em português. Os dicionários registram *xerife* (sheriff), *xelim* (shilling), *xamã* (shaman) e *xampu* (shampoo), por exemplo, mas, não sei por quê, continuam a registrar *show* e *short*, por *xou* e *xorte*. A correspondência do <sh> inglês com o <x> português se verifica até na palavra *xah*, persa, que deu *shah*, em inglês, e *xá*, em português. A única exceção é *chutar* (ing. shoot), já consagrada pela tradição.

Eis algumas palavras que devem merecer especial atenção; muitas das que aqui estão entre parênteses, quando dicionarizadas, não têm a preferência dos dicionaristas, que as remetem às correspondentes adequadas: *privilégio* (que se relaciona com privar, e não com prévio; por isso deve ser evitada a grafia ou a pronúncia “previlégio”), *atenazar* (que se relaciona com tenaz; evite-se o verbo “atanazar” embora dicionarizado), *tetravô* (que se relaciona com *tetra*, quatro; evite-se o nome “tataravô”, embora dicionarizado), *pasmado* (adjetivo; *pasmo* é o substantivo; uma pessoa fica pasmada por causa do pasmo, do assombro, do espanto; não se diga pois “fiquei pasmo”, mas “fiquei pasmado”), *mestria* (que se relaciona com mestre; evite-se a forma “maestria”, embora dicionarizada, já que se relaciona morfológicamente com “maestro” e não com “mestre”), *descarrilar* (que se relaciona com “carril”; evite-se “descarrilhar”, brasileirismo de uso corrente, dicionarizado, mas inadequado), *corar* (pôr a roupa a secar; evite-se quarar, embora constante dos dicionários), *coradouro* (evite-se quaradouro, quarador ou corador, formas dicionarizadas, mas preteridas pelos dicionaristas), *calidoscópio* (e não “caleidoscópio”, forma registrada nos dicionários, mas preterida: o radical grego não é “kalei”, mas “kalos” (port.: calo, cal, cali) que significa “belo” e que aparece em *calomania*, *caligrafia*,

calipígio, calicromo, caligrama...),

Atenção redobrada deve dar-se às palavras proparoxítonas que, no plural, mudam a posição do acento tônico: sênior-seniores; júnior-juniores, Júpiter-Jupíteres, Lúcifer- Lucíferes. O substantivo paroxítono *caráter* forma *caracteres*, no plural. Assim, *mau- caráter* tem como plural *maus-caracteres*.

Também deve ser dada especial atenção aos nomes que têm o ditongo –ui em seu interior. A tendência popular é transformar o ditongo em hiato. Assim, têm acento tônico no U e não no I as palavras *gratuito* e *fluido*. (Nesses vocábulos o acento tônico não é marcado graficamente.) O adjetivo *ruim* tem hiato e não ditongo: o acento tônico (não marcado graficamente) é no –i-. Evite-se, portanto, a pronúncia com a tônica no U e ainda menos a forma popular *runho*.

Com relação à pronúncia, diga: Ambrósia, arquétipo, avaro (paroxítono), batavo (paroxítono), bímano (proparoxítono), quadrúmano (proparoxítono), díspar (paroxítono), dolo (com a vogal tônica aberta), cateter e ureter (oxítonos), filantropo (paroxítono), sânscrito (proparoxítono), ibero (paroxítono), ímprobo (proparoxítono), impudico e pudico (paroxítonos), íterim (proparoxítono), necropsia (com acento no –i-, mas autópsia, com acento no –o), mister (oxítono; a palavra Mister, paroxítona, é inglesa; significa “senhor”, tratamento); monólito, recém (oxítono), xerox (forma preferível a xérox, embora ambas as pronúncias estejam corretas, mas as palavras que designam produtos industrializados ou comerciais têm sempre o acento na sílaba com o –x (à exceção de látex), como inox, pirex, gumex, durex, eucatex, Sedex, Ajax, Jontex, memorex, etc.).

Finalmente: diga *perda* (substantivo). A forma *perca* é apenas verbal (presente do subjuntivo do verbo *perder*: que eu perca/que ele perca).

Atenção cuidadosa deve ser dada a alguns parônimos (palavras que se parecem na forma, mas têm sentidos diferentes, como *tráfico*, “comércio”, e *tráfego*, “fluxo de mercadorias ou de veículos”).

CURIOSIDADES LINGUÍSTICAS

1. Por que se diz “fazer ouvidos de mercador”?

Na pesquisa das origens de frases feitas (*Origens de anexins, proloquios, locuções populares, siglas etc.* 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909), Castro Lopes deu asas à imaginação, e muitas de suas hipóteses devem ser descartadas, por carecerem de explicação convincente. Tal é o caso da expressão “lé com lé, cré com cré” que ele diz ter vindo de “leigo com leigo, clérigo com clérigo”, mas não explica como o ditongo fechado da sílaba “lei” poderia ter dado “lé”, com a vogal aberta. Há casos de monotongação e de mudança de timbre em verbos, na pronúncia popular dos nomes homógrafos, como “róbo” (verbo roubar), a distinguir-se de “rôbo” (roubo, substantivo). Não é esse o caso de “leigo com leigo”. Castro Lopes também não explica o rotacismo (mudança de l para r) na sílaba inicial de “clérigo” (cré). Melhor hipótese é a de João Ribeiro, ao propor “lei com lei, credo com credo” (RIBEIRO, João. *Frases feitas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1908): pode ter faltado a explicação da mudança de “lei” para “lé”, mas, pelo menos, não foi preciso explicar a evolução de “credo” para “cré”. Vasco Botelho do Amaral, em *Meditações críticas sobre a língua portuguesa* (Lisboa: Edições Gama, 1945, p.120-l), cita, sem explicar, a locução “da mesma lé”. Seria sinônimo de “laia”?

Qualquer hipótese, nesse terreno, poderia ser tão ruim quanto as de Castro Lopes e João Ribeiro. Por que não “léu com léu, crepe com crepe” (por “nudez com nudez, roupa com roupa”)? Pelo menos nesta hipótese (que aqui apresento como contestação) não é preciso explicar a mudança de timbre. É arriscado, senão leviano, fazer conjecturas sem respaldo científico.

Está neste caso a expressão “fazer ouvidos de *mercador*”, que Castro Lopes explicou como corruptela de “fazer ouvidos de mau credor”, sem explicar como se deu a confusão entre “mau credor” e “mercador”, ou como se

processaram as alterações fônicas. João Ribeiro acha que, na expressão, mercador é mercador mesmo, que, por gritar a plenos pulmões suas mercadorias em via pública, fez crer aos que o ouviam sua condição de mouco.

Melhor explicação, dá-no-la Orlando Neves (*Dicionário das origens das frases feitas*. Porto: Lello & Irmão, 1992, s.v. “Fazer ouvidos de mercador”), que atribui à palavra “mercador” uma corruptela de “marcador”, nome que se dava ao carrasco que marcava os ladrões com ferro em brasa, indiferente aos seus gritos de dor. O *Diccionario* do Moraes não consigna o termo *marcador*, mas, no verbete *marcar*, dá a seguinte explicação: “Pôr marca, sinal; v.g. marcar o gado com ferro quente; marcar o ladrão na testa;” o que confirma a existência da pena cruel e, conseqüentemente, a daquele que a aplicava.

Assim, o “mercador” da frase feita é corruptela de “marcador”, o carrasco surdo às súplicas alheias.

2. Por que o homem brasileiro simples chama a esposa de *patroa*?

A ideia é sutil. Um patrão não é apenas um dono. O patrão é a pessoa para quem se trabalha, aquele que é beneficiado com o produto do trabalho assalariado de alguém que está a seu serviço. Ora, a esposa, que, na sociedade patriarcal, não trabalha fora de casa, é a beneficiária do trabalho do marido assalariado. Em outras palavras, a mulher que é apenas uma dona de casa é a patroa, porque o marido trabalha para ela!

3. Por que velhos são *coroas* ? – Quando houve a proclamação da República, tudo o que era imperial passou a ser sinônimo de coisa antiga. Em seu *Novo dicionário da gíria brasileira* (3.ed. Rio de Janeiro: Tupã, 1957, s.v. – a 1ª edição é de 1945), Manuel Viotti define *coroa* como gíria militar, com o sentido de “Antiguidade, a monarquia decaída”. Por força do recrutamento obrigatório dos jovens de 18 anos, que, findo o treinamento, voltam às atividades civis e difundem a linguagem da caserna, muitas palavras da gíria militar acabam adquirindo foro de universalidade. Foi o que ocorreu com “rancho”, que designa o restaurante e, por extensão, a comida ou a refeição, como em “hora do rancho”, ou o que ocorreu com *batebute*, corruptela do inglês *battle boot*, “bota de batalha”, que designa o coturno ou o chapim. Assim, tudo o que era antigo ou velho era da coroa ou, simplesmente, por metonímia, era “coroa”. Um homem velho, portanto, é antiguidade, é coroa.

4. Por que uma pessoa sozinha está a sós, no plural? – Só significa “sozinho”, quando é adjetivo; e “somente”, quando é advérbio. Como adjetivo, só tinha uma particularidade de flexão no português arcaico: havia o masculino sô e o feminino só (como *avô/avó*). A forma feminina *soa* também se encontrava a par do masculino *soo*, segundo Rodrigo de Sá Nogueira (*Questões de linguagem*. Lisboa: Clássica, 1936, p. 276 e 193). Em *Os Lusíadas*, há 101 ocorrências de só (adjetivo ou advérbio), das quais uma única de sô (V, 40) e 5 de sós (II, 27; III, 39; VII, 83; VIII, 27 e X, 38). O exemplo X, 38, é o seguinte: “E rudos paus tostados sós farão / o que arcos e pelouros não fizeram” (Cf. A.G.Cunha. *Índice analítico do vocabulário de Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Presença/ INL/MEC, 1980.).

O *Diccionario* do Moraes, s.v. só, registra a expressão “só por só” (“Estar com alguém só por só”), mas o exemplo de Vieira flexiona a locução: “Tirarão as espadas sós por sós”. Os dicionários de espanhol registram a expressão no feminino: a *solas*, como está no exemplo que Laudelino Freire dá de Vieira, transcrito no final deste estudinho. Convém lembrar que, de acordo com Serafim da Silva Neto (*História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1979, p. 193), só é a forma feminina que passou a ser usada também para o masculino sô, que desapareceu.

É possível que a expressão “a sós”, aplicável a uma pessoa apenas, seja extensão singular do seu emprego plural, isto é, a expressão “a sós”, na frase “conversar a sós com alguém”, ou quejandas, em que os dois interlocutores estão sós, se teria estendido à locução “a sós” para uma única pessoa a conversar com seus botões.

Não é incomum o uso do plural pelo singular ou vice-versa nas locuções portuguesas. Laudelino Freire (*Graças e galas de linguagem*. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1931) registra no singular expressões que deveriam vir no plural, e vice-versa: a passo tardo (por “a passos tardos”, isto é, “lentamente”), p. 65; à mão larga (por “a mãos largas”, isto é, “generosamente”), p. 52; e cita um exemplo de Vieira em que ocorre “a solas” (“a sós”, “sozinha”), no feminino: “E, para uma alma se converter verdadeiramente a Cristo, é necessário que esteja muito a solas” (p. 91). Dizemos “à custa de”, no singular, mas “a expensas de”, no plural. Há expressões que usamos, indiferentemente, no singular ou no plural: dar na(s) vista(s), com vista(s) a, etc.

Não é de muito estranhar, portanto, que “a sós”, plural, se refira a uma única pessoa ou a várias...

5. Por que o sul é também chamado de meio-dia? – Em muitas línguas, o sul é chamado de meio-dia. Na França, a região Sul se chama *Midi*, isto é, “meio-dia”. O Sul da Itália se chama *Mezzogiorno*, que também significa “meio-dia”. Em inglês, *midday*, “meio-dia”, é sinônimo de *meridian*; e *noonday*, que significa “meio-dia”, também significa “meridiano”. Em português, no verbete *meio-dia*, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira dá como segunda acepção “o ponto cardeal sul”, e explica: “Até o séc. XV, as terras e mares conhecidos dos europeus situavam-se ao N. do Trópico de Câncer; portanto, ao passar o Sol pelo meridiano local (meio-dia), fazia-o sempre na direção do S.” Ainda que engenhosa, a explicação não convence por várias razões: em primeiro lugar, os mediterrâneos também chamam o vento sul de “meio-dia” (Cf. Dicionário Houaiss, s.v. *meio-dia*); em segundo lugar, a luz do Sol vai do leste para o oeste, e não do norte para o sul; em terceiro lugar, a palavra *meridiano*, que tem “meio-dia” em sua significação, é de uso corrente na língua desde o séc. XIV, e aí o raciocínio parece circular, pois trataria de explicar por que o sul é meio-dia, a partir do fato de que meio-dia (meridiano) é o sul. O lat. *meridie*- surgiu de **mediei die*, com dissimilação do primeiro d. Dissimilação é a diferenciação de sons iguais ou semelhantes. A palavra *rotundu*- deu “rodondo” em português arcaico. O *redondo* atual é produto da dissimilação: a primeira vogal O se tornou E para diferenciar-se das outras duas.

Na simbologia chinesa, meio-dia é o ponto de intensidade máxima do Yang, e se relaciona com o solstício de verão. Yang, no esoterismo chinês, designa, por oposição a Yin, o aspecto bom e luminoso das coisas: o celestial, o Sol, o positivo, o masculino, em complementaridade com o Yin, ou o aspecto ruim e obscuro das coisas: o terrestre, a sombra, o negativo, o feminino. Ao meio-dia, o Sol não faz sombra. É o momento em que o Yang entra em movimento, enquanto, no Norte, no solstício de inverno (no hemisfério norte), é Yin, ou meia-noite. Portanto o Sul é o próprio Yang, a luz, o meio-dia, enquanto o Norte é a escuridão, a sombra.

É possível que o esoterismo chinês tenha sido trazido para o Ocidente por Marco Polo, e é talvez a explicação mais adequada para expressões como “clareza meridiana”, por exemplo, ou “meridional”, que se opõe a “setentrional”,

que designa o Norte, a partir do sentido primitivo de “meio-dia” (“meridies septentrio”). *Setentrião* se origina do número sete (*septem triones*, isto é, os sete bois de lavoura, ou seja, as sete estrelas da Ursa Menor, que marcavam o Norte aos navegantes e viajores).

6. Por que se diz “conto do vigário”? – A palavra *vigário* vem do latim *vicariu-*, que significa “substituto”. Isso quer dizer que o sacerdote é chamado vigário por ser um substituto do bispo, numa paróquia. O Papa é chamado de “vigário de Cristo”, isto é, o substituto de Cristo. É nesse sentido original de substituto que se chama “vicário” (com c, por ter entrado na língua por via erudita) o verbo que, numa oração, substitui outro, da oração precedente, como em “Se ele pergunta é porque não sabe”, onde o É está no lugar de PERGUNTA. A expressão “conto do vigário”, para designar um engodo, relaciona-se com o sentido primitivo do termo latino, e não com o sacerdote. Em outras palavras, “conto do vigário” é a história em que uma pessoa leva o substituto (sem valor) de algo que pretendia adquirir com vantagem. Em termos proverbiais: leva gato por lebre. Também se chama “conto do paco”. *Paco* veio do latim *paccus* ou do francês *pacque* (palavra originária do étimo neerlandês *packe*), por intermédio do lunfardo, como gíria de ladrões. Pacote é diminutivo de paco.

7. Por que o mau motorista é barbeiro? – O *Elucidário* do Viterbo afirma que barbeiro era o oficial “que se ocupava de alimpar açacalar, dar esmeril e guarnecer as espadas, adagas, etc.” (VITERBO, Joaquim de Santa Rosa. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Edição crítica de Mário Fiúza. Porto: Civilização, 1965, s.v. *Barbeiro das espadas*.). O dicionário de Moraes Silva diz que barbeiro é o “Homem que faz as barbas, e as rapa, corta ou apara.” E conclui: “Há barbeiros de lanceta, ou sangradores, outros dantes concertavam as espadas limpando- as, e afiando-as, alias alfagemes” (s.v. Barbeiro). No seu *Glossário crítico de dificuldades do idioma português* (Porto: Simões Lopes, 1947), Vasco Botelho do Amaral (s.v. Barbeiro) cita Gonçalves Viana, que informa que, “sobretudo, o barbeiro tinha amplas funções de médico de aldeia, aplicando mezinhas e sanguessugas, fazendo sangrias, cortando calos e tirando dentes” e que “os barbeiros da aldeia tinham, além de outras, também funções de sangradores e de cirurgiões”. Vasco B. do Amaral lembra um anexim popular de sua época: “quem lhe dói o dente busca o barbeiro”. Ora, quando um barbeiro era infeliz em alguma missão diferente daquela que lhe garantira o nome da

profissão – ater-se à barba e ao cabelo – o povo lembrava que o insucesso da empreitada era “coisa de barbeiro” e não de médico ou de dentista especializado. Por extensão, era chamado barbeiro quem fazia de modo infeliz alguma coisa para a qual não era profissionalmente preparado. Um motorista, conseqüentemente, é barbeiro quando realiza algum tipo de manobra que denota a sua inabilidade ao volante ou a sua falta de vocação como condutor de veículo

8. Por que “amigo da onça”? – Alguns autores fantasiam a origem da expressão popular “amigo da onça”. Magalhães Júnior, em seu *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos* (4. ed. Rio de Janeiro: Documentário, 1977, s.v. *amigo da onça*), conta a seguinte história: um caçador mentiroso dizia que fora acuada por uma onça de encontro a uma rocha. Sem armas e sem ter como fugir, escapa dando um grito tão violento que a onça, assustada, fugiu em pânico. Ante o descrédito do ouvinte, o contador de história pergunta: “Você é meu amigo ou amigo da onça?” Antenor Nascentes, no *Tesouro da fraseologia brasileira* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, s.v. *amigo*), conta outra história: um caçador, à beira de um abismo, encontrou uma onça. Tentou matá-la, mas a espingarda falhou. O caçador então pergunta ao ouvinte se ele imagina o que aconteceu em seguida. Este, obviamente, responde que a onça teria devorado o caçador. E o caçador, indignado, pergunta: “Você é meu amigo ou amigo da onça?” São histórias fantasiosas sem respaldo documental.

Ora, *onça*, na expressão em estudo, não designa o felino, porque está no sentido clássico de “miséria”. “Estar na onça”, para João Ribeiro (*Frases feitas*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1908, p. 125-6) é estar na penúria. A libra tem doze onças. Estar na undécima onça é estar quase na miséria. João Ribeiro refere-se à expressão também em italiano: “su l’undic’once”, isto é, na undécima onça, quase na miséria. O Dicionário de Macedo Soares (*Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1954, vol. I; 1955, vol. II, s.v. *onça*) explicita que “estar na onça” é “loc. dos estudantes, não ter vintém”. Quem só tinha uma onça procurava guardá-la ou evitava gastá-la, para não ficar a zero. Tornou-se, portanto, compulsoriamente, um “amigo da onça”. Com o tempo, “amigo da onça” passou a sinônimo de “amigo da miséria” alheia, como o personagem que o humorista Péricles de Andrade Maranhão imortalizou nas páginas da revista *O Cruzeiro*.

VERBO VICÁRIO

Verbo vicário é o que se usa em lugar de outro, anteriormente citado, para evitar-lhe a repetição. É da palavra latina *vicarius*, substituto, que se originou, por via erudita, *vicário*, e, por via popular, *vigário* (o sacerdote, o substituto do bispo), e suas formas derivadas, como “vigarice”, “vigarismo”, etc., que se relacionam ao “conto do vigário”, isto é, ao conto do substituto (a vítima leva o substituto do que acredita estar levando). Há autores que chamam o verbo vicário de “verbo pronominal”.

Nas nossas gramáticas são raras as referências ao verbo vicário, que merece um estudo em profundidade em nível de pós-graduação, pelas construções insólitas que seu uso acarreta. Os exemplos mais comuns de verbo vicário ocorrem com o verbo *fazer*, como em “Quem não passou neste vestibular pode fazê-lo no próximo (“Fazê-lo” está aí substituindo “passar”).

Mas é com o verbo *ser* que se apresentam exemplos mais interessantes. Um desses exemplos colhi numa redação de vestibulando: “As coisas que os casais faziam era juntos”. O verbo “era”, no singular, está no lugar de “faziam”, plural; “coisas” é objeto direto de “era”. A frase significa: “As coisas que os casais faziam FAZIAM juntos.” Outro exemplo: “Se eles perguntam é porque não sabem” – em que o verbo *ser* (“é”) substitui o verbo da oração anterior (“perguntam”). Reconstruído, sem o verbo *ser*, o período fica assim: “Se eles perguntam, perguntam porque não sabem”. Note-se que o verbo *ser* vicário fica no singular, apesar de substituir verbo no plural.

Essa é a particularidade do verbo *ser* vicário. Ele permanece na 3ª pessoa do singular mesmo que o sujeito esteja no plural e em outra pessoa, à diferença do verbo *fazer*, na mesma função. Observem-se os seguintes exemplos: 1. Quando nós falávamos ERA baixinho. 2. Eles sabiam a resposta, mas ERA só com o livro aberto. 3. Os que se vão calados raramente É por orgulho (Machado

de Assis). 4. Eles vieram para casar-se onde PUDESSE SER. 5. Ele tinha medo e não sabia de que ERA. 6. Se te vais casar, TEM DE SER comigo. 7. Eu voltei mas FOI para ficar (Roberto Carlos). 8. Os erros que cometi FOI por inexperiência. 9. As coisas que aprendi FOI à custa de muito trabalho. 10. Se ela sonhar SERÁ iludida pela crença em Papai Noel. Repare-se que o verbo “ser” vicário, varia em tempo, mas permanece sempre na 3ª pessoa do singular, e sempre substitui o verbo ou a locução verbal que o antecede imediatamente. Nos exemplos dados, o verbo SER, em versal (em letras maiúsculas), substitui os seguintes verbos, na ordem em que estão: 1) falávamos, 2) sabiam, 3) se vão calados, 4) pudessem casar-se, 5) tinha medo, 6) tens de casar-te, 7) voltei, 8) cometi, 9) aprendi, 10) sonhará.

Com o verbo *fazer* vicário, a concordância é normal e há sempre um objeto direto pronominal: 1. As moças conversavam e FAZIAM-NO com alarde. 2. Os índios pescam, mas FAZEM-NO com arco e flecha.

O verbo *ser*, que as gramáticas registram apenas como verbo de ligação (“Deus é bondade!”) ou como verbo intransitivo (“Penso, logo sou”), é um mundo ainda a ser explorado pelos nossos estudiosos. Com efeito, além de ser verbo de ligação, verbo vicário ou verbo intransitivo, dependendo do contexto, obviamente, o verbo *ser* também pode ser transitivo direto (“Fui Covas no primeiro turno”, ou “Sou mais as louras que as morenas”, ou “Era uma vez dois reis” – isto é, “havia uma vez dois reis”; cf. francês: “Il n’est pire aveugle que celui qui ne veut pas voir”, isto é, em tradução literal: “não há pior cego que aquele que não quer ver”, em que o verbo – *être* (“ser”) – está com o sentido de “haver”).

Com a palavra os pós-graduandos de letras.

O VERBO ADEQUAR

Chama-se “rizotônica” a forma verbal em que o acento tônico incide sobre a raiz. Raiz é a parte do verbo que contém sua significação básica. Por exemplo, em “estuda”, a raiz é “estud-”; o acento tônico (não representado graficamente) em “estuda” cai na sílaba – tu-, que pertence à raiz “estud-”. Mas, em “estudamos”, a sílaba tônica não cai sobre a raiz, mas sobre a vogal temática –a- que caracteriza a primeira conjugação. A vogal temática nos verbos é o morfema classificatório que caracteriza a conjugação verbal: a vogal temática da segunda conjugação é –e- (como em “comEr”), e a vogal temática da terceira conjugação é –i- (como em “partIr”). Dizemos que “estudamos” é forma “arizotônica”, isto é, o acento tônico não cai sobre a raiz.

Os melhores gramáticos e os melhores autores de manuais de conjugação verbal, que consultei, como Domingos Paschoal Cegalla (*Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa; Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*) Evanildo Bechara (*Gramática Escolar da Língua Portuguesa; Moderna Gramática Portuguesa*), Cândido Jucá (filho) (*Manual de Conjugações Verbais*), Vittorio Bergo (*Erros e Dúvidas de Linguagem*), Otelo Reis (*Breviário da Conjugação de Verbos*), Segismundo Spina (*Dicionário Prático de Verbos Conjugados*), Laudelino Freire (*Verbos Portugueses*), Manuel dos Santos Alves (*Prontuário da Língua Portuguesa*), Manuel Pinto Ribeiro (*Nova Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*), entre outros, são taxativos: o verbo *adequar* só se conjuga nas formas arizotônicas, isto é, nas formas em que o acento tônico não cai na raiz.

Mas, não sei por quê, contradizendo os estudiosos da língua, o Dicionário Houaiss apresenta a conjugação completa do verbo *adequar*, de maneira estranha: adéquo, adéguas, adéqua... No verbete *adequar, adequar-se*, de seu *Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova

Fronteira, 1996), Domingos Paschoal Cegalla, depois de afirmar que *adequar* é um verbo defectivo, isto é, um verbo de conjugação incompleta, a que faltam algumas pessoas ou alguns tempos, pergunta: “...se dizemos recua, por que não adequa?” Vale dizer: se o verbo não fosse defectivo, a forma mais aceitável seria adequa (com acento no u), nunca *adéqua*. Cegalla é taxativo: “Não existem as formas *adéqua*, *adéquam*, com e tônico.”

Há verbos que dão margem a dúvidas e a opiniões diferentes, como o verbo *viger*, por exemplo. Cândido Jucá (filho), no seu *Manual* (Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961, p.81), inclui o verbo *viger* entre os verbos unipessoais (conjugados apenas na 3ª pessoa do singular); Segismundo Spina, no seu *Dicionário* (São Paulo: Livraria Ed. Fernando Pessoa, 1977), conjuga *viger* em todas as pessoas, exceto na 1ª pessoa do pres. do indicativo e, conseqüentemente, exceto no imperativo e no pres. do subjuntivo; Maria Bernardete Abaurre, na *Enciclopédia Orgânica da Língua Portuguesa* (Vitória: Brasília, 1971) e Domingos Paschoal Cegalla (*Dicionário de Dificuldades*) informam que *viger* só se conjuga nas formas em que ao –g– da raiz se segue a vogal –e. Assim, no pres. do indicativo só teríamos “vigemos, vigeis, vigem”. Como é verbo defectivo, faltar-lhe-iam o presente do subjuntivo, o imperativo e o imperfeito do indicativo. Seriam inaceitáveis no verbo *viger* formas como “vigia, vigiam”, encontradiças em trabalhos jurídicos, porque os advogados certamente pensam que o infinitivo do verbo é *vigir*, como efetivamente muitos deles pronunciam. O Houaiss registra o verbo *viger* como regular, conjugável em todos os tempos e pessoas. Mas, no caso de *adequar*, há unanimidade entre os estudiosos. Não consigo entender a posição do Dicionário Houaiss, que não apresenta exemplos de editoriais ou de crônicas (que têm uma linguagem denotativa) que possam respaldar sua posição contrária à “jurisprudência” firmada sobre o assunto...

Um dicionário de língua não é um dicionário de usos. Vale dizer: pressupõe respeito aos padrões ideais e não aos padrões reais de linguagem (a norma culta, de certa forma, é algo artificial, porque implica um registro formal em situações de formalidade, ou um grau elevado de atenção que o falante dá à própria fala). Se fosse guiado pelo uso, um dicionário de língua incluiria “chocolatra” não como adorador de choco (uma espécie de polvo), mas como adorador de “chocolate” (este deveria ser chamado de “chocolatolatra”). Não é a primeira “novidade” do dicionário Houaiss. No verbete *gol*, Houaiss registra o plural *gols* como barbarismo e o plural *goles*, ao lado de *gois*, formas sem

abonação e sem registro nas páginas esportivas. O plural *goles*, se existisse, seria um brasileirismo, porque a forma portuguesa utilizada à larga é *golos*. A forma *gols* não é um barbarismo, mas o plural legítimo do inglês *goal* aportuguesado graficamente. *Gol* é um estrangeirismo ainda não adaptado inteiramente aos nossos padrões fonológicos, porque todas as palavras oxítonas em -ol, no português atual, têm a vogal aberta: anzol, lençol, arrebol, terçol, futebol, etc. O plural, obviamente, também tem a vogal tônica aberta: anzóis, lençóis, arrebois, terçóis, futebolis, etc. A palavra francesa *rôle*, com o “o” fechado, entrou na nossa língua perfeitamente adaptada aos padrões do português, com a vogal aberta: *rol* (plural *róis*). Como *gol* mantém o “o” fechado, é legítimo supor que se trata apenas do aportuguesamento gráfico do inglês *goal*, já que não existe palavra portuguesa em -ol com a vogal tônica fechada. O plural *gols*, portanto, é legítimo, por ser forma inglesa e não portuguesa.

Uma grande vantagem do Houaiss (que se transforma em desvantagem, algumas vezes, como vimos acima, nos casos de *adequar* e *gol*) é não utilizar exemplos de autores de obras não ficcionais como abono de seus significados, conjugações e regências. É importante ressaltar que os exemplos deveriam ser retirados de autores que utilizam linguagem não conotativa (como os de obras de filosofia, os de editoriais de jornais, os de obras de história ou de geografia, entre outros). O objetivo de um escritor não é seguir as normas do dialeto culto, mas subvertê-las. Por que citar Machado de Assis na regência de *responder*, por exemplo, sempre transitivo indireto (exceto quando o complemento é a própria resposta), quando Carlos Drummond de Andrade utiliza *responder* tanto como transitivo indireto quanto como transitivo direto e indireto, e é um escritor tão importante quanto Machado de Assis? E por que não citar Guimarães Rosa, que levou ao extremo o seu direito de subverter a sintaxe e a morfologia do português? Assim, no dicionário Aurélio, a regência de *usufruir* (com ex. de Nélida Piñon) e a regência do verbo *deparar* (com exemplo de Clarice Lispector) são válidas literariamente, mas dificilmente teriam o abono de um gramático tradicional. Esse erro metodológico dos nossos dicionários (à exceção do Houaiss) teve início entre os gramáticos latinos que só poderiam abonar suas regras com exemplos tirados de escritores, já que o latim imperial não era mais uma língua viva, e não havia outro jeito de saber como a sintaxe funcionava a não ser recorrendo aos escritos eruditos.

Como diz um axioma muito usado na linguagem jurídica, “testis unus,

testis nullus”, isto é, “uma única testemunha, nenhuma testemunha”, ou, em outras palavras, o exemplo de um só não constitui norma coletiva. Ou, em termos proverbiais, “uma andorinha só não faz verão”.

A ELIPSE

Tradicionalmente, a elipse se definia como a omissão de um termo depreensível do contexto ou da situação. Por extensão, nomes como *tangerina* ou *pêssego* ilustrariam a elipse das palavras *fruta* (de Tânger) ou *fruto* (da Pérsia), respectivamente. Pela definição tradicional, haveria elipse situacional na resposta “Escrevi”, que um cronista desse à pergunta “O que você fez hoje?” Haveria aí a elipse do objeto direto “crônicas”. Também haveria elipse do sujeito em frases como “Andamos” ou “Corri”. A definição tradicional da elipse levou o estudioso de língua ao exagero de ver subentendimentos em quase tudo. Assim, alguns gramáticos, contrariando os dicionários, acham que *xerox* é substantivo feminino, sob a alegação de que se subentende a palavra *cópia*. A pretensa elipse de *cópia* não resiste a uma análise mais profunda. Pelo mesmo raciocínio, *pirex* teria dois gêneros: um na “elipse” de prato (um *pirex*) e outro na “elipse” de *travessa* (uma *pirex*). Na verdade, em *cópia xerox*, *xerox* é aposto especificativo, e não adjetivo, isto é, *xerox* é sempre masculino, ainda que, pretensamente, se subentenda a palavra *cópia*.

Atualmente, graças aos estudos de análise do discurso e à obra pioneira de M. A. K. Halliday e Ruqaiya Hasan, *Cohesion in English* (London: Longman, 1976), a elipse é entendida como a omissão de algo já anteriormente expresso, num enunciado. Em outras palavras, só ocorre a elipse quando algum item precedente, estruturalmente necessário, deixou de ser dito. Isso significa que não existe elipse na supressão de termos oracionais ou relacionais que não possam ser anaforicamente recuperados, isto é, que não possam ser recuperados pelo que se encontra expresso anteriormente no texto. Se não há a pressuposição de um item precedente, não há elipse: “Pediram a Simon que tocasse Chopin. Quando ele começou a tocar, era Liszt.” (Exemplo da p. 204 do livro *Cohesion in English*).

Assim, não devem ser considerados casos de elipse:

a) a omissão de preposição ou de conjunção: “Tenho a certeza que ele vem” (= de que ele vem). “Acudiram três cavaleiros / Todos três chapéu na mão” (= com o chapéu na mão). “Ele pede a V. Exa. se digne recebê-lo” (= que se digne recebê-lo).

b) a omissão de verbos em frases nominais de natureza proverbial: “Cada cabeça, uma sentença.” “Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso.” “Casa de ferreiro, espeto de amieiro.” “Dia de muito, véspera de pouco.” “Cada macaco no seu galho.” etc.

c) a omissão de verbos *dicendi* em diálogos escritos (verbo *dicendi* é o que designa, num diálogo, o interlocutor que assume a palavra: responder, dizer, falar, indagar, contestar, exclamar, solicitar, pedir, aconselhar, mandar, perguntar, prometer, etc.) : “Perguntei-lhe se queria ir comigo ao cinema. E ela me olhou com um sorriso maroto: – Você promete que vai ver o filme?” (A omissão de “disse”, “replicou”, “respondeu” ou outro semelhante não é caso de elipse.)

d) a omissão do sujeito pronominal: “Sairemos hoje.” “Estou cansado.” etc.

Alguns gramáticos mencionam um tipo especial de elipse, a *zeugma*, em que um elemento omitido numa construção de duas ou mais partes se reporta ao conjunto inteiro. Em outras palavras, *zeugma* é a elipse de um termo que, estruturalmente, deveria estar em várias partes sucessivas de um enunciado: “um estudou francês; outro, inglês; outro, espanhol; e o último, alemão.” A omissão do verbo *estudar* ocorre em todas as orações coordenadas, exceto, obviamente, na primeira. A *zeugma*, portanto, é um tipo de elipse verbal múltipla.

Vimos anteriormente que só existe elipse quando um termo omitido é recuperado no contexto anterior. Em “Sairei hoje” não há elipse, porque não há nenhum termo anterior a ser recuperado. Mas em “Ele comprou um carro; e ela, uma motocicleta”, há elipse de “comprou” (ela comprou) recuperável na oração anterior.

Examinemos um grupo nominal completo: “Os dois altos muros de pedra das casas da rua”. Nesse grupo, “os” é o dêitico; “dois” é o numerativo; “altos” é o epíteto; “muros”, o núcleo; “de pedra”, o classificador; “das casas”,

qualificador; e “da rua” é classificador.

Há três tipos de elipse: a elipse nominal, a elipse verbal e a elipse clausal.

Na elipse nominal, um modificador exclui ou elimina outro da mesma função ou categoria: “Os três primeiros botões de rosa caíram. Teremos de esperar os próximos.” O termo “os próximos” exclui “três”, porque ambos aí são numerativos. Em “Perdi meu lápis. Você me empresta o seu?”, “o seu” exclui “o meu”, porque um dêitico elimina outro.

A elipse nominal ocorre quando um substantivo, deixa de ser dito, e um dos modificadores assume a posição de núcleo no grupo nominal: “Indiquei duas camisas pretas, mas ele escolheu uma branca.” (A elipse da palavra *camisa* elevou o adjetivo *branca* à função de núcleo do grupo nominal.)

A informação a respeito da omissão de um termo é dada pelo grupo nominal precedente, no texto, isto é, a elipse nominal diz sempre respeito ao que está expresso antes, mas pode ocorrer situacionalmente, quando o elemento omitido está no campo visual dos interlocutores: a mulher, ao gritar para o leiteiro: “Dois, por favor!” (Exemplo da p. 144 de *Cohesion in English*).

Na elipse verbal, a seleção é global, não envolve a palavra isoladamente, como ocorre na elipse nominal: “Você pôde continuar a fazer o trabalho? – *Pude.*”

Qualquer grupo verbal que não contenha um verbo lexical é elíptico. Verbo lexical é o que contém a ideia central, diferentemente dos auxiliares e dos modais. Quando se omite o verbo principal, tem-se a *elipse verbal lexical*: “Uso roupas velhas, e ele só roupas novas.” (Elipse do verbo lexical *usa*.)

A elipse verbal se diz *operadora* quando se omite um verbo auxiliar ou modal: “Eu posso trabalhar; e ele, estudar.” (Os operadores modais mais comuns são: *poder, dever e precisar*.)

Na elipse *clausal*, há omissão de verbos e de grupos nominais: “

Em quantas horas por dia vocês fizeram as lições?” – perguntou Alice, na pressa de mudar de assunto. “Em dez no primeiro dia – disse a Falsa Tartaruga – em nove no outro, e assim por diante.” (Exemplo da p. 144 de *Cohesion in English*.) “Em nove no outro” pressupõe “em nove horas no outro dia”. A resposta da Falsa Tartaruga omite “Nós fizemos as lições”.

Há dois tipos de elipse clausal: a *modal* e a *proposicional*. Na elipse clausal *modal*, elimina-se primeiro o elemento modal (o sujeito e o verbo auxiliar): “O que estava o Duque fazendo naquele lugar do parque?” “Plantando uma fileira de álamos.” (Exemplo da p. 197 de *Cohesion in English*.) (Entenda-se: o Duque estava plantando uma fileira de álamos naquele lugar do parque.)

A elipse clausal modal típica é a que se observa nas respostas lacônicas às perguntas em que se omite o verbo operador: “O que eles estão fazendo?” “Greve.”

Na elipse clausal proposicional, o verbo operador não é omitido: “Ninguém estava trabalhando naquele dia no escritório, mas *eu estava*.”

A elipse clausal afeta outros elementos da estrutura frasal, e não apenas o verbo.

CHEFE, FEMININO: CHEFA

Há uma certa tendência talvez elitista a se evitar *chefa* como feminino regular de *chefe*. O *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Academia Brasileira de Letras, 1999) recomenda “chefe” para os dois gêneros. O Aurélio segue essa orientação. Os dicionários de Moraes Silva (*Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, s.v.), Laudelino Freire (*Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, s.v.) e Caldas Aulete (*Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, 3.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980, s.v.), registram chefe apenas como substantivo masculino, excluindo talvez a possibilidade de se considerar a forma como comum de dois. O Houaiss aceita o feminino *chefa* como informal. Parece-me natural, no entanto, que se aceite a forma *chefa*, não como feminino informal, mas como feminino próprio, independentemente do registro ou do grau de formalismo do discurso.

Existem obras várias que registram a forma feminina *chefa*: Luiz Autuori, no seu livro *Nos garimpos da Linguagem* (7.ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Record, 1976, p. 62), recomenda *chefa* como feminino de *chefe*. O mesmo faz Cândido Jucá (filho), no seu *Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguesa* (4.ed. Rio de Janeiro: MEC/Fename, 1970, s.v.). No romance *Dona Guidinha do Poço*, de Manoel de Oliveira Paiva, há pelo menos uma ocorrência do feminino *chefa*: “Findo o tríduo eleitoral, Dona Guida, que estava passando a Festa na vila e, ao mesmo tempo, prestando seus serviços de chefe, acendendo os ânimos, mandando encher a barriga da soberania popular com matutagens e dinheiro, tão desapontada ficou com a derrota, que não quis demorar para o Ano Bom, retirando-se para a fazenda” (PAIVA, Manoel de Oliveira. *Dona Guidinha do Poço*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.], p. 86).

Ora, se *chefe*, embora empréstimo do francês, está tão enraizado na

língua que já encabeça todo um paradigma de derivações (chefia, chefatura, chefiar, chefete, chefão, chefiar), inexistentes na língua francesa, não há razão para que não se considere *chefe* como integrante legítimo do nosso léxico, isto é, como um nome de tema em –e que segue regularmente o paradigma flexional de nomes como “mestre”, “parente” ou “*presidente*”, que fazem “mestra”, “parenta” e “*presidenta*”, no feminino. Curiosamente, no verbete *comum de dois* (hifenizado, segundo a velha ortografia), a primeira edição do Aurélio dá o exemplo, entre outros, de *presidente*, não admitindo, portanto, a forma *presidenta*. Mas *presidenta* estava registrado nessa edição em verbete próprio. A segunda edição eliminou essa contradição, mas manteve *presidente* como substantivo masculino, excluindo a possibilidade de uma forma feminina própria, apesar de registrar *presidenta* em verbete próprio. A terceira edição, já preparada pelos herdeiros, manteve a incoerência: registra *presidente* com substantivo dos dois gêneros, mas mantém o verbete *presidenta* como feminino de *presidente* (designando tanto a esposa do presidente quanto a mulher que exerce a função de presidir).

Afinal, se há uma gramática (embora uma gramática especial), a de Luiz Autuori; um dicionário, o de Cândido Jucá (filho); e um romance, o de Manoel de Oliveira Paiva, que atestam o feminino *chefa*, por que essa resistência em não admiti-lo?

POR QUE “CUSPIDO E ESCARRADO”?

O cisne não canta antes de morrer, afirma Pablo Neruda no seu livro autobiográfico *Confesso que vivi*. O avestruz não enfia a cabeça na areia para esconder-se do mundo. Charles de Gaulle não disse que o Brasil não era um país sério. Quem o disse foi o embaixador Carlos Alves de Sousa, por ocasião da Guerra da Lagosta. O Dr. Joseph-Ignace Guillotin (1738-1814) não morreu guilhotinado. O médico Guillotin propôs à Assembleia Nacional, em 1789, a utilização de um instrumento que decapitava sem torturar e a que chamou de Mirabelle, em homenagem ao seu amigo Mirabeau. O primeiro a construir uma guilhotina foi Tobias Schmidt, inventor do escafandro, mas foi Luís XVI que, no final do ano de 1791, deu à lâmina, originalmente em forma de lua crescente, a forma triangular, talhada obliquamente. Por isso, a guilhotina inicialmente era chamada de Louison ou Louisette, em homenagem ao rei que a redesenhou e que – ele, sim, – acabou sendo vítima dela. O primeiro a ser guilhotinado foi o bandido Nicolas Jean Pelletier, em 25-04-1792.

Há, portanto, ideias falsas que se aceitam como verdadeiras. Por isso, muita gente pensa que “cuspido e escarrado”, que designa semelhança, se origine de uma corruptela de “esculpido e encarnado” ou de “esculpido em carrara”. Essa ideia errônea foi espalhada no início do século XVII, em 1606, por um de nossos primeiros gramáticos, chamado Duarte Nunes de Leão, no livro *Origem da língua portuguesa* (4.ed. de José Pedro Machado. Lisboa: Pro Domo, 1945, p. 303). Disse ele, no cap. XVIII, intitulado “De alguns vocabulos que vsão os plebeios, ou idiotas que os homens polidos não devem vsar na listagem, em ordem alfabética: ‘Cuspido, a seu pay, por esculpido, ou semelhante’.”

Não foi essa a origem da expressão. O cuspe, na crença popular, tinha um valor apotropaico, i.e., um valor que afugenta os males, daí o sentido físico e moral de *despuo* (afastar um mal, cusindo). (Cf. Ernout e Meillet. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 1967, s.v. *spuo*.) O espanhol tem o verbo *escupir* (de *conspuere*), e no antigo francês existia o verbo dialetal *escopir*. É possível que a semelhança fônica com *sculper*, “*esculpir*”, tenha ajudado a confundir o falante. O verbo *esculpir* vem de *sculper*; em francês, o verbo *sculpter* é uma restauração de *sculper*, a partir de *sculpteur* (Cf. Bloch e Wartburg (*Dictionnaire étymologique de la langue française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1975, s.v.). O verbo *cracher*, em francês, significa “escarrar”, e desde 1464, segundo o Larousse, já é usado com o sentido também de semelhança: “C’est son portrait tout craché, c’est lui tout craché, c’est son portrait très ressemblant” (Cf. Dubois, dir. *Dictionnaire de la langue française*. Paris: Larousse – Lexis, 1993, s.v.). Foi da França que essa significação de semelhança dada ao escarro se espalhou: em inglês, o verbo *to spit* também tem essa conotação. O *Dicionário inglês-português* (Webster’s), de Antônio Houaiss (Rio de Janeiro: Record, 1982, s.v. *spit*) registra a expressão “the spit and image of” com o sentido de “ser o retrato escarrado de, ser o retrato escrito e escarrado de”. Ora, se “cuspidito e escarrado” fosse corruptela de “esculpido e encarnado”, como se explicariam as expressões *cracher* e *spit*, do francês e do inglês, que significam “cuspir” e, ao mesmo tempo, “semelhança física”? E como se explicaria que a palavra portuguesa *crachá*, originária do francês *crachat*, que significa “escarro”, denote identificação? Afinal, o *crachá* é um cartão que as pessoas trazem preso ao peito com dados identificadores.

A expressão “cuspidito e escarrado” não veio, portanto, da corruptela de “esculpido e encarnado”, mas do francês “*cracher*”, cuspir. O que houve em português foi o acréscimo de “escarrado” à expressão “cuspidito”, como reforço que não ocorreu em outras línguas.

DOIS PROBLEMAS DE CONCORDÂNCIA

1. Anos vinte? — Há gramáticos que, mesmo sem formação científica, gostam de inventar moda, na tentativa de fazer jurisprudência em matéria de língua. Recentemente, um gramático inventou uma regra no mínimo estranha: a de flexionar o numeral cardinal posposto ao substantivo, como em “anos vinte” ou “anos sessentas”.

Ora, em nenhuma das línguas mais conhecidas no Ocidente existe esse tipo de concordância estapafúrdia. Em inglês, “twenties” tem a particularidade de ser substantivo. Portanto é flexionado. Em português, como nas línguas neolatinas conhecidas, o numeral cardinal também varia em número quando é convertido em substantivo: os quatos, os nove fora, os vinte...

Há numerais cardinais que variam em gênero e número (como *um*, *dois* e os terminados em *-entos*), mas sempre em posição pré-nominal, na função adjetiva de adjunto adnominal, e na função semântica de enumerativo, como em “duas páginas”, “duzentas pessoas”, “uma lição”. Colocado após o substantivo, o numeral cardinal normalmente exerce a função substantiva de aposto especificativo e a função semântica de classificador: revólver 45, casa quarenta e dois, professor adjunto quatro, etc. No caso de “anos vinte”, é uma falácia raciocinar que “vinte” deva ir para o plural por se tratar de dez ocorrências de vinte (20, 21, 22...). Se houvesse, por exemplo, numa sala, vários professores adjuntos de nível quatro, seria absurdo pressupor que o quatro, por se repetir várias vezes, admitiria plural para termos “professores adjuntos quatos”. Como seria tolice imaginar que o número 38 de alguns revólveres desse calibre resultasse no plural “trintas-e-oitos” pelo fato de serem várias as armas e de o calibre repetir-se em cada uma delas. Em síntese: posposto ao substantivo, o

numeral cardinal é invariável. É o que ensinam os bons gramáticos em suas boas gramáticas. Voltaremos ao assunto em outro estudo.

2. Um homem desses — Normalmente, o demonstrativo plural é usado posposto a um nome singular, como no exemplo seguinte: “O Papa é um mito. Um homem desses não pode viver com a mesma liberdade dos outros homens”. Por que se diz “um homem desses”, se a referência é feita a um nome singular?

Parece-me que “um homem desses” é uma expressão elíptica surgida de algo como “um homem como esses homens”, ou “um homem entre esses homens”, em que se omite, por anáfora, a segunda ocorrência de “homem”. A preposição DE tem força comparativa. Sousa da Silveira, em sua *Sintaxe da preposição DE* (Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951, p. 33), ensina que “destas coisas” equivale a “coisas destas”, que, por sua vez, equivale a “coisas como estas”. Mais adiante, Sousa da Silveira cita casos do DE comparativo, como em “Não fazem menos nem mais / Daquilo que lhe mandais” (Sá de Miranda), exemplo em que “daquilo” significa “do que aquilo” (p. 63). Entre exemplos mais atuais, Sousa da Silveira, cita as expressões “alvura de neve” ou “alvo de neve”, em que o “de” equivale a “como”. Cf. o nome Branca de Neve, do conto de fadas, em que o DE é comparativo.

No caso que estamos examinando, o DE também é comparativo. Uma frase como “Hoje vai ser um dia daqueles” equivale à seguinte: “Hoje vai ser um dia como aqueles dias”, com elipse da segunda ocorrência de “dia(s)” e o uso da preposição “de” como comparação. O demonstrativo está empregado conotativamente, como na expressão “aquele abraço”, divulgado numa canção popular.

Assim, pois, não é de estranhar que se digam frases como “Fazia um frio desses de rachar”, “um dia desses passo na sua casa”, etc., sempre com o demonstrativo no plural posposto a um substantivo sempre no singular. Não se trata, portanto, de silepse (concordância ideológica), mas de coocorrência de dois substantivos iguais em que um deles se suprime por anáfora.

HIPERCARACTERIZAÇÃO

A etimologia tem sido má conselheira dos que pretendem explicar fatos atuais da língua. O uso leva com frequência ao esquecimento de como determinada palavra ou expressão se formou. E pode ocorrer o que em linguística se chama hipercaracterização, que é uma redundância incorporada à língua e que não é mais sentida como redundância. Assim, pretender que *suicidar-se* ou *meio ambiente* sejam incorreções por serem originalmente pleonasmos (redundâncias de sentido) é pretender que se recomende dizer *nosco* ou *migo* por *conosco* ou *comigo*, em que a preposição *com* se repete. A alteração de *mecum* para *migo* levou o falante a esquecer a preposição embutida, e repetiu-a: *comigo*. Da mesma forma, o futuro *irei ver*, por exemplo, se forma a partir do esquecimento de que a perífrase com o presente de **ir** já indica o futuro: *vou ver*; o falante, então, conjuga o auxiliar no futuro, por hipercaracterização.

Não há redundância em *suicidar-se*, porque o **sui** se descaracterizou como pronome e tornou-se parte da raiz verbal. Afinal, dizemos “eu me suicido”, em que o *sui* ocorre sem referência à 3ª pessoa, distanciando-se de sua origem etimológica.

É por hipercaracterização que dizemos “milharal”. De *taquara* se origina *taquaral*; de *banana*, *bananal*; de *laranja*, *laranjal*, etc. De *milho* deveria originar-se *milhal*. Mas o sufixo repetiu-se: *milhalal*, que deu *milharal* por dissimilação do *l* do primeiro sufixo.

Condenar ou justificar os usos atuais da língua pela etimologia não me parece uma atitude científica ou linguisticamente válida. Do contrário, estaríamos proibidos de usar *músculo* (que significa “ratinho”) ou *hidrofobia* (que significa “horror à água”), ou *rival* (do latim *rivale*-, derivado de *rivus*, rio, e designativo etimológico de *ribeirinho*, isto é, do habitante das margens do rio) por exemplo, com o sentido que atribuímos hoje a tais formas.

Os tropos também contribuem para afastar a etimologia das explicações de fatos linguísticos atuais, como a metonímia e a catacrese (que é uma metáfora cristalizada), por exemplo. É por catacrese que dizemos *pé de mesa*, *barriga da perna*, *braço de poltrona*, *céu da boca*, ou expressões como andar a *cavalo num burro*, *embarcar num ônibus*, *enterrar uma agulha no dedo*. É por metonímia que usamos nomes de marcas registradas para produtos similares de outras marcas, como *chiclete*, *gilete*, *modess*, etc.

A etimologia apenas indica e explica a origem das palavras, sem implicações semânticas. Assim, pela etimologia, sabemos que *Lúcifer*, de origem latina, significa “o que leva (*ferre*) a luz (*lux*)”, equivalente ao grego *fósforo*. Ora, pela etimologia, *Lúcifer* poderia designar Jesus Cristo, mas passou a designar o diabo por um erro de interpretação dos doutores da Igreja, em duas passagens de Isaías, cap. XIV: o versículo 4, em que Isaías fala do rei da Babilônia, e o versículo 12, em que o rei caiu do céu e é chamado *Lúcifer*, tradução latina do hebraico *ben-xabar* (filho da aurora), designativo da estrela-d'alva. Os doutores da Igreja viram semelhança entre o que Isaías dizia a respeito do rei da Babilônia e a queda do anjo mau na mitologia cristã. E *Lúcifer* passou a ter um significado ruim, apesar da etimologia.

Um caso mais recente de hipercharacterização em português é a expressão *canja de galinha*. Originalmente, *canja* é caldo de galinha com arroz. O falante esqueceu a significação primitiva e reforçou-a: *canja de galinha*, o que me parece construção legítima, ou, pelo menos, legitimada pelos usuários cultos da língua, uma vez que, se existe *canja musical*, como a que termina os programas de entrevista de Jô Soares, na televisão, se torna necessário especificar a *canja* de que se fala.

EMPREGO DO INFINITIVO (Resumo prático)

Há dois tipos de infinitivo: o impessoal (que não tem sujeito) e o pessoal, que tem sujeito, mas pode ou não ser flexionado.

O infinitivo impessoal pode ser usado como substantivo. Ex.: *Viver é lutar* (= a vida é luta). *Comer* muito faz mal à saúde (= comida demais faz mal à saúde). Com sentido de imperativo, mesmo que se lhe possa atribuir um sujeito, o infinitivo é considerado impessoal por muitos autores, porque não se flexiona. Ex.: Não *roubar*. Soldados, direita *volver*! Precedido da preposição *a*, podendo ser substituído pelo gerúndio, é considerado impessoal. Ex.: Estamos *a cantar* (= cantando).

O infinitivo pessoal pode flexionar-se ou não, dependendo mais da intuição do falante do que de regras gramaticais normalmente aleatórias.

É importante saber, inicialmente, o que é locução verbal de infinitivo. Na locução verbal de infinitivo, há uma oração só. Ex.: *Vou sair* (= sairei).

Se há duas orações, o infinitivo pessoal só não se flexiona por eufonia, mas pode flexionar-se, se estiver distante da oração principal: Ex.: a) *Quero sair* (= quero que eu saia. Cf. *Quero que você saia*) b) *Podemos sair* (Cf. “*Possas tu, descendente maldito, / Seres presa de vis aimorés*” – Gonçalves Dias.) Os gramáticos consideram que a concordância no singular é possível, como em c) *Pode-se ler bons livros*. (O melhor é fazer a concordância no plural: d) *Podem-se ler bons livros*.) A frase c) seria assim parafraseada: Ler bons livros é podido (em que o verbo *poder* não forma locução verbal). A frase d), parafraseada, ficaria assim: “Bons livros podem ser lidos”.

Em concursos, os examinadores não aceitam que seja pessoal o infinitivo

da oração b), acima, já que o verbo poder é considerado auxiliar apenas (apesar da frase c). Dessa forma, o exemplo tirado de Gonçalves Dias é considerado ou um *lapsus calami* (erro de escrita) ou “liberdade poética”, expressão vaga que, na verdade, designa o próprio ofício do escritor, que é o de subverter as normas do dialeto culto, ou escrever diferentemente dos outros.

Segundo Soares Barbosa, em sua *Grammatica Philosophica da língua portuguesa* ou *Princípios da grammatica geral applicados à nossa linguagem* (4.ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1866, p. 189-190), o infinitivo pessoal não se flexiona quando o seu sujeito é igual ao da oração subordinante (principal). Ex.: Queremos *sair*. Sairemos cedo para *chegar* cedo. Quando o sujeito do infinitivo é diferente da oração principal, o infinitivo flexiona-se (a menos que esse sujeito seja um pronome átono, como veremos no parágrafo seguinte). Ex.: Eles exigem *sermos* (nós) os seus defensores.

Quando o sujeito do infinitivo é um pronome átono, com verbos sensitivos (*ver, ouvir, sentir*) ou causativos (*mandar, deixar, fazer*), a concordância não se faz. Ex.: Ele *nos* viu *sair*. Nós os fizemos *correr*. Se, no lugar do pronome átono, o sujeito for representado por um substantivo plural que preceda o infinitivo, este será obrigatoriamente flexionado. Ex.: *Mandei* os meninos *saírem*. Vi as moças *dançarem*. Mas, se o infinitivo vier antes do substantivo sujeito, a concordância será facultativa. Ex.: *Mandei sair* os homens. *Mandei saírem* os homens.

Quando o infinitivo vem precedido das preposições **a** (sem valor de gerúndio), **de**, **para** e **em**, a concordância com o sujeito é facultativa, mas é melhor não flexionar o infinitivo: Desculpo os professores de me *ter(em)* dado nota baixa. Convidamos os alunos a *entrar(em)* em sala.

ATENÇÃO! Veja os exemplos a seguir: a) Peço aos alunos para sair (= eu saio). b) Peço aos alunos que saiam (= os alunos saem). Não use **pedir a + infinitivo** se o sujeito do infinitivo não é o mesmo de **pedir**.

O ANACOLUTO

O anacoluto é a interrupção brusca de uma frase inicial a que se segue outra à qual aquela não se integra. Por exemplo: “O presidente, eleito só por causa da moeda forte, os professores das Universidades Federais sabiam que dele não podiam esperar apoio.” O início do período não tem conexão com o resto, sintaticamente.

A frase inicial, não completada, na anacolutia, pode reduzir-se a uma única palavra (“Eu pareceu-me que ele tinha razão.”), ou pode estender-se a uma oração inteira (“Quem acha a caça não é desgraça.”), e nem sempre a nova frase que a interrompe mantém sua integridade sintática: (“Quem ama o feio bonito lhe parece.”)

Muitos provérbios apresentam anacolutos: Quem mais alto sobe maior é a queda. Quem não reza, Deus é xingado. Quem mata gato, são sete anos de atraso. Quem muito vê, um olho basta. Cavalo dado não se olha (sic) os dentes. Etc.

O soneto “A Antônio Nobre”, do livro *A cinza das horas*, de Manuel Bandeira (*Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Record. 1998, p. 44), começa com um belo e longo anacoluto: “Tu que penaste tanto e em cujo canto / Há a ingenuidade santa do menino; / Que amaste os choupos, o dobrar do sino, / E cujo pranto faz correr o pranto: // Com que magoado olhar, magoado espanto / Revejo em teu destino o meu destino!”

Epiphanyo Dias (*Syntaxe clássica portuguesa*. 5.ed. Lisboa: Clássica, 1970, p. 334- 6) estabelece quatro tipos de anacoluto que consistem em: 1. pôr no princípio sem ligação com o resto a designação do objeto a respeito do qual se faz uma afirmação: “As outras, que as asas do anjo Asrael se estendam sobre os seus cadáveres” (Herculano); 2. repetir o princípio de uma frase que é interrompida por uma parentética ou por encaixes largos de subordinadas: “É

possível (dizia Ezequias, quando o profeta o avisou para morrer), é possível que...” (Vieira); 3. repetir a conjunção *que* ou *se* mesmo sem intercalação de orações: “... devemos catar se este que apelou *se* he demandador *se* demandado” (Herculano); 4. principiar uma subordinada com *que* e terminá-la com infinitivo: “... ssem rrazom parece que aquel que he atormentado dar-lhi homem outro tormento” (Lei de D. Afonso II).

Há ainda a *aposiopese*, que consiste em suspender um pensamento por meio de uma quebra da estrutura sintática. A aposiopese, mais frequente na oralidade, é assinalada na escrita por reticências. Ex: “Você poderia... Bem, acho melhor que você mesmo decida.” “Aquela moça que você conhece...Você sabe que... Cala-te, boca!”

O anacoluto em si não é condenável. Condenável é usá-lo sem saber explorar-lhe os recursos de expressividade artística ou emocional. Veja-se o belo efeito que Manuel Bandeira conseguiu no primeiro terceto do seu soneto “A aranha”: “Eu que era branca e linda eis-me medonha e escura.” (BANDEIRA, Manuel, O.c. p.50.)

Às vezes o bom nome de um escritor leva o estudioso a malabarismos de argumentação para tentar fazer-nos entender como arte o que não passa de um tropeço sintático ou de um cochilo, como neste exemplo de Alexandre Herculano: “Assentada nas margens do Chetawir, grande número de embarcações subiam e desciam o rio.” O que houve nessa sintaxe truncada foi basicamente a omissão pura e simples do nome da cidade de Alcácer, que deveria ser o sujeito da oração reduzida de particípio.

Melhor que tentar tirar sangue de pedra é talvez fazer como Horácio, que confessava em sua *Arte Poética* que se indignava toda vez que o bom Homero cochilava: “Indignor quandoque bonus dormitat Homerus.” Aliás, nem devemos indignar-nos diante dos cochilos dos nossos bons escritores. Basta-nos ser sinceros, e aceitar o erro como próprio da natureza humana. Os gênios também erram. Até Homero.

ERRO METODOLÓGICO

Em sua Gramatiquinha, Mário de Andrade pretendia acertadamente condenar a citação de escritores clássicos como exemplo de regras gramaticais, mas, infelizmente, queria citar autores brasileiros ao lado de exemplos colhidos na fala popular, para ilustração da norma brasileira. Os gerativistas, por sua vez, recusam-se a citar escritores como exemplo de regras, preferindo citar-se a si mesmos, consultando a própria intuição linguística. No caso de Mário de Andrade, o problema está na mistura de padrões, dialetos e registros diferentes. Não se pode estabelecer uma *norma* social ou regional, utilizando-se modelos de fala descontraída ao lado de feitos de fala (isto é, ao lado de “licenças poéticas” que constituem o próprio labor literário), que são exceções a um estilo formal. Também não se pode, no caso dos gerativistas, usar apenas a própria intuição, porque é frequente a recusa consciente de um fato de norma, quando ele vem de encontro às pretensões dos gerativistas, e não ao encontro delas, na defesa de um ponto de vista que sua intuição ditou. Em outras palavras, os gerativistas falseiam a própria intuição, mesmo inconscientemente, quando pretendem defender seu ponto de vista, ou recusam, conscientemente, os fatos que se oponham ao seu ponto de vista.

Os primeiros gramáticos portugueses, como João de Barros e Fernão de Oliveira, não citam ficcionistas conterrâneos como modelos de boa norma. Pelo contrário, o que se nota, por exemplo, em Fernão de Oliveira, é que suas observações nasceram do convívio com as pessoas cultas da época, e, quase sempre, ao citar seus contemporâneos, como João de Barros ou Garcia de Resende, Fernão de Oliveira o faz para contestá-los. Aliás, não foram os escritores que sedimentaram a norma culta portuguesa. O que sedimentou a norma culta foi o uso oficial e não artístico de uma variedade supradialetal da língua, como instrumento eficaz de comunicação: o dos cronistas históricos e o dos textos legais. A tradição das gramáticas latinas é que teria levado os

gramáticos a lançar mão, em suas lições, de exemplos de escritores, para abono de normas gramaticais, porque só os escritores latinos (como Cícero, Virgílio e outros) poderiam servir de fonte para o conhecimento da norma culta latina, e porque se partia do princípio de que a gramática era o fundamento da iniciação literária. Partiam os gramáticos do pressuposto de que um escritor teria forçosamente de seguir as normas do dialeto culto e, por muito tempo, a gramática era entendida como arte de bem falar e escrever. Não se levava em conta a necessária diferença entre o usuário e o técnico da língua, entre o registro (formal ou informal) e dialeto, mesmo porque tais dicotomias não tinham sido ainda enunciadas.

Para comprovar que foi a linguagem jurídica que sedimentou a norma culta, leiamos o que diz José Ariel Castro, no capítulo “Formação e desenvolvimento da língua nacional brasileira”, incluído no vol. I da obra dirigida por Afrânio Coutinho, *A literatura no Brasil* (3.ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 272), a propósito de João de Barros, quando afirma que nosso primeiro gramático “propõe uma cartilha onde se possa aprender a língua e a religião e que não se obrigue a criança a ler em frases dos livros judiciários, o que era prática na sua época.”

A tradição latina das nossas gramáticas e dicionários precisa ser revista, porque o objetivo de um escritor não é o de escrever como os outros, mas o de escrever diferentemente dos outros. Vale dizer: ao escritor compete quebrar as normas linguísticas e não segui-las. Felizmente, o dicionário Houaiss é pioneiro nesse sentido: não cita escritores. Esperemos que o seu exemplo seja seguido por nossos gramáticos e lexicógrafos, que deveriam citar textos em linguagem denotativa, de leitura unívoca, sem intenções estéticas.

AS MUITAS VOZES VERBAIS

Voz é a forma com que o verbo se apresenta para indicar a relação entre ele e o sujeito.

As vozes verbais constituem um assunto difícil que nossas gramáticas nem sempre analisam com a devida profundidade. A rigor, só os verbos transitivos diretos ou os adequadamente chamados bitransitivos (na antiga nomenclatura) podem ter voz ativa, passiva ou reflexiva, pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Em frases como *José saiu*, *Antônio foi ao Rio ou Preciso de dinheiro* e quejandas, os verbos estariam no que se deveria chamar de voz medial, que, historicamente, se confunde às vezes com a voz reflexiva, mas seria uma solução conveniente para a análise de frases como *José morreu*, em que o sujeito, na verdade, é paciente, e seria, como é, disparate falar em voz ativa. Falar em “passividade” em casos como *Carlos levou um tiro* para justificar que se trata de voz ativa e não de outro tipo de voz, como veremos oportunamente, é escamotear o problema, e não resolvê-lo. Vale dizer: Pela NGB em vigor, uma frase como *Ele caiu* não estaria em voz nenhuma.

As gramáticas que estudam a diátese (voz verbal) levam em conta apenas as vozes ativa, passiva e reflexiva. Mas há, ainda, a voz medial (de que a reflexiva pode ser um exemplo, embora não único) e uma quinta espécie de voz, que os estudiosos de latim conhecem bem, posto que nem sempre com essa classificação de voz: a depoente. Um verbo latino se chama depoente quando tem forma passiva e significado ativo, como *sequor, sequeris, secutus sum, sequi* (“seguir”). São semidepoentes os verbos que têm forma ativa no sistema do *infectum* (conjunto dos tempos de ação incompleta, como os presentes e imperfeitos) e forma passiva no sistema do *perfectum* (conjunto dos tempos de ação completa, como os perfeitos e mais-que-perfeitos), como *fido, es, fisus sum*,

fidere (“fiar-se”). Há autores que, com alguma razão, consideram depoentes construções portuguesas com o particípio, como Ele chegou aqui *almoçado*. Ele é um homem *lido*. “Porém já cinco Sóis eram *passados*”(Os Lus. V, 37).

Em português, há um tipo diferente de verbo depoente, a que poderíamos chamar “antidepoente”, com forma ativa e significado passivo. Trata-se de verbos transitivos diretos com objeto direto, mas com sujeito paciente, como em *José levou um tiro, Carlos ganhou um tapa, Jorge pegou sarampo, Antônio recebeu um soco*, etc. Embora teoricamente se possa transformar na voz passiva os verbos que tenham objeto direto, o significado passivo das frases acima impede esse tipo de transformação. Falar em “passividade” não resolve casos em que, embora o sujeito seja agente, a ação verbal recai sobre ele, como se a voz fosse reflexiva (mas é voz medial) sem o pronome adequado tornando impossível a transformação passiva, como em “José pesa apenas trinta quilos.” Ou como em: “Carlos perdeu o ônibus.” Ou como “Maria pula corda.”

A gramática gerativa, na teoria padrão, considerava a voz passiva uma simples transformação facultativa da voz ativa. Ora, a diátese é uma categoria gramatical, realizada no verbo, que indica se o sujeito é ou não exterior ao processo ou à ação verbal. Historicamente, a voz passiva se origina não da voz ativa, mas da voz dita medial, que se realiza ora com verbo transitivo que coocorra com um pronome reflexivo (*Ele se feriu*) ou com objeto duplo em que o sujeito (agente) exerce a ação sobre um objeto distinto, mas em seu benefício (*Ele se deu esse luxo*), ora com verbo intransitivo cujo sujeito não é necessariamente o agente da ação ou do processo (*A montanha tremeu*).

‘A ideia da voz depoente parece-me solução adequada para explicar, graças às suas características de uma voz diferente, a impossibilidade de transformação passiva de frases como *Antônio levou um soco*, em que o verbo parece estar na voz ativa, com objeto direto, mas o sujeito é paciente. No inglês clássico, é possível voz passiva com objeto direto: *I was stolen a pencil by him* (literalmente: “Eu fui roubado um lápis por ele”). Em redações escolares, é possível encontrar voz passiva construída equivocadamente com objeto direto, como no exemplo seguinte: “*O professor foi indagado pelos alunos se podia liberar a turma mais cedo*”.

É interessante lembrar ou relemburar que a voz passiva não é necessariamente sinônima da voz ativa correspondente. Há casos em que a voz

passiva é semanticamente distinta da voz ativa, contrariando a ideia de que aquela é apenas uma transformação desta. Uma frase como “A cidade viu Tancredo doente” tem sentido diferente do da sua correspondente passiva: “Tancredo foi visto doente pela cidade”, em que o sujeito metonímico da ativa se confunde com um adjunto adverbial de lugar, na passiva. A frase “Eu tirei esta foto” pode ser interpretada assim: “Posei para esta fotografia” ou “Eu fui o fotógrafo responsável por esta fotografia”. Mas a voz passiva correspondente – Esta foto foi tirada por mim – só tem uma interpretação possível: a de que eu fui o responsável pela foto, isto é, a de que fui o fotógrafo. A frase “Um só aluno não fez o dever” não diz o mesmo que “O dever não foi feito por um só aluno”.

A solução ideal seria considerar a voz passiva não como uma transformação da ativa (e ainda menos como uma espécie de advérbio de modo da voz ativa, explicação tentada por gerativistas), mas como uma construção paralela morfológicamente semelhante à voz ativa. A semelhança morfológica (mesmos itens lexicais) permite a conversão de uma em outra, mesmo que o sentido seja diferente. Assim, seria desnecessário, por não pertinente, explicar a não correspondência semântica que às vezes se observa entre as duas construções.

Só existem dois tipos de voz passiva: a analítica, construída com o verbo *ser* auxiliar, como em “A rosa foi vista por José”, e a sintética, construída com o pronome apassivador, como em “Viu-se a rosa”. Uns poucos gramáticos mais ousados, confundindo análise semântica com análise sintática, apresentam, equivocadamente, um terceiro tipo de voz passiva: a de infinitivo, como na frase “osso duro de roer”, pretensamente passiva, porque pode ser parafraseada em “osso duro de ser roído”. Ora, nos predicados adjetivais desse tipo (difícil de fazer, duro de roer, fácil de ler, ruim de dizer, etc.), a voz é ativa; pressupõe a existência de um sujeito ativo: osso duro de alguém roer, livro fácil de alguém ler, trabalho difícil de alguém fazer, etc. Por isso é possível dizer: coisas difíceis de fazer (voz ativa), coisas difíceis de se fazerem (voz passiva sintética) e coisas difíceis de serem feitas (voz passiva analítica).

Em frases como “dar a mão a beijar”, a ideia é ainda de voz ativa: dar a mão para alguém beijar, dar a mão a alguém que a beije. Raciocinar com comutações sintáticas é deixar-se enganar pela semântica. A comutação, isto é, a troca de um elemento por outro para verificar se o sentido permanece ou não o

mesmo, funciona adequadamente na fonologia, mas fracassa na sintaxe. Por exemplo: pode-se dizer “de tarde”, “de noite”, “de manhã”. Mas, se se pode dizer “à tarde” e “à noite”, não se pode dizer *”à manhã”. A comutação não funciona.

Como a voz ativa e a voz passiva são quase sempre sinônimas, é fácil tomar uma pela outra às vezes, como faz o usuário da língua, ao dizer **Afinam-se pianos* (por *Afinam-se pianos*) ou *É fácil fazer a lição quando se a sabe (por *quando se sabe ela*). Uma regra de concordância frequentemente ignorada estipula que, sempre que numa oração existir o pronome **se**, seu sujeito será normalmente o primeiro substantivo ou pronome que aparecer sem preposição. Por isso, é impossível a ocorrência do pronome **se** com os pronomes pessoais **o** ou **a**. É inadmissível dizer O dinheiro é bom quando se o tem: o pronome sem preposição, de acordo com a regra acima, que aparece na oração com o **se** é **o**, que não pode ser o sujeito, porque é pronome pessoal típico de objeto direto. Corrija-se : *O dinheiro é bom quando se tem (ele)*. Em *Alugam-se pianos*, o substantivo não preposicionado – **pianos** – é o sujeito. Por isso o verbo vai para o plural. Em *Precisa-se de empregados*, o substantivo está preposicionado, por isso o verbo fica no singular: o sujeito é indeterminado. Diz-se que o sujeito é indeterminado quando não tem núcleo, isto é, quando não existe pronome nem substantivo que exerça essa função explicitamente na oração.

Não precisamos recorrer aos clássicos para provar que não é por falsa concordância que o verbo concorda com o seu sujeito passivo nas construções com o **se** apassivador, mas pelo fato de o **se** indeterminador e o **se** apassivador serem duas realidades diferentes.

Recorramos à intuição, à moda dos gerativistas, e examinemos as frases seguintes:

1. Quanto ao gênero e ao sexo, trata-se de coisas diferentes 2. Desfolhou-se a árvore pela ação do vento.

Nenhum falante substituiria o **se** por **a gente** ou por **alguém**, no exemplo 1, embora seja patente a indeterminação do sujeito; e ninguém tampouco acharia que, no exemplo 2, a árvore se teria desfolhado, mas que ela *foi desfolhada* pela ação do vento. No exemplo 2, a significação passiva é óbvia demais.

Parece-me que a falta de concordância que se observa em frases como

Alugam-se casas, na fala popular (**Aluga-se casas*), se deve à inversão da ordem. Em frases como *O chá e o café se derramaram sobre a mesa*, o significado passivo é mais bem aceito pela intuição ou pela psicologia do falante do que em frases em que o sujeito aparece depois do verbo. Ninguém deixaria de reconhecer o sentido passivo em frases como: 3. Tu te operaste de um tumor no cérebro. 4. Nós nos batizamos quando tínhamos dois meses de vida. 5. Vós vos chamais Pedro.

Todos os estudos por mim examinados que confrontam o indeterminador e o apassivante em português ou não levam em conta o agente da passiva expresso, ou só levam em conta a 3ª pessoa **se** (à exceção do livro *Sintaxe clássica portuguesa*, de Cláudio Brandão). Na verdade, as outras pessoas também têm o seu pronome apassivador respectivo, como demonstram os exemplos 3, 4 e 5, acima transcritos. Pela própria definição de indeterminação do sujeito, o pronome indeterminador só pode ser da 3ª pessoa.

Parece-me pouco esclarecedor que se atente de modo absoluto para a correspondência semântica das estruturas sintáticas. É verdade que entre *Aluga-se esta casa* e *Esta casa é alugada*, existem diferenças de significado (o aspecto de completitude, na construção com o verbo **ser**), cuja causa reside basicamente no emprego do tempo verbal. Qualquer falante da língua observa identidade semântica entre *Venderam-se poucos livros na feira* e *Poucos livros foram vendidos na feira*. Talvez se deva falar em “gradação semântica” dos tempos verbais na correspondência entre a voz passiva analítica e a voz passiva sintética, com o **se** apassivador, ou entre as duas passivas e a voz ativa equivalente.

O ARTIGO – GÊNERO E CONCORDÂNCIA

Bons gramáticos, como Celso Cunha e Lindley Cintra (*Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 216) e Rocha Lima (*Gramática normativa da língua portuguesa*. 15.ed. Rio de Janeiro: José Olympi, 1972, p. 267) afirmam que o nome próprio oriundo de um nome comum se constrói com o artigo: o Porto, o Cairo (de El-Kahira, a vitoriosa), o Rio de Janeiro, o Havre (que significa “o porto”). O problema é que todos os nomes próprios (de lugar ou de pessoa) de alguma forma se originaram de adjetivos ou de nomes comuns, como Cláudio (o capenga; daí vem o verbo “claudicar”), Honório (que recebe honras), Ricardo (príncipe forte), Lituânia (terra chuvosa), Sagres (sagrado), etc. Muitos nomes de lugar no ES vêm de nomes comuns e se usam sem artigo: Vitória, Castelo, Cachoeiro, Guarapari (“curral das garças”), etc.

As gramáticas são omissas quanto ao gênero de substantivos que se tornaram próprios no plural e que, portanto, perderam a ideia de pluralidade. Alagoas, por exemplo, pode ser usado facultativamente com o artigo feminino (as Alagoas), mas Amazonas só admite o artigo masculino, que Drummond usa no plural, no poema “Hino Nacional”, do livro *Brejo das Almas* (p. 45 da edição de suas obras completas – *Poesia e Prosa*, da Ed. Aguilar, de 1988, de onde tiro todos os exemplos; o número entre parênteses, após cada citação, indica a página em que o exemplo se encontra).

Não é a origem feminina do nome que determina o uso do artigo ou de um adjetivo no feminino. Belo Horizonte, embora masculino na origem, é feminino como nome próprio: a desprevenida Belô (p. 718; note-se o hiperbibasmo do tipo diástole, isto é, o deslocamento do acento tônico de “Belo”

para a frente). Não se pode dizer que está subentendida a palavra “cidade”, porque em “Minas orgulhosa” (431), ou em “pura Minas” (711), por exemplo, não está subentendida a palavra “estado”. Além disso, só há elipse quando o termo subentendido pode ser recuperado no texto ou contexto anterior (por anáfora), o que elimina a possibilidade de se chamar “elíptico” ao sujeito de uma oração em que se suprimiu o pronome reto, como em “Vamos embora”, por exemplo, já que “eu”, (“nós”) ou “tu” (“você”, “vós”, “vocês”) são pronomes exofóricos, isto é, são dêiticos, que remetem sua significação a agentes fora do texto, à situação do discurso.

Não há razão específica para que Londres seja do gênero feminino, e Paris seja do gênero masculino. Não há razão para que Alagoas possa ter diante de si o artigo feminino plural, e não o singular, como o Amazonas. Nem há razão para que nomes como Ásia, Holanda, Europa, França, Espanha, Inglaterra e África (que formam a frase mnemônica “Ah, é feia!”) sejam articulados facultativamente. Drummond escreve “Europa” sem artigo: “Cai neve em Parnaíba (...) seus filhos que jamais viram Europa” (784). Rui Barbosa escreveu “Inglaterra”, sem artigo, no título de seu livro de 1896: *Cartas de Inglaterra*.

Uma coisa é certa: há nomes que rejeitam obrigatoriamente o artigo, exceto quando seguidos ou precedidos de outro(s) determinante(s), como Portugal, Lisboa, Paris, Cabo Verde, Salvador e outros; há os que podem ser precedidos ou não, facultativamente, do artigo, como (o) Recife, (o) Marrocos, (a) Serra e os nomes que formam o acrônimo “Ah, é feia!”, acima citado; e há os que exigem obrigatoriamente o artigo, como Estados Unidos, Brasil, Rússia (exceto nas enumerações, como aqui, ou em manchetes de Jornal). Assim, uma frase como “Estados Unidos invadem o Iraque” é admissível como manchete de periódico, em que a ausência do artigo se permite talvez por economia de espaço; mas a concordância verbal se faz como se o artigo estivesse lá, isto é, a ausência eventual do artigo diante de nomes próprios que o exigem não implica mudança nas regras de concordância. Em títulos, contudo, a concordância verbal se faz com o artigo: “Os Sertões constituem uma obra-prima de Euclides da Cunha.” Se o título não tem artigo, a concordância se faz no singular: “*Locuções tradicionais do Brasil*, de Câmara Cascudo, presta bons serviços ao estudioso.” Se o título original tem artigo, não se deve suprimi-lo nunca. Euclides da Cunha escreveu *Os Sertões*, e não “Sertões”; Luís de Camões escreveu *Os Lusíadas* e não “Lusíadas”. A concordância verbal no singular com títulos articulados no

plural só é admissível com o verbo “ser”, se o predicativo é singular: “Os *Lusíadas* (são) é um belo poema.”

O artigo pode usar-se facultativamente diante de nomes próprios de pessoas e diante de possessivo, mas é omitido obrigatoriamente diante de vocativo, de demonstrativo ou de pronome de tratamento formado por possessivo + substantivo abstrato, incluindo *você*. É por não ser articulado o vocativo que fica estranha a frase “Vinde a mim as criancinhas”, que encerra a letra de uma música popular antiga. O correto seria “Vinde a mim, criancinhas” ou “Venham a mim as criancinhas”. O artigo definido e os pronomes pessoais de 3ª pessoa originaram-se do demonstrativo latino *ille, illa, illud*. Já por isso o artigo definido e o demonstrativo se excluem mutuamente, isto é, não podem coocorrer diante do mesmo nome.

Quando há elipse nominal, um elemento periférico (adjunto) passa a exercer a função de núcleo. Assim, em “Vejo ali duas senhoras: a da esquerda é recém-casada”, o “a” é artigo definido e não pronome demonstrativo; a locução “da esquerda”, originalmente adjetiva, passou a ser substantiva, ao tornar-se núcleo do sintagma em que houve elipse. Demonstramos: em “Comprei a camisa de duas cores; e ele comprou a de bolinhas”, se é possível dizer “ele comprou aquela de bolinhas”, também é possível dizer “ele comprou UMA de bolinhas”, e seria absurdo dizer que “uma” é pronome demonstrativo. Em “Ele gosta de camisas azuis, mas eu prefiro as brancas”, “brancas” assume a função nuclear, graças à omissão do substantivo “camisas”, recuperável por anáfora. Ora, se, na frase “Vejo duas senhoras: a da esquerda é recém-casada”, o “a” fosse demonstrativo, também seria o “as” de “as brancas”, na elipse citada. A identidade semântica entre “a” e “aquela” nas frases em análise não implica identidade sintática ou funcional, e ainda menos gramatical.

Da mesma forma, o “a” ou o “o”, complemento verbal, é pronome pessoal e não demonstrativo, embora semanticamente se identifique com ele em: “Que ele era bobo, eu já o sabia”. Esse “o” equivale a “isso”, mas é um pronome pessoal, ainda que se possa dizer que se trata de um pronome pessoal “neutro”, nunca de um demonstrativo. Cf. fr.: “Qu’il était dingue, je LE savais déjà”, em que se usa o pronome pessoal, e não o demonstrativo. Quando o “o” substitui um adjetivo em função predicativa, ele é demonstrativo: “Eles são felizes, mas eu não o sou”, porque o “o” predicativo não tem o mesmo estatuto do “o” pronome

objetivo. A uma mulher a quem se pergunta se é professora, poderá responder “Eu o sou”, nunca “Eu a sou”. Já o pronome pessoal “o” concorda com o seu referente: “Ela chegou tarde, por isso não a vi entrar”. Na frase “Que ele era louco, eu já o sabia”, esse “o” substitui pleonasticamente a oração anterior, por isso está no masculino, que é a ausência de gênero. O “o” ou “a” também é demonstrativo diante de pronome relativo: “Das mulheres, ela é a que eu mais amo”. Ainda que se possa pensar em elipse da palavra “mulher”, o artigo não pode exercer função nuclear. O antecedente de um “demonstrativo” é sempre um substantivo ou um pronome (um sintagma nominal).

É improcedente, portanto, aludir à semelhança de formas ou à identidade semântica para justificar uma pretensa identidade de funções.

CONFIAR DESCONFIANDO

Os conceitos gramaticais de sujeito, predicado, adjuntos, etc. são termos metalinguísticos, que não podem ser dissociados da gramática, a menos que se queira fazer graça ou ironia. Toda ciência tem sua metalinguagem específica, muitas vezes distante do que ensinam os dicionários de língua, outra ciência ou a intuição popular. Roubar, furtar e assaltar podem ser sinônimos para a arraia-miúda, mas não o são para quem é versado em Direito. Embora sujeito e predicado sejam rótulos retirados da lógica (a análise sintática era chamada de análise lógica antes da promulgação da Nomenclatura Gramatical Brasileira), seus conceitos de tema e rema, respectivamente, se afastaram da lógica, uma vez que, numa oração como “São duas horas”, o sujeito zero não é previsto na filosofia, mas é a solução para a análise de predicativo do sujeito para o termo “duas horas”.

Os dicionários de língua, frequentemente, se equivocam quando conceituam nomes da metalinguagem de alguma ciência, sem referência às obras técnicas específicas que utilizam esses nomes. O infixo, por exemplo, é uma palavra que, em linguística, rotula a flexão interna. Como os sufixos e desinências se acrescentam ao fim do radical; e o prefixo, ao início; o infixo se acrescenta no meio. Na língua indígena chontal, do México, por exemplo, o plural se forma com o acréscimo de um l mediovelar no meio da palavra: tuwa (estrangeiro) – tulwa (estrangeiros); akano (mulher) – akalno (mulheres), koñi (neto) – kolñi (netos). Poder-se-ia até mesmo chamar infixo à alternância vocálica interna na formação do plural de alguns nomes ingleses, como food/feed, foot/feet, por exemplo. Os radicais seriam morfemas descontínuos, f...d/ f...t, respectivamente, que seriam preenchidos por uma vogal alta posterior para marcar o singular e uma vogal alta anterior para marcar o plural. Mas não existe infixo em português. No caso de *qualquer/quaisquer*, o que se tem é o plural de um pronome variável que, por força de normas ortográficas nem

sempre lógicas, se escreve junto de um verbo invariável numa palavra composta: qual + quer.

Mas os dicionários Aurélio (versões em papel e em CD) e Houaiss (versão em papel, porém não em CD) ensinam, inadequadamente, no verbete “infixo”, que, em “chaleira” (de chá + l + eira) ou motorneiro (de motor + n + eiro), ou em cafezal (café + z + al) as consoantes l /n/z inseridas por eufonia (“consoantes de ligação”) entre o radical e o sufixo seriam infixos.

Para os dicionários Aurélio e Caldas Aulete, cacófato e cacofonia são sinônimos. Dicionários técnicos, no entanto, informam que cacofonia é antônimo de eufonia e designa encontro desagradável de sons, por negligência, como em: “mas não” (asnão), “A terra dos Algarves e já nela” (Os Lus. II, 41 e VIII, 25). Já cacófato provoca sensação de ridículo e não raro provoca sentido inconveniente, grosseiro ou descabido: “Ele tem pretensões acerca dela”. Veja-se o verbete “cacofonia”, por exemplo, no *Dicionário de termos literários*, de Massaud Moisés (São Paulo: Cultrix, 1978), em que é nítida a distinção entre cacófato e cacofonia. A própria definição de cacófato está inadequada ou incorreta no Aurélio que há muito deixou de ser uma obra confiável: “Som desagradável, ou palavra obscena, proveniente da união das sílabas finais de uma palavra com as iniciais da seguinte”. Ora, no exemplo dado (ele tem pretensões acerca dela), o cacófato (a ser cadela) é resultado do encontro de duas palavras inteiras (acerca e dela) e não do final de uma com o princípio de outra. Felizmente, o Houaiss, ao contrário do Aurélio, conceitua adequadamente cacófato e cacofonia.

É sempre bom confiar desconfiando, na consulta a um dicionário de língua, quando se trata de termos técnicos...

O GERÚNDIO EXPULSO

O professor René Étiemble, durante a década de 50, no século passado, tentou “higienizar” as letras francesas, numa luta que culminou com a publicação do livro *Parlez- vous franglais?*, em 1964. O “moralista” da língua fez escola: posteriormente, na França, promulgou-se uma lei que proíbe expressões estrangeiras em placas e letreiros públicos, nas transmissões radiofônicas e televisivas, na publicidade e nas redações oficiais. Xenofobia inconsequente, porque o que caracteriza uma língua não é o léxico, mas a gramática. Se um dicionário fizesse a língua, o romeno seria eslavo, e o inglês faria parte do grupo das neolatinas. Se a influência inglesa no francês produzisse um artigo novo, um novo plural ou uma conjugação verbal diferente, então haveria motivos para preocupações. A ausência de artigo partitivo na propaganda francesa de Coca-cola (“Buvez Coca-cola”) assustou inutilmente os puristas: um caso isolado não mudou nem poderia mudar a sintaxe francesa, e o povo francês mantém intacto o emprego do partitivo, apesar da propaganda.

A tentativa de legislar sobre língua é bem antiga e sempre fracassou. Em Portugal, em 1597, Felipe II estabeleceu as formas de tratamento “para sossego de meus vassallos”. Em 1739, D. João V fez o mesmo. Na Itália, em 1940, Mussolini tenta expulsar os estrangeirismos, para “purificar a língua”. No Brasil, em 1974, o general Euclides Quandt de Oliveira, ministro das Comunicações do general Geisel, tentou impor a norma culta, até mesmo nos diálogos das novelas, e banir o dialeto caipira das revistas em quadrinhos (Chico Bento, o personagem de Maurício de Sousa, foi ameaçado de morte, mas, estranhamente, o caipira Urtigão, das histórias Disney, foi poupado). Felizmente, o ministro desistiu e não levou avante o seu intento.

Há alguns anos, o deputado comunista Aldo Rebelo tentou impedir por lei, com ameaça de multa aos reincidentes, os que usassem nomes estrangeiros

em dizeres públicos.

No dia 03-10-07, os jornais noticiaram o “fim do gerúndio”, por conta de uma lei absurda promulgada pelo governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, ato que lembra a anedota de Valéry segundo a qual o marido, ao flagrar a infidelidade da esposa no sofá da sala, “resolveu” o problema removendo o sofá. Em lugar de ensinar os funcionários a usar o gerúndio, resolve-se o problema banindo-o da língua, como se a língua tivesse um só dono, coisa que, aliás, o Governo deve pensar, ao impor uma mudança ortográfica absurda e sem sentido, nascida pretensamente para unificar a ortografia dos países de língua portuguesa, mas, infelizmente, não unifica nada, porque continua admitindo grafias duplas.

A revista *Istoé* nº 1980, ano 30, de 10-10-07, na p. 48, estampa o artigo “Demiti o gerúndio”, assinado por José Roberto Arruda. Em seu artigo, o governador argumenta que demitir o gerúndio era uma necessidade, porque os funcionários públicos recorriam a ele “para justificar a própria ineficiência”. Para ele, ditos como “estamos preparando” ou “estamos providenciando” (exemplos citados por ele como condenáveis, mas exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o gerundismo) caracterizariam “um crime contra a população” por representar uma “progressão indefinida”.

Além do raciocínio indutivo que faz tabula rasa de todos os funcionários, considerados proteladores e ineficientes, José Roberto Arruda condena o gerúndio porque, para ele, o abuso do gerúndio é que seria responsável pelo emperramento da máquina administrativa. O gerúndio é que seria responsável pela burocracia, “enquanto doentes padecem nas filas dos hospitais”. Vale dizer: eliminando-se o gerúndio, os doentes terão atendimento, os funcionários exercerão suas funções com zelo, dedicação e eficiência. O gerundismo — como ele diz textualmente — é um crime contra a população.

Diz o governador que essa foi a maneira bem-humorada que encontrou para expressar sua impaciência com os atrasos no cumprimento das decisões. Segundo ele, o “decreto tem, quando menos, o mérito de abrir o debate sobre o tema. Além disso, mostra que o brasileiro mantém seu senso de humor.” Eliminar o gerúndio do serviço público não foi um modo “bem-humorado” de evitar atrasos, nem sei se o senso de humor de um brasileiro reside na supressão do gerúndio ou se algum decreto que elimine uma forma nominal de verbos

promova algum debate sadio. Na verdade, o governador partiu de um grande equívoco.

O gerundismo é o mau emprego do gerúndio, uma forma nominal do verbo que, normalmente, indica ação progressiva (que se prolonga no tempo, como em “vou ficar estudando em casa hoje”) ou ação concomitante com outra (como em “ele estuda ouvindo música”). Uma frase adequada como “Se eu disser alguma coisa, você vai ficar imaginando coisas ruins a meu respeito” teria originado o abuso, e o gerúndio passou a ser usado, sem indicar ação prolongada como em “vou estar passando a ligação”, por exemplo. O abuso da terminação –ndo originou o neologismo “endorreia”, com que Rodrigues Lapa, em sua *Estilística da Língua Portuguesa* (3.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959, p. 177-9), batizou essa mania, como em: “Quando Armando era formando, estando esperando o irmão Fernando, acabou desmaiando na frente de um vestibulando.” Os substantivos em –ndo, como “formando” ou “bacharelando”, são formas de gerundivo e não de gerúndio. O gerúndio, forma verbal de mesma terminação, é invariável.

“Abolir” o gerúndio é cercear a liberdade de expressão do falante

Não é o gerúndio que provoca o adiamento de um processo, a procrastinação de um serviço público ou a falta de atendimento médico. Ao “abolir” o gerúndio (em lugar de aconselhar que se evite o gerundismo), o governador mostrou não apenas desconhecimento da língua que fala, mas também confusão entre o mapa e seu território, entre o substantivo “boi” e o animal que leva esse nome, entre a palavra e o seu usuário. Na ótica simplista do sr. Arruda, eliminando-se o gerúndio, eliminam-se também a preguiça e a incompetência dos funcionários e burocratas da sua administração. Se a mesa está quebrada, basta eliminar a palavra “quebrado” do dicionário para que a mesa fique consertada; para que um motor de carro funcione sempre, basta eliminar a palavra “pane” dos dicionários. Para que um funcionário trabalhe, basta eliminar o gerúndio do seu vocabulário.

O sr. José Roberto Arruda descobriu a cura de todos os males!

Oxalá falantes ilustres tenham o bom senso de entender que a nossa língua portuguesa não tem um único dono. Nossa língua portuguesa é a língua de todos nós, mesmo que alguma autoridade não concorde com o nosso jeito de usá-la...

DOIS DESAFIOS DA LÍNGUA

Os que escrevem levados apenas pela intuição, sem algum embasamento linguístico teórico, muitas vezes se deixam trair pelo uso generalizado, mas nem sempre adequado da língua. O gerúndio e a conjunção *seja* constituem duas armadilhas perigosas para o escritor intuitivo que, paradoxalmente, não leva a sério a própria intuição.

Explico-me: é pela intuição que um falante reconhece como sujeito do gerúndio o mesmo sujeito do verbo finito no exemplo seguinte: “Chegando à estação, o trem descarrilou.” Se não é o trem que chegou à estação, então o sujeito de “chegar” deverá ser explícito: “Quando (assim que) Pedro chegou à estação, o trem descarrilou.” OU, numa construção menos aconselhável: “Chegando Pedro à estação, o trem descarrilou.”

A regra gramatical ensina que, sempre que o gerúndio estiver sem sujeito expresso, o seu sujeito será o mesmo do verbo da oração subordinante (principal). Por essa razão, Othon M. Garcia mostra que, na frase “Saindo da fábrica, o cão mordeu o operário”, é o cão que saía da fábrica, e não o operário (veja-se o capítulo 4 do livro *Comunicação em Prosa Moderna*, editado no Rio de Janeiro pela Fundação Getúlio Vargas em 1967, mas reeditado quase que anualmente desde então). Uma frase como “Eu vi você saindo do cinema” só é ambígua na mente do falante que confunde o uso do gerúndio. O sujeito de *saindo* não é *você*, mas *eu*, isto é, eu é que saía do cinema quando vi você. Você não é o sujeito de *saindo*, porque o gerúndio, a rigor, não exerce função substantiva que, entre os verboides (na terminologia de Rudolph Lenz), apenas o infinitivo exerce. Para que *você seja* o sujeito do verbo *sair*, a redação seria a seguinte: “Eu vi você sair do cinema”. Como o gerúndio não deve exercer função substantiva (mas apenas adverbial e raramente adjetiva), o que nem sempre as gramáticas ensinam, alguns bons autores acabam escorregando na

sintaxe portuguesa. Foi o que fez um conhecido humorista, ao escrever, certa vez, numa revista semanal (cito de memória): “A melhor maneira de conseguir uma vaga no Centro do Rio é comprando um carro estacionado.” A frase ficaria melhor com o infinitivo no lugar do gerúndio: “A melhor maneira de conseguir uma vaga (...) é comprar um carro estacionado.”

O poema “Mãe”, de Barreto Coutinho, publicado pela primeira vez no jornal *A Província*, de Recife, no dia 28-01-1912, tem uma estrofe que diz: “Uma vez vi-a rezando / Aos pés da Virgem Maria. / Era uma santa escutando / O que outra santa dizia.” Como está aí, o poeta é que rezava. Teria sido melhor que ele tivesse substituído os dois gerúndios pelo infinitivo: “Uma vez vi-a rezar / Aos pés da Virgem Maria. / Era uma santa a escutar / O que outra santa dizia.” A segunda substituição do gerúndio pelo infinitivo ocorreu por causa da rima, e não por causa de uma pretensa incorreção, embora fosse melhor não usar o gerúndio com função adjetiva.

Outro problema que o escritor enfrenta é o da conjunção *seja*, que é invariável (equivalente a *quer, ora, ou*), mas é frequentemente confundida com o verbo *ser*. A colunista Rosângela Bittar, no jornal *A Gazeta*, de Vitória, ES, de 24-12-96, na coluna “Coisas da Política”, escreve, corretamente: “(...) ficam sem fundamento as interpretações de recentes declarações do presidente sobre o plebiscito, seja as feitas a deputados (...) seja as expostas em entrevista (...)”. A tendência do mau falante da língua seria pôr no plural as duas ocorrências de *seja*. Pior ainda seria acrescentar uma conjunção alternativa diferente: “quer sejam as feitas...”

E ainda há quem ache que a gramática seja um mal, ou, pior ainda, um “mal necessário”, como se algum mal pudesse ser útil...

PALAVRAS CASADAS

Existem pares de substantivos comuns, semanticamente relacionados, em que o feminino e o masculino se usam diferentemente pelos falantes, guiados pela intuição. Pergunte-se a um brasileiro se ele põe uma jarra d'água ou um jarro d'água na mesa, se ele compra um saco de café ou uma saca de café, se ele pegava a barca ou o barco para ir do Rio a Niterói... A todas essas perguntas ele responderá sem hesitação, de acordo com a própria intuição, sem que lhe tivessem ensinado o porquê da preferência pelo masculino ou pelo feminino, em cada situação...

Tentando explicar o porquê do masculino ou do feminino, nesses pares de palavras, Mattoso Câmara Jr., em sua *Estrutura da Língua Portuguesa* (Petrópolis: Vozes, 1970, p. 78), ensina: o feminino representa quase sempre um tipo marcado ou uma especialização da correspondente forma masculina, de sentido geral, não marcado. Assim: o saco/ a saca; o jarro/a jarra; o barco/a barca; o buraco/a buraca; o poço/ a poça; o melão/ a meloa; o cesta/ a cesta; o mato/a mata, etc.

Rodrigues Lapa, em sua *Estilística da Língua Portuguesa* (3.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959, p. 109), considera, nessas parênteses, que “o masculino representa maior grandeza no sentido de comprimento, o feminino maior grandeza no sentido da largura. O português viu nos objetos a imagem do homem e da mulher: o homem, mais forte, mais alto e esbelto; a mulher, mais baixa, mais larga, de curvas mais arredondadas.”

A explicação, talvez simplista demais por ser impressionista, não convence. Não me parece que “porta” tenha curvas arredondadas, nem que seja mais larga que “porto” (o sentido comum em porto/porta é o de “passagem”). A explicação de Mattoso Câmara, acima apontada, parece mais adequada, por apoiar-se basicamente nas noções linguísticas de não marcado (masculino) e

marcado (feminino), em oposição. De fato, o feminino é o único gênero em português, porque é marcado; o masculino é a própria ausência de gênero (o que vai de encontro às ideias feministas de que a nossa língua é machista). Assim Deus é masculino porque não tem o “a” do feminino. *Isto, isso, aquilo, quem, tudo*, etc. exigem concordância no masculino porque são formas sem gênero. Não existe marca para o masculino, como existe para o feminino; assim como não existe marca para o singular, como existe para o plural. Sei que *prato* é singular porque não tem o “s” de plural. Assim, a explicação de Mattoso Câmara parece a melhor, porque segue uma orientação linguística.

Não sei até que ponto, no entanto, a explicação de Mattoso Câmara cobre esses pares de substantivos. Não sei se o nome *cesta* é marcado, por oposição a *cesto*, por exemplo. Há pares homeomórficos (isto é, pares de mesma forma) que, embora semanticamente próximas nos seus étimos ou em suas origens, já não são mais tão próximas assim ou não são sentidas pelo falante como semanticamente próximas, como: o braço (membro superior) / a braça (medida); o ponto/ a ponta; o bico (proeminência córnea da boca das aves)/a bica (tubo de onde escorre água); o bolo (guloseima) / a bola (o feitiço arredondado da bola é que “batizou” a guloseima).

Além disso, há outros substantivos que, embora morficamente idênticos, têm origem e significação diversas, como: o milho (cereal) / a milha (medida itinerária); o selo (estampilha)/ a sela (arreio de montaria); o tiro (disparo) / a tira (faixa); o prato (utensílio doméstico)/ a prata (metal); o boto (mamífero aquático)/ a bota (calçado); o malho (o martelo, como em “descer o malho”)/ a malha (o tecido ou o coletivo, como malha rodoviária, malha telefônica); etc.

Eis um bom tema para tese. Com a palavra os mestrandos em língua portuguesa...

O PAPEL DOS GRAMÁTICOS

Há uma crença generalizada de que os atos de fala individuais explicam as mudanças históricas das formas linguísticas. Em outras palavras: cada falante de uma língua contribuiria para a evolução dessa língua. É certo que a repetição de uma forma diferente pode ser adotada por outros falantes e generalizar-se, contribuindo para que a língua sofra mudanças. Por exemplo: Castro Lopes propôs muitas palavras novas, como *convescote* ou *protofonia*, por exemplo, para substituir estrangeirismos, como *pic nic* e *ouverture*, respectivamente, e Cândido de Figueiredo propôs frases pretensamente mais vernáculas, como, v.g., “galinha em molho pardo”, para substituir construções estrangeiras, como o galicismo “galinha ao molho pardo”.

Algumas dessas propostas tiveram acolhida, mas o falante não é o único fator de mudança linguística. Há outros fatores, como o grupo social e a área geográfica, que contribuem para a evolução e estratificação de uma língua. Assim, o português formou-se a partir do uso popular da soldadesca inculta, em princípio condenável pelos gramáticos latinos de então, e apenas em parte da Península Ibérica. Além dos Alpes e dos Pirineus formaram-se do latim outras línguas, como o francês, o ocitânico, o provençal, o rético, o romeno... Entregue a si mesma, sem o freio da educação linguística formal de seus usuários, o latim só poderia seguir as suas diversas derivas regionais e esfacelar-se em romances vários que evoluíram para as línguas neolatinas atuais. Havia o perigo das invasões bárbaras e a preocupação com a própria sobrevivência, acima dos interesses, hoje bastante fortes, da preservação da cultura e da unidade linguística e territorial.

O ensino sistemático da gramática como instrumento de imposição de um dialeto prestigioso talvez não impedisse, mas certamente retardaria a permanente (e lenta) mutabilidade das línguas, com um resultado possível: ao lado do dialeto

culto, haveria (como há hoje) os dialetos populares. Isto é: se a gramática da norma culta latina tivesse sido permanentemente ensinada, sem interrupções, o latim dos escritores e dos patrícios romanos teria possivelmente sobrevivido (com alterações pouco substanciais) ao lado das atuais línguas neolatinas, e estaríamos vivendo hoje um caso especial de diglossia: o latim usado nos textos oficiais ou em público e o português usado entre amigos ou no lar, como ocorre atualmente com o árabe clássico e o árabe popular, em alguns países árabes.

É só parcialmente verdadeira a crença de que o uso faz a língua, porque é à própria língua que cabe permitir o uso que vai atuar sobre ela. O gramático consciente (o que não é apenas repetidor dos outros gramáticos, nem inventor de regras sem respaldo científico) apenas entra como intérprete da índole linguística. Quando corrige a frase “Ele saiu para mim ficar” para “Ele saiu para eu ficar”, o professor está apenas sendo coerente com outras estruturas semelhantes da língua em que é impossível usar “mim” como sujeito. É a própria língua que impede esse uso generalizado de “mim” como sujeito do infinitivo em construção com a preposição “para”, que nenhuma outra preposição admite. Se fosse possível dizer “Ele saiu sem mim ficar”, então a correção do professor seria inadequada, porque a língua estaria aceitando esse uso. O professor corrige o falante que diz “Eu te vi porque você estava lá”, porque a própria língua recusa a coocorrência do pronome *te* com o sujeito *você*, do contrário seria possível dizer *você* com *te* na mesma oração, como em “Você te viu no espelho”. O objetivo do gramático é exatamente o de interpretar as estruturas da língua e, a partir daí, sugerir as formas a serem usadas. Nem todo uso, portanto, consegue fazer a língua. Nem todo gramático é apenas um arbitrário “legislador” da língua.

A ORIGEM DE FORROBODÓ

A etimologia popular ensina que *forró* se origina do inglês *for all*. Mas *forró* é apenas a forma abreviada de *forrobodó*. O problema está, portanto, em explicar a origem de *forrobodó*, que *for all*, obviamente, não explica.

É possível que *forrobodó* tenha nascido no Nordeste, segundo se depreende da lição de Câmara Cascudo (*Dicionário do Folclore Brasileiro*, 5.ed. rev. e aum. São Paulo: Nacional, 1967, s.v.) e tinha uma conotação original de desprestígio social, porque “nele tomam parte indivíduos de baixa esfera social” e, no Ceará, era um “baile de canalha”, ainda segundo Câmara Cascudo, que informa que a primeira atestação de *forrobodó* parece ser de 1882.

Macedo Soares, no seu *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (MEC/INL, 1954, vol. I – 1955, vol. II), acredita que *forrobodó* seja uma corruptela de *farrobodó*, de mesma raiz *far-* de *farrundu* (variante: *furrundu*), que designa “dança rasgada, ruidosa, sem preceito, desordenada (s.v. *furrundu*). *Farrundu* seria originário de *far-* (“trapo”, “rasgão”, “desordem”) + *lundu* (“dança angolosa”). Como membros da mesma família de *farrobodó*, com a raiz *far-*, Macedo Soares enumera, no verbete *farpela* (designativo de “prostituta reles, meretriz pobre e andrajosa”), os seguintes vocábulos, entre muitos outros: *farpa*, *farrapo*, *farroupilha*, *farândula*, *farfalha*, *fanfarrão* e *harpa*.

Assim, *forrobodó* seria uma variação de *farrobodó*. Com relação ao primeiro elemento, *far-*, parece-me que é de mesma origem o vocábulo *forró*, ainda em curso no falar alagoano. No “Vocabulário e fraseologia”, glossário que compõe a segunda parte do seu livro *Dinâmica de uma Linguagem* (sobre o falar de Alagoas) (Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1976), Paulino Santiago registra o verbete *forró*, socialmente estigmatizado, com o significado de “frouxo, lasso, relaxado, com particular referência às prostitutas”. Vê-se que o sentido da raiz *far-* permanece no termo *forró*.

Assim como *farrundu* seria formado de dois elementos, *farrobodó* ou *forrobodó* também teria dois elementos em sua formação. Se não há dúvidas quanto ao primeiro, *forró* (a mudança do **a** para **o** seria explicada por assimilação), como explicar o segundo?

No Dicionário do Aurélio, está consignado no verbete *bruxaria* o sinônimo *bozó*, de curso no Ceará, ao lado de *fobó*(s.v. arrasta-pé), possivelmente alteração de *forró*, que, entre outras coisas, significa, como na Bahia, além de “bruxaria” (s.v.), “despacho”, “macumba”. É possível, portanto, que *forrobodó* seja a junção de *forró*, “desordem”, com *bozó*, “macumba”. O Houaiss cita explicação de Bechara, segundo a qual *forrobodó* seria oriundo do galego *forbodó*, pelo francês *faux-bourdon*, o que não me parece muito provável, primeiro porque *faux-bourdon* designa um processo de escrita musical oriunda da Inglaterra ou um canto religioso, e não um baile de gente humilde; segundo, porque *forbodó* é originalmente um regionalismo, e se pronuncia *forbodo*, paroxítono, em galego, e não oxítono; terceiro: não sei se o termo é realmente comum em Portugal, como assevera o Dicionário; e quarto: *forrobodó* poderia ser, originalmente, “macumba ruidosa e desordenada”, a julgar pelo que diz Renato Mendonça (*A Influência Africana no Português do Brasil*, Rio: MEC/Civilização Brasileira, 1973, p. 76 e 80), isto é, talvez *forrobodó* não designasse originariamente a dança, mas apenas a macumba. Câmara Cascudo fala em *forrobodança*, no seu *Dicionário* (s.v.). *Forrobodança* seria *forrobodó-dança*, com redução haplológica, donde *forrobodó*.

Si non è vero...

FALSAS ETIMOLOGIAS

Há algum tempo divulgaram-se na Internet explicações incorretas de expressões populares, como “batatinha quando nasce espalha a rama pelo chão” (o correto mesmo é “se esparrama pelo chão”), “esculpido e encarnado” (o correto é realmente “cuspidado e escarrado”; a expressão veio do francês, em que o verbo *cracher*, “escarrar”, também significa identidade, donde a palavra *crachat*, “escarro”, que deu origem ao português *crachá*, designando a plaquinha de identificação que as pessoas trazem no peito; em inglês, *spit*, “cuspo”, também é usado como identificação); “corre de burro quando foge” (forma que Castro Lopes sugeriu para corrigir a expressão adequada “cor de burro quando foge”, em que *burro* designa a cor vermelha que um fujão apresenta, e não o animal; de *burro*, cor, temos palavras como *borro*, designativa do carneiro entre um e dois anos, e *borracho*, que designa o pombo sem penas, por sua coloração avermelhada, e possivelmente *borrega*, ovelha de um ano); “quem tem boca vaia – verbo vaia – Roma” (o correto é exatamente “quem tem boca vai – verbo ir – a Roma”, frase originada das peregrinações a Roma, donde palavras como *romaria* e *romeiro*, associadas à peregrinação); “ter bicho no corpo inteiro” (o correto é “ter bicho-carpinteiro”, referência, segundo Leite de Vasconcelos, ao oxiúro que provoca pruridos anais e movimentos sacudidos); “quem não tem cão caça como gato”, isto é, “sozinho” (o correto é mesmo “quem não tem cão caça com gato”). Essas explicações são anticientíficas, sem respaldo documental, e devem ser desprezadas.

A prática de inventar explicações não é nova. Fernão de Oliveira, no séc. XVI, alertava contra as adivinhações que tentassem explicar as dicções portuguesas, como: *homem*, porque está no meio; *mulher*, porque é mole; *tempo*, porque tempera as coisas; *pássaro*, porque passa voando, etc. (Ver *A gramática da linguagem portuguesa*. Ed. de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1975, p. 83.). No séc. XVII, Ménage fazia

de *faba* o étimo de *haricot*, e o nosso Castro Lopes explicava *carnaval* como oriundo de *lupercália*, ou, então, de *canto arval* (informação de Machado de Assis, citado por Izidoro Blikstein, no artigo “As etimologias de Ménage”, publicado em *Língua e literatura*, v. 6, n. 6, 1977, p. 100).

Reinaldo Pimenta, no livro *A casa de Mãe Joana* (8.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 56), comete a ingenuidade de dizer que o nome bissexto se chama assim “porque o ano de 366 dias tem duas vezes o número seis” (Ver explicação documentada na p. 333 e ss. da minha *Gramática Superior da Língua Portuguesa*, editada pela Thesaurus. Resumimo-la abaixo.)

O calendário romano tinha três datas com nome próprio: *kalendas* ou *calendas* (o primeiro dia de cada mês), *nonae* ou *nonas* (o dia 5 de todos os meses, exceto março, maio, julho e outubro, em que *nonae* designava o dia 7) e *idus* ou *idos* (o dia 15 para aqueles quatro meses e o dia 13 para os outros meses). Os outros dias de cada mês eram citados a partir daqueles três nomes. Assim, o dia 3 de abril era chamado “o terceiro dia antes das nonas de abril” (*ante diem tertium nonas Apriles*); o dia 9 é o quinto antes dos idos de abril; o dia 26 de abril era o sexto dia das *calendas* de maio.

Em lugar de numerar os dias em sequência crescente como fazemos, os romanos numeravam os dias usando as palavras *calendas*, *nonas* e *idos* como pontos de referência. O dia 24 de fevereiro era chamado “o sexto dia das *calendas* de março”. No nosso calendário, no ano bissexto temos um dia a mais, acrescentado ao último dia do mês de fevereiro. Mas, no calendário juliano, o dia a mais era acrescentado ao dia 24. Ou melhor: havia dois dias de número 24. Portanto havia duas vezes o *sextus dies* (*bis sextus*) antes das *calendas* de março. Desses *dois sextos* é que se originou a expressão “ano bissexto”.

A palavra *gringo*, segundo informação também indevida de Silveira Bueno, no livro *Tratado de semântica brasileira* (4.ed. São Paulo: Saraiva, 1965, p. 115), teria vindo das primeiras palavras de uma canção americana utilizada pela cavalaria dos Estados Unidos, na guerra contra o México, no séc. XIX: “Green go the rashes O / the happiest hours that here I spent / were spent among the lasses O.” Os dicionários etimológicos de Corominas (*Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1954), de José Pedro Machado (*Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Confluência, 1967) e de A.G.Cunha (*Dicionário etimológico Nova Fronteira da*

língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982) atribuem a *gringo* uma variação de *griego*. O dicionário de Corominas, mais informativo e mais preciso, no verbete *griego*, cita o dicionarista Esteban de Terreros y Pando, do séc. XVIII: “Gringos llaman en Málaga a los extranjeros, que tienen cierta especie de acento, que los priva de una locución fácil y natural Castellana, y en Madrid dan el mismo nombre con particularidad a los irlandeses”. Ora, se *gringo* já estava dicionarizado no séc. XVIII, não se pode atribuir-lhe origem mexicana no séc. XIX, na época da guerra com os Estados Unidos.

A REDUPLICAÇÃO

Um dos processos mais interessantes de formação de palavras, a *reduplicação*, não é tão pouco produtivo quanto sugerem as gramáticas. Chama-se reduplicação o processo pelo qual uma sílaba se repete total ou parcialmente para formar um novo vocábulo de sentido igual ao do vocábulo primitivo ou dele diferente. Não se trata exatamente de uma composição, já que é apenas uma sílaba que se repete, mas os estudiosos que analisaram a reduplicação incluem-na entre os processos de composição vocabular. Do verbo *saltar*, por exemplo, por reduplicação da sílaba tônica, forma-se *saltitar*; de *pular* forma-se *pulular*. Esse processo, contudo, parece pouco produtivo, porque se restringe basicamente à formação de hipocorísticos ou de onomatopeias. Hipocorístico é o nome que se dá a qualquer palavra criada para denotar carinho ou afetividade, sobretudo no âmbito familiar, como *Zezinho*, *Didi*, etc.

A reduplicação nos hipocorísticos se forma a partir da sílaba tônica, mas de maneira curiosa: tudo o que vem antes da sílaba tônica ou depois da vogal tônica é suprimido para dar lugar à sílaba repetida, e a repetição da sílaba se faz para a esquerda da palavra. Assim, para formar *Lili*, do nome *Alice*, suprime-se tudo o que vem antes da sílaba tônica –LI– (a vogal A) e também o que vem depois da vogal tônica (a sílaba CE), e acrescenta-se, para trás, a sílaba Li. Por que para trás? Expliquemos: na palavra *pai*, por exemplo, suprimimos a semivogal –i– que vem depois da vogal tônica, e temos *pa*, que escrevemos à esquerda de *pai* para formarmos *papai*. Se a reduplicação se fizesse para a frente, teríamos *paipá* ou *paipai*, e não *papai*.

Para formarmos *Didi* utilizamos a sílaba tônica de *Benedita* ou de *Waldir*, por exemplo, repetindo-se ela para a esquerda, desprezando-se os sons anteriores à sílaba tônica ou posteriores à vogal da sílaba tônica. Da mesma forma, de *José* se forma *Zeze*; de *mãe*, *mamãe*; de *tio*, *titio* (sempre desprezando o que está à

direita da vogal tônica para termos a sílaba que se repete). Outros exemplos: *vovô* (avô), *Vavá* (de Valter), *Janjão* (de João, a partir da pronúncia *Jão* e, portanto, de *Jã*, desprezada a semivogal do ditongo –ão), *Cacá* (de Carlos), *Mimi* (de Emília), *Cici* (de Cecília), etc.

Na linguagem infantil, são comuns os nomes com sílabas reduplicadas, não apenas com relação a parentes (pai, mãe, tios, avós...): *xixi*, *mimi* (dormir), *cocô*, *dodói*, *naná*, *papá* (de papar, com o sentido de “comer”), etc.

Às vezes, a reduplicação incide na sílaba tônica de um nome reduzido ou de um outro hipocorístico. De *Eduardo*, por exemplo, temos, primeiramente, *Edu*, a partir do qual se forma *Dudu*; de *Luís*, temos *Lu*, primeiro, para depois termos *Lulu*.

É pela reduplicação que se explicam formas como *nhonhô* (de senhor), *nhanhá* (de sinhá, feminino formado a partir de *sinhô*), *iaiá*, *ioiô*, etc.

Algumas onomatopeias se formam a partir de reduplicações: *pingue-pongue*, *tique-taque*, *ziguezague* (originalmente: ping-pong, tic-tac, zig-zag, respectivamente), *zunzum*, etc.

Por extensão, chama-se reduplicação também à repetição de nomes inteiros na formação de vocábulos: *ruge-ruge*, *tico-tico*, *teco-teco*, *corre-corre*, *pula-pula*, *bate-bate*, etc. Quando a reduplicação de nomes inteiros é de ordem sintática e não forma palavras novas, recebe o nome de epizeuxe e pode ser usada como superlativo: Ele é rico, rico (*riquíssimo*), Ele fez um gol lindo, lindo (*lindíssimo*), Logo, logo ele vai sair, etc.

Vê-se que a reduplicação não é tão pouco produtiva assim...

O “LINGUISTA” TRAPALHÃO OU A MÁ SELEÇÃO LEXICAL

W.L era um tipo folclórico, com a intenção de ser uma pessoa séria. Aprendia uma palavra nova e usava-a em todas as ocasiões, nem sempre com adequação. Quando aprendeu que *assaz* era “bastante” (Cf. francês *assez*), um “assaz contente” funcionava, mas soava estranho que ele dissesse “já é o assaz” à moça que lhe servia o café no balcão. Às vezes, trocava as palavras, criando situações cômicas e, não raro, embaraçosas. Ao elogiar uma autoridade que lhe parecera simples e sem empáfia, chamou-a de “velhaco simplório”, e quase provocou uma confusão feia. Numa solenidade de formatura, pediu a palavra para cumprimentar os jovens “nubentes”. Ao meio-dia, sob um calor de verão implacável, ei-lo a desfilar com um guarda-chuva aberto, para não pegar sol na “paquiderme”.

Seu forte era a confusão entre os parônimos: era contra o “tráfego” de escravas brancas e a favor da educação no “tráfico”, para evitar os “engalfinhamentos” do trânsito. Às vezes, formulava ideias interessantes, como a que dizia respeito à isognomorfia das palavras, isto é, ao caráter gnômico, sentencioso ou autológico que uma palavra tem, em relação ao seu sentido: *curto*, assim, é uma palavra adequada, porque é curta; mas *curtíssimo* é palavra heterológica, porque é longa. Palavras como *comum*, *polissílabo*, *proparoxítona*, são palavras autológicas. Mas *oxítona* é palavra heterológica porque não é oxítona. Como a sinestesia é a mistura de sensações (como música doce, em que se mistura a sensação auditiva com a gustativa, ou como luz cheirosa, em que se mistura a sensação visual com a olfativa, por exemplo) sua teoria também era sinestésica: *fino* era palavra adequada porque dava ideia de coisa fininha, mas *luz* era uma palavra inadequada, porque dava ideia de coisa escura (as tônicas em

U normalmente dão ideia de coisa ruim, como *túmulo*, *catacumba*, *urubu*, *fúnebre*, apesar de palavras como *lustre*, *Lúcia*, *lume*, *luva*, que não têm sentido lúgubre; foi com base na sensação que o som das palavras causa ao ouvido que Ciro Costa escreveu seu soneto “O escravo” de que transcrevo aqui os dois quartetos: “Do taquaral à sombra, em solitária fuma, / (para onde, com tristeza, o olhar curioso alongo) / sonha o negro, talvez, na escuridão noturna / com os límpidos areais das solidões do Congo. / § / Ouve-lhe a noite a voz tristíssima e soturna, / num profundo suspiro, entrecortado e longo; / é o rouco, surdo som, zumbindo na cafurna, / É o urucongo a gemer na cadência do jongo.”

Para W.L, *docente* se relacionava com *doce* e, portanto, só deveria referir-se a professores bondosos. Os outros seriam *salentes* (de “sal”). O médico é que deveria ser o paciente, porque ouve com atenção os queixumes do cliente. Este é que deveria ser discente, porque dizia o que sentia. Era contra a hipercharacterização: *comigo* deveria ser *comim* ou apenas *migo*, por exemplo.

Alguns folclore se inventava a seu respeito: que ele confundia *amídala* com *testículo*, *vatapá* com *savana*, *hipopótamo* com *hipotálamo*, *estátua equestre* com *estátua silvestre*, *carcinoma* com *hematoma*. Também se dizia que ele usava relógio no pulso direito para fingir que era canhoto, e que sua mãe morrera de uma *bússola* no estômago.

Se alguém o corrigia, saía-se com a eterna e falaciosa desculpa de que é o uso que faz a língua, e alguém tem de ser o “bandeirante”, o pioneiro de quem partia a “invenção” linguística. *Capataz* para ele era uma pessoa de extrema competência, o “capaz” superlativamente aumentado.

Não sei o que é feito dele. Formou-se em Direito, deve ter ido para o interior, a fim de impressionar as moças ingênuas com seu porte elegante e seu falar barroco e torto. É pena. Poderia ter continuado entre nós, a semear alegria, mesmo contra a vontade. O corintiano Vicente Mateus (“Quem sai na chuva é pra se queimar.”) teria nele um mestre...

REDAÇÃO NO VESTIBULAR

A redação passou a ser exigida nos vestibulares unificados a partir de 1978. Como eu fazia parte da correção, a Comissão Coordenadora do Vestibular (CCV) pediu-me que fizesse um relatório dos principais erros encontrados, a fim de que os estudantes pudessem receber uma orientação adequada por parte dos cursinhos. Os professores dos cursinhos também poderiam ser orientados quanto aos critérios de correção e poderiam participar com sugestões. Redigi os relatórios dos vestibulares de 1978, 1979 e 1980. Cópias de cada relatório foram distribuídas a professores, a alunos, a instituições de ensino. Como nenhum resultado foi alcançado, a CCV reuniu e publicou, em 1980, os três relatórios num único caderno que foi distribuído gratuitamente. A ideia central da publicação era a de verificar até que ponto a obrigatoriedade da redação contribuía para melhorar o nível de expressão dos alunos da Universidade. A essa ideia acrescentou-se a de dar aos relatórios um tratamento estatístico e computacional, quando confrontados com a curva de rendimento dos alunos nos seis primeiros semestres posteriores ao vestibular. Assim, a CCV poderia verificar até que ponto a redação poderia ser ou não preditiva em termos de rendimento escolar. Infelizmente, o caderno foi ignorado pelos cursinhos, pelos estudantes e pelos professores, e nunca mais se fez nenhum relatório das redações de vestibular.

Nos relatórios, os erros foram distribuídos em quatro grupos: 1) Erros de ortografia (compreendendo: troca, acréscimo, supressão e mudança de posição de letras; acentuação indevida ou ausência de acentuação; má divisão silábica ou segmentação indevida de palavras simples; junção de palavras a clíticos; má transcrição de formas estrangeiras; e confusão com a grafia do ditongo -ão, que, nos verbos, se escreve -am, quando átono, e -ão, quando tônico); 2) erros lexicais (má seleção de palavras, confusão com parônimos ou com palavras de grafia ou de pronúncia semelhante); 3) erros de informação (observações

improcedentes ou fruto de noções mal-assimiladas; falta de coerência); e 4) erros de estrutura (os de natureza morfossintática, os de conjugação de verbos, os de regência, colocação, concordância e coordenação de ideias; falta de coesão). Os relatórios analisavam os temas, sugeriam dicas para se evitarem erros futuros e terminavam com “amenidades”.

O primeiro vestibular (1978) propunha os três temas seguintes: Um dia de verão; Poluição – um problema atual; e Futebol como fator de integração nacional. Eis algumas pérolas de então (as “amenidades”), aqui transcritas *ipsis litteris*:

A poluição danifica o prosseguimento das espécies. A praia é o lugar conservatório de nossa saúde. A gasolina é um derivado da poluição. A marca do desenvolvimento é viver num daltonismo artificial. A poluição é um dos fatores principais do nosso desenvolvimento. A poluição está inflexionando nossos aromas e frescuras. Existem muitos outros esportes, como o João do Pulo. Aquela imagem me deu a Deus e fosse em bora. Tem gente que tá morrendo, tem gente que tá com fome, isso me dá vontade de dá porrada. No Brasil, principalmente, à quatro estações: primavera, verão, outono e inverno. As água totalmente poluída com restritos de fábrica... O crescimento de uns anos pra cá vem crescendo aceleradamente. As fábricas contribuem para o engrandecimento da poluição. Os capixabas são um pessoal muito corados. Faz bem viver congruente com a natureza. O futebol é uma emoção quadrilátera. Mas tudo é capaz de fazermos um Brasil mais aproximado para os mais futuros tempo de amanhã. O governo não conseguirá debandar a poluição. O verão é muito exaustoso. O futebol é o maior veículo de transporte e comunicação para a integração dos povos. Por entre os carros que buzina, faço streep- tease para atravessar a rua... A poluição aumentou muito com a invenção do DDD.

Circularam na Internet, há algum tempo, várias coletâneas de “pérolas” pretensamente coligidas de redações de vestibulandos, com comentários irônicos e debochados, sem nenhum senso de humor, atribuídos a algum professor. Acredito que sejam frases inventadas, porque não trazem referência nem à Universidade, nem à época em que se teria realizado o vestibular em que tais “pérolas” teriam sido observadas. Eis uma pequena amostra dessas frases apócrifas: Quando um animal irracional não tem água para beber, só vive se for empalhado. O Chile é um país alto e magro. Lavoisier foi guilhotinado por ter

inventado o oxigênio. A principal função da raiz é enterrar-se no chão. Na Grécia a democracia funcionava muito bem porque os que não estavam de acordo se envenenavam. Os egípcios desenvolveram a arte da múmia para que os mortos pudessem viver mais. As glândulas salivares só trabalham quando temos vontade de cuspir. O petróleo apareceu há muitos séculos, quando os peixes se afogavam dentro d'água. O Hino Nacional francês se chama La Marseillaise. Em Esparta, as crianças que nasciam mortas eram sacrificadas. Poucos fetos sobrevivem após um aborto bem sucedido. Fidel Castro liderou a revolução industrial de 1917, que criou o comunismo na Rússia. A História se divide em 4: Antiga, Média, Momentânea e Futura, a mais estudada hoje. Os índios sacrificavam os filhos que nasciam mortos, matando todos assim que nasciam. Bigamia era uma espécie de carroça dos gladiadores, puxada por dois cavalos. As aves têm na boca um dente chamado bico. A Previdência Social assegura o direito à enfermidade coletiva. O Brasil não teve mulheres presidentes, mas várias primeiras-damas foram do sexo feminino. Me pré-ocupa o avanço regressivo da violência urbana. O nervo ótico transmite ideias luminosas para o cérebro. Os Estados Unidos têm mais de 100 mil km de estradas de ferro asfaltadas. A devassa da Inconfidência Mineira foi Marília de Dirceu, amante de Tiradentes. Onde o Sol nasce é nascente, onde desce é decente. As estrelas servem para esclarecer a noite e não existem de dia porque o calor do Sol queimaria elas. A ciência evoluiu tanto que inventou ciclones, como a ovelha Dolly. O principal matrimônio de um país é a educação. Respiração anaeróbica é a respiração sem ar, que não deve passar de 3 minutos. Ateísmo é uma religião anônima praticada escondido, e na época de Nero os romanos ateus reuniam-se para rezar nas catacumbas cristãs. Etc. etc.

O vestibular de 1979, da Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo), pediu os seguintes temas de redação: Tubarão, polo de desenvolvimento nacional; A música atual e a arte; Um pôr do sol em janeiro. O relatório apresentou as seguintes pérolas, entre outras: Esperemos o mês de janeiro em que o pôr do sol é mais saudoso e petulante. O Sol se dispõe no expoente. Deus é uma criatura maravilhosa. Seria gostoso todos os dias ver o Sol desapontar do infinito. A música é uma arte contagiosa. Janeiro é um dia muito quente. O Sol é o maior planeta existente no universo. No acampamento, por exemplo, não tem coisa melhor do que ver o Sol se pôr no oriente. Às vezes penso por que todos os meses do ano não são somente em janeiro. O verão sempre começa em janeiro,

mas este ano começou em dezembro. Numa manhã clara, luminosa e cheia de encantos nasce um pôr do sol. No mês de janeiro sempre que temos Sol ele se põe: é a natureza. Quero ser médico, e isso será um pôr do sol. Ao arranhar da manhã, a música vem trazendo muitas despertações. O Porto de Tubarão está situado na Praia de Camburi, cuja capital é Vitória. O Sol nasce lindo, geralmente às 5 horas, sempre no horário, e nunca faltou ao serviço até hoje. Desde o tempo que todos usavam brilhantina, janeiro é o mês mais movimentado do ano que se inicia.

Antes de falar sobre o vestibular de 1980, na Ufes, gostaria de citar algumas “pérolas” que o otorrinolaringologista português Carlos Barreira da Costa coligiu ao longo de trinta anos de prática médica e decidiu compilar no livro *A medicina na voz do povo*, com o contributo de vários colegas de profissão. Deu-me disso notícia o meu amigo e correspondente Vítor Silva, colega dos velhos tempos de Liceu, em Portugal. Eis algumas dessas pérolas:

Na voz sinto aquilo tudo embuzinado. Não tenho dores, a voz é que está muito fosforenta. Tenho humildade gordurosa nas cordas vocais. O meu pai morreu de física na laringe. Não sei se o que tenho no ouvido é cera ou caruncho. Isto deu-me de ter metido a cabeça no frigorífico; um mês depois fui ao hospital e disseram-me que tinha bolhas de ar no ouvido. Ouço mal, vejo mal, tenho a mente descaída. Fui ao ftalmologista, meteu-me uns parafusinhos nos olhos a ver se as lágrimas saíam. Tenho a língua cheia de áfricas. Gostava que as papilas gustativas se manifestassem a meu favor. A garganta traqueia-me, dá-me aqueles estalinhos e depois fica melhor. Vêm-me (à cabeça) muitos palpites ruins, assim de baixo para cima... A minha cabecinha começa assim a ferver e fico com ela úmida, assim aos tombos, a trabalhar. Ou caiu do burro ou foi um ataque cardeal (cardíaco). Tenho três úlceras: uma macho, uma fêmea e uma de gastrina. Tenho pedra na basílica. Eu era muito encharcado a essa coisa da azia. O meu marido está internado porque sangra pela via da frente e pinga pela via de trás. Fizeram-me um exame que era uma televisão a trabalhar e eu a comer papa. Fiz uma mamografia ao intestino. Sou um fumador invertebrado. Não era ébrio nato, mas abusava um pouco do álcool. Etc. etc.

Eis algumas pérolas desse livro, com relação à genitália e às dores da coluna e dos músculos: Tenho de operar ao stick, porque já fui operado aos estículos. Tenho esta comichão na perseguida, porque o meu marido tem uma

infecção na ponta da natureza... A minha pardalona está a mudar de cor. Às vezes pregam-se-me algumas comichões nas barbatanas. Já tenho os ossos desclassificados. Metade das minhas doenças é desfalsificação dos ossos e intendência para a tensão alta. Além das itroses, tenho classificação ossal. O meu reumatismo é climático. É uma dor insepulcrável. Tenho artroses remodeladas e de densidade forte. Estou desconfiado que tenho uma hérnia de escala. Não há melhor doente que eu: faço tudo o que me mandam, com aquela coisa de não morrer. Na minha opinião, sinto-me com melhores sintomas. Etc. etc.

A redação do vestibular da Ufes, em 1980, tinha três temas: “Os perigos da energia nuclear”; “1980: perspectiva de uma nova década”; “O amor está acabando?” Eis algumas “pérolas”: Os Estados Unidos lançaram uma usina nuclear sobre o Japão. O seu perigo é tanto que houve a explosão da primeira bomba atômica na Indochina. Esta década vem em boa hora, numa hora em que todos os povos precisam de sangue novo. A década de 70 muito prometeu, mas infelizmente não pôde cumprir seu mandato muito bem. Amor é um dos poucos maravilhosos pensamentos que a humanidade conhece. Festiva-se a chegada da nova década. O amor material é o que mais dá Ibope. Somos muitas gentes, muitos infinitos, embora deixemo-nos circunscrever pelo finito que é a matéria. Que haja paz e coopressão de toda a humanidade universal. As catástrofes causadas pelas usinas nucleares fará com que o Brasil chegue a ser um dos países exportadores de leucemia. O desenvolvimento agrícola está estacionado. A década de 1980 promete ser um ano de realizações. Em 70 o homem foi à Lua e em 80 talvez vá ao Sol. Somos na Terra muitos bilhões de habitantes (...) no final desta década, quem sabe, seremos muitos milhões. Etc. etc.

Triste, não é?

ALGUNS PROBLEMAS

1. Na frase “Navegar é preciso, viver não é preciso”, o adjetivo preciso está no sentido de “necessário” e não no de “ter precisão, exatidão, estar sem falhas”, segundo se depreende da tradução latina do original grego: *Navigare necesse, vivere non necesse*. Trata-se da frase que, segundo Plutarco, foi dita por Pompeu aos que o queriam dissuadir de embarcar durante uma tempestade, como informa Paulo Rónai, no seu livro *Não perca o seu latim* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980). A frase foi parodiada por Fernando Pessoa: “Viver não é necessário; o que é necessário é criar.”

2. Está em moda usar o feminino “bispa”, como se lê na revista *Istoé*, no corpo da matéria sobre a prisão nos Estados Unidos dos líderes da Igreja Renascer, Sônia e Estevam Hernandes Filho: “O único petardo contra a bispa e sua igreja foi disparado na segunda- feira, 29, / pelo juiz André Carvalho e Silva de Almeida, da 30ª Vara Criminal de São Paulo...” (*Istoé* nº 1984, de 07-11-07, p. 70, primeira coluna, final / col. 2, início). O substantivo *bispo* não tem feminino. No lugar do feminino regular, usa-se um feminino vicário de origem erudita: *episcopisa*. Assim, num bom português, o texto da revista deveria ser o seguinte: “O único petardo contra a episcopisa e sua igreja foi disparado na segunda-feira, 29, pelo juiz...”

3. Os postos que lavam carros com rapidez deveriam chamar-se *lava a jato* e não *lava-jato* (o hífen está mal-empregado). A pronúncia rápida de “lava a jato” é a mesma de “lava jato”, pois há crase do “a” final de “lava” com a preposição “a”. A locução adverbial é a *jato*, que significa “com muita pressa, muito veloz”. O substantivo *jato*, além do seu uso como termo técnico da física, significa “jorro, golfada, emissão súbita de algo”, como em “jato de água, jato de sangue, jato de luz”. Por metonímia, a expressão “avião a jato” passou a apenas “jato” (assim como “barco a vela” ou “navio a vapor” passaram respectivamente

a apenas “vela” ou “vapor”). Assim, *lava jato* significa “lava avião a jato” e não “lava carro com rapidez”. Um posto que lava com rapidez é um posto que lava a jato...

4. O sufixo –íssimo, do superlativo, se acrescenta ao adjetivo ao qual se retirou a vogal temática. Assim, de *primário*, *sério* e *primeiro*, por exemplo, retirada vogal final e acrescentado o sufixo, se formam os superlativos *primariíssimo*, *seriíssimo*, *primeiríssimo*. Mas em *feio* o –i- se acrescentou posteriormente na língua para evitar o hiato (confronte-se *feio* com *enfear* ou *fealdade*, *passeio* com *passoar*, *freio* com *frear*, *areia* com *areal*, *arreio* com *arrear*, em que o –i não aparece nas formas derivadas). Portanto de *feio* forma-se *feíssimo*, como um –i apenas, e não com dois, como em *seriíssimo* ou *primariíssimo*. A pronúncia condenável *seríssimo* ou *primaríssimo*, com um –i apenas, se deve à crase do –i-, na fala rápida ou descontraída.

5. Debaixo/de baixo – Usa-se *baixo*, separadamente, em expressões antonímicas, em que *baixo* se opõe a *alto*: olhou-a de cima a baixo, de cima para baixo, de baixo para cima. Fora dessa acepção, usa-se *debaixo* como advérbio, para indicar posição inferior: “os livros que ele queria eram os debaixo”. Ele perdeu tudo, está agora *debaixo*. *Debaixo de* é locução prepositiva, e indica posição inferior: ele é ágil até debaixo d’água, ele mora debaixo da ponte. *Abaixo* se opõe a *acima*, como *baixo* se opõe a *alto* ou a *cima*: “O vento levou a canoa rio abaixo ou rio acima?” “A parede veio abaixo.” “Fez frio abaixo de zero.” “Ele me observou de alto a baixo.”

CORREÇÃO EQUIVOCADA

Aministra Ellen Gracie, presidenta do Supremo Tribunal Federal, em 2007, a propósito de nenhum político ter sido condenado por irregularidades praticadas no exercício do mandato, dirigiu-se aos seus colegas nos seguintes termos: “Fiquem ou não bravas Suas Excelências, as duas coisas reforçam o nosso velho sentimento de que a Justiça no país não é exatamente para fazer justiça.”

Houve quem corrigisse a fala da ministra, alegando que o correto seria “fiquem ou não bravos Suas Excelências”, já que a maioria dos juízes daquele pretório é constituída por homens. Outra justificativa alegada para a correção da fala da ministra é a de que a “língua é machista”. Ainda que houvesse um único juiz naquela corte, e todos os outros membros fossem mulheres, a concordância se faria no masculino.

Dois ledos enganos. Em primeiro lugar, se a concordância do adjetivo fosse no masculino, teríamos um caso de silepse ou de concordância ideológica, não gramatical. A ministra seguiu a norma gramatical, desconsiderando a semântica. Os pronomes de tratamento formados com um possessivo mais substantivo abstrato, como *Vossa Majestade* ou *Sua Excelência*, eram primitivamente dirigidas ou referidas à qualidade da pessoa e não à própria pessoa. Por essa razão, em sua carta ao rei D. Manuel, Pero Vaz de Caminha usa o pronome feminino *ela* em referência à *Majestade* ou à *Alteza* do rei: “E desta maneira dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta Vossa terra vi. E se me alonguei um pouco, Ela me perdoe. Porque o desejo que tinha de Vos tudo dizer me fez pôr assim tudo pelo miúdo.” E, mais à frente: “...Vossa Alteza há de ser por mim muito bem *servida*, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da Ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro – o que d’Ela receberei em muita mercê.” Repare-se no particípio feminino *servida*, em referência à

Alteza do rei (que lembra o *bravas* da ministra Ellen Gracie, em referência às Excelências do Supremo Tribunal Federal). O pronome de tratamento respeitoso, de 2ª pessoa, em italiano, Lei (= ela) se origina desse costume de se dirigir à mercê da pessoa e não à própria pessoa. Em alemão, o pronome de tratamento era plural: Eure Gnaden (= Vossas Graças), que originou o feminino plural Sie (= elas) como forma de tratamento cerimonioso de 2ª pessoa.

Em segundo lugar, a língua não é machista. Deus é masculino porque não tem o a do feminino. Só o feminino é marcado em português. O masculino é a própria ausência de gênero. Pronomes como *quem*, *isto*, *aquilo*, etc., vão para o masculino exatamente porque o masculino não é marcado. Em outras palavras, apenas o feminino tem o privilégio da indicação de gênero.

Da mesma forma, com relação ao número, apenas o plural é marcado em português; mas o singular, não. Sei que o substantivo *prato* está no singular porque não tem o s de plural. Nossas gramáticas precisam ser revistas para evitar esse tipo de preconceito de que a língua é machista. Em lugar de se classificar o gênero como feminino e masculino, dever-se-ia classificar o gênero como marcado e não marcado. O que evitaria também o péssimo costume, atualmente na moda, de se usar a palavra *gênero* como substituto ou sinônimo de sexo. Sexo é distinção semântica. Gênero é distinção gramatical. Assim, numa sala mista há pessoas dos dois sexos, e não dos dois gêneros...

Finalmente, uma palavra de bom senso: o preconceito não existe na língua. O preconceito existe apenas no falante.

A ORIGEM DO GERUNDISMO

Alguns estudiosos atribuem o abuso do gerúndio (gerundismo) à influência das traduções do inglês. Parece-me que se trata de uma hipótese equivocada. Senão vejamos.

Quando duas línguas estão em contato, ocorre pelo menos uma solução entre três possíveis: 1) ou as duas línguas se fundem numa só; 2) ou uma das línguas domina a outra, que desaparece; 3) ou as duas línguas coexistem, e as comunidades adotam uma língua franca (caso das muitas línguas e dialetos indianos, cujas comunidades adotaram o inglês como língua oficial de intercuro).

Na primeira solução, a fusão das duas línguas ocorre depois de um longo processo de miscigenação que passa por um período de bilinguismo (situação segundo a qual os falantes utilizam as duas línguas, privilegiando socialmente uma delas, antes da fixação da língua mista chamada crioulo). O bilinguismo se distingue do ambilinguismo. Naquele, uma língua é privilegiada, como o espanhol diante do guarani, no Paraguai; neste, ambas as línguas têm o mesmo *status*, como o francês e o flamengo, na Bélgica.

Na segunda solução, em que apenas uma das línguas permanece, se a língua do povo vencido é a que desaparece (caso do celtibero, diante do latim), a língua vencida, antes de desaparecer completamente, após um período de bilinguismo, deixa na língua dominadora algum vestígio a que se dá o nome de substrato; se a língua do povo vencedor é a que desaparece (caso do germânico diante do latim), temos a influência de superstrato (vestígio da língua desaparecida do povo vencedor na língua supérstite do povo vencido). Na terceira solução, em que uma língua coexiste com outra, ambas em contato, a influência exercida em ambas ou numa delas se chama influência de adstrato, que se faz sentir basicamente no vocabulário e não na sintaxe.

O adstrato inglês no português do Brasil se resume exclusivamente ao léxico, graças à tecnologia americana e à supremacia dos Estados Unidos, como superpotência bélica e financeira.

Se o gerundismo fosse influência das traduções do inglês, seria preciso que, primeiramente, as camadas menos privilegiadas tivessem acesso livre a essas traduções, o que não é o caso do Brasil, em que a grande maioria de falantes do basileto (dialeto da base da pirâmide social) não têm acesso a nenhum tipo de cultura estranha, aprendida pelo estudo ou adquirida pelo contato. Para que uma regra nova se estabeleça no acroleto (dialeto das classes culturalmente privilegiadas), é necessário que ela passe primeiro pelo basileto. Ora, o gerundismo ocorre apenas no mesoleto, já que os usuários do basileto não têm acesso às traduções inglesas, e o acroleto repudia o gerundismo, e seus falantes chegam a proibir por lei que ele se use pelos falantes do mesoleto.

O que originou o gerundismo foi apenas o abuso de seu emprego fora dos padrões normativos de respeito ao aspecto verbal. Uma frase como “Vou estar (ficar) estudando hoje em casa”, perfeitamente legítima, porque designativa de um processo (a ação se prolonga no tempo), é que teria originado outra como “Vou estar passando a ligação agora”, em que, apesar da estrutura frasal idêntica, sem vinculação com o inglês, o aspecto pontual desautoriza o emprego do gerúndio. Não há, portanto, nenhuma influência do inglês ou de traduções do inglês no gerundismo, mas apenas o desrespeito exclusivamente mesoletal ao aspecto progressivo do gerúndio.

FALAMOS A MESMA LÍNGUA

O poema “Lisboa Aventuras”, de José Paulo Paes, do livro *Melhores Poemas*, da Global Editora, 1998, é um belo exercício de comparação entre o léxico do português europeu e o léxico do português americano. Eis o poema: “Tomei um expresso/cheguei de foguete/ subi num bonde / desci de um elétrico / pedi um cafezinho / serviram-me uma bica/ quis comprar meias / só vendiam peúgas / fui dar à descarga / disparei um autoclisma / gritei “ó cara!” / responderam-me “ó pá!” / positivamente / as aves que aqui gorjeiam / não gorjeiam como lá.”

À primeira vista, o poema dá a impressão de que o Autor pretende dizer que portugueses e brasileiros não falamos a mesma língua. O poema poderia estender-se: “Peguei um ônibus / desci de uma camioneta / pedi carona / fui de boleia / comprei peixe de uma vendedora / atendeu-me uma varina / namorei uma mocinha / casei-me com uma cachopa, / pedi um celular / deram-me um telemóvel...” Nossa piteira é boquilha em Portugal, a fila é bicha, a bala é rebuçado, o pito é raspanete, implicar é arreliar, brigar é andar à bulha, calção é fato de banho, bêbado é borrachola, bebedeira é cardina, um aluno vadio é cábula, ser reprovado é chumbar, basquete é bola ao cesto, etc.

Em todas as línguas existem regionalismos, e nem sempre dois falantes da mesma língua entendem os regionalismos um do outro. Vejamos a seguinte frase de um malandro do morro carioca: “O lunfa, cheio de leros, muito liso, mosqueando, pruma defesa, baratinou sem bate-fundo um circuncisfláutico.” Se um carioca do asfalto entendesse essa frase, traduzi-la-ia da seguinte forma, segundo Antônio Fraga, no seu belíssimo livro *Desabrigo e outros trechos* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999) “O larápio, cheio de conversa, sem dinheiro, vadiando, para ganhar ilicitamente, fraudou sem briga um posudo.” As aves que gorjeiam no asfalto não gorjeiam como no morro?

O que faz uma língua não é o seu dicionário, não são as palavras reais, não são substantivos, adjetivos, advérbios ou verbos. O que faz uma língua são os seus instrumentos gramaticais: pronomes, preposições, artigos, conjunções, conjugações verbais, flexões nominais (como femininos e plurais). No dia em que o português do Brasil tiver um feminino diferente, um artigo diferente, uma conjugação verbal diferente, por exemplo, então não será mais português, mas outra língua. Pode até mesmo haver pequenas diferenças sintáticas de uso (como o gerúndio no Brasil e o infinitivo preposicionado, em Portugal: estou fazendo / estou a fazer; ou como a colocação de pronomes pessoais átonos). Ainda assim, a língua que se fala em Lisboa ou em Coimbra é a mesma que se fala em Brasília ou no Rio de Janeiro. A seguinte frase é genuinamente portuguesa, apesar das palavras em francês, inglês, italiano e espanhol: “A garçonete do drive-in deu um ciao (tchau) para o muchacho.”

O *Dicionário Contrastivo Luso-brasileiro*, de Mauro Villar (Rio de Janeiro: Guanabara, 1989); o *Dicionário Lusitano-Brasileiro*, de Eno Teodoro Wanke e Roldão Simas Filho (Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1991); o glossário *Lusitanismos e brasileirismos*, de Eno Wanke (Rio de Janeiro: Edições Plaquette, 1988); e o *Dicionário Lá & Cá Português-Português*, de Roldão Simas Filho (Brasília: Thesaurus, 2011) apenas atestam diferenças vocabulares entre os dois países. Os diversos estudos dialetológicos do português, desde a edição, no início do século passado, da tese de doutorado de José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, reeditada em 1970, pelo Centro de Estudos Filológicos de Lisboa, apenas demonstram que não existe língua sem regionalismos, sem dialetos, e que nem sempre os regionalismos ou dialetos são compreensíveis por um falante de outra região.

Apesar de José Paulo Paes, as aves que aqui gorjeiam também gorjeiam como lá... As gaiolas – ou as palmeiras – é que são outras...

A NOITE, O INFINITO E ALGUNS ÉTIMOS

Diziam os gregos que a noite é a mãe dos deuses e que suas trevas precederam a formação de todas as coisas. As primeiras linhas da Bíblia dizem que Deus criou o céu e a Terra e que a Terra era vazia, e que as trevas cobriam o abismo.... Por isso, a noite tem uma significação de fertilidade: a partir dela é que as coisas se formaram. Em certas religiões, na doutrina tradicional, a noite e a morte se confundem, e a morte seria uma passagem para uma vida melhor... (Cf. *Diccionario de símbolos*, de Juan Eduardo Cirlot, Barcelona: Editorial Labor, 1981, s.v. noche.)

O número oito tem uma significação cabalística especial que o aproxima da simbologia da noite: o oitavo dia é o dia após a criação, é o símbolo da ressurreição, da transfiguração e anuncia a era futura eterna. No bojo dessa significação está a ressurreição de Cristo e a do homem. O oito deitado, na matemática, é o ideograma do infinito (Cf. *Dictionnaire des symboles*, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, edição revista e aumentada, Paris: Robert Laffont/Júpiter, 1982, s.v. huit.)

Imagino que essa aproximação da simbologia do oito e da noite se tenha refletido em muitas culturas ocidentais, pois o oito “compõe” o signo linguístico que representa a noite em muitas línguas conhecidas: em latim, nocte-octo; em alemão, nacht-acht; em inglês, night-eight; em português e em galego, noite-oito; em francês, nuit, huit; em espanhol, noche-ocho, em italiano, notte-otto...

Quem se debruçar sobre o significado primitivo da palavra *sequestro* terá algumas surpresas. O substantivo latino *sequester*, *-tri* (da 2ª declinação) ou *sequester*, *-tris* (da 3ª) significa “árbitro, medianeiro”. A frase *Pacis sequestrem*

mittere significa literalmente “enviar um árbitro de paz”, isto é, “enviar alguém para tratar de paz”. *Sequestro* tem a mesma raiz do verbo depoente *sequor*, “seguir”, donde: *sequência*, *séquito*, *consequência*, *obséquio*, etc. Além disso, o verbo *sequestrare*, em latim, significa “depositar”, e o particípio *sequestratus* significa “exilado, banido”.

Alguns gramáticos condenam a expressão “bela *caligrafia*” sob a alegação de que *cali*, em grego, já significa “belo” e, portanto, “bela caligrafia” seria redundância. Ninguém pensa na formação etimológica de caligrafia quando usa essa palavra. Da mesma forma, os gramáticos condenam o artigo O antes de *Alcorão*, sob a alegação de que *al* em árabe já significa “o”. Assim, em lugar de o *Alcorão*, dever-se-ia dizer apenas *O Corão*, para evitar a redundância. Ora, ninguém sente mais esse *al* como artigo já que dizemos a *almôndega*, a *alface*, o *algodão*. Para mostrar que a etimologia é má conselheira e que não se deve alegar o étimo para justificar certas expressões, porque ninguém pensa no étimo quando fala, poderíamos chamar Jesus de Lúcifer, já que o étimo significa “o que leva a luz”. E isso, certamente, seria blasfêmia das grandes...

ORIGEM DOS NOMES DOS MESES

No calendário de Rômulo, o primeiro rei de Roma e seu fundador, o ano começava em março e tinha dez meses, cujos nomes primitivos eram *Martius* (em homenagem ao deus da guerra, Marte), *Aprilis* (nome relacionado a Apros ou Afros, designativo de Afrodite, nome grego da deusa Vênus, a quem abril era dedicado, ou ao sânscrito *áparah*, que significa “posterior”, da mesma raiz do gótico *afar* ou *aftra*, que significa “depois”; Aprilis era o nome de um dos espíritos que seguiam o carro de Marte), *Majus* (em homenagem à deusa Maia, uma das Atlântidas, amada de Júpiter e mãe de Mercúrio), *Junius* (em homenagem à deusa Juno, equivalente à deusa Hera dos gregos), *Quintilis*, *Sextilis*, *September*, *October*, *November* e *December*. A relação de *aprilis* com *aperire* (“abrir”) surgiu posteriormente, na vigência do calendário de Numa Pompílio, por ser abril o mês da primavera, em que “todas as coisas se abrem”.

Numa Pompílio (circa 715-circa 672 a.C.), sucessor de Rômulo, querendo igualar a contagem do tempo romano à dos gregos e fenícios, reformou o calendário de Rômulo, instituindo os meses de Januarius (em homenagem ao deus Janus, protetor dos lares) e Februarius, do latim *februus*, adjetivo de primeira classe que significa “o que purifica, purificador”. *Februus* tornou-se o nome de um deus infernal. No mês de fevereiro, realizavam-se cerimônias de purificação, como sacrifícios expiatórios e os ritos de purificação chamados *lupercálias*. O nome *Luperca* designa a loba, que amamentou os gêmeos Rômulo e Remo na gruta chamada Lupercal. Na realidade *lupus*, “lobo”, em latim, primitivamente, não tinha feminino. A loba (animal) era *lupus femina*. Lupa designava a cortesã, daí o nome *lupanar* para designar o prostíbulo. A lupa que amamentou os gêmeos era, na verdade, uma cortesã chamada Aca Laurentia ou Laurentina. Os sacerdotes romanos é que “purificaram” a origem de Roma atribuindo à loba (animal) a amamentação dos gêmeos que fundaram a cidade. As lupercálias eram festas em homenagem a Pã, realizadas no dia 15 de

fevereiro, em que jovens saíam nus da gruta Lupercália flagelando os transeuntes com um cinto de pele de cabra chamado também *lupercal*, considerado capaz de eliminar a esterilidade e provocar partos felizes. *Lupercus* se teria originado da justaposição de *lupus* (“lobo”) com *hircus* (“bode”), mas, como era outro nome de Pã, deus dos pastores e dos rebanhos, presume-se que *lupercus* signifique também “o que afasta o lobo”.

Os meses *Quintilis* e *Sextilis* foram rebatizados com os nomes de julho e agosto, em homenagem aos dois primeiros dos doze césares: *Julius* (Júlio César) e *Augustus*. Para que julho e agosto tivessem o mesmo número de dias, subtraíram-se dois dias do mês de fevereiro. Repare-se que as festas de junho são *juninas* (de Juno), mas as festas de julho são *julianas* (de Júlio). Embora se usem corriqueiramente, talvez por analogia com *juninas*, as formas *julhinas* ou *julinas*, não abonadas nos bons dicionários de língua.

Nas modificações efetuadas por Numa Pompílio no calendário de Rômulo, o ano civil tinha um erro de dez dias em relação ao ano solar, por isso ele tentou corrigir o erro acrescentando um período de dez dias entre 23 e 24 de fevereiro. Mas essa solução trouxe tantos problemas que, em 44 a.C., Júlio César resolveu modificar novamente o calendário, dando ao ano a duração de 12 meses ou 365 dias, de acordo com o calendário egípcio. Foi um astrônomo de Alexandria, chamado Sosígenes, que descobriu que o ano civil tinha seis horas menos que o ano solar. Assim, Roma instituiu que a cada quatro anos seria acrescentado um dia em fevereiro. O dia 24 de fevereiro era chamado “sexto das calendas” (calendas era o nome do primeiro dia de cada mês). O dia adicional era acrescentado após o dia 24 de fevereiro, com a mesma numeração, e não, como hoje fazemos, ao final do mês. Havia portanto dois sextos (=bissexto) das calendas. Essa é a origem do nome “ano bissexto”.

A ORIGEM DA PALAVRA BURRO

Existem histórias curiosas a respeito da origem da palavra *burro*. Uma delas sugere que burro, significando “pessoa pouco inteligente”, tenha vindo do nome latino da cor vermelha *burrus*, porque os dicionários tinham antigamente a capa vermelha. Como aquele que os consultava era ignorante ou burro, o nome da cor do livro, por metonímia, teria passado a designar o consulente e, por extensão, teria passado a designar todo aquele que fosse curto de inteligência.

Segundo José Pedro Machado (*Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Confluência, 1967, s.v.), o nome *burro* se origina do latim *burrus*, que designa a cor ruça ou encarnada. E acrescenta que, em Portugal, o burro é vulgar e frequentemente denominado ruço.

Em *Aventuras de um caçador de palavras* (Rio de Janeiro: Acadêmica, 1965, p. 48-51), Aires da Mata Machado Filho, no estudo “Origem da palavra *burro*”, procura explicar como a palavra *burro* adquiriu a acepção escolar de “tradução literal de autor clássico para uso dos estudantes”, e refere-se à crença greco-latina na estupidez do burro. Castro Lopes, num estudo incluído às páginas 249-250, do seu *Origens de anexins* (2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909), acredita que a expressão “cor de burro quando fuge” é corruptela de “corre de burro quando fuge”. Afinal, argumenta Castro Lopes, burro não apresenta nenhuma cor especial quando se põe em fuga. É possível contudo que a expressão “cor de burro quando fuge” se refira à cor vermelha que um fujão possa apresentar (a etimologia explicaria a expressão).

Segundo Ernout & Meillet (*Dictionnaire étymologique de la langue latine*, Paris: Klincksieck, 1967, s.v.), *burrus* origina-se do grego *pyrrós*, e designa a cor ruiva. De *burrus* – dizem esses autores – deriva um adjetivo *burranicus*, substantivado, atestado pelo gramático Pompeius Festus (séc. II d.C.).

A palavra francesa *bourrique*, para designar o asno, origina-se do espanhol *borrico*, pelo latim popular **burricus*, alteração, por cruzamento, de *burrus* (ruivo) ou *burra* (crina) com *buricus* (pequeno cavalo), segundo Bloch & Wartburg (*Dictionnaire étymologique de la langue française*. 6.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1975, s.v.). Também há em francês *bourricot* e *bourriquet*.

Borrico, segundo Corominas (*Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1976, s.v.), se origina do latim tardio **burricus* (cavalo pequeno). O dicionário de latim de Lewis & Short (*A latin dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1975, s.v. *burricus*) registra *burricus* ou *buricus*, com a indicação de que a palavra foi usada por Varrão, Paulinus Nolanus e Vegetius Renatus, com o sentido de “pequeno cavalo”.

Burro só pode ser, portanto, uma derivação regressiva de *burricus*, em português. Confirma-o o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (Rio de Janeiro: Acadêmica, Francisco Alves, São José, Livros de Portugal – depositários, 1955, s.v.), de Antenor Nascentes, que rejeita, citando Diez, “a aproximação com o lat. *burrus*, ruivo(...)”. A forma hipotética **buricus*, registrada no citado dicionário de Ernout & Meillet, é palavra do latim vulgar, sinônima de *mannus*, designação dialetal de pônei, poldro ou potro. Do adjetivo *burrus*, ruivo, temos o português *borro* (designativo do carneiro entre um e dois anos) e *borracho* (que designa o pombo sem penas, por sua coloração avermelhada). E possivelmente *borrega* (ovelha de um ano). Talvez não mais que isso. Infelizmente... para os que dão asas à imaginação, formulando histórias bonitas para suas etimologias populares.

MEDITANDO SOBRE A LÍNGUA

Há palavras na língua que são aceitas pelos falantes apesar de impróprias, malformadas ou emprestadas de outras línguas, em detrimento das que já existem na língua e lhe são próprias.

Entre as palavras impróprias ou inadequadas, estão *piscina*, *aquário* e *hidrófobo*, por exemplo. *Piscina* se relaciona com o latim *piscis*, “peixe”, mas não há peixes numa piscina; o lugar de peixes é o aquário, que se origina do lat. *acqua* (“água”). Assim, *aquário* é que deveria chamar-se *piscina*, e *piscina* é que deveria chamar-se *aquário*. *Hidrófobo* é o nome que se dá à pessoa que tem raiva, assim como *hidrofóbóforo* é a que tem medo de contrair raiva. Melhor seria dizer *lissofobia* em lugar de *hidrofobia*, já que o pó de licopódio, por exemplo, é hidrófobo ou hidrofóbico, porque não se mistura com a água, repelindo-a, e, etimologicamente, *hidrofobia* significa “horror à água”.

Entre as palavras malformadas está, por exemplo, *chocólatra*, que deveria designar o que adora chocolate, como supõem os usuários da língua, mas, a rigor, significa o que adora choco, um tipo de molusco semelhante ao polvo. Assim, *chocólatra* significa “o que adora choco”, e não o que adora chocolate. Este deveria chamar-se *chocolatólatra*, à semelhança de outras latrias, como *andrólatra* (que adora homens), *iconólatra* (imagens), *pirólatra* (fogo), *hidrólatra* (água), *hagiólatra* (santos), *xilólatra* (madeira), *zoólatra* (bichos), *astrólatra* (astros), *monarcólatra*, etc.

Entre as palavras emprestadas, que poderiam ser substituídas por termos vernáculos, estão, por exemplo, *privacidade* e *internalizar*, que, além de tudo, são malformadas.

As palavras terminadas em *-(i)dade* se originam de adjetivos: *real-realidade*, *elástico-elasticidade*, *feliz-felicidade*. Assim, *privacidade* deveria originar-se de um adjetivo terminado em *-z* ou em *-co*, à semelhança de *vivaz-*

vivacidade e de *elétrico- eletricidade*. Esse adjetivo teria de ser *privaz* ou *prívaco*. Como nenhum dos dois existe na língua, a palavra, embora usada à larga, é malformada (do inglês *privacy*). A palavra que se usava antes de *privacidade* atingir o gosto popular era *privaça*: de criar temos *criança*; de *matar*, *matança*; de *folgar*, *folgança*; de *comer*, *comilança* (com uma consoante l, de ligação); de *andar*, *andança*, etc. Portanto, de *privar* temos *privaça*, termo que, embora utilizado ainda por uns poucos autores e dicionarizado, acabou sendo praticamente abandonado em favor do empréstimo malformado *privacidade*. Se *privaça* soa mal, há a possibilidade de usar-se o substantivo *privatividade*, que já está dicionarizado e tem o mesmo sentido do anglicismo *privacidade*.

Os verbos em -izar normalmente se originam de adjetivos: real-realizar, ideal- idealizar, normal-normalizar (às vezes, também de substantivos, como horror-horrorizar, mártir-martirizar, aroma-aromatizar). Há um verbo em -izar utilizado até por gramáticos, mas inadequado, oriundo do inglês *internalize*. Ora, para que o verbo *internalizar* fosse bem-formado, seria necessário que existisse um adjetivo *internal* (cf. final-finalizar, formal-formalizar, inicial-inicializar, a par de iniciar, e os outros exemplos acima citados). Na verdade, *internalizar*, à semelhança de *privacidade*, é transposição direta do inglês. Melhor seria utilizar o verbo *interiorizar* (de interior), que diz a mesma coisa e é muito nosso...

O PAPEL DAS GRAMÁTICAS

Um professor de uma grande universidade brasileira, num artigo publicado numa revista especializada, defendeu que a sintaxe dos escritores merece o aval das gramáticas normativas. Disse ele que Drummond usou o verbo *ter* impessoalmente num poema (“No meio do caminho”) e nenhuma gramática abonou esse emprego, embora o exemplo seja antigo (O poema encontra-se no livro *Alguma poesia*, de 1930; tem, portanto, quase 80 anos.). O autor se pergunta: se Rubem Fonseca usa *ela* em função de objeto direto, sem preposição, e todos aplaudem, por que num falante anônimo isso seria condenável?

Não passou pela ideia desse professor a distinção entre “desvio eufórico” e “desvio disfórico”. Numa atividade criativa da língua, os desvios da norma (os pretensos “erros”) são propositados, e têm intenção estética. Já os desvios do falante anônimo são fruto da ignorância da norma culta ou não têm intenção lúdica.

Há também dois equívocos na pretensão desse professor de incorporar à gramática da língua os desvios de norma praticados por escritores ilustres. O primeiro diz respeito à intenção com que Drummond usou o verbo *ter* impessoalmente, que era a de agredir a tradição normativa baseada no português lusitano, algo que era parte da bandeira de luta do movimento modernista de 22. Em outros momentos, Drummond usou os verbos *ter* e *haver* de acordo com a norma gramatical. O segundo equívoco diz respeito à própria criação literária: um escritor tem o direito e o dever de subverter as normas gramaticais, de reinventar a linguagem. Depoimentos nesse sentido de escritores como Autran Dourado e Guimarães Rosa e até de gramáticos, como Celso Cunha, reivindicam o direito que o escritor tem de escrever diferentemente dos outros. O estilo, ou melhor, a escritura de um escritor é constituída dessas subversões sintáticas a

que Coseriu chama de “feitos de fala”. Se os gramáticos tivessem de aceitar todos os feitos de fala dos escritores de língua portuguesa, haveria tantas gramáticas quantos fossem os escritores consultados. Por que se cita Machado de Assis como abono de uma regra de concordância ou de regência, e não se cita Guimarães Rosa? Porque, em primeiro lugar, menos por Machado de Assis ter sido tímido na subversão da sintaxe, atentando preferencialmente para o jogo semântico e psicológico, do que por Guimarães Rosa ter abusado superlativa e genialmente do seu direito de recriar a linguagem. Em segundo lugar, porque há um erro metodológico nas gramáticas da maioria das línguas modernas conhecidas, que é o de citar exemplos de escritores como abono de regras gramaticais.

As gramáticas latinas se basearam nos exemplos de escritores, porque não havia outro meio de sistematizar o conhecimento da sintaxe do latim imperial a não ser com o recurso à análise dos escritores, como Ovídio, Virgílio, Cícero ou Júlio César, por exemplo. Numa língua viva, contudo, essa metodologia é desastrosa porque não leva em conta o objetivo maior da criação literária que é o de reinventar a linguagem. Bem fez o *Dicionário Houaiss* em não citar exemplos de escritores em seus verbetes. Aliás, a norma culta não foi sedimentada pela língua dos escritores, mas pela linguagem jurídica. As primeiras cartilhas de alfabetização, segundo depoimento dos nossos primeiros gramáticos e ortógrafos do século XVI, foram baseadas em textos legais. João de Barros e Fernão de Oliveira, nossos primeiros gramáticos, não citavam exemplos de escritores como abono de regras gramaticais. Autran Dourado confessou, no seu livro *O meu mestre imaginário* (Rio de Janeiro: Record, 1982) que decorou a gramática de João Ribeiro para desrespeitar as regras gramaticais com conhecimento de causa. Citemos duas pequenas passagens desse pequeno grande livro: “Quebrar as regras da sintaxe não é mais do que uma obrigação do escritor consciente do seu ofício” (p. 58). “E que tem um escritor a ver com a gramática, senão a obrigação de desrespeitá-la. Sei de cor e salteado a gramática de João Ribeiro, outro mestre da prosa. Mas sei-a para desrespeitá-la”(p. 60).

O papel das gramáticas normativas portanto, não é o de mostrar um escritor como modelo de boa norma, mas o de construir um padrão ideal de comportamento linguístico a que os falantes devem obedecer para uma compreensão supradialetal da língua em sua modalidade culta, em seu registro formal

Pena que os gramáticos não conheçam linguística. Pena que os linguistas desprezem a gramática. Pena que nossos dicionários e gramáticas ainda sigam uma metodologia ultrapassada.

PALAVRAS DE VESTIBULANDOS

Enviou-me Geraldo Moura, há algum tempo, algumas pérolas coletadas por ele na correção das redações do vestibular da Ufes, de 1993. Os temas: 1. Fome; 2. Sequestro; 3. Culto ao corpo. Vamos às calinadas, aqui reproduzidas *ipsis litteris* e separadas em grupos para facilidade de leitura.

Temos a mulher como principal alvo das gorduras localizadas. Torna-se plasmático então o aumento do número de exportação e o povo não puderam usufruir da produção feita por ele próprio. Quanto aos cereais, só depois de ter resolvido todos os problemas de fome é que poderiam exportá-los. A dishumanidade é ainda maior quando o preço para o refém é a morte como aconteceu com a garotinha no Rio de Janeiro, cujo o desespero era incontrolável e o chorro levou-a as cinzas. Mas com todos esses métodos de rejuvenhecimento há ainda pessoas que envelhecem. Esse pessoal que acha que a malhação é desnecessária ele é um grande idiota, pô. Só poderemos viver eternamente sem envelhecer, sem morreremos, sem ficarmos doentes, se seguirmos os mandamentos de Jeová, nosso Deus. A cada dia que passa nos preocupa muito mais com o nosso corpo, é uma dor de dente, é uma bariga e muito mais. Então podemos afirmar que o corpo, como na religião, é um tempo divino.

Temos que trabalhar para que a fome vá desaparecendo e num futuro distante, ainda, infelizmente se acabe. Os políticos, defido aos grandes números de sequestros estudam a pena de morte. Hoje a humanidade está tentando manter-se com saúde e vigoridade. Alguns fazem exercícios por vaidade inspirados no Deus Apolo cujo qual o nome foi dado a um aparelho de musculação. As pessoas deveriam tomar mais cuidados não se expondo com certas luxúrias que chamam a atenção dos sequestradores. Cientistas estão desenvolvendo equipamentos que podem através da vós afirmar se esse equipamento dá certo, os sequestros vão se regredir no ano que virão. O

sequestro como requete de crueldade virou negócio no país com grande ossadia. A solução para o problema da fome não está incógnita em nenhum lugar, pois ela já é conhecida desde sempre em todos os países onde existe fome. A área rural é uma das mais disseminadas pela fome, que a gente às vezes tampamos os nossos olhos.

É revoltante saber que uma vaca ou um boi consome 43% das reservas de cereais do mundo. Não podem haver justificativas para o sequestro, que é crime hediondo que cujo a ação e o amparo da polícia é comprovada a sua ineficiência. A renda per capita ajuda a retardar a velocidade que se tornou um abito. A fome não tem cura sobre esse planeta. A fome é um fato muito etinerrante que o Brasil ocorre no nordeste a seca. A fome no mundo tem como consequência a produção de alimentos. Milhares, bilhões, trilhões de crianças morrem de fome apesar do extinto da sobrevivência. Na Somália, as condições de vida humana é alastrante. Nas favelas, o foco de toda pobreza é a grande disseminação da miséria. O sequestro adivém das atrocidades. Um bandido não tem motivo pelo qual o levou a cometer tal adorno de sequestro. Os sequestros está igual moda que foi lançado e pegou e atingem uma camada social onde esta dispõe de excelente nível social.

Acrescento à lista dele as seguintes pérolas, que me parecem apócrifas: O Convento da Penha foi construído no século 16, mas só no século 17 foi levado definitivamente para o alto do morro. O Papa veio estalar o Vaticano em Vitória, mas a Marinha não deixou para construir a Capitania dos Portos no mesmo lugar. Os primeiros emigrantes alemães no ES construíam suas casas de talha. O apóstrofo é o nome dos amigos de Jesus que se juntaram naquela jantinha que Michelangelo fotografou.

TEMPO DE BRINCAR: O IMPERFEITO DO INDICATIVO

O pretérito imperfeito do indicativo é normalmente estudado como um tempo passado de ação incompleta, com aspectos vários: durativo (“Ele *morava* ali desde 1930.”), progressivo ou cursivo (“Em 1980, ele *estudava* na Ufes.”), iterativo (“Ele sempre *fazia* isso.”) e imperfectivo (“Ele *rezava*, quando ocorreu a explosão.”).

Harald Weinrich, no livro *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*, (Madri: Gredos, 1968), estabeleceu três dimensões do sistema temporal: 1. a atitude comunicativa; 2. a perspectiva comunicativa; e 3. o relevo.

1. A atitude comunicativa compreende o mundo narrado e o mundo comentado. Em “Carlos está muito magro”, temos o mundo comentado; em “José tomou café e morreu”, o mundo narrado. Uma narrativa, segundo William Labov — The transformation of experience in narrative syntax. In: ---. *Language in the inner city* (Studies in the Black English Vernacular). Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972, p. 359-96 — é a sucessão de dois fatos ligados por um fator tempo, de tal modo que a inversão desses fatos altera a interpretação semântica original. No exemplo dado, a inversão dos fatos (José morreu e tomou café) significa outra narrativa (como a de Érico Veríssimo, em *Acidente em Antares*, em que os mortos se recusam a aceitar que estão mortos, ou como a de Machado de Assis, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, em que um morto escreve suas memórias). Já em “José morreu tomando café”, não há narrativa, porque os dois fatos podem ter sua ordem alterada (“Tomando café, José morreu”) sem que haja mudança do sentido original.

2. Na perspectiva comunicativa, classificam-se os tempos verbais em

tempos sem perspectiva e tempos de prospecção e de retrospecção. Numa narrativa, por exemplo, o pretérito perfeito é o tempo de perspectiva zero (o aoristo ou o “passé simple” francês); o mais-que-perfeito é retrospectivo (um tempo passado completo, anterior a outro tempo passado também completo); e o futuro do pretérito é um tempo prospectivo. Num mundo comentado, o presente é o tempo de perspectiva zero; o pretérito perfeito é retrospectivo (o “passé composé” francês); e o futuro do presente, prospectivo. Essa classificação não leva em conta a “metáfora temporal”, em que um tempo do mundo comentado se usa em lugar de um tempo do mundo narrado e vice-versa, como o presente de narração: “Em 1500, Cabral sai de Portugal e descobre o Brasil.” Ou como o futuro do pretérito de cortesia: “Eu gostaria de pedir-lhe um favor.”

3. O relevo aparece em alguns setores do sistema temporal e se divide em dois planos. Examinemos o seguinte texto: “Era uma vez um rei que tinha duas filhas e vivia feliz no seu reino. Um dia chegou ao reino um viajante cansado que tinha vindo de muito longe.” O imperfeito do indicativo nesse texto é exemplo de relevo de segundo plano: não inicia a narrativa, mas apresenta elementos necessários à sua compreensão. O pretérito perfeito inicia a narrativa: é exemplo de relevo de primeiro plano, junto com o mais-que-perfeito, que indica um tempo retrospectivo.

Ora, o que os estudos em princípio omitem é um emprego do pret. imperfeito como “o tempo das fábulas”. Em *Gramática da fantasia* (São Paulo: Summus, 1982), Gianni Rodari dedica as páginas finais ao “verbo para brincar”, retomando observações que havia feito no cap. 33: “...imperfeito que as crianças pronunciam quando assumem uma personalidade imaginária, quando entram na fábula (...), filho legítimo do ‘era uma vez’ que dá início às fábulas (...), um tempo inventado para brincar...”

Para ilustrar o emprego desse tempo para brincar, nada melhor que o poema de Chico Buarque da canção “João e Maria” (“Agora eu era o herói / e meu cavalo só falava inglês...”), que, espero, deve inaugurar o capítulo esquecido das nossas gramáticas, sobre esse emprego maravilhoso do imperfeito do indicativo.

DUAS QUESTÕES DE LÍNGUA

1. Cadê – Em gramática, chama-se hiperbibasmo o fenômeno de mudança de posição do acento tônico de um vocábulo. Assim, a palavra latina *ficatu-* paroxítona, deu origem à palavra “fígado”, proparoxítona, em português. A palavra *boêmia*, com o acento tônico no “e” coexiste com a forma popular *boemia*, com a pronúncia forte no “i.”

Dá-se o nome de assimilação ao fenômeno segundo o qual um som se assemelha total ou parcialmente a outro, por influência desse outro. Assim, a palavra latina *auru-* deu *ouro*, em português (o **a** de *auru-* se transformou na vogal arredondada **o**, por influência do caráter arredondado do u). O latim *palumbu-* daria *paombo*, em português, mas, no português arcaico, se dizia *poombo*, porque o **a** se assimilou totalmente ao **o** (hoje dizemos pombo, porque houve crase: os dois **oo** se fundiram).

O contrário da assimilação é a dissimilação, que é o fenômeno que leva sons iguais ou semelhantes a se distinguirem um do outro. A palavra latina *rotundu-* (cf. *rotundidade*) dá inicialmente *rodondo*, em português, mas o primeiro **o** de *rodondo* se transformou em **e** por dissimilação, dando origem a *redondo*.

A expressão interrogativa *Que é de...?* (com o sentido de “que é feito de...?”) deu origem à forma *quede*, com a fusão do **e** de *que* com o **é**, verbo *ser* (crase). Por hiperbibasmo (mudança de sílaba tônica) sintático, *quede* deu origem a *quedê*. Finalmente, por dissimilação, *quedê* se transformou em *cadê*: o **e** mudou para **a** por dissimilação, isto é, pelo fenômeno segundo o qual de dois sons iguais um se transforma para ficar diferente do outro.

Não há razão nenhuma para combater as formas *cadê*, *quede* ou *quedê*, coexistentes na língua e encontradas em bons autores. São, portanto, formas legítimas que apenas atestam a evolução da língua. Basta uma consulta a um

bom dicionário de português para saber que usar tais formas significa estar em excelente companhia.

II. Autópsia e necropsia – Uma gramática de feição popular, editada pela Ediouro, em 1979, com lições curtas a respeito de problemas linguísticos que os falantes enfrentam no seu cotidiano, ensina que se deva dizer apenas necropsia, para o exame de um cadáver, e nunca *autópsia*, na presunção de que auto se refere ao próprio agente da ação, como em *autorretrato*, *autobiografia*, *automóvel*, etc. Em outras palavras, *autópsia*, segundo essa gramática, significaria “exame de si mesmo”. (Autorretrato, pelas novas normas ortográficas, não tem hífen. Prefixos ou prefixoides, como auto-, só exigem hífen se o segundo elemento da formação vocabular começar por h- ou pela mesma vogal com que termina o prefixo ou o prefixoide, como nos exemplos seguintes: anti- ilusionismo/antisemita/antirreligioso; micro-organismo/microssistema; autoestrada/auto- organizado; aqui-inimigo/ aqui-hiperbólico/arquioligarquia, etc.)

O autor da lição a respeito do emprego de *autópsia* parece não ter levado em conta a evolução semântica, nem a pouca utilidade da etimologia para a análise de significados. A analogia, a metáfora, a metonímia e outros tropos ou figuras contribuem para a mudança de sentido das palavras e para o distanciamento em que a forma atual se situa em relação ao seu étimo. Ninguém pensa em *mula* quando fala em *mulata*. Quem relaciona *criar* com *criança*, ou *espelho* com *espetáculo*, ou *sideral* com *considerar*? Quem vê hoje em *rival* ou em *derivar* alguma relação com *rio* (latim: *rivus*)? Quem vê hoje em *afogar* um sinônimo de *enforcar* (o sentido de asfixia a seco, de *afogar*, permanece no seu antônimo primitivo *desafogar*)? Quem vê relação entre *obséquio* e *séquito*, entre *conde* e *comitiva*, entre *cesariana* e *rescisão*?

Como se vê, o sentido evolui. Até mesmo a raiz *auto* perdeu seu sentido primitivo em *autoestrada* (Aí, *auto* designa o “automóvel” em sua forma reduzida. Embora, em *automóvel*, *auto* continue com o sentido de “próprio”, sua forma reduzida em *autoestrada* perdeu esse sentido). A etimologia é má conselheira. Portanto, pelo uso e pela evolução semântica, não estará errando quem disser *autópsia* como sinônimo de *necropsia*.

DEMAGOGOS DO ENSINO

Há um equívoco generalizado do ponto de vista dos linguistas que criticam o ensino da norma culta nas escolas brasileiras. Educar é, em princípio, impor ao aluno um comportamento socialmente aceitável e ensinar-lhe os processos e métodos para um desenvolvimento físico e mental adequado.

Quando o professor de Educação Física ensina técnicas de respiração ao aluno que aprende a nadar, ele sabe, obviamente, que esse aluno já entrou na escola respirando. No estudo de música, um aluno aprende a “ouvir”, para distinguir tons e semitons. Quando o professor de boas maneiras ensina quais e como talheres se devem usar adequadamente nas refeições, ele sabe que o aluno já entrou na escola habituado a comer com garfo e faca. A aprendizagem escolar não significa apenas acréscimo de informação ao que já é sabido. Pode significar também a substituição, no momento oportuno e no lugar conveniente, de um saber inadequado por outro (caso de técnicas respiratórias, por exemplo), ou de um comportamento inadequado por outro (não se deve usar uma faca de cortar peixe quando se pretende partir um bife). Não existe aí desrespeito ao saber que o aluno traz de casa, nem crítica à família dele, nem mesmo impedimento à prática dos hábitos antigos do educando.

Quando se trata do ensino da língua, a coisa muda de figura: o dialeto do aluno não pode ser corrigido, porque é o que o caracteriza como membro do seu grupo; a norma culta não deve ser imposta porque o aluno merece respeito, etc. etc. Tudo isso é verdade em termos relativos, mas é levado em conta em termos absolutos, como se o professor de português quisesse substituir a norma culta pelo dialeto do aluno ou impedir que o aluno se expresse com espontaneidade.

Ora, ensinar a norma culta é mostrar ao aluno uma variedade linguística prestigiosa, que poderá ser-lhe útil não somente como instrumento de comunicação eficaz, mas também como instrumento de ascensão social.

É verdade que a norma culta é, de certo modo, artificial, já que é mais adequada em situações de formalidade, mas o aluno não está na escola para ratificar o saber que já trouxe de casa. Ele está na escola para aprender. E aprender significa conhecer o que não era sabido antes ou aprofundar e melhorar o que já era sabido. O próprio Chomsky, em *Regras e representações*, estabelece a diferença entre saber e cognoscer: o aluno que entra na escola tem o conhecimento tácito e implícito da língua (cognoscer), não o conhecimento consciente (saber). Mostrar ao aluno como funciona a língua é uma das tarefas do professor. Não a única, porque todos precisamos viver em sociedade, e é para a vida que o aluno deve frequentar a escola. “Respeitar o dialeto do aluno” pode significar uma entre duas coisas, ou ambas, ao mesmo tempo: ou o professor acha, indevidamente, que numa classe os alunos todos falam uma única variedade linguística, chamada “dialeto do aluno”; ou quer, indevidamente, que o aluno não cresça socialmente, dando-lhe a falsa ilusão de que o importante é apenas saber comunicar-se. Esse aluno terá frustrada sua esperança de ascensão social, como aconteceu com os negros de Nova Iorque, que, orgulhosos do seu “Black English Vernacular”, dando ouvidos ao sociolinguista William Labov, não puderam subir na vida. O pretense respeito ao dialeto dos negros nova-iorquinos era, na verdade, ainda que contra a vontade de Labov, um instrumento de repressão. O dialeto padrão culto voltou a ser objeto de ensino: era o instrumento de libertação por excelência.

É nisso que devem pensar os demagogos do ensino!

ETIMOLOGIAS IMPROVÁVEIS

1. Sincero — Há algumas etimologias encontradiças em obras de referência, que não me parecem adequadas, embora divulgadas de maneira categórica. Uma delas é a de que *sincero* teria vindo da expressão *sem cera*. Como as máscaras eram de cera, uma pessoa sincera seria uma pessoa sem máscara, não falsa, natural. Comunga dessa ideia o *Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa* (de Evaldo Heckler, Sebold Back e Egon R. Massing), editado em São Leopoldo pela Unisinos, em 1984. Em latim, *cera* é feminino e a preposição *sine* (“sem”) exige ablativo. Não sei como se daria a transformação de uma locução adjetiva feminina (*sine cera*) no adjetivo *sincerus*, de primeira classe. O *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, de Ernout & Meillet (Paris: Klincksieck, 1967), informa que o *sin* de *sincerus* é o mesmo elemento que aparece em *símples* (adjetivo cujo significado é “de uma só vinda”, usado em telecomunicações em oposição a *dúplex*), e que o segundo elemento *cerus* se relaciona com *Cerus*, companheiro de *Ceres*, assim como *Tellurus* era companheiro de *Tellus*. *Ceres* é filha de *Saturno*, irmã de *Júpiter* e divindade da terra cultivada ou da agricultura. É deusa que faz nascer as colheitas. O radical *cero* de *sincero*, ainda segundo aqueles dicionaristas, é o mesmo que aparece em *próceros* (“alto”, “elevado”). O *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, do Corominas, não fala em *sem cera*, mas cita o latim tardio *sincerare* (“voltar puro”) que originou o verbo *sincerare* (“assegurar”, “justificar”), em italiano. O verbo inexistente nas outras línguas românicas.

2. Religião — Outro étimo defendido pelos padres de São Leopoldo é o de *religião*, que eles atribuem ao verbo *religar*, como se a religião fosse uma ligação entre os homens e a divindade. O prefixo *re-* não é o mesmo de *religar*. Segundo Ernout & Meillet, na obra citada, o prefixo *re-* é o mesmo de *reliquia*. O segundo elemento é obscuro. Cícero, no entanto, defende que o étimo de *religião* se associa ao verbo *relegere* (“reler”), como se a religião fosse uma

releitura da vida (ou da morte) ou uma escolha (*elegere* significa “eleger”, “escolher”).

3. Azulejo — O terceiro étimo discutível é o que os padres de São Leopoldo atribuem ao nome *azulejo*. Segundo eles, azulejo seria oriundo do árabe *az-zullaiju*. Frei João de Sousa, no glossário *Vestígios da língua arábica em Portugal* ([S.l.]: Gráfica Maiadouro, 1981), atribui a azulejo o étimo árabe *zallaja* (“ser liso, escorregadio”). Não se pode afirmar categoricamente qual é a origem de *azulejo*. O *Dicionário* do Corominas, para o espanhol, e o de Antenor Nascentes, para o português, analisam opiniões diversas de estudiosos, entre as quais a que considera *azulejo* derivado de *azul* ou do persa *lazward* “lápiz lazúli”. A Academia Espanhola deriva *azulejo* do árabe *azuleij* (“pequena pedra brunida”). Como os azulejos, segundo opinião registrada no Corominas, tinham predominantemente a cor azul (“El color que más campea en los azulejos es el azul”) uma análise sincrônica permite considerar *azulejo* como formado de *azul* mais o sufixo *-ejo*. Essa é a opinião que divulgo na análise mórfica de *azulejo* na minha *Gramática Superior da língua portuguesa* (2.ed. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 103-104) citando os dicionários etimológicos acima mencionados.

4. Pontífice — Um quarto étimo inadequado é o que atribui ao nome *pontífice* relação com *pons*, *pontis* (“ponte”) e o verbo *facere* (“fazer”), como se *pontífice* significasse “construtor de pontes”. Defendem essa ideia os padres da Unisinos, mas Ernout & Meillet afirmam que se trata de etimologia popular divulgada por Varrão. A palavra *pontifex* latina sempre designou um membro do principal colégio dos sacerdotes romanos que tinha por dever a vigilância do culto oficial e público, cujo líder era o *pontifex maximus* e cujas funções em nada se relacionam com *pons*.

Todo cuidado é pouco quando se trata de questões etimológicas...

A NOVA ORTOGRAFIA

O Senado aprovou simbolicamente, no dia 18-04-95, a reforma ortográfica da língua portuguesa, proposta por Antônio Houaiss. Não houve discussão prévia, não houve análise, não houve manifestação nenhuma por parte dos senadores, nem mesmo um aparte. O pior é que os professores doutores de língua portuguesa, filólogos ou linguistas de notório saber, não foram consultados e não participaram de nenhuma discussão a respeito das mudanças propostas. A aprovação simbólica do Senado foi “explicada” por Sarney numa argumentação suicida: a de que o assunto já tinha sido debatido e definido nas Academias de Letras e que, portanto, só cabia aos parlamentares a função de homologar.

O argumento é suicida porque, da mesma forma, se poderia dizer, num contraexemplo, que os senadores não deveriam examinar nenhum projeto de lei vindo da Câmara ou do Executivo, porque seu texto só chegaria lá depois de debatido e definido por deputados ou pela equipe especializada do Governo. O argumento, se fosse legítimo, significaria a pura e simples inutilidade do Senado. O que pode ser verdadeiro, mas exige outro tipo de argumentação.

Além disso, os senadores se apoiaram, tacitamente, na ideia falsa de que um membro de uma Academia de Letras deve necessariamente conhecer a língua. Ora, um bom usuário da língua (na presunção de que todos os membros de uma Academia saibam usar bem a língua) não é um técnico da língua. Jorge Amado e Adonias Filho, por exemplo, foram excelentes escritores, souberam escrever tão bem quanto escrevem João Ubaldo Ribeiro ou Carlos Nejar. Mas isso não faz deles conhecedores da ciência da linguagem, nem gramáticos, nem linguistas, nem filólogos. Uma coisa é ser maestro; outra é ser instrumentista. Uma coisa é ser um técnico da língua; outra é ser usuário da língua.

Ora, uma reforma ortográfica representa uma mudança dispendiosa. São

bibliotecas inteiras (livros didáticos, paradidáticos, dicionários, enciclopédias, gramáticas, manuais de linguística, etc.) que se transformam em papel velho por causa de uma reforma ortográfica. De acordo com a notícia da *Folha de São Paulo*, de 20-04-95, a Editora Record perderia 2 milhões de dólares com a mudança ortográfica (só a revisão e a recomposição nas reedições corrigidas chegavam, na época da aprovação da reforma no Senado brasileiro, a dez dólares por página). O editor Pereira Machado, da L& PM – segundo a reportagem –, achava que o país teria um prejuízo de um bilhão de dólares só com a Fundação de Assistência ao Estudante.

Se tivessem tido o trabalho de examinar o texto do acordo, os senadores teriam visto incoerências, como as que examinaremos mais adiante, que certamente teriam pesado na hora da votação. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA), referindo-se à aprovação da reforma ortográfica, disse que lhe causou surpresa o fato de ninguém no Senado ter-se levantado para discutir a matéria (*Folha de São Paulo*, 20-04-95). O senador surpreendeu-se certamente consigo mesmo, porque nem ele mesmo se levantou!

O fato de o português ser um idioma que exige duas programações para computador pode explicar a ideia de uma reforma ortográfica que vise à uniformização da escrita nos países lusófonos, mas não a justifica, a não ser que se trate de uma reforma no mínimo abrangente, como foram as do alemão, do italiano, do espanhol e, recentemente, do romeno. A reforma atual é fruto do trabalho de um único homem, que não consultou filólogos nem linguistas nem nenhum grande vulto estudioso de pelo menos uma das comunidades de fala portuguesa.

Basicamente, são os seguintes os pontos principais da nova ortografia: grafias duplas para pronúncias duplas, como *facto* e *fato*, *aritmética* e *arimética*, por exemplo (o que contraria o objetivo principal da reforma, que seria o da uniformização da escrita); fim do acento agudo nos ditongos *ei* e *oi* abertos nas paroxítonas (*ideia*, *heroico*); fim do acento circunflexo nos hiatos formados por vogais repetidas, nas paroxítonas (*voo*, *veem*, *leem*); fim dos acentos diferenciais em *para*, *pela*, *pelo* e *polo* (mas o acento permanece em *pôr* e *pôde*); fim do acento agudo no **u** tônico das formas rizotônicas dos verbos em *guar*, *quar*, *quir* e *quir* (*averiguo*, *arguo*); fim do trema (*tranquilo*, *linguista*).

Parecem poucas, mas essas modificações já são suficientes para dar um

prejuízo enorme pelo menos às bibliotecas dos países envolvidos no acordo. As principais dificuldades permanecem: as regrinhas do emprego do hífen e as muitas incoerências absurdas na grafia de muitas palavras. Por exemplo: estender é com s, mas extensão, que é o ato de estender, é com x; *pêssego* é com ss, por ter vindo de *persicu*, porque o rs dá ss, mas *almoço* é com ç, embora venha de *admorsu*, também com rs; escreve-se *inverno*, *erva* e *ombro*, sem h, mas *hibernar*, *herbáceo* e *humeral*, com h. O sufixo *-ecer* às vezes é *-escer*, como em *amadurecer* e *rejuvenescer*; *Bahia* é com h mas *baiano*, não. E isso sem falar no emprego de letras de mesmo som (x/ch, s/z/x, ss/ç/c, etc.) que continuam dando dor de cabeça aos que escrevem. Apesar disso, a preocupação da nova reforma foi com acentos e tremas!

Enganam-se os que pensam que a nova ortografia tem menos regras. É possível que tenha havido uma diminuição quantitativa das regras, não uma diminuição qualitativa. Pela antiga ortografia, os ditongos tônicos **ei**, **eu**, **oi** são sempre acentuados quando abertos: *idéia*, *céu*, *heróico*. Pela reforma ortográfica proposta por Antônio Houaiss, só se acentuam os ditongos tônicos nas palavras oxítonas ou monossilábicas: *herói* terá acento, mas *heroico*, não. Pela antiga ortografia, as vogais tônicas, depois de um ditongo decrescente, são sempre acentuadas: *baiúca*, *Piauí*. Na nova ortografia, só se acentuam aquelas vogais nas palavras oxítonas. Dessa forma, *baiuca* perde o acento, mas *Piauí*, não. Isto é: o que antes era motivo de uma única regra, simples, passa a ser motivo de duas regras. Onde houve aí a simplificação?

Por que os acentos diferenciais privilegiaram o verbo *pôr*, por oposição à preposição *por*, *pôde* por oposição a *pode* e *fôrma* por oposição a *forma*, e não existem em *apoio/apóio*, *Léia* (nome próprio)/*leia* (verbo *ler*)?

A nova ortografia introduz “oficialmente” letras que nunca deixaram, na prática, o nosso alfabeto. O **k** sempre existiu nas abreviaturas (de *quilômetro*, *quilo*, etc.) ou na representação de elementos químicos (**K** para *potássio*, **Kr** para *criptônio*) e nas palavras oriundas de nomes estrangeiros (*kantismo*, *kafkiano*); o **w** sempre existiu também nas abreviaturas ou nos derivados de palavras estrangeiras, como **W** (para *Oeste*) e *quilowatt*; o **y** nunca desapareceu do nosso alfabeto, porque sempre foi usado também nas abreviaturas e em termos técnicos, com **yd** (*jarda*) e *byronismo*, por exemplo. Onde está, portanto, a “inovação” da nova ortografia?

A transcrição ortográfica, não fonética, de pronúncias basiletais (isto é, as do dialeto social ou da arraia-miuda), em trabalhos não acadêmicos, pode provocar problemas de interpretação. O título do samba “Filho da Véia”, de Luiz Américo-Braguinha, se for lido na nova ortografia, vai dar pano para manga: o leitor não vai ficar sabendo se o cantor é *filho da veia* (onde corre o sangue), numa alusão à droga, ou *filho da veia* (deslateralização da consoante lateral palatal de *velha*, no basileto ou no dialeto caipira).

Os grupos consonantais formados por duas consoantes em que a segunda é uma líquida (r, l) constituem grupos próprios, em que ambas as consoantes se pronunciam na mesma sílaba. É o caso, por exemplo, de *abrir*, *atlas*, *africano*, etc. Ora, a inexistência de hífen em palavras como *sublinhar* ou *abrupto* (estranhamente, *ab-rogar* tem hífen) está provocando a alteração da pronúncia: nunca ouvi uma única pessoa de cultura que dissesse *ab-rupto*. A pronúncia geral e corrente é a “errônea”, em que as consoantes **br** soam na mesma sílaba, e não em sílabas distintas, como requer a prosódia oficial. Da mesma forma, pronuncia-se *subliminar*, exatamente como *sublime*, embora no primeiro vocábulo a norma culta exija a separação do grupo **bl**.

Com relação ao trema, há também o que discutir.

Entrevistado por uma repórter de televisão, em 1995, sobre se a supressão do trema, na sua reforma ortográfica, teria repercussões na pronúncia, alterando-a e alterando a língua, Antônio Houaiss respondeu que não, porque a pronúncia dependia do conhecimento da palavra. Talvez a resposta possa servir para o inglês, que nunca teve informação gráfica sobre a prolação dos seus vocábulos. Não para o português.

Há coisas que uma entrevista rápida, durante um noticiário, não permite lembrar, mas já se podem registrar casos de alteração de pronúncia por conta do trema. A reforma ortográfica suprime o trema do **u** nos casos em que **qu** e **gu** não formam dígrafos. É bem verdade que *banguense*, o torcedor do Bangu, nunca levou trema, embora o **u** não forme dígrafo com o **g**. Mas era uma exceção imprevista, abonada apenas pela tradição. A supressão absoluta do trema vai acarretar diversidade de pronúncia em muitos vocábulos, sobretudo nos de uso menos frequente, como *apropinquêi*, *delinqüiu*, *rastaqüera* e outros. Quando o trema estava vigendo, ouvi pessoas cultas dizerem “*quinquênio*” por “*qüinquênio*”. Sem o trema, então, a confusão será maior. Não são poucos os

vocábulos com **qu** ou **gu** de pronúncia dúplice na língua, como *liquidar/liqüidar* ou *equivalente/eqüivalente*. Ora, a supressão do trema pode piorar esse quadro e possivelmente haverá um dia alguém que vá dizer *banguê* por *bangüê*, até mesmo no Nordeste.

A reforma não unifica nada, porque admite que se registrem na escrita variações de pronúncia dos mesmos vocábulos. Por conta dessas variações, não são poucas as grafias duplas previstas na reforma ortográfica, como *facto/fato*, *aritmética/arimética*, e acentos facultativos, como *fôrma* (subst.) para distinguir de *forma* (verbo). Por que não deixar o trema facultativo?

A nossa ortografia está muito próxima do ideal fonêmico, segundo o qual a cada som deveria corresponder um símbolo gráfico e a cada símbolo gráfico deveria corresponder um som. Mas o ideal fonêmico não é o mais desejável, quando se pretende fazer um estudo em profundidade da língua, porque o aspecto gráfico ajuda a identificar famílias de palavras na mesma língua ou origens comuns em línguas distintas.

A relação unívoca som-grafema não é ideal. Grafema é um traço gráfico distintivo, que pode ser uma letra, um acento, ou qualquer sinal que distinga palavras escritas, como a cedilha que distingue paco *de paço*, ou como o acento que distingue *pôde* de *pode*, ou como a letra que distingue *mezinha* (“remédio caseiro”) de *mesinha* (“mesa pequena”). E é aí que a relação som-grafema não pode ser unívoca, além do fato de que essa relação unívoca poderia trazer transtornos ao estudioso da língua. Felizmente a nova ortografia não cometeu essa tolice. A forma *eletric*, por exemplo, nessa relação unívoca, perderia a motivação visual – se é que se pode falar assim – se fosse grafada *eletris* para *eletricidade*, divergindo da forma original *elétrico* (em que o **c** soa **k**). A palavra inglesa *knife* (faca), sem o **k**, inicial mudo, e com o **i** grafado **ai**, não lembraria o *canif* francês nem o *canivete* português. *Ome* estaria distante de *Ohm*; *baironiano* seria uma segunda morte para Byron; e se *César* se grafasse *Sézar*, ninguém notaria a associação com o russo *Czar* nem com o alemão *Kaiser*. Além disso, palavras homófonas, como *insipiente* (relacionada a *saber*) e *incipiente* (relacionada a *começar*) perderiam sua distinção gráfica fundamental, e o leitor ficaria sem saber se o adjetivo estaria indicando ofensa ou tolerância. Da mesma forma, eliminar a diferença gráfica entre *taxar* e *tachar*, entre *coser* e *cozer*, entre *cheque* e *xeque*, entre *pás* e *paz*, entre *mas* e *más*, etc. pode levar à

confusão que se estabelece hoje entre *fôrma* e *forma* (cuja distinção a reforma de 1971 aboliu indevidamente).

O emprego do hífen, que constitui a maior das dores de cabeça para quem escreve, não foi resolvido pela nova ortografia. Pelo contrário: as confusões e distorções permanecem, como, por exemplo, as palavras compostas (cujo todo pode ou não corresponder à soma das partes) que podem ou não levar hífen, sem nenhum critério: *missa-show* (mas: comício monstro), *garoto-propaganda* (mas: funcionário fantasma), *filme-documento* (mas: fita pirata), *carro-forte* (mas: carro esporte), *cor-de-rosa* (mas: cor de vinho), *perde-ganha* (mas: vaivém), *para-choques* (mas paraquedas), *pé-de-meia* (mas pé de moleque), etc.

O ideal de uma reforma ortográfica seria não uma escrita fonética, nem mesmo uma escrita fonêmica pura, mas algo moderado que levasse em conta a família de palavras sempre que possível. Em outras palavras, a ortografia deve estar próxima da fonologia da língua, mas o critério etimológico não deve ser descartado inteiramente. A tarefa da reforma ortográfica deve ser atribuída a linguistas com formação filológica e a gramáticos com formação linguística. Vale dizer: não é coisa que se decida por uma só pessoa nem por votação sumária de senadores, mesmo que, eventualmente, exista entre eles alguém que conheça bem a língua que fala e em que escreve.

Em tudo isso há apenas um consolo, além da esperança de que um dia venha a paz ortográfica: a nova ortografia poderia ter sido pior. Se é que pode servir de consolo a um perneta a ideia de que poderia ter perdido também a outra perna.

POSTO QUE

Publiquei no *Suplemento Literário do Minas Gerais*, nº 979, de 06-07-85, uma análise do Soneto de Fidelidade, de Vinícius de Moraes, a propósito da locução conjuntiva *posto que*. O soneto termina assim: “Que não seja imortal posto que é chama / Mas que seja infinito enquanto dure.” Essa ideia foi inspirada em Henri de Régnier, poeta e romancista francês (1864-1936) pouco conhecido, que escreveu algo semelhante, registrado por Paulo Rónai em seu *Dicionário de Citações* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 s.v. amor): “o amor é eterno enquanto dura”. Na época, a propósito desse meu artigo no *Suplemento Literário*, Antônio Geraldo da Cunha, autor do *Dicionário Etimológico Nova Fronteira de Língua Portuguesa*, escreveu-me, da Fundação Casa de Rui Barbosa, uma cartinha contando-me uma anedota verídica: Aurélio Buarque de Holanda Ferreira scandalizou-se com Vinícius, porque, no seu *Dicionário de Língua Portuguesa*, *posto que* está com o sentido de “embora, apesar de que”, e não com o valor de “porque”, que o soneto sugere. Vinícius teria respondido que, como poeta, ele não tinha a obrigação de respeitar as normas gramaticais. No meu estudo do soneto, tentei mostrar que Vinícius de Moraes estava usando *posto que* com seu sentido dicionarizado de concessão e não de causa. Eu não conhecia a anedota contada por A. G. Cunha. Acredito que a cartinha que ele me enviou (que veio junto com outra de Adriano da Gama Kury sobre o mesmo tema) tenha sido uma espécie de recado delicadíssimo, mostrando que minha interpretação estava equivocada: *posto que*, no soneto de Vinícius, foi empregado efetivamente como locução causal e não concessiva.

Achei, no entanto, que, apesar dessa evidência, minha análise não estaria tão equivocada assim. Afinal, um texto literário é plurívoco por excelência, pode ter várias leituras possíveis, incluindo interpretações que nunca passaram pela cabeça do próprio autor quando o escreveu. Mantive meu ponto de vista (que me perdoe A.G.Cunha, onde quer que esteja no andar de cima...) e republicuei o

estudo no livro *Discurso e Narração*, editado pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida em 1995, nas p. 57-61. Meus argumentos eram os seguintes:

Em primeiro lugar, o poema de Vinícius é de 1939, quando ainda não era frequente o uso de *posto que* com valor causal. Se esse uso fosse mais antigo, os normativistas o teriam registrado, mas só mais recentemente é que se lê algo a respeito nas nossas gramáticas. Em segundo lugar, a associação de *chama* com *imortal* é um grupo usual, um lugar-comum tão batido quanto *discurso eloquente* ou *viúva inconsolável*. Vinícius fez a dissociação na sua metáfora, com o *posto que* interpretável como concessivo: que não seja imortal, embora seja chama.

Em terceiro lugar, a simbologia da chama está associada à iluminação e ao amor. A chama simboliza a transcendência em si e tudo o que representa o divino no homem. Foi com a centelha do fogo divino que Vulcano fez Pandora. A faísca que Prometeu arrebatou do Sol para o homem é a fonte da vida, da inteligência, da vontade. Dizemos “chama da sabedoria”, “chama da esperança”, “chama da fé”, etc. Mas a chama pode ligar-se a um simbolismo negativo, como em “chamas eternas” para designar o inferno, mas, ainda aí, a chama se liga a uma origem divina. Afinal, Lúcifer, o que traz a luz, era um anjo.

Talvez eu não tenha convencido os estudiosos, mas dei meu recado. Apesar de eu ter insistido nessa minha interpretação “normativista”, ofereci um exemplar de *Discurso e Narração* a Antônio Geraldo da Cunha, que o citou na primeira edição do *Dicionário Houaiss*, de que foi um dos redatores e datadores (verbete *estória*). Ele nunca chegou a saber o quanto lhe fiquei grato...

JOVENS ALUNOS COM A PALAVRA

Enviou-me José Lemos Sobrinho, em julho de 08, uma seleção de frases de vestibulandos da Universidade Federal de Minas Gerais, com comentários de um professor. Suprimi os comentários por inúteis, irônicos e pretensamente humorísticos. Eis as frases:

A TV possui um grau elevadíssimo de informações que nos enriquece de uma maneira pobre, pois se tornamos uns viciados deste veículo de comunicação. A TV no entanto é um consumo que devemos consumir para nossa formação, informação e deformação. A TV se estiver ligada pode formar uma série de imagens, já desligada, não... A TV deforma não só os sofás por motivo da pessoa ficar bastante tempo intertida como também as vista. A televisão passa para as pessoas que a vida é um conto de fábulas e com isso fabrica muitas cabeças. Sempre ou quase sempre a TV está mais perto de nosco, fazendo com que o telespectador solte o seu lado obscuro. A TV deforma a coluna, os músculos e o organismo em geral. A televisão é um meio de comunicação, audição e por que não dizer, de locomoção. A TV é o oxigênio que forma nossas ideias. (...) podemos dizer que esse meio de transporte [a TV] é capaz de informar e deformar os homens A TV ezerce poder, levando informações diárias e porque não dizer horárias E nós estamos nos diluindo a cada dia e não se pode dizer que a TV não tem nada a ver com isso. A televisão leva fatos a trilhares de pessoas. A TV acomoda aos tele inspectadores. A informação fornecida pela TV é pacífica de falhas. A televisão pode ser definida como uma faca de trez gumes: ela tanto pode formar como informar, como deformar.

De Roldão Simas Filho recebi, também em julho de 08, as seguintes pérolas do Enem (também suprimi, por inúteis, ruins, irônicos e pretensamente humorísticos os comentários a cada frase):

O metro é a décima milionésima parte de um quarto do meridiano

terrestre e para o cálculo dar certo arredondaram a Terra! O cérebro humano tem dois lados, um para vigiar o outro. O cérebro tem uma capacidade tão grande que hoje em dia, praticamente, toda a gente tem um. Quando o olho vê, não sabe o que está a ver, então ele amanda uma foto elétrica para o cérebro que lhe explica o que está a ver. O nosso sangue divide-se em glóbulos brancos, glóbulos vermelhos e até verdes! Nas olimpíadas a competição é tanta que só cinco atletas chegam entre os dez primeiros. O piloto que atravessa a barreira do som nem percebe, porque não ouve mais nada. O teste do carbono 14 permite-nos saber se antigamente alguém morreu. Antes mesmo da guerra a mercedes já fabricava volkswagen.

Pedofilia é o nome que se dá ao estudo dos pelos. O pai de D. Pedro II era D. Pedro I, e de D. Pedro I era D. Pedro 0. Nos aviões, os passageiros da primeira classe sofrem menos acidentes que os da classe econômica. O índice de fecundidade deve ser igual a 2 para garantir a reprodução das espécies, pois precisa-se de um macho e uma fêmea para fazer o bebê. Podem até ser 3 ou 4, mas chegam 2.

O homossexualismo, ao contrário do que todos imaginam, não é uma doença, mas ninguém quer tê-la. Em 2020 a caixa de previdência já não tem dinheiro para pagar aos reformados, graças à quantidade de velhos que não querem morrer. O verme conhecido como solitária é um molusco que mora no interior, mas que está muito sozinho. Na segunda guerra mundial toda a Europa foi vítima da barbie nazista. Cada vez mais as pessoas querem conhecer a sua família através da árvore ginecológica. O hipopótamo comanda o sistema digestivo, e o hipotálamo é um bicho muito perigoso. A Terra vira-se nela mesma, e esse difícil movimento chama-se arrotação.

Lenini e Stalone eram grandes figuras do comunismo na Rússia. Uma tonelada pesa pelo menos 100kg de chumbo. Quando os egípcios viam a morte chegar, disfarçavam-se de múmia. Uma linha reta deixa de ser reta quando encontra uma curva. O aço é um metal muito mais resistente do que a madeira. O porco é assim chamado porque é nojento. A fundação do Titanic serve para mostrar a agressividade dos ice-bergs. Para fazer uma divisão basta multiplicar subtraindo. A água tem uma cor inodora. O telescópio é um tubo que nos permite ver televisão de muito longe. O Marechal António Spínola é conhecido principalmente por estar no dicionário. A idade da pedra começa com a invenção

do Bronze. O sul foi posto debaixo do norte por ser mais cômodo. Os rios podem escolher desembocar no mar ou na montanha. A luta greco-romana causou a guerra entre esses dois países. Os escravos dos romanos eram fabricados em África, mas não eram de boa qualidade. O tabaco é uma planta carnívora que se alimenta de pulmões. Na Idade Média os tratores eram puxados por bois, pois não tinham gasolina. A baleia é um peixe mamífero encontrado em abundância nos nossos rios. Quando dois átomos se encontram, vai dar uma grande m... Princípio de Arquimedes: qualquer corpo mergulhado na água sai completamente molhado. Newton foi um grande ginecologista e obstetra europeu que regulamentou a lei da gravidez e estudou os ciclos de Ogino-Knaus.

Pergunta: Em quantas partes se divide a cabeça? Resposta: Depende da força da cacetada. A trompa de Eustáquio é um instrumento musical de sopro, inventado pelo grande músico belga Eustáquio, de Bruxelas. Parasitismo é o fato de um cara não trabalhar e viver às 'custas' dos outros, de dinheiro, cigarros e outros bens materiais. Ecologia é o estudo dos ecos, isto é, da ida e vinda dos sons. A Biologia é o estudo da saúde. E para beneficiar a saúde é que foi inventado o biotônico. As constelações servem para clareficar a noite. Elas clareiam e ficam no céu ao mesmo tempo: clareficar! A Terra é um dos planetas mais conhecidos e habitados do mundo. Ao princípio os índios eram muito atrasados mas com o tempo foram-se sifilizando.

As frases seguintes foram coletadas de outras fontes (talvez de redações diversas) e enviadas pelo leitor Carlos Figueiredo de Aguiar:

O golfinho é um peixe que vira mamífero quando domesticado pelos aquaristas que trabalham nos aquários. Antigamente, a baleia tinha o nome de mobidique, mas depois que ela matou um marinheiro virou baleia. É necessário estudar muito para a gente chegar a sermos cientistas astronáuticos, mas no Brasil só um brasileiro conseguiu isso, o que mostra que nosso ensino é que foi para o espaço. A greve tem esse nome porque um juiz errou e escreveu greve em lugar de grave e o erro passou de mão em mão até entrar no dicionário. Uma dança é tradicional quando vira tradição nos costumes de um povo. No Brasil tem gente que não fala português porque é mudo, mas há gente que não fala português porque fala inglês ou francês e não porque são mudos também. Um poliglota não precisa tomar cuidado no exame de prótese porque está acostumado com o dedo.

É de doer, não é?

COMBINAÇÃO DE PRONOMES

Disse eu certa vez, numa crônica, que minhas alegrias de traduzir às vezes desaparecem quando a tradução editada apresenta erros que não cometi, mas que levam minha assinatura. Na tradução do romance *A valsa inacabada*, de Catherine Clément, lançado pela Record em 1994, o revisor trocou o tratamento direto vós de majestade pelo pronome *a senhora*, em desrespeito à tradição do tratamento pronominal português das cortes imperiais. A cor local do romance simplesmente desapareceu, porque a cerimônia e o respeito, sugeridos pelo pronome vós, foram suprimidos por formas como *o senhor*, *a senhora* que, embora respeitosas, nem de longe fazem pensar nos majestosos salões vienenses das valsas de Strauss (o romance em questão é sobre a vida de Sissi, a última imperatriz da Áustria).

O que mais me entristeceu, contudo, foram as seguintes frases de autoria exclusiva do revisor, que me corrigiu: “Vais me mostrá-las, prometes? Até aqui tu as fechastes a chave...” (p. 492).

Deixemos de lado a última frase, em que o pronome *tu* aparece como sujeito de um verbo com a flexão correspondente a vós, porque podemos pensar que se trata de um descuido, de um erro de digitação. Mas o que me causou espécie, realmente, foi a utilização dos dois pronomes átonos, *me* e *las*, complementos do mesmo verbo, em próclise e em ênclise, simultaneamente, numa construção insólita e absurda que nenhum professor de português aceitaria por mais medíocre que fosse. Todas as boas gramáticas trazem, no capítulo dos pronomes um subcapítulo a respeito da combinação dos pronomes átonos: *mo* (*me* + *o*), *to* (*te* + *o*), *lho* (*lhe* + *o*), *no-lo* (*nos* + *o*), *vo-lo* (*vos* + *o*), *lho* (*lhes* + *o*). Isso significa – e as boas gramáticas são claras nesse sentido – que, se um verbo tem por complementos dois pronomes átonos, eles obrigatoriamente se combinam. Se o falante achar pedante ou artificial essa construção, mais

frequente em Portugal, poderá então utilizar a forma átona do objeto direto e uma forma tônica do objeto indireto, a fim de evitar a combinação de pronomes. A frase do revisor, que não consta da minha tradução, ficaria assim: “”Vais mostrá-las a mim, prometes?””, em lugar de “Vais mostrar-mas”, como estava no meu texto. O que não se pode dizer ou escrever de forma alguma é “Vais me mostrá-las”, como está no livro *A valsa inacabada*, num flagrante desrespeito ao que escrevi e à norma prescrita pelas boas gramáticas.

Saramago, em *O homem duplicado* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002) usa com frequência a combinação de pronomes (to, lho, mo, etc.), mesmo na fala descontraída de seus personagens. O que significa que o professor de português que não ensinar essas formas pronominais em suas aulas de gramática estará impedindo aos alunos o acesso à compreensão das obras do mais importante escritor atual da nossa língua, ganhador do prêmio Nobel. Ou, coisa pior ainda, poderá fazer como o revisor da minha tradução que, desconhecendo a combinação de pronomes ou as regras básicas do emprego de dois objetos pronominais para um mesmo verbo, acaba escrevendo frases agramaticais ou absurdas.

Na minha *Gramática Superior da Língua Portuguesa*, editada pela Ufes em 2007 e, em segunda edição, pela Thesaurus, de Brasília, em 2011, cito, na p. 282 da 1ª edição e 243 da 2ª, o “vais me mostrá-la” do meu revisor, recomendando que, se o falante não quiser combinar os dois pronomes, que use uma forma átona (para o objeto direto) e uma forma preposicionada, tônica, para o objeto indireto.

Pode ser que o meu revisor nunca tenha conhecimento da minha gramática. Mas, pelo menos, pude sentir-me mais aliviado.

ERROS INTERESSANTES

No meu ofício, deparam-se-me às vezes alguns erros interessantes que merecem destaque pelo curioso da construção. Algumas construções parecem erradas e não o são, como “A Justiça e Deus vai julgar-me” (poderia ser “vão julgar-me”, mas o singular é possível por causa da hendíade, isto é, da falsa coordenação, em que a conjunção está no lugar da preposição: a Justiça de Deus ou a Justiça Divina vai julgar-me), ou como esta frase que copiei de uma redação de vestibular: “As coisas que os casais faziam era juntos”, em que “era” é verbo vicário ou verbo pronominal, que está no lugar do verbo anterior. Parafraseado, o período fica assim: “As coisas que os casais faziam faziam juntos”.

Em um jornal local, do dia 10-10-07, anotei a seguinte frase: “A equipe agradece e parabeniza todos os participantes do concurso, desejando um feliz Dia das Crianças aos pequenos leitores deste jornal.” O verbo *agradecer* é transitivo indireto: agradecer a alguém; o verbo *parabenizar* é transitivo direto: parabenizar alguém. Não se deve atribuir o mesmo complemento a verbos de regência diferente. O objeto indireto de um verbo não pode ser ao mesmo tempo objeto direto de outro verbo. A frase corrigida fica assim: “A equipe agradece a todos os participantes do concurso e parabeniza-os, desejando um feliz Dia das Crianças aos pequenos leitores deste jornal.”

Um erro curioso ocorreu numa notícia de jornal do dia 01-07-08: “Mais de 450 motoristas levaram multas, mas menos de dez delas foram por dirigir embriagado.” O texto diz que menos de dez multas “foram por dirigir embriagado”, isto é, a ideia (descontada a falta de concordância nominal) é de que as multas é que dirigiam embriagadas. Uma correção possível seria a seguinte: “Mais de 450 motoristas levaram multas, mas menos de dez deles foi por dirigir embriagados.” O verbo *ser* fica no singular porque é vicário, isto é, é um verbo substituto do verbo anterior: “Os motoristas levaram multas, mas

menos de dez deles *levaram multas* por dirigir embriagados”. Uma segunda sugestão de correção seria: “Mais de 450 motoristas levaram multas, mas menos de dez delas foram por embriaguez ao volante.” Aqui o verbo vai para o plural porque não é vicário. O sujeito de “foram” é “elas”, “as multas”.

Outro erro interessante (de um entrevistado, no calor da entrevista): “Não vamos correr o risco de *chover* e *perder* o serviço do dia.” Os verbos *chover* e *perder* estão coordenados entre si, no mesmo complemento nominal de *risco*, o que presume o mesmo sujeito, como se o autor da frase pudesse chover. A coordenação deve ser substituída pela subordinação, para que apenas *perder o serviço do dia* (e não *chover*) seja complemento nominal de *o risco*, com sujeito igual ao da oração principal: *nós*. Corrigida, a frase fica assim: “Não vamos correr *o risco* de, se chover, perder o serviço do dia.”

Erro interessante cometeu um “gramático” que atua na mídia. Ao ensinar o emprego do pronome relativo “cujo” que dá ideia de posse, que exerce função adjetiva de adjunto adnominal e que significa *de + antecedente* (antecedente é o nome ou pronome que antecede o pronome relativo e que o pronome relativo substitui), o “professor” deu exemplos corretos, tais como “Eis o livro cujas folhas se soltaram” (“Eis o livro - as folhas do livro se soltaram). Mas finalizou no emprego de *cujo* com um erro semelhante a este: “A ponte para cuja inauguração o prefeito foi convidado custou caro.” É claro que a ponte não pertence à inauguração, nem a inauguração à ponte. *Da ponte* é complemento nominal de *inauguração* e não adjunto adnominal. Não havendo ideia de posse, não há o emprego de *cujo*. A frase corrigida ficaria assim: “A ponte para a inauguração da qual o prefeito foi convidado custou caro.”

Como se vê, corrigir não é uma tarefa fácil...

O PROBLEMA DO LHE

A confusão entre valores semânticos, gramaticais e sintáticos tem levado alguns gramáticos a análises equivocadas. A possibilidade de haver identidade semântica entre duas expressões não implica necessariamente que haja identidade gramatical ou funcional.

Não poucos autores ensinam que o pronome *lhe* deva ser analisado como adjunto adnominal, quando pode ser substituído por um pronome possessivo, como na frase 1. Lavei-lhe há pouco as mãos.

É claro que se pode dizer “Lavei há pouco as mãos dele/dela/de você”. Mas também se pode dizer “Lavei as mãos a você (a ele, a ela)”. O fato de *lhe* poder equivaler semanticamente a um possessivo não significa que seja possessivo. O adjunto adnominal exerce função adjetiva. Mas o pronome pessoal é pronome substantivo. Portanto não pode exercer função adjetiva. Além disso, analisar o *lhe* na frase 1 como adjunto adnominal parece fazer esquecer que o adjunto adnominal tem esse nome por estar junto de um nome, a fim de determiná-lo, mas na frase 1 o *lhe* está entre dois verbos, sem determinar nome algum.

A frase 2 traz o objeto indireto topicalizado: 2. “A cavalo dado não se olham os dentes.” Esse objeto indireto pode ser transformado em adjunto adnominal: 3. “Não se olham os dentes de cavalo dado.” Mas em nenhum momento se pode analisar “a cavalo dado” no exemplo 2 como adjunto adnominal.

Ora, é perfeitamente possível substituir os pronomes oblíquos *lhe* e *o* nos exemplos 4,5,6,7 e 8, a seguir, pelo pronome possessivo *seu*, e possivelmente ninguém os analisaria como adjuntos adnominais: 4. “Perguntei-lhe o nome (o seu nome).” 5. “Trouxe-lhe o presente (= o seu presente).” 5. “Peço-lhe a permissão para... (= sua permissão).” 7 “Comprei-lhe o relógio (= o seu

relógio).” 8. “A bala o acertou no peito (= acertou o peito dele, acertou no seu peito).”

A ambiguidade da frase 7 e a frase 8 não deixam margem a dúvidas: o pronome oblíquo não é adjunto adnominal.

Há construções clássicas em que o pronome pessoal oblíquo ocorre pleonasticamente com um objeto indireto, provando a impossibilidade de ele ser analisado como adjunto adnominal: 9. “Puxei-lhe as tranças à menina.” 10. “Beijo-lhe as mãos a Vossa Excelência.” Júlio Ribeiro, em seus *Estudos da língua portuguesa* (1ª série, Lisboa: Clássica, 1907, p. 23), cita um exemplo de Machado de Assis, de *Relíquias da Casa Velha*, em que o *lhe* equivale a *dela*, sem ideia de posse, numa construção inusitada: “Já então *lhe* tinha grandes saudades.” O mais adequado é considerar esse *lhe* um complemento nominal.

E é como complemento nominal que se deve analisar o *lhe* das frases seguintes: 11. “Pareceu-lhe difícil o trabalho.” 12. “Não *lhe* foi possível atender-me.” 13. “Fico-lhe grato.”

Em outras palavras, o pronome *lhe* não pode ser adjunto adnominal. Apesar da opinião insustentável de alguns gramáticos. O pior é que esse erro de análise é repetido e exigido por professores desinformados em vários concursos e em exames de vestibular. O *lhe* ou é complemento nominal (“Sou-lhe grato”) ou é objeto indireto (“Escreveu-lhe o nome”), que Evanildo Bechara (*Lições de português pela análise sintática*. 16.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, p. 78) chama de “objeto indireto de posse”.

Basta lembrar o seguinte fato: o adjunto adnominal é função adjetiva; o pronome pessoal, como pronome substantivo, só pode exercer função substantiva.

A GRAMÁTICA ESQUECIDA

A revista *Istoé* nº 2023, de 13 de agosto de 2008, nas páginas 44-5, traz uma reportagem intitulada “É faculdade, mas parece colégio”, em que denuncia a imaturidade emocional e o despreparo intelectual dos universitários. As faculdades acabam transmitindo aos seus alunos noções básicas de português e de matemática, porque eles pouco ou nada aprenderam no curso médio. Os universitários acabam aprendendo (quando aprendem) no curso superior o que deveriam ter aprendido no segundo grau.

Tenho insistido na cobrança de gramática, mas até o vestibular aderiu à moda do Enem, formulando questões em todas as disciplinas com base num único tema geral. Em relação à língua portuguesa, o que se nota é que as questões se centralizam na interpretação de texto, em que o candidato é obrigado a escolher a resposta que condiz com o que a banca interpretou empobrecendo o texto, por reduzir à paráfrase denotativa o que é rico em conotações e em leituras múltiplas.

Soube por um amigo que, numa escola reputada como excelente, uma coordenadora entrou numa sala de aula de cursinho onde um professor ministrava lições de gramática portuguesa e disse, na frente do professor, desautorizando-o, que os alunos não precisavam estudar nada daquilo, porque as questões de português, no vestibular, eram todas de interpretação de texto. Felizmente, naquele ano, fiz parte da banca, e insisti em gramática, na maioria das questões. Os cursinhos reagiram chamando de “traição” o fato de se terem exigido questões gramaticais!

O desconhecimento da gramática, por conta de um ensino deficiente, produziu uma consequência desastrosa: até mesmo professores formados desconhecem regras básicas de concordância e de coesão textual. Os universitários, por sua vez, aprendem toda a difícil metalinguagem linguística,

mas não sabem distinguir o sujeito de uma oração. Linguistas sem preparo filológico ou sem maturidade atacam a gramática em livros demagógicos e cheios de erros doutrinários, inclusive linguísticos, que dizem aquilo que os professores querem ler e ouvir, mas não aquilo que deveriam saber. E tais livros são adotados não por terem algum mérito, que certamente têm, mas por fornecerem ao docente os argumentos de que precisa para justificar suas ideias preconcebidas.

Duas das soluções que preconizo mas que certamente não serão levadas em conta são: a primeira é a de que o vestibular deva ser por área ou, se se mantiver o vestibular unificado, a de que as provas sejam sequer (isto é, pelo menos) discriminadas por disciplina; e a segunda é a de que as redações dos vestibulandos devam ser corrigidas por professores de português que efetivamente entendam do riscado. Sei de pelo menos um professor que, embora atue na mídia em que se exige teoricamente o emprego da norma culta, tem a audácia de participar da banca de correção das redações de vestibular e que não só manifesta de público sua ojeriza à gramática, mas também escreve mal, cometendo erros grosseiros de português em quase tudo que escreve, de tal forma que mal consegue redigir uma lauda sem cometer pelo menos um erro crasso.

Não entendo por que se devam pedir noções de química, de biologia, de física ou de geografia a um vestibulando que pretende fazer Direito ou Letras. Antes dessa aberração que é o vestibular unificado, cada faculdade tinha seu próprio vestibular e exigia conhecimentos pertinentes à área profissionalizante de sua especialidade. Não é por saudosismo que preconizo o retorno ao vestibular por área, mas por amor a um ensino mais eficiente e a um curso superior mais adequado às necessidades do aluno que o procura.

O resto é demagogia ou garantia de fracasso acadêmico.

ATAQUES À GRAMÁTICA

Há algum tempo, uma aluna de um curso de letras, ao comentar num artigo a “Carta pras Icamíabas”, cap. IX do *Macunaíma*, de Mário de Andrade, se insurgiu contra a gramática, na presunção de que a língua ou a comunicação linguística possa existir sem ela, ou na ignorância do fato de que o próprio Mário de Andrade escreveu uma *Gramatiquinha*, que Edith Pimentel Pinto resgatou e comentou brilhantemente no livro *A Gramatiquinha de Mário de Andrade – Texto e contexto*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

O único grande problema de Mário de Andrade, embora tenha sido um bom usuário da língua, é que ele não era um técnico, o que o levou a misturar padrões, dialetos e registros diferentes. A proposta de Mário de Andrade, contudo, era das mais idealistas e das mais meritórias: a de codificar os fatos linguísticos que configurassem a unidade da língua no Brasil, sem deixar de mostrar que toda língua “se compõe de muitas línguas funcionais, mas que é uma unidade, em que perdem relevo as possíveis discrepâncias” (p. 293). Sua obra poderia, se concluída, resultar numa estilística da fala brasileira. Infelizmente, conforme a própria Autora, o pendor de Mário de Andrade “para o comentário crítico não se ajustava bem – ou ainda não se ajustara – ao propósito de codificar, embora precariamente, os fatos da norma brasileira” (p. 160).

A aluna do curso de letras terminou seu artigo citando elogiosamente parte da crônica “O gigolô das palavras”, de Luís Fernando Veríssimo, segundo a qual o importante é comunicar e, à parte o fato de ajudar na eliminação de alguns erros mais graves, a gramática é apenas a língua das múmias.

Mas Luís Fernando Veríssimo também é um usuário da língua, não um técnico. E, como bom usuário, tem o direito e o dever de insurgir-se contra as normas gramaticais do dialeto culto, porque a sua função, como escritor, é o de renovar a linguagem, o de reinventar novas formas de expressão, e não o de

respeitar regrinhas. Mas daí a estender a todo usuário a função precípua de um escritor vai uma distância longa demais que os professores dessa aluna não puderam ou não souberam mostrar-lhe.

Acrescente-se a isso o desconhecimento que essa aluna demonstrou a respeito do que seja gramática. Há a gramática interna, que é o conjunto de regras interiorizadas pelo falante, que lhe permitem dizer, entender e reconhecer como de sua língua enunciados que nunca ouviu antes. Essa é a gramática natural, que não pode deixar de existir, sob pena de se condenar o falante ao silêncio e à incompreensão universal. E há as muitas gramáticas escritas por falantes nativos ou aloglotas, com objetivos diversos: ou descrever um dialeto social, regional, etário ou sexual (gramáticas dialetológicas); ou descrever as alterações ocorridas na formação de uma língua a partir da dialeção de outra, dita língua mãe, ou de outra mais recuada cronologicamente, dita protolíngua (gramática histórica); ou mostrar as formas prestigiosas da língua (gramática normativa); ou descrever o modo como as expressões ou enunciados de uma língua se constroem (gramática gerativa, modular, de casos, tagmêmica, translativa ou estemática, de valências, entre outras), etc. Insurgir-se contra a gramática, genericamente, é revelar, no mínimo, um desconhecimento do que seja a língua, do que seja o próprio fenômeno linguístico ou até do que seja a base e a essência do processo de comunicação.

Um escritor se insurge contra as normas para transgredi-las, para dar asas à sua atividade criadora. Mas deve fazê-lo com conhecimento de causa, e não apenas intuitivamente, como preconiza Luís Fernando Veríssimo. Um aluno ou um professor de línguas é, antes de tudo, um técnico. Pode até ser um escritor, mas é como técnico que deve repassar suas lições. Insurgir-se contra a gramática normativa é desconhecer-lhe uma função catalisadora e supradialetal; é insurgir-se até mesmo contra a comunicação, pretensamente em nome da comunicação, porque é aceitar a anarquia linguística, o triunfo do princípio da dialeção, que levará, fatalmente, a uma nova Babel.

Pelo que sei da leitura atenta da *Gramatiquinha*, Mário de Andrade talvez tivesse adorado a crônica de Luís Fernando Veríssimo. Mas certamente teria chorado de tristeza diante da incompreensão de quem a citou.

SELEÇÃO LEXICAL

Há um ruído na comunicação que pode provocar constrangimentos: o uso de uma palavra no lugar de outra, sobretudo quando se trata de parônimos, isto é, de palavras que se parecem na forma ou no som, mas diferem (e muito) no sentido, como, por exemplo, tráfico e tráfego, velhote e velhaco, docente e discente, vultoso e vultuoso, entre outros. Há palavras que, embora não digam respeito à paronomásia, podem sugerir o contrário do que significam, como o adjetivo “pingue”, por exemplo, em “salário pingue”, que pode sugerir um pequeno salário, mas na verdade designa um salário gordo, vultoso; ou como “falaz” que pode confundir-se com “falastrão” ou “falador”, mas que se relaciona com “falácia”, isto é, com afirmação falsa ou com raciocínio ilegítimo. Também é ilegítimo o emprego da palavra “rastaquera” para designar algo rasteiro, pobre ou vulgar. Rastaquera ou rasta é nome que designa a pessoa que chama a atenção pelo luxo exorbitante e pela ostentação.

Entre os problemas da má seleção lexical, isto é, da má seleção de palavras, está o uso hoje generalizado, mesmo entre professores de português e linguistas de boa reputação, do nome *gênero* para designar sexo. É comum falar-se em gênero masculino quando se quer designar o sexo masculino. Acredito que esse vício de linguagem se deva à tradução literal do inglês *gender*, que pode significar tanto gênero quanto sexo. Ora, gênero é uma distinção gramatical, e sexo é uma distinção semântica. Um nome pode pertencer ao gênero masculino e designar alguém do sexo feminino, como *mulherão*, por exemplo, que, apesar de masculino, designa uma mulher extremamente feminina. Na introdução narrada da canção “O ébrio”, Vicente Celestino diz: “Durante minha trajetória artística, tive vários amores. Todas elas juravam-me amor eterno...” O pronome feminino *elas* refere-se anaforicamente a um nome masculino: *amores* (silepse de gênero). Também pode ocorrer que um nome feminino designe alguém do sexo masculino, como *sentinela*, *criança*, *vítima*, *testemunha*, por exemplo. *Cobra* é

sempre do gênero feminino, ainda que designe o *macho* da espécie: a *cobra-macho*. *Jacaré* é sempre do gênero masculino, ainda que designe a fêmea da espécie: o *jacaré-fêmea*. Não há razão para essa confusão entre gênero e sexo, nem há nenhum argumento que possa defender o uso de um pelo outro.

Inventou-se recentemente a palavra *pedólatra* (não dicionarizada) que, por sua formação, deveria designar aquele que adora crianças, como um sinônimo não estigmatizado de *pedófilo*. Ocorre, no entanto, que a formação dessa palavra desrespeitou a sua origem etimológica e provocou confusão, porque seu uso se generalizou com o sentido de “aquele que adora pés”. A confusão é tanta que um escritor chamado Miguel Dias ganhou o primeiro lugar num dos concursos “Talentos da Maturidade”, do Banco Real e teve seu conto “O pé de Júlia” publicado no livro *Todas as estações*, prefaciado por Deonísio da Silva, e publicado pela Editora Fundação Peirópolis, de São Paulo, em 2002. Diz ele, nas páginas 38-39: “Que não se confunda o pedólatra com o pedófilo. Condenável é a pedofilia (...). Menos grave é um indivíduo que adora pés (...).” O autor quis dar uma lição de semântica sem entender do riscado...

Pena.

PÉROLAS IBÉRICAS

Mandou-me Roldão Simas Filho, há algum tempo, por e-mail, algumas pérolas de estudantes espanhóis pré-universitários. Eis algumas delas:

O coração tem dois movimentos: o de rotação, ao redor de si mesmo, e o de translação, em redor do corpo. O coração está sempre em movimento. Só fica parado nos cadáveres. Os ossos da pantorrilha são formados pelo osso mais comprido do corpo, que é o fêmur, que vai desde a omoplata até a rótula. As ideias, depois que a gente fala, vão para o cérebro. As vísceras são exemplo de parasita interna. Os músculos do pescoço se chamam eletrocleidomésticos. A capacidade pulmonar do ser humano é de cinco mil litros. Na reprodução sexual é importante a fermentação, porque o órgão masculino fica dentro do feminino. O dimorfismo sexual é o que diferencia o macho da fêmea por uma prolongação mais ou menos comprida. Os antibióticos mais conhecidos são o álcool, o algodão e a água oxigenada. Os estimulantes do sistema nervoso são três: o café, o tabaco e as mulheres. Carnívoro é um odontólogo que se alimenta de presas vivas.

Ruminantes são animais que arrotam quando comem. Marsupiais são animais que levam as tetas dentro de uma bolsa. Aves predadoras são as que vivem em prados, lugares onde há muita água. As aves predadoras são conhecidas por suas penas muito coloridas, como o corvo. Alantoide é uma espécie de rabo diverticular que tem o frango para poder respirar. Répteis são animais que se dissolvem na água. Exemplo de réptil é o calouro. As rãs têm uma fenda cloacal que tem esse nome porque é por essa fenda que elas lançam o seu som típico “cloac, cloac”. Anfíbios são animais que se veem nos bares, como, por exemplo, o caranguejo. Os molúsculos se dividem em gastrópodos, bivalves e símios. Os insetos têm três partes: in-se-tos. A abelha se divide em rainha, operária e zagalo. Algas são animais com características de vegetais.

As montanhas não se formam em um ou dois dias. Elas demoram muito tempo para formar-se. O rio que passa por Viena é o Vesúvio azul. Os afluentes do Douro pela esquerda são os mesmos que pela direita, com outros nomes. Os glaciares se formam por erosão e por disfunção. Os vulcões se formam em montanhas quando a água do mar se solidifica e sai pela cratera. A bomba atômica é um exemplo de produto vulcânico. Os centauros eram os antigos habitantes de Ceuta. Na Holanda, de cada quatro habitantes um é vaca. Os países produtores de mel são Melanina, Nova Iorque e a Granja de São Francisco.

A depuração da água se faz pelos raios ultravioletos. O sal comum se distingue do sal incomum porque tem um curioso sabor salgado. A brisa do mar é úmida e seca. Mendel trabalhou muito para fazer suas leis, ajudado por caracóis. O círculo é uma linha pegada pelos dois extremos, formando um redondel.

A diferença entre trabalho e energia é que trabalho é a gente pegar uma cadeira e colocá-la em outro lugar. Já energia é quando a cadeira muda de lugar sozinha. Vela é uma palavra derivada de luz. O homem primitivo se vestia de peles e se refugiava nas tavernas. As etapas mais importantes na evolução do homem: é no ano 570 que se acredita ter havido a primeira aparição do Homo sapiens. A partir de 570 e até 1200, vem o Homo habilis. A partir de 1200 e até aproximadamente 1701, o Homo erectus e só depois é que vêm os homens normais. El Cid quis armar-se cavaleiro e procurou um aldeão chamado Sancho Pança e foi por esses mundos. A catedral de León foi construída pelos romanos graças a um arquiteto americano. A soberba é um apetite desordenado de comer e beber, que se corrige praticando a luxúria. Os israelitas, no deserto, se alimentavam de patriarcas. A fé é aquilo que Deus dá aos homens para eles entenderem os padres.

ALUNOS EM EXAMES

Enviou-me Vitor Silva, há algum tempo, de Portugal, algumas frases que alunos escreveram em seus exames escolares. Eis algumas dessas frases:

Galileu foi condenado à morte porque foi o primeiro a fazer a terra andar à volta. Um braço de mar é um pedaço de mar em forma de braço. Os quatro pontos cardeais são: a direita, a esquerda, embaixo e em cima. A França tem 60 milhões de habitantes, entre os quais muitos animais. A segunda guerra mundial foi um período de paz e de prosperidade para a Alemanha. A 11 de novembro, ao comemorar-se o Armistício da 1ª Guerra Mundial, o presidente condecora os pais do soldado desconhecido. Na guerra de 1914 a 1918, os soldados morriam várias vezes, primeiro por causa das bombas, e depois porque lhes davam lama para comer. Os rios correm sempre no sentido da água. Um quadrado é um retângulo que tem um ângulo direito em todos os lados. O zero é o único número que permite contar até 1. Um septuagenário é um losango de 7 lados. Todos os números pares podem dividir-se por zero. Uma linha reta torna-se curva quando vira.

Um compasso utiliza-se para medir os ângulos do círculo. Uma raiz quadrada é uma raiz com 4 ângulos iguais. Para fazer uma divisão, é preciso multiplicar uma subtração. O álcool permite tornar a água potável. Uma tonelada pesa pelo menos 100 kg, se ela for pesada. O desembarque da Normandia teve lugar nas praias da Inglaterra. A primeira guerra mundial fez uma dezena de mortos mas só do lado alemão. As bombas atômicas são inofensivas quando servem para fabricar eletricidade. Se não se estragassem, as máquinas não seriam humanas. Um relógio divide-se em 12 fusos horários de igual intensidade. Arquimedes foi o primeiro a provar que uma banheira podia flutuar. A datação com o carbono 14 permite saber se alguém morreu na guerra. No cinema mudo, os atores falavam com palavras que escreviam por baixo dos

filmes.

Um litro de água a 20° C mais um litro de água a 20° C é igual a 2 litros de água a 40° C. Os agricultores nem sempre foram pessoas coléricas que queimavam pneus e batatas. Victor Hugo escrevia livros para os pobres miseráveis. Em todos os quadros pintados vê-se bem que Napoleão escondia a sua grande barriga com a mão. Napoleão era sobrinho do seu avô. Antes da guilhotina, os condenados à morte eram executados na cadeira elétrica. A guerra dos cem anos durou de 1914 a 1918. Uma biblioteca é como um cemitério para os livros velhos. Nero servia-se dos cristãos para fazer lâmpadas, ateando-lhes fogo. A leitura permite ao homem tornar-se míope. Os latinos falavam o grego antigo. A leitura é para quem não gosta de escrever. O livro de bolso foi inventado por Gutenberg.

E, para completar, estas, que não são de alunos: Finalmente, a água corrente foi instalada no cemitério, para a alegria dos habitantes. Aqui a gente recebe semanalmente, de 15 em 15 dias. O povo simpático é muito hospitalar. O difícil, como se sabe, não é fácil. Haja o que hajar, meu time será campeão. Querem fazer de mim um bode respiratório. Quando jogo, minha naftalina sobe. Essa nova terapia traz esperanças a todos aqueles que morrem de câncer a cada ano. Os sete artistas compõem um trio de talento. A vítima foi estrangulada a golpes de facão. Nossos leitores nos perdoarão esse erro imperdoável. Ela contraiu a doença em vida. Os antigos prisioneiros terão a alegria do reencontro para reviver os anos de sofrimento. A polícia e a Justiça são duas mãos do mesmo braço. O acidente fez 3 mortos e um desaparecido; teme-se que não haja vítimas. Quatro hectares de trigo foram queimados; em princípio, acredita-se que tenha havido um incêndio. Prognósticos, só depois do jogo.

COMPLEMENTO E ADJUNTO

Uma das maiores dificuldades dos estudiosos de sintaxe é a distinção entre adjunto adnominal e complemento nominal. Em princípio, o adjunto adnominal, formado pela preposição de + nome, vem sempre depois de um substantivo e indica posse (livro de Pedro), matéria (cadeira de aço) ou qualidade (menino de ouro). O complemento nominal não oferece problema quando vem depois de adjetivo (fiel à lei) ou de advérbio (independentemente da vontade).

O problema existe quando um dos dois termos, o complemento ou o adjunto, vem depois de um substantivo. Se o substantivo é abstrato, tem força transitiva, e aí teremos um complemento nominal: a invasão de terras (ato de invadir terras), criação de galinhas (ato de criar galinhas). Se o nome for concreto, teremos um adjunto adnominal: “A plantação de trigo foi destruída pelo incêndio” (a plantação de trigo = o trigal). Mas em “A plantação de trigo cria divisas para o país” (a plantação de trigo é o ato de plantar trigo, e “de trigo” é complemento nominal).

A ideia é simples: se o nome fosse verbo, o adjunto adnominal seria sujeito (mas indicando posse, matéria ou qualidade), e o complemento nominal seria o objeto. Assim, se digo “A invenção de Santos Dumont diminuiu as distâncias”, não estou dizendo que Santos Dumont foi inventado, mas que ele inventou (sujeito); a invenção pertence a ele (posse). Mas, se digo “A invenção de palavras caracteriza o estilo de Dias Gomes”, estou dizendo que “inventar palavras” caracteriza o estilo de Dias Gomes (“invenção” é nome com força transitiva; não há ideia de posse: as palavras não possuem invenção, nem invenção possui as palavras).

Como o adjunto adnominal exerce função adjetiva, às vezes é conveniente tentar substituir a expressão suspeita em adjetivo: se for possível essa substituição, teremos um adjunto; se não, teremos um complemento. Assim,

em “risco de morte”, “de morte” equivale ao adjetivo “mortal”. Temos aí um adjunto adnominal. Mas, em “risco de vida”, não posso dizer “risco vital”; temos aí um complemento nominal. “Risco de vida” equivale a “arriscar a vida”. “Risco” é aí um nome com força transitiva.

Uma expressão pode ser adjunto ou complemento, dependendo do contexto. Em “O amor de Deus pelos homens é grande”, “de Deus” é adjunto adnominal (Deus é que ama, o amor é Dele – posse). Mas, em “O amor de Deus torna os homens piedosos”, “de Deus” é complemento nominal (Deus é o objeto do amor; os homens é que possuem o amor, não Deus).

Em francês, há uma diferença sutil entre “caïsse d’eau” (caixa-d’água, em uso, com água dentro) e “caïsse à eau” (caixa de água, vazia, destinada a conter água). Assim, em “caixa de vidro”, se o vidro indica a matéria de que a caixa é feita (caixa vítrea), temos um adjunto adnominal; mas, se “caixa de vidro” indica o conteúdo da caixa (Cf. encaixotar vidro – caixa aí tem força transitiva), então “de vidro” é complemento nominal. Da mesma forma, em “comprei duas xícaras de café”, a expressão “de café” classifica as xícaras, determinando-as: adjunto adnominal. Mas, em “bebi duas xícaras de café”, “de café” indica o conteúdo: complemento nominal.

Uma expressão como “pai de família” não pode ser substituída por “pai familiar”. Temos aí um complemento nominal. Compare-se “pai de família” com “chefe de família” (em que “chefe” tem força transitiva: chefiar a família): “de família” é complemento nominal.

Em síntese: se indicar posse, matéria ou qualidade (ou agente), o termo é adjunto adnominal. Se completar o sentido transitivo do nome, o termo é complemento nominal. Atente-se para o fato de que o pronome relativo *cujo* é sempre adjunto adnominal e nunca complemento nominal. Assim, numa frase como “O prefeito fez um discurso na ponte para cuja inauguração até o Presidente foi convidado”, o pronome *cujo* está empregado inadequadamente como complemento nominal de *inauguração*. Diga-se, de preferência: “O prefeito fez um discurso na ponte para a inauguração da qual até o Presidente foi convidado.” *Cujo* é usado sempre com ideia de posse, real ou virtual. No exemplo acima, nem a ponte pertence à inauguração, nem a inauguração pertence à ponte. Mas o emprego de *cujo* é acertado nos exemplos seguintes: “O rapaz com cujo irmão falei é estudioso. O lenço em uma de cujas pontas estavam

bordadas as tuas iniciais era azul. Ruiiu a ponte cujos arcos eram altos.”

EMPREGO DO CARDINAL

Um gramático ensina que se deva dizer “anos sessentas”, flexionando-se o numeral. A ideia básica é a de que, se dizemos que há dois sessentas no número 6060, então devemos também dizer “anos sessentas”. O argumento não é convincente, e a lição carece de respaldo documental, uma vez que não existe usuário culto da língua (escritor, filólogo, linguista) que pluralize o cardinal depois do nome

O numeral cardinal tem basicamente duas funções semânticas e duas funções sintáticas, dependendo de sua posição em relação ao substantivo. Se vem antes do nome, o numeral cardinal participa da natureza do pronome indefinido, mas é quantificador determinado, e sua função semântica é de numerativo (na terminologia de Halliday e Hasan, no livro *Cohesion in English*, London: Longman, 1976, p. 40-41). Sintaticamente, é um adjunto adnominal. Nessa função, alguns numerais cardinais se flexionam, como *um*, dois e os terminados em *-entos*. Ex.: duas casas, duzentas obras. Mas, variando ou não, o numeral cardinal, na função de numerativo, é sempre um determinante do nome. Quando vem posposto ao nome, porém, o numeral exerce função semanticamente classificatória, e é invariável (é sintaticamente um aposto especificativo): casa dois, revólveres 38, calibre 45, anos sessenta.

Em seu emprego isolado, isto é, como núcleo de um sintagma nominal, o numeral cardinal também funciona como um pronome indefinido, como um quantificador determinado. Cf.: “Pedro, José, Maria e Clara não voltaram ainda. Os quatro saíram cedo, todos estavam com pressa.” Como, segundo Halliday e Hasan, p. 147 e ss. da obra citada, só existe elipse nominal quando o nome elidido é recuperável anaforicamente, e um termo periférico do nome elidido assume a função nuclear, o termo *os quatro* da frase acima, sujeito de *saíram*,

não pressupõe a elipse de nenhum substantivo e equivale ao emprego de todos, sujeito da oração seguinte.

Quando se diz “prova dos nove”, “os oito”, “os cinco”, o numeral passa a ser substantivo (derivação imprópria) e flexiona-se em número. Como substantivo, o numeral cardinal pode exercer uma função nuclear (de sujeito, de predicativo, de objeto direto, de objeto indireto, de complemento nominal) ou uma função periférica (de adjunto adnominal ou de aposto). Assim, por exemplo, temos: “Os quatro que ele desenhou parecem nove”, “Gostei dos oito que ele desenhou”, etc.

Em sua função classificatória, o numeral cardinal é invariável porque é um aposto especificativo, como em “professores adjuntos quatro”. Os termos que exercem a função de apostos especificativos pospostos ao fundamental, normalmente não se flexionam, como, por exemplo, sequestros relâmpago, desvios padrão, tons pastel, operários padrão ou comícios monstro. Esses apostos às vezes se confundem com palavras compostas, como em: bananas-maçã, canetas-tinteiro, contas-fantasma, mangas-rosa, salários-família, em que o segundo elemento não varia por restringir a significação do primeiro ou por indicar-lhe destinação ou fim (como em navios-escola). Se o segundo elemento não restringe a significação do primeiro, ambos geralmente variam, como em: cartas-bilhetes, cirurgões- dentistas, decretos-leis, etc. No caso do numeral, se ele exerce função classificatória (de aposto especificativo), só o fundamental varia: revólveres trinta-e-oito (e não “trintas-e- oitos”), anos sessenta (e não “anos sessentas”). Se o aposto especificativo não for um numeral cardinal, ele pode confundir-se com um adjunto adnominal e flexionar-se, como em Casas Pernambucanas (Cf.: Casas Aurora, Livrarias Santana, Lojas Pet, Óticas Visual, etc.). Atente-se para o fato de que em nenhuma língua neolatina o numeral cardinal posposto ao nome se flexiona. Cf. “les années soixante”, “los años sesenta”, etc. Não há, pois, nenhuma razão para pleitear que o numeral posposto ao nome se flexione em português. Em italiano, o século pode ser designado pela centena que o caracteriza, como, por exemplo, “l’ottocento”, que indica o séc. XIX.

Equivocam-se, portanto, os que pleiteiam a flexão do numeral cardinal posposto ao nome. A única exceção se dá com o nome “página” (ou “folha”). Com “página”, no singular, o cardinal posposto fica sempre invariável; com

“páginas”, no plural, o cardinal posposto pode flexionar-se em gênero: “à página dois”, “a páginas duas” (Cf. BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p. 207.) Essa concordância excepcional do cardinal posposto ao nome origina-se talvez da analogia com a expressão “a folhas tantas”, “a páginas tantas”.

A função classificatória também é exercida pelo pronome possessivo. Quando digo “meu livro”, estou dizendo que possuo o livro. Quando digo “meu avião”, “meu jardineiro” ou “minha poltrona no cinema”, não estou indicando posse, mas fazendo uma classificação.

HONESTÍSSIMO EXISTE?

Um leitor, há algum tempo, envia-me por e-mail uma correção a um artigo meu em que eu usava o superlativo “honestíssimo”. Não existe ninguém mais honesto que outro: ou se é honesto ou não se é honesto, dizia o leitor em sua mensagem eletrônica.

Respondi, concordando com ele. *Honesto e desonesto* são adjetivos complementares que se opõem sem gradação, à diferença de adjetivos polares, como *quente e frio*, que admitem uma escala argumentativa. O frio que desqualifica uma cervejinha não é o mesmo frio que desqualifica um cafezinho. Não é necessário um termômetro para mostrar que uma cerveja quente não está na mesma temperatura de um café quente. *Morno e tépido*”, por exemplo, seriam adjetivos a situar-se entre os adjetivos polares *quente e frio*.

Mas, depois que enviei minha resposta ao leitor, fiquei pensando não em função da gramática, mas pragmaticamente. Se é verdade que, em termos absolutos, ou se é honesto ou não se é honesto, é possível classificar a honestidade em níveis práticos. Há a honestidade intelectual ou cultural, que impede o plágio e indica as fontes de consulta e de inspiração; há a honestidade moral que nos faz procurar o dono de um bem achado; há a honestidade conjugal, que impede aos cônjuges a puladinha de cerca; há a honestidade profissional, que leva a pessoa a respeitar o concorrente ou, no caso de um profissional liberal, a cumprir o juramento feito por ocasião da formatura ou da diplomação; há a honestidade política, na manutenção das promessas de campanha e de fidelidade partidária, por exemplo.

Um homem honesto que devolve o dinheiro que achou ao seu legítimo dono pode ser o marido desonesto que trai a esposa ou lhe explora a boa-fé. Um professor honesto que não falta, que cumpre os seus deveres, pode ser desonesto, ainda que inconscientemente, ao atribuir a um aluno uma nota injusta que o

reprove. O médico capixaba Nílton B., ex- deputado, pode ser honestíssimo como profissional, mas foi motivo de reportagem na revista *Istoé* nº 1161, de 25-12-91, por ter sido flagrado, no domingo, 15 de dezembro de 1991 e na segunda, 16, votando duas vezes na mesma sessão. O fotógrafo Gilberto Alves do *Jornal do Brasil*, registrou os movimentos suspeitos desse deputado e a aparição, no painel de votações, do nome do deputado João Baptista Motta (PSDB-ES), que dividia apartamento com ele. A conduta reprovável do “pianista” Nílton B. está eternizada, com foto e tudo, no livro *A Inter-ação pela linguagem*, de Ingedore Villa Koch (5. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 55 – coleção “Repensando a Língua Portuguesa”). A própria mentira é uma forma de desonestidade, a que todos estamos sujeitos, de um jeito ou de outro.

Assim, embora o adjetivo *honesto*, *tout court*, não admita gradação, é possível classificá-lo em diferentes níveis pragmáticos. Aí caberia o superlativo *honestíssimo* que, este sim, não admitiria uma escala argumentativa, reinando absoluto. *Honestíssimo* qualificaria uma pessoa santa, que nunca tivesse mentido ou cometido algum deslize, alguém cuja honestidade se situasse em todos os níveis e lugares possíveis.

Assim, pois, não vejo incoerência nem contradição no emprego do superlativo *honestíssimo*. Há honestos de vários tipos e níveis, mas *honestíssimo* é adjetivo único, indivisível, absoluto, e, infelizmente, extremamente difícil, senão impossível, de se atribuir a alguém.

A SINESTESIA

A revista *Istoé*, vol. 31, nº 2042, de 24-12-08, apresenta nas p. 70-72 uma reportagem intitulada “Os fantásticos passageiros da sinestesia”, na qual declara que “apenas um a cada mil indivíduos é portador de sinestesia”, e data de 1880 a primeira descrição do fenômeno, feita por Francis Galton, primo de Charles Darwin. A sinestesia não é algo de que algum privilegiado seja portador, porque é uma mistura de sensações existente com maior ou menor intensidade nos falantes de qualquer língua. Antes de Galton, contudo, no livro de poemas intitulado *Fleurs du mal*, de 1857, Charles Baudelaire, no soneto “Correspondances”, descreve o fenômeno, resumindo-o no último verso do segundo quarteto: “Les parfums, les couleurs et les sons se répondent” (Os perfumes, as cores e os sons se correspondem).

O Dicionário Houaiss define assim a sinestesia: “relação que se verifica espontaneamente (e que varia de acordo com os indivíduos) entre sensações de caráter diverso, mas intimamente ligadas na aparência (...)”. Para Massaud Moisés (*Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1978, s.v.), a sinestesia “designa a transferência de percepção de um sentido para outro, isto é, a fusão, num só ato perceptivo, de dois sentidos ou mais.” Em outras palavras, a sinestesia é uma união (*syn*) de sentimentos (*esthesis*), a associação de sensações diferentes, que todos experimentamos de alguma forma. Segundo Antônio Gomes Pena, no livro *Comunicação e linguagem* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970, p. 44-45), numa experiência de Uznadze, de 1923, reproduzida por seus discípulos no Departamento de Psicologia numa Universidade da Geórgia, foram apresentadas a um grupo de pessoas 42 palavras desprovidas de sentido para que apenas duas delas fossem escolhidas para nomear duas figuras geométricas, uma das quais era redonda, como se fossem elipses se entrecruzando, e a outra era uma estrela fina e comprida com pontas agudas. A maioria das pessoas escolheu o nome *takete* para a estrela e *maluma* para a

figura redonda. E justificaram-se: *takete* dá a ideia de coisa fina, e *maluma* dá a ideia de coisa gorda.

O célebre soneto “Voyelles” de Rimbaud, reproduzido no verbete *Justalinear do Pequeno Dicionário de Arte Poética*, de Geir Campos (3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1978) é uma espécie de sinestesia subvertida: **a**, negro; **e**, branco; **i**, vermelho; **u**, verde; **o**, azul. Normalmente se vê clareza no a e negrume no u. Acho que foi Valéry quem disse que a palavra francesa *jour* deveria designar a noite, porque é escuro. A sensação de negrume do **u** é característica. Não é à toa que as palavras fúnebres da língua têm a tônica no **u**: urubu, túmulo, catacumba, fúnebre, Lúcifer, luto... Mesmo palavras que não signifiquem coisas fúnebres dão essa ideia, como: fútil, luz, fuga, lustre, luta...

É explorando as virtudes sinestésicas dos sons da língua que os poetas transmitem sensações ou sugerem ambientes, sem precisar descrevê-los, como fez Edgar Allan Poe com o seu poema “O corvo” (The raven), ou como fez Ciro Costa, no soneto “O Escravo” (Apud: OLIVEIRA, Cleófano Lopes de. Flor do Lácio. São Paulo: Saraiva, 1967, p. 221), cujos quartetos transcrevo: “Do taquaral à sombra, em solitária fuma, / (para onde, com tristeza, o olhar curioso alongo) / sonha o negro, talvez, na escuridão noturna, / com os límpidos areais das solidões do Congo. // Ouve-lhe a noite a voz tristíssima e soturna, / num profundo suspiro, entrecortado e longo:/ é o rouco, surdo som, zumbindo na cafurna, / é urucungo a gemer na cadência do jongo.” Repare-se no jogo extraordinário de vogais.

Casos interessantes de sinestesia, dá-no-los Victor Mercante, no seu livro *La verbocromía* (Madrid: Daniel Jorro, 1910), como o do enfermo que ficava surdo quando se lhe vendavam os olhos (p. 28), ou como o músico que sentia que o som da harpa era branco, que o dos violinos era azul, que o das flautas era amarelo, que o dos órgãos era negro (p.29)... A terminologia desse livro é estranha: fasogenocusia (onomatopeia), hiperacusia (acuidade auditiva exarcebada), hipocusia, estoglossia (esto = ruído), nome que Senet deu à teoria segundo a qual a linguagem humana se teria originado da imitação de sons da natureza, etc. Foi por sinestesia que um deputado, reclamando do seu salário, o chamou de *pingue*, na ilusão de que estava dizendo que era um salário “fino” (a sensação de “fino” foi provocada pela vogal i). No entanto, *pingue* significa “gordo”, “farto”! Se os seus colegas de câmara tivessem melhor conhecimento

da língua, ter-lhe-iam perguntado por que reclamar de um salário gordo...

A NÍVEL DE, FRENTE A, TV A CORES

Seria correto dizer “a nível de”, “frente a” ou “*face a*” e “TV a cores”?

Antes de responder, gostaria de fazer duas observações. A primeira diz respeito à construção de locuções prepositivas que têm um substantivo como núcleo. A norma recomenda que, nesses casos, deverá haver sempre duas preposições, uma antes e outra depois do substantivo. Exemplos: com respeito a, a respeito de, a favor de, em relação a, a propósito de, em função de, em atenção a, de acordo com, com referência a, com vistas a, em nível de, em função de, a propósito de, etc. Portanto, as locuções prepositivas *face a* e *frente a* não existem. Como *face* e *frente* são substantivos, a formação das locuções não pode prescindir da preposição antes do núcleo. Portanto as locuções corretas são *em face de* e *em frente de* ou *em frente a*. As únicas locuções prepositivas com núcleo substantivo e apenas uma preposição no fim são, que eu saiba, *graças a* e *mercê de*, que são sinônimas. Esta última, com sentido de *ao capricho de*, tem também duas preposições ladeando o núcleo substantivo: por mercê de. A explicação para essas exceções, parece-me, prende-se à mudança de sentido ao longo do tempo. A expressão *graças a* é exceção talvez por causa da alteração semântica do latim *gratia*, “agrado”, para “favor” e “reconhecimento” (“dar graças a Deus”), que se manteve no sinônimo *mercê*: “mercê de Deus” (“pela mercê de Deus”). Assim *graças a* vem de “graças a Deus”, uma parte da expressão “dar graças a Deus”. As formas *graça* e *mercê* (esta, em sua tradução francesa, *merci*, denota agradecimento) estão na origem das formas respeitosas de tratamento de 2ª pessoa: *Vossa Mercê* (port.), *Vuestra Merced* (esp.), *Lei* (=ela, italiano), *Sie* (= elas, alemão). Em alemão, a fórmula *Vossa Mercê* era traduzida no plural: *Eure* (por *Euer*) *Gnaden*, isto é, “vossas graças”.

A segunda observação diz respeito ao emprego das preposições. As preposições não têm valor semântico. São palavras relacionais, isto é, apenas estabelecem relações semânticas. Não significam absolutamente nada, sozinhas. Portanto é difícil estabelecer regras para o emprego das preposições. Dizemos “andar a cavalo”, com **a**, mas “andar de burro”, com **de**; dizemos “ir a pé”, com **a**, mas “ir de bicicleta”, com **de**. Dizemos “à tarde” e “à noite”, e não podemos dizer “à manhã”, mas apenas “de manhã”, com **de**. O mais que se pode fazer é tentar estabelecer uma padronização. Isto é: assim como dizemos, no Brasil, “tevê em preto e branco”, é melhor dizer “tevê em cores”, e não “a cores”. Isso não significa que se deva condenar a expressão “tevê a cores”, ou que não se possa dizer “tevê a preto e branco”. O poeta alentejano José-Augusto de Carvalho, autor de uma dezena de livros, como *Arestas vivas* (1980), *Sortilégio* (1986), *Tempos de verbo* (1990), *Vivo e desnudo* (1996), *A instante nudez* (2005), entre outros, no livro *O meu cancionero* (Coimbra:Temas Originais, 2009), escreve, no poema “Natal” (p. 48): “Festejai, que é de bom tom! / Vinte e quatro horas de amor! / Abaixo o mau! Viva o bom! / Depois, novamente a dor, / a preto e branco e sem som.” De fato, em Portugal diz-se “a cores”, “a preto e branco”.

“Em nível de” é construção preferível, por ser mais portuguesa, mas isso não significa que a expressão “a nível de” esteja incorreta. Em outras palavras: diga “em nível de”, mas procure não condenar quem disser “a nível de”, que também é forma aceitável.

REDAÇÃO ESCOLAR

Mandou-me Vítor Silva, há algum tempo uma redação de aluno do liceu português, revoltado contra o ensino e contra o fato de os professores o acusarem de não saber expressar-se. A leitura dessa redação se torna difícil não só por conta dos erros gráficos, em que as palavras se fundem em vocábulos fonológicos, como “latrá” (lá terá), “valaver” (vá lá ver), ou se separam indevidamente, como em “lã preias” por “lampreias”, “percisover” por “preciso ver”, mas também por conta da gíria estudantil, desconhecida dos brasileiros, como “chumbar” (ficar reprovado) ou como “gomitos” ou “gimbras” (que não sei o que significam). Talvez o texto seja apócrifo, inventado, mas ilustra o nível dos alunos ibéricos, que não é tão distante assim do nível dos nossos alunos. Transcrevo a redação literalmente:

“Eu axo q os alunos n devem d xumbar qd n vam á escola. Pq o aluno tb tem direitos e se n vai á escola latrá os seus motivos pq isto tb é percisover q á razões qd um aluno na vai á escola, primeiros a peçoa n sesente motivada pa axa q a escola e a iducação estam uma beca sobre alurizadas.

Valáver, o q é q intereça a um bacano se o quelima de trásosmontes é munto montanhoso? ou se a ecuação é exdruxula ou alcalina? ou cuantas estrofes tem um cuadrado? ou se um angulo é paleolitico ou espongiforme? Hã?

E ó pois os setores ainda xutam perguntas parvas tipo cuantos cantos tem ‘os lesiades’, q é um livro xato e q n foi escrevido c/ palavras normais mas q no aspequeto é como outro qq e só pode ter 4 cantos comós outros, daaaah. Ás veses o pipol ainda tenta tar cos abanos em on, mas os bitaites dos profes até dam gomitos e a malta re-sentesse, outro dia um arrotou q os jovens n tem abitos de leitura e q a malta n sabemos ler nem escrever e a sorte do gimbras foi q ele h-xoce bué da rapido e só o ‘garra de lin-chao’ é q conseguiu assertar lhe com um sapato. Atão agora aviamos de ler tudo qt é livro desde o Camões até á idade

média e por aí fora, quês ver???

O pipol tem é q aprender cenas q intressam como na minha escola q á um curço de otelaria e a malta aprendemos a faser lâ pereias e ovos mois e merdas de xicolate q são assim tipo as pecialidades da rejião e ópois pudemos ganhar um gravetame do camandro. Ah poizé. tarei a inzajerar?”

Além das gírias difíceis de entender, o texto apresenta abreviaturas típicas do internetês, como **tb** para *também*, **n** para *não*, **pq** para *porque*, **qt** para *quanto*, etc. Repare- se, por exemplo, como esse aluno grafou a expressão “agachou-se”: h-xoce.”

E, para completar, mais pérolas que não são de alunos: Eu disconcordo com o que você disse. Nem que eu tivesse dois pulmões alcançava aquela bola. O jogador tem que ser como o pato, que é bicho aquático e gramático. Se vamos jogar com essa chuva? Já que não tem outra, temos de jogar com essa mesma. O surdo-mudo foi morto por um mal- entendido. Há redatores que, para quem veio do nada, são muito fiéis à suas origens. À chegada da polícia, o cadáver encontrava-se rigorosamente imóvel. O acidente ocorreu no Retângulo das Bermudas. Antes de apertar o pescoço da mulher, o aposentado idoso se suicidou. Estava a arder uma vasta área de pinhal de eucaliptos. Perdi a corrida porque aquele atleta tem a vantagem de ter duas pernas. Fumante passivo é o que fuma o cigarro dos outros sem pedir. A China é um país muito grande habitado por muitos chineses. Meu coração flamenguista só tem uma cor: vermelho e preto. Inácio fechou os olhos e olhou para o céu. Nós, humanos, também somos pessoas. Fumar mata, e, quando se morre, perde-se uma parte importante da vida. Estar morto é o contrário de estar vivo.

POR QUE ALMANAQUE ?

De onde vem a palavra *almanaque*? O que significa, originalmente?

Frei João de Sousa, no glossário *Vestígios da língua árabe em Portugal* (/s.l./: Maiadouro, 1981), no verbete **almanach**, registra o étimo *almaná*, “calendário ou folhinha”, derivado do verbo *maná* (grafado também em alfabeto árabe), que significa “contar, numerar, calcular, definir, repartir por conta”.

Antenor Nascentes (*Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, São José, Francisco Alves, Livros de Portugal, depositários, 1955, s.v.) e José Pedro Machado (*Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Confluência, 1967, s.v.) atribuem a origem de *almanaque* ao árabe *al-manakh*, que significaria o lugar onde o camelo se ajoelha. Machado ainda acrescenta outros significados do étimo: estação, muda (de cavalos), região, clima. Nascentes tenta mostrar uma evolução semântica até “calendário”, sem explicá-la: “lugar onde a gente manda ajoelhar os camelos; daí, conto, que neste (sic) lugar se ouve, e, finalmente, calendário”. Esse “daí”, no texto de Nascentes, não me parece ter sentido, porque não há, no meu entender, nenhuma inferência lógica que permita chegar a um conto a partir da genuflexão de um camelo. E Nascentes, para completar ou complicar, fornece o termo que, em árabe, designa o calendário: *taqwin*.

Bloch e von Wartburg (*Dictionnaire étymologique de la langue française*. 6.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1975, s.v. **almanach**) não se referem a camelos, mas a um vocábulo de origem siríaca, de significação temporal, depois de terem apresentado a protoforma *manâh*, do árabe de Espanha, como étimo de origem incerta, que deu origem ao latim medieval *almanach(us)*. Dauzat et alii, no seu *Nouveau dictionnaire étymologique et historique*. Paris: Larousse, 1964, s.v.) também atribuem a origem de *almanaque* ao latim medieval *almanachus* que, por sua vez, teria vindo do árabe *al-manáhk*,

cuja protoforma seria o grego tardio *salmeskhoiniaka*, que designaria o “livro dos nascimentos ou o livro da Grande Ursa”, e que guardou até o séc. XVII o sentido de “predição”. Dauzat et alii não falam de camelos e referem-se à Espanha medieval.

É Corominas, no entanto, que, no seu *Diccionario critico etimologico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1976, s.v., discute o problema mais longamente, em quase três colunas, em duas páginas. Para ele, *almanaque* veio do árabe hispânico *manâh*, já com a significação de “calendário” e “almanaque”, mas de origem incerta. Esse *manâh*, “calendário”, seria provavelmente o mesmo ár. *manâh*, que significa “parada em uma viagem”, e, por extensão (?), “signo do zodíaco” e “calendário”.

Corominas refere-se à ocorrência de *manâh* documentada no séc. XVI, num trabalho de Pedro de Alcalá, com o sentido de “relógio de sol”. E cita também Simonet, que chamou a atenção para a palavra *manacus*, designativa de “relógio de sol”, cuja agulha indica, pela projeção de sua sombra, os doze meses do ano ou os doze signos do zodíaco; mas Corominas rechaça essa forma *manacus*, encontrada em manuscritos de Vitruvius Pollio, porque não lhe parece digna de crédito, já que “mensal” deveria ser *menaeus*, que é a forma documentada procedente do grego *meinaios* (transcrevo em alfabeto latino), derivado de *men*, “mês”, e grafado em alfabeto grego *menaios*, no dicionário de Lewis & Short (A latin dictionary. Oxford: Clarendon Press, 1975). Estes dois dicionaristas, no verbete *manachus/manacus*, também citam Vitruvius, mas informam que, de acordo com o latinista alemão Schneider, se lê *menaeus* e não *manacus* esse vocábulo latino com o significado de “círculo mensal” (veja-se também o verbete **menaeus**, em Lewis & Short). Corominas assegura que *menakos* ou *manakos* (continuo latinizando a grafia em grego), supostamente os étimos de *manacus*, não existem nos dicionários gregos e são vocábulos forjados.

Em seguida, Corominas procura estabelecer, a partir das informações do orientalista Dozy, analogias semânticas entre *manâh*, “almanaque”, “clima”, e *manâh*, “estação de viagem”: assim como os signos do zodíaco são os doze lugares (estações) por onde o Sol passa em sua viagem pelo céu, é possível que o *manâh*, “estação”, se tivesse convertido em *manâh*, “almanaque” e “relógio de sol”, onde o zodíaco estava marcado, e, em consequência, “clima”.

Mas Corominas não nega, apesar desse raciocínio lúcido, mas acrobático, que o termo é de origem hispano-arábica, de etimologia obscura.

O *Diccionario etymologico, prosodico e orthographico da língua portuguesa* (Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1912, s.v.), de Silva Bastos, atribui a origem ao grego *menakos*.

O dicionário de Mendizabal (*Lengua griega*. Madrid: Editorial Razón y Fe, 1950), na parte espanhola (*Diccionario Mnemonico*, s.v. **al-manaque**, constante na letra **m** e não na letra **a**), registra também a origem provável no grego *menakos* (“círculo que no relógio de sol indicava os meses”), precedido do artigo árabe *al*. No verbete *men*, da segunda parte do dicionário (que transcrevo em caracteres latinos), Mendizabal escreve apenas: “mês, M. menonolgio, almanaque”. Consequentemente, para Mendizabal, a origem não é árabe (a não ser pelo artigo), mas grega, e a raiz de almanaque seria a mesma raiz *men*, “mês”, que aparece em tantas palavras, quase todas ligadas à menstruação, à exceção de “menolégio”, que designa o quadro descritivo dos meses: menorreia, menorrágia, menopausa, menarca, menarquia, menologia, menografia, catamênio, etc. Mas Corominas, conforme vimos, rejeita essa forma *menakos* (latim: *manacus*), porque é inexistente nos dicionários gregos.

No *Dicionário morfológico da língua portuguesa* (de Heckler, Back e Massing, editado em 1984, em São Leopoldo, pela Unisinos), s.v., vol. V, lê-se que a origem é “do ár. *al-manakh*, tempo (originalmente o lugar onde os camelos se ajoelhavam (*nacka*, ajoelhar); almanaque descrevia o tempo; passou pelo gr. *almenichiaká*, calendário”. (Transcrevo em caracteres latinos a palavra grega citada pelos dicionaristas.) Os autores concluem: “A origem árabe é muito duvidosa.”

Já que – apesar do que dizem Bastos e Mendizabal – o grego não é, certamente, a origem de *almanaque*, a única origem possível ainda é a hispano-arábica, mas a divergência continua com relação à protoforma: seria o *manâh*, “estação de chegada”, depois “relógio de sol” e “almanaque” (que Bloch e Wartburg e Corominas defendem), ou seria o *maná*, “contar, numerar, calcular” (que Frei João de Sousa defende), ou seria o *manakh*, “lugar onde o camelo se ajoelha” (que Nascentes, José Pedro Machado e, pelo ár. *nacka*, “ajoelhar”, Heckler, Back e Massing defendem), ou seria o *manakh*, oriundo do grego tardio, designando “livro dos nascimentos” (que Dauzat et alii defendem), ou,

finalmente, seria o ár. *al-manach*, “cômputo”, “contagem”, que é derivação do verbo *maná*, segundo Frei João de Sousa?

Pelo menos por enquanto, essa é uma pergunta que permanecerá sem resposta.

NEGATIVAS E DUPLA NEGAÇÃO

Em português há dois tipos de negativa: a negativa nuclear e a negativa conexional. A conexão, segundo Tesnière (*Esquisse d'une syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1953, p. 3) é um elo que se estabelece entre duas unidades sintáticas que se articulam numa relação de dependência (como sujeito e verbo, como verbo e objetos, por exemplo). Sem esse elo, não se poderia construir nenhuma frase.

A negativa é nuclear quando, além de negar, exerce uma função sintática de valor nominal na oração em que se encontra. Por exemplo, em “Nada sei”, além de negar, o pronome indefinido *nada* exerce a função de objeto direto de *sei*. Na frase “Nunca o vi mais gordo”, *nunca* exerce, além de negar, a função de adjunto adverbial de tempo.

A negativa conexional é apenas *não* (que se apresenta sob a forma átona *num* antes de verbo). O *não* tem a particularidade de, às vezes, não negar o verbo, mas elementos posteriores a ele, e a de poder ser usado como elemento de composição, atuando como um prefixoide na formação de palavras. Como exemplo da primeira particularidade, temos a seguinte frase “O Flamengo não venceu por ter jogado bem, mas por ter tido sorte”. Ora, apesar das aparências, a frase não está negando a vitória do Flamengo, mas uma de suas causas: o Flamengo ganhou, mas ganhou por ter tido sorte e não por ter jogado bem. Outro exemplo esclarecedor é “O avião não chegou atrasado”, em que se nega o atraso e não, como pode parecer à primeira vista, a chegada do avião.

Para ilustrar a segunda particularidade, temos, por exemplo, expressões como “a não realização do jogo”, a “não eleição do candidato”, etc., em que o “não” exerce a mesma função do prefixo “im”.

As gramáticas informam (sem estes termos) que a negação conexional e a nuclear não podem coocorrer apenas em sequência imediata. Assim, é correto

dizer “Não saiu ninguém,”, mas é inadequado dizer “Ninguém não saiu”. Mas as gramáticas não explicam o porquê dessa regra aparentemente contraditória, já que, em ambas as frases, temos duas negações equivalentes a uma só: “Ninguém saiu”. Observe-se que as negativas nucleares podem vir em sequência: “Ninguém jamais nada viu” (Cf. “Alguém sempre tudo viu.”).

Como a negativa nuclear exerce função sintática, ela ocupa posição idêntica à de outros elementos do paradigma. Por exemplo: em “José saiu” e “Ninguém saiu”, temos sujeito seguido de verbo. A diferença é que a frase iniciada por “ninguém” é negativa, mas a sua estrutura sintática é idêntica à da frase afirmativa “José saiu”. Se, no entanto, começamos uma frase com a negativa conexional, temos de pôr depois do verbo o sujeito, seja ele qual for, como em “Não saiu José”, “Não saiu ninguém”. A estrutura sintática é a mesma. Começando a frase com a negativa nuclear, não necessito de negativa extra. Mas, se eu começar a frase com a negativa conexional, vou precisar de algum núcleo de natureza nominal para completá-la. Por isso é normal que se diga “Não saiu ninguém”, mas é redundante dizer “Ninguém não saiu”. Nas duas frases, a ausência do pronome *ninguém* significaria a ausência do sujeito. Como a segunda frase já começa com o sujeito *ninguém*, apenas o verbo é necessário para completá-la, já que *ninguém* nega por si só a oração inteira.

Essa é a razão pela qual se pode dizer “Não saiu ninguém” como equivalente a “Ninguém saiu”, e não se deve dizer “Ninguém não saiu”, com as duas negações em sequência imediata.

ESTÓRIA OU HISTÓRIA

Em 1912, em Portugal, Antônio Maria José de Melo Silva César e Menezes, conde de Sabugosa, no prefácio do seu livro *Dama dos tempos idos*, propõe o termo *estória* para designar a narrativa de ficção. No Brasil, proposto por João Ribeiro e encampado por Gustavo Barroso, em 1942, o termo adquiriu popularidade e prestígio, graças, possivelmente, à publicação, em 1962, do volume de contos *Primeiras estórias*, de Guimarães Rosa. O termo *estória* nasceu, portanto, no séc. XX, de uma subversão ortográfica calcada no inglês, mas, à parte o interesse metalinguístico, não há razão para que se mantenha a distinção artificial entre *história*, estudo e narrativa de fatos reais (*fato real* não é pleonasma), e *estória*, relato de ficção.

Os dicionários de Moraes Silva (*Diccionario da língua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, s.v.) e Cândido de Figueiredo (*Novo diccionario da lingua portugueza*. 4.ed. Lisboa: Arthur Brandão, 1925, sv.) só registram *história*, com **h**. O primeiro apresenta o termo *estorial*, remetendo sua significação ao verbete *historial*, que aparece como sinônimo de *histórico*, com **h**, sem vinculação à realidade ou à ficção dos fatos narrados. O dicionário do Aurélio, nas duas primeiras edições, registra *estória*, sem dar-lhe nenhum significado, remetendo o consulente ao verbete *história*, onde não há uma única menção a *estória*. Na terceira edição, o dicionário recomenda apenas a grafia *história*, no verbete *estória*. Isso quer dizer que, se *história* pode significar tanto os relatos reais quanto os fictícios, não há, portanto, necessidade alguma do termo *estória*.

Parece-me sem sentido justificar *estória* com textos arcaicos, como se se tratasse de uma “ressurreição”, e não de um decalque do inglês *story* (usamos *decalque*, aqui, com o sentido que tem em linguística de empréstimo semelhante a uma tradução literal, adaptado à feição da língua receptora, como, por

exemplo, *cachorro-quente*, que é decalque do inglês *hot dog*). Os textos portugueses, até o séc. XVI, registram *estória* e *história*, mas por indecisão ortográfica e não por uma questão de itens lexicais distintos. Isto é, *estória* e *história* representam formas diferentes de escrita de uma mesma palavra, e não formas distintas de fala. Na *Crônica del rei Dom Joham I de boa memória e dos reis de Portugal o décimo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977) *João I*, de Fernão Lopes (séc. XV), logo na primeira página aparece *estórias* com o sentido de relatos reais, e, na página seguinte, *estoriadores*, significando aqueles que escrevem e estudam os fatos reais. *História Geral*, com **h**, é o título de uma obra do séc. XIV, que figura no catálogo da livraria de El-rei D. Duarte. Não havia, portanto, diferença alguma de sentido entre *história* e *estória*.

A indecisão ortográfica é facilmente observável nos textos anteriores ao séc. XVI. Fernão Lopes grafa, na mesma página, *he/era* (verbo *ser*), *ho/o* (artigo), *ell/elle* (pronome). Num testamento do séc. XII, de Elvira Sanchez, citado por Leite de Vasconcelos em *Textos arcaicos* (5.ed. Lisboa: Clássica, 1970, pp. 14-5), lê-se, antes do mesmo substantivo *herdamento*, o artigo definido grafado de três maneiras diferentes: *o*, *hu* e *u*. Na *Crestomatia arcaica*, de José Joaquim Nunes (5.ed. Lisboa: Clássica, 1959), só para exemplo, aparecem três grafias diferentes para a palavra *honra*: *hõrra*, *homrra* e *honra* (p. 29, 30 e 66, respectivamente). O imperfeito de *haver* é escrito *avia* ou *aviia* por Fernão Lopes, mas era escrito *havya* por Azurara, na *Cronica de Guinee* (séc. XV).

O **h**, na ortografia arcaica, era de emprego nem sempre coerente: separava as vogais do hiato intravocabular (ex: *tehudo* por *teúdo*) ou intervocabular (por uma questão de fonética sintática: *hir* por *ir*, *hum* por *um*) ou exercia função diferencial: *he* (verbo *ser*)/ *e* (conjunção aditiva). Mas nem sempre o **h** indicava a separação de vogais em hiatos intervocabulares; era, no mais das vezes, fruto de ignorância da etimologia, pois palavras que deveriam ter **h** eram escritas sem **h** e vice-versa: *ouve* por *houve*, *omem* por *homem*, *hidade* por *idade*, etc.

Em *Os Lusíadas*, Camões utiliza onze vezes a palavra *história*, sempre com **h**. Só a partir do séc. XVI cessaram as indecisões ortográficas, sobretudo após a publicação das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros, que contribuíram grandemente para a fixação da língua literária. Do séc. XVI ao séc. XX não existe nenhum texto em português em que apareça, uma única vez

sequer, o termo *estória*.

Em outras palavras, se a um escritor é permitido propor uma distinção ortográfica, assenhorear-se de um termo como metalinguagem científica, ou subverter a ortografia, escrevendo *estória*, isso não significa, necessariamente, que *estória* pertença ao léxico da língua portuguesa. Como o *hiputréllico*, de Guimarães Rosa, que não quer dizer nada, mas está inventado (Cf. *Tutaméia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 67).

POR QUE SE USA M ANTES DE P E B ?

Nossa ortografia às vezes é arbitrária. Não há razão, por exemplo, para que *Bahia* seja com **h**, já que os nomes próprios se originam de nomes comuns. Nem há razão para que *tecido* seja com **c**, se o ato de *tecer* se escreve com **ss**: *tessitura*. Mas, no caso do **m** antes do **p** e do **b**, nossa ortografia é adequada.

Muitos gramáticos dizem que o **m** ou o **n** que faz sílaba com uma vogal anterior constitui com ela um *dígrafo* (dígrafo é o nome que se dá ao conjunto de duas letras que representam um som único, como o *ch* de chave, que tem o som de **x** ou como a primeira sílaba de *hora*, em que as duas letras *ho* têm o som de uma só: **o**). Assim, o **m** e o **n** seriam apenas sinais de nasalidade em palavras como: *âmbar*, *antes*, *êmbolo*, *entre*, *ímpio*, *índio*, *pomba*, *ontem*, *cumpro*, *funde*. Mas não é essa a explicação linguística.

Quando os órgãos da fala pronunciam um som, já se estão preparando, ao mesmo tempo, para pronunciar o som seguinte. É esse fenômeno de preparação prévia que provoca o que em linguística se chama *assimilação*. É por assimilação que o **s** do artigo plural *os* soa **z** antes de um som sonoro (*os amigos*, *os bailes*) e soa **s** antes um som surdo (*os cavalos*, *os patos*): o **z** é sonoro e o **s** é surdo.

Assim, quando pronunciamos o **a** de *campo* ou de *câmbio*, nossos órgãos da fala se preparam para pronunciar o **p** ou o **b**. Ora, o **p** e o **b** são bilabiais, como o **m**, isto é, é preciso juntar os lábios, fechando a boca, para pronunciar o **p**, o **b** e o **m** (como em *mapa*, por exemplo).

Ora, nosso ouvido não percebe, mas aparelhos especiais conseguem provar que, ao pronunciarmos vocábulos como *bamba* e *campo*, há a pronúncia de um **m** que “desliza” entre a vogal **a** e a consoante **b** ou **p** seguinte. *Deslizar*,

em inglês, é *glide* (pronuncia-se “glaid”), por isso esse som do **m** quase imperceptível se chama *glide*.

Esse *glide* consonântico é representado fonologicamente por /N/, que simboliza um *arquifonema*. Arquifonema é uma classe de fonemas que perderam a sua capacidade de distinguir vocábulos. Quando dizemos *mata* e *nata*, o **m** e o **n** são fonemas porque distinguem vocábulos. O fonema é uma classe de sons. Por exemplo, o r- inicial de “rato” pode soar como um **h** aspirado, como na palavra inglesa *have* (ter); pode soar como uma consoante gutural ou velar, semelhante ao ruído que se faz quando se limpa a garganta para escarrar; pode soar com a língua batendo nos alvéolos, como fazem os paulistas, etc. Todas essas pronúncias possíveis do r- inicial são simbolizadas assim: /r/. Esse símbolo representa todas as pronúncias possíveis do r, mesmo as que não descrevemos aqui. O símbolo /r/ representa, portanto, não um som, mas uma classe de sons, que tem a função de distinguir vocábulos. O /r/ inicial é fonema porque distingue os vocábulos *rato* e *pato*, por exemplo (o /p/ também é um fonema, porque distingue *pato* de *mato*, por exemplo). Há casos, no entanto, em que dois fonemas diferentes perdem sua função de distinguir vocábulos. Por exemplo: o r simples entre vogais é um fonema, porque distingue o vocábulo *caro* de *carro*. Mas, em final de sílaba ou de vocábulo, os dois **r**, o simples e o múltiplo, deixam de ter função distintiva e podem ser pronunciados um pelo outro. Por exemplo, podemos pronunciar o **r** de *mar* seja como uma consoante batida ou *flap* (**r** simples) seja como uma velar ou alveolar (*r* múltiplo). Dizemos então que houve uma neutralização, isto é, os dois **r** se neutralizaram, perderam sua função distintiva. Temos então o arquifonema, isto é, uma classe de fonemas (assim como o fonema é uma classe de sons, o arquifonema é uma classe de fonemas), que é representado por uma letra maiúscula entre barras: /R/. Da mesma forma, o **m** e o **n**, em final de sílaba ou antes de pausa, não distinguem palavras: o **m** de **quem**, por exemplo, soa palatal antes de vogal: **quem é** soa *quenhé* (por isso não há diferença fônica entre *sem hora* e *senhora*); o **m** de *um* soa velar, como a nasal do inglês *ring*, em *um amigo* (o **a** é vogal velar); o **m** de *um* soa bilabial antes de *pote*: *um pote*; o **m** de *um* soa **n** (dental) antes de *dote*: *um dote* (o **d** é consoante dental), etc.

Quando pronunciamos vocábulos como *antes* ou *onde*, pronunciamos também um *glide* dental (**t** e **d** são consoantes dentais). Na pronúncia de *campo*, os órgãos se preparam para dizer o **p** quando ainda estão pronunciando o **a**. O

resultado é o aparecimento de um **m** antes do **p**. Por quê? Porque **m** e **p** são bilabiais. É por isso que escrevemos **m** antes de **p** e de **b**, que são bilabiais, e porque efetivamente existe a pronúncia do **m**, que “desliza” entre a vogal nasal e a consoante bilabial.

Eis por que não existe dígrafo em *antes* ou em *campo*: o que há é a efetiva pronúncia do glide consonântico nasal.

ETIMOLOGIAS POPULARES

Muitas são as invenções etimológicas em que o povo acredita e professores de português difundem sem reflexão prévia. Assim, *arigó* não vem do inglês “are you going?” (o que não faz sentido), mas do iorubá *ariyò*, que significa “objeto de prazer, de alegria”. E *forró* não tem nada a ver com o inglês *for all*, porque é abreviatura de *forrobodó*, que aquela expressão em inglês não explica. Da mesma forma, *quengo* não vem do inglês “can go” (o que também não faz sentido), mas do quimbundo *kenga*, que designa vasilha feita de coco ou o seu conteúdo. Metáfora semelhante ocorreu na evolução do significado do latim *testa* que, originalmente, designava o vaso de terracota, e passou a designar *cabeça* em francês (*tête*), e *fronte* em português (testa).

Às vezes, palavras de significados extremamente distantes, como *morfina* e *metamorfose*, por exemplo, têm origem comum. No caso, o deus grego do sono, *Morfeu*, ou porque ele tinha a capacidade de tomar a *forma* de seres humanos, ou porque só aparecia aos homens à noite (a palavra grega *morfnos* significa “obscuro, tenebroso”).

1. Tio Sam — O tio Sam, símbolo etnossêmico dos Estados Unidos, não se origina de nenhum Samuel, como quer a etimologia popular, mas da antiga abreviatura U.S.AM., de United States of América. Ignorando um dos pontos que separam as letras do acrônimo U.S.AM., o povo dizia, talvez por ignorância, talvez por gozação, Uncle Sam, como se esse U inicial fosse a abreviatura de Uncle.

2. Larápio — Outro étimo popular é o de “larápio”, que se teria originado da rubrica L.A. R. Appius, de um pretor romano chamado Lucius Antonius Rufus Appius, que dava sentenças favoráveis a quem melhor lhe pagasse. Essa ideia, difundida por Artur Rezende e abonada por Antenor Nascentes (Dicionário etimológico), é refutada por José Pedro Machado (Dicionário

etimológico), para quem não existem outros vestígios românicos desse antropônimo latino de aparência estranha. Na verdade, “larápio” teria vindo ou de “lar apium”, isto é, lar das abelhas ou estaria relacionado ao verbo *rapio*, *rapis*, *rapui*, *raptum*, *rapere*, que significa tirar, subtrair, raptar. Para os autores do Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa (Evaldo Heckler, Sebald Back e Egon Massing), “lar” designava “espírito perseguidor”. Trata-se de uma analogia com o trabalho das abelhas que perseguem as flores roubando o néctar.

3- Etiqueta — Outra etimologia popular, sem respaldo científico, pretende que *etiqueta* venha de *ética*, significando “pequena ética”. Ora, *ética* (em francês, “éthique”) se origina do grego *êthikos*, *êthikê*, de *êthos*, costumes, por intermédio do latim *ethicus*. E *etiqueta* vem do francês *étiquette*, documentado a partir de 1387, que designava inicialmente uma marca fixada a uma estaca e, posteriormente, no século XIX, a partir de 1802, algo escrito na pasta de um processo jurídico. Só mais recentemente *étiquette* passou a designar a tira escrita que se apõe aos objetos para reconhecimento. A relação de *etiqueta* com (pequena) *ética* deu-se por desconhecimento da etimologia e da história. A palavra francesa *étiquette*, com o sentido de “cerimonial”, vem da corte de Filipe, o Bom. Traduzamos o que diz a respeito o *Dictionnaire étymologique de la langue française* de Bloch e Wartburg (Paris: Presses Universitaires de France, 1975, s.v.): “Filipe, o Bom, para substituir o título de rei, que ambicionara em vão, deu à sua corte uma solenidade que não se conhecia em nenhum outro lugar; anotava-se num formulário tudo o que devia acontecer num dia; a coisa e a palavra passaram em seguida, graças ao casamento de Maria de Borgonha com Maximiliano da Áustria, de Flandres a Viena, mais tarde de Viena a Madri; a primeira atestação da palavra, de 1607, se refere à corte de Viena; a segunda, por volta de 1700, à de Madri; só atinge uma aplicação geral por volta de meados do século XVIII. A palavra deriva do antigo verbo *estiquier*, *estiquer* (“prender”).” O inglês *ticket* tem origem comum.

4 – Esfrangalhar — Um gramático aventou a hipótese de que “esfrangalhar” se originaria da palavra “frango”, porque o frango é estraçalhado ou reduzido a frangalhos à mesa das refeições. Nada mais falso. *Frango* é regressivo (forma derivada de outra por supressão de sufixo real ou aparente) de *frangão*, de origem obscura. No latim bárbaro, *franganum* documenta-se no séc. XIII, segundo José Pedro Machado (*Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 2.ed. Lisboa: Confluência, 1967, s.v.), e, em português, no séc. XIV.

O nome frango documenta-se no séc. XV. O *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, de A. G. Cunha (1982), informa que “a forma *frango* proveio de *frangão* possivelmente por ter sido esta última considerada como aumentativo”.

Já *frangalho* e *esfrangalhar* se relacionam com o verbo latino *frango*, *is*, *fregi*, *fractum*, *frangere*, que significa “quebrar, partir, despedaçar”, raiz de vários alomorfes (isto é, de variantes de uma única forma), a qual aparece em palavras como: fragoso, franzir, fração, frágil, fragmento, fratura, franzino, infrator, refratário, infringir, naufrago (de nau- *fragus*, isto é, “que quebra o navio”), etc.

Essa raiz de *frangere* tem sua origem no gótico *brikan*, segundo o *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, de Ernout & Meillet (Paris: Klincksieck, 1967, s.v.), que se relaciona com o português *brecha* e com o inglês *break* (segundo o *Dicionário morfológico da língua portuguesa*, de Evaldo Heckler et alii (São Leopoldo: Unisinos, 1984, s.v. *fraçã* (sic) família 2281-200, vol. II). Em outras palavras, *frango* não tem absolutamente nada a ver com *frangalho* ou *esfrangalhar*.

5- Carnaval — Carnaval, para Dauzat, Dubois e Mitterand, autores do *Nouveau Dictionnaire étymologique et historique* (Paris: Larousse, 1964), se origina do italiano “carnevale”, alteração de “carneleva” (“afasta a carne”), forma ainda existente no dialeto de Gênova. O étimo “carne vale” (adeus, carne) é invenção popular.

6. Puxa — Apesar da grafia oficial infeliz, a interjeição *puxa* não se relaciona com o verbo *puxar*. Deveria ser *pucha*. Essa grafia com **-ch-** estaria coerente com a do nome *diacho*, corruptela de *diabo*. Há dezenas de maneiras de se evitarem os tabus linguísticos: por eufemismo ou disfemismo (*mal de Hansen*, por “lepra”; coisa *ruim* por “demônio”); pelo uso de onomatopeias (como *pum*, para designar a flatulência), pela reduplicação de sílabas à semelhança de termos infantis (como *pipi*), etc. E há tabus que são evitados corrompendo-se a palavra ou expressão proibida ou socialmente estigmatizada, como *diacho* para designar “diabo”. Da mesma forma, a palavra de quatro letrinhas, para designar a mulher (pretensamente) de vida fácil, é evitada trocando-se uma das letras por **ch**: *pucha*. Não há razão, portanto, para que *puxa* se escreva com **x**! (Ver a propósito o livro de Mansur Guérios, *Tabus Linguísticos*. São Paulo: Nacional/Ed. da Univ.

Fed. do Paraná, 1979.)

(José Augusto Carvalho é mestre em Linguística pela Unicamp, doutor em Letras pela USP, e autor de um Pequeno Manual de Pontuação em Português (1ª edição, Bom Texto, do Rio de Janeiro, 2010, 2ª edição, Thesaurus, de Brasília, 2013) e de uma Gramática Superior da Língua Portuguesa (1ª edição, Univ. Federal do ES, 2007; 2ª edição, Thesaurus, de Brasília, 2011)

De maneira leve e muitas vezes bem-humorada, José Augusto Carvalho tira dúvidas e limpa o nevoeiro que, às vezes, sentimos, ao lidarmos com a escrita.

Problemas e curiosidades da língua portuguesa é uma compilação dos melhores artigos do autor. São lições que encantam quem gosta do nosso idioma.

(t.) TRAMPOLIM

